

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ELIANE MARQUES DE MENEZES AMICUCCI

**SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL:
POTENCIALIDADES PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

FRANCA

2018

ELIANE MARQUES DE MENEZES AMICUCCI

**SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL:
POTENCIALIDADES PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

FRANCA

2018

Amicucci, Eliane Marques de Menezes.

Supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social : potencialidades para formação profissional / Eliane Marques de Menezes Amicucci. – Franca : [s.n.], 2018.

280 f.

Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Cirlene Ap. Hilário da Silva Oliveira.

1. Serviço social - Orientação profissional. 2. Programas de estágio. 3. Assistentes sociais. I. Título.

CDD – 361.007

ELIANE MARQUES DE MENEZES AMICUCCI

**SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL:
POTENCIALIDADES PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

1ª. Examinador(a): _____

2ª. Examinador(a): _____

3ª. Examinador(a): _____

4ª. Examinador(a): _____

Franca, _____, de _____ de 2018.

Àqueles que acreditam numa educação libertadora e lutam por ela:
“A prática educativa é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança ou lamentavelmente, da permanência do hoje.”

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Adelize e Nozenildo que sempre estiveram ao meu lado, apoiando incondicionalmente as minhas escolhas e decisões. Muito obrigada pela compreensão das minhas ausências. A vocês que também me ensinaram as coisas simples da vida e amá-las simplesmente:

"O saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria se aprende é com a vida e com os humildes."

Cora Coralina

Aos meus irmãos Nilson e Cláudio pelo incentivo de sempre. Estendo meus agradecimentos aos demais familiares que de certo modo estiveram ao meu lado!

Ao meu querido companheiro Eliseu Amicucci pelo apoio pleno neste percurso, principalmente pela motivação pra cursar o doutorado. Obrigada por ter me presenteado com sua companhia na estrada, foram quatro anos indo comigo à Franca, nunca vou esquecer o que fez por mim. Eu amo você!

Tu eras também uma pequena folha
que tremia no meu peito.
O vento da vida pôs-te ali.
A princípio não te vi: não soube
que ias comigo,
até que as tuas raízes
atravessaram o meu peito,
se uniram aos fios do meu sangue,
falaram pela minha boca,
floresceram comigo.

Pablo Neruda

Ahh minha amada filha Isadora, obrigada pela compreensão das minhas ausências, por estar ao meu lado sempre. Amo-te eternamente:

Afirmam que a vida é breve

Engano-a vida é comprida:

Cabe nela amor eterno

E ainda sobeja vida.

Fernando Pessoa

Às amigas de trabalho Elaine Friozi e Fabíola Falcoski que estiveram ao meu lado nessa trajetória, compreendendo minhas ausências na FEF, assumindo minhas disciplinas e colaborando com o andamento do curso de Serviço Social.

Aos meus amigos do curso de doutorado: Lígia, Rosely, Danila, Valquíria, Cacildo, Mara, Julieno, Aldo, Vanessa e aqueles que chegaram depois: Thiago, Joyce e Maicow, presentes que a UNESP me deu. Guardarei na memória todos os momentos que passamos juntos, simplesmente amo todos. Fica aqui o desejo de sucesso a cada um de vocês.

Afinal, “amizade é amor que nunca morre”

Mário Quintana

A minha amiga Lígia da Nóbrega Fernandes, obrigada pela oportunidade de conhecê-la, pela acolhida em sua morada em Franca, pelas angústias, anseios e conhecimentos trocados, assim como, por tanto espaços compartilhados: militância na ABEPSS, eventos, congressos, e tantos outros que nos proporcionaram momentos de descontração e muitas risadas. Você é uma pessoa iluminada. Sentirei sua falta!

Ao meu querido professor, colega de profissão e amigo Ney Almeida, minha eterna gratidão por ter contribuído com minha trajetória profissional e também pessoal. Sua colaboração na construção dessa tese foi ímpar. Obrigada por me fazer acreditar que é possível aproximar o discurso da prática, porque não há distância entre o que você diz e o que você faz, assim como dizia Paulo Freire. Você é uma pessoa encantadora, admirável!

A minha querida professora e amiga Eliana Bolorino, obrigada pela oportunidade de me proporcionar conhecimento com mais afinco sobre o Serviço Social na Educação. Obrigada pela acolhida no GEPESSE, pelas trocas de experiências e conhecimentos durante o desenvolvimento do estágio de docência. Seu compromisso com a formação profissional dos estudantes de Serviço Social é digno de reconhecimento. Tens meu respeito e admiração.

A querida orientadora Cirlene Oliveira, agradeço a oportunidade de conhecê-la, pela convivência, trocas de conhecimentos, diálogo e pela acolhida no doutorado. Com você aprendi a olhar sob outros ângulos a formação profissional, o estágio e supervisão de estágio, enfim, a profissão de Serviço Social. Aprendi também, que é possível e preciso olhar para o cotidiano com certa leveza, com mais afeto, paciência e esperança para lidarmos com as contradições e os contratempos da vida.

Aos professores que aceitaram o convite pra compor a banca examinadora, principalmente aqueles que compuseram a banca de qualificação, obrigada pelas contribuições que fizeram tomar outros caminhos e forma para essa tese. É um privilégio tê-los por aqui!

A tantas outras pessoas que tiveram sua parcela de contribuição nessa tese. Muito obrigada.

Agradeço principalmente aos participantes da pesquisa que se prontificaram em contribuir. Seus relatos ecoam muita luta e resistência para uma formação profissional com qualidade e pautada no projeto ético-político profissional. Uma das coisas que encanta na profissão de Serviço Social: a busca pelo gênero humano e o trabalho coletivo. Em nome da professora Mônica, agradeço todo o esforço, empenho e colaboração.

“Não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes” (Paulo Freire)

Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas
Mário Quintana

AMICUCCI, Eliane Marques de Menezes. **Supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social: potencialidades para formação profissional**. 2018. 280 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

RESUMO

Esta tese apresenta a discussão sobre supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social, que consiste num espaço de reflexão teórico-prática sobre o trabalho profissional articulada aos objetivos e conteúdo programático do curso, assim, trata-se de numa práxis educativa. Traz como objeto de estudo a dimensão pedagógica da supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social. O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a dimensão pedagógica no processo de supervisão acadêmica de estágio nos cursos presenciais de Serviço Social no estado de São Paulo. Delimitou-se como recorte temporal o período de 1996 a 2016. Privilegiou-se o ano de 1996 devido à aprovação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino em Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que prevê a indissociabilidade entre estágio, supervisão de campo e supervisão acadêmica, sendo um marco na formação profissional. Ainda no corrente período houve o acirrado processo de mercantilização da educação superior e expansão dos cursos de Serviço Social na esfera privada e na modalidade do Ensino à Distância (EAD). A metodologia utilizada pautou-se em pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo com abordagem quantitativa e qualitativa e pesquisa documental. Os instrumentos utilizados para o alcance dessa proposta de estudo foi o questionário e roteiros para a realização da técnica de entrevista. As análises foram realizadas através de categorias que emergiram da realidade concreta, como a concepção de supervisão acadêmica; dimensão educativa; unidade teoria-prática; matéria-prima da supervisão acadêmica; articulação entre formação e trabalho profissional e avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Os participantes que compuseram a pesquisa foram supervisores de campo, supervisores acadêmicos, estagiários, coordenadores de estágio e coordenadora de curso de graduação em Serviço Social. O universo empírico da pesquisa constituiu-se nas Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) na modalidade presencial. Desvelamos que a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social é permeada por “velhos” desafios que acompanham a historicidade da supervisão de estágio em Serviço Social, bem como desafios contemporâneos permeados pelo contexto de precarização do trabalho docente nas UFAs. Por outro lado, identificamos que é uma atividade educativa, consistindo num espaço de reflexão teórico-prática das experiências vivenciadas no campo de estágio, sendo síntese dessa atividade; permite o conhecimento e análise do trabalho profissional a partir da construção de mediações; a relação entre supervisor acadêmico e estagiário pauta-se na perspectiva dialógica. A supervisão acadêmica tem se materializado nas UFAs conforme orientações político-pedagógicas da Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS, entretanto, com desafios impostos pela própria lógica do capital que rebate na condição do trabalho docente, bem como limita a garantia da supervisão direta de estágio prevista na Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) n. 533/2008. Concluímos que através da supervisão acadêmica de estágio é possível contribuir com a construção de um perfil profissional crítico, assim como a formação profissional atrelada aos princípios e valores de uma educação voltada à formação humana.

Palavras-chave: Serviço Social. supervisão acadêmica. educação. trabalho profissional. formação profissional.

AMICUCCI, Eliane Marques de Menezes. **Academic Supervision of Internship in Social Work: potentialities at vocational training.** 2018. 280 f. Thesis (Doctorate in Social Work) – School of Humanities and Social Sciences, São Paulo State University "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2018.

ABSTRACT

This thesis presents the discussion on academic probation supervision in Social work, consisting of a space for reflection on the theoretical-practical professional work articulated the goals and content of the course, so it is a praxis educational. The objective of this study is to analyze the pedagogical dimension in the process of academic supervision of internships in Social Work courses in the State of São Paulo. Delimited timeframe as the period of 1996 to 2016. Has opted for the year of 1996 due to the approval of the Brazilian Association of curriculum guidelines in research Education in Social Service which provides the inseparability between stage, field supervision and academic supervision, being a landmark in the formation Professional. Even in the current period there's the harsh process of commercialization of higher education and expansion of Social Service courses in the private sphere and in the distance learning (EAD) modality. The methodology used was based on bibliographical research, field research with quantitative and qualitative approach and documentary research. The instruments used to reach this study proposal were the questionnaire and a roadmap for performing the interview technique, the analyzes were carried out through categories that emerged from the concrete. Participants who composed the research were field supervisors, academic supervisors, interns, internship coordinators, and a coordinator of an undergraduate course in Social Work. The empirical universe of the research consisted of Units of Academic Formation (UAFs) in the face-to-face modality. We reveal that the academic supervision of the Social Service internship is permeated by the "old" challenges that accompany the historicity of supervising the internship in Social Work, as well as contemporary challenges permeated by the precarious context of the teaching work in the UAFs, on the other hand, we identify that is an educational activity, consisting of a space of theoretical and practical reflection of the experiences in the stage field, consisting of the synthesis of this activity; it allows the knowledge and analysis of professional work from the construction of mediations; the relation between academic supervisor and intern is based on the dialogical perspective. The academic supervision has materialized in the UAFs according to political-pedagogical guidelines of the National Policy of Internship (NPI) of ABEPSS, however, with challenges imposed by the logic of capital that rebuts in the condition of teaching work, as well as limits the guarantee of direct supervision of internship provided for in Resolution CFESS n. 533/2008. We conclude that through academic supervision of internship it is possible the professional formation linked to the principles and values of an education focused on human formation.

Keywords: Social Work. academic supervision. education. professional work. vocational training.

AMICUCCI, Eliane Marques de Menezes. **Supervisión académica de prácticas en Servicio Social:** potencial para la formación profesional. 2018. 280 f. Tesis (Doctorado en Servicio Social) – Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, Universidad Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

RESUMEN

Presenta tesis la discusión sobre la supervisión de libertad condicional académica en trabajo Social, que consiste en un espacio de reflexión sobre el trabajo profesional teórico-práctico articula los objetivos y contenidos del curso, así que es una praxis educativa. Esta investigación tiene como objeto de estudio la dimensión pedagógica de la supervisión académica de prácticas en el Servicio Social. Trae como objetivo general: analizar la dimensión pedagógica en el proceso de supervisión académica de prácticas en los cursos presenciales de Servicio Social en el estado de São Paulo. El recorte temporal demarcado fue en el período de 1996 a 2016, fue privilegiado el año 1996, debido a la aprobación de las Directrices Curriculares de la Asociación Brasileña de Enseñanza en Investigación en el Servicio Social que prevé la inseparabilidad entre prácticas, supervisión de campo y supervisión académica. La metodología utilizada se basó en la investigación bibliográfica, investigación de campo con abordaje cuantitativo y cualitativo e investigación documental. Los instrumentos utilizados para el alcance de esta propuesta de estudio fueron el cuestionario y un itinerario para la realización de la técnica de entrevista; los análisis se realizaron a través de categorías que surgieron de la realidad concreta. Los participantes que compusieron la investigación fueron supervisores de investigación campo, supervisores académicos, aprendices, coordinadores de prácticas y coordinadora del curso de graduación en el Servicio Social. Desvelamos que la supervisión académica de prácticas en Servicio Social está llena de “viejos” desafíos que acompañan la historicidad de la supervisión de prácticas en el Servicio Social, así como los desafíos contemporáneos en el contexto de la precarización del trabajo docente en las (UFAs). Por otro lado, identificamos que es una actividad educativa, que consiste en un espacio de reflexión teórico-práctica de las experiencias vivenciadas en el campo de práctica, que consiste en la síntesis de esta actividad; permite el conocimiento y análisis del trabajo profesional a partir de la construcción de mediaciones; la relación entre supervisor académico y aprendiz se pauta en la perspectiva dialógica. La supervisión académica se ha materializado en las UFAs de acuerdo con las orientaciones político-pedagógicas de la Política Nacional de Prácticas (PNE) de la Asociación Brasileña de Educación e Investigación en Trabajo Social (ABEPSS), sin embargo, con desafíos impuestos por la propia lógica del capital que rebate en la condición del trabajo docente, así como limita la garantía de la supervisión directa de prácticas prevista en la Resolución CFESS n. 533/2008. Concluimos que a través de la supervisión académica de prácticas es posible la formación profesional sujeta a los principios y valores de una educación direccionada a la formación humana.

Palabras clave: Servicio Social. supervisión académica. educación. trabajo profesional. formación profesional.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização Geral das UFAs.....	30
Quadro 2 - Estágio Supervisionado nas UFAs.....	31
Quadro 3 - Quantidade de estagiários em campo de estágio/carga horária estágio.....	33
Quadro 4 - Áreas de Atuação Profissional dos Campos de Estágio.....	33
Quadro 5 - Formas de Inserção nos Campos de Estágio.....	34
Quadro 6 - Supervisão Acadêmica de estágio em Serviço Social.....	35
Quadro 7 - Subsídio para Implantação da Supervisão Acadêmica.....	36
Quadro 8 - Condições Objetivas do Trabalho Docente para Realização da Supervisão Acadêmica: garantia de remuneração de horas de trabalho.....	36
Quadro 9 - Operacionalização da Supervisão Acadêmica.....	37
Quadro 10 - Quantidade de matrículas.....	68
Quadro 11 - Quantitativo de cursos presenciais, matrículas e concluintes de Serviço Social no Brasil no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).....	74
Quadro 12 - Quantitativo de cursos presenciais e à distância, matrículas e concluintes de Serviço Social no Brasil no governo Lula (2003-2010).....	75
Quadro 13 - Quantitativo de cursos presenciais e à distância, matrículas e concluintes de Serviço Social no Brasil no governo Dilma Roussef (2011-2016).....	76
Quadro 14 - Expansão dos cursos presenciais no estado de São Paulo.....	86
Quadro 15 - Produções Sobre Estágio e Supervisão em Livros.....	109
Quadro 16 - Produções Sobre Estágio e Supervisão em Capítulos de Livros.....	115
Quadro 17 - Produções Sobre Estágio e Supervisão nas Revistas Qualis A1 na área do Serviço Social.....	130
Quadro 18 - Produções Sobre Estágio e Supervisão no ENPES 2004.....	139
Quadro 19 - Produções Sobre Estágio e Supervisão no ENPES 2006.....	141
Quadro 20 - Produções Sobre Estágio e Supervisão no ENPES 2008.....	142
Quadro 21 - Produções Sobre Estágio e Supervisão no ENPES 2010.....	143
Quadro 22 - Produções Sobre Estágio e Supervisão no ENPES 2012.....	145
Quadro 23 - Produções Sobre Estágio e Supervisão no ENPES 2014.....	150
Quadro 24 - Produções Sobre Estágio e Supervisão no ENPES 2016.....	153
Quadro 25 - Produções Sobre Estágio e Supervisão no CBAS 2001.....	155

Quadro 26 - Produções Sobre Estágio e Supervisão no CBAS 2004.....	157
Quadro 27 - Produções Sobre Estágio e Supervisão no CBAS 2007.....	158
Quadro 28 - Produções Sobre Estágio e Supervisão no CBAS 2010.....	160
Quadro 29 - Produções Sobre Estágio e Supervisão no CBAS 2013.....	162
Quadro 30 - Produções Sobre Estágio e Supervisão no CBAS 2016.....	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cursos de Serviço Social na modalidade presencial nas regiões administrativas do Estado de São Paulo.....	84
Tabela 2 - Quantitativo de Instituições que oferecem Cursos de Serviço Social na modalidade EAD, vagas autorizadas e municípios de abrangência no estado de São Paulo	87

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CPC	Conceito Preliminar de Cursos
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CFE	Conselho Federal de Educação
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CINTERFOR	Centro Interamericano de Pesquisa e Documentação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CSFSS	Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social
EAD	Ensino à Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FASB	Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista
FAVIP	Faculdade do Vale do Ipojuca
FBV	Faculdade de Boa Viagem
FEF	Fundação Educacional de Fernandópolis
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNEC	Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul
GED	Gratificação de Estímulo ao Trabalho Docente

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDD	Índice de Diferença entre o Resultado Esperado e o Observado
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Educação Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
IMESB	Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Victório Cardassi
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IRPJ	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE	Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PIS	Programa de Integração Social
PNE	Política Nacional de Estágio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para todos
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UERN	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
UFA	Unidade de Formação Acadêmica
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNESA	Universidade Estácio de Sá
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância
UNICSUL	Universidade Cruzeiro do Sul
UNIESP	União das Instituições Educacionais de São Paulo

UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNILINS	Centro Universitário de Lins
UNINOVE	Universidade Nove de Julho
UNIP	Universidade Paulista
UNITAU	Universidade de Taubaté
USAID	United States Aid International Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
Percurso Metodológico da Pesquisa	23
Delimitação do campo Empírico da Pesquisa.....	28
CAPÍTULO 1 EDUCAÇÃO E TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA	
ATUAL.....	47
1.1 Educação e Trabalho: Significado na Sociedade Capitalista.....	47
1.2 Educação Superior Brasileira: Mercantilização a partir dos Processos de	
Contrarreformas Neoliberais.....	54
CAPÍTULO 2 SERVIÇO SOCIAL, FORMAÇÃO E TRABALHO	
PROFISSIONAL: DESVELANDO A REALIDADE E	
POSSIBILIDADES PARA A FORMAÇÃO HUMANA.....	72
2.1 Formação Profissional em Serviço Social e o Processo de Mercantilização da	
Educação Superior.....	72
2.2 Diretrizes Curriculares da ABEPSS: desafios contemporâneos.....	77
2.3 Particularidades da Formação Profissional em Serviço Social no Estado de	
São Paulo.....	83
2.4 Indissociabilidade entre Formação e Trabalho profissional.....	94
2.5 Formação Profissional em Serviço Social e a Práxis Educativa.....	99
CAPÍTULO 3 PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE ESTÁGIO E	
SUPERVISÃO NO SERVIÇO SOCIAL NOS ANOS DE 2001 A	
2016: DESVELANDO AS TENDÊNCIAS PARA A	
SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO.....	106
3.1 Produção do Conhecimento Sobre Estágio e Supervisão em Livros.....	108
3.2 Produção do Conhecimento Sobre Estágio e Supervisão em Capítulos de	
Livros.....	115
3.3 Artigos de Revistas.....	129
3.4 Trabalhos Publicados nos Principais Eventos da Categoria: ENPESS e	
CBAS.....	138
3.4.1 Produções Sobre Estágio e Supervisão nos ENPESS.....	139
3.5 Produções Sobre Estágio e Supervisão no CBAS.....	155

CAPÍTULO 4 SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: AS PARTICULARIDADES DA SUPERVISÃO ACADÊMICA.....	173
4.1 Supervisão de Estágio em Serviço Social e o Processo de Ensino-Aprendizagem.....	173
4.2 Supervisão de Estágio em Serviço Social nas Legislações e Normativas Vigentes.....	180
4.3 Particularidades da Supervisão Acadêmica de Estágio em Serviço Social.....	194
4.3.1 Supervisão Acadêmica de Estágio em Serviço Social e o Debate sobre a Unidade Teoria-Prática.....	196
4.3.2 Dimensão Pedagógica da Supervisão Acadêmica de Estágio em Serviço Social....	206
CAPÍTULO 5 SUPERVISÃO ACADÊMICA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.....	218
5.1 Concepção de Supervisão Acadêmica: espaço de reflexão teórico-prática.....	219
5.2 Dimensão Educativa da Supervisão Acadêmica de Estágio em Serviço Social...	224
5.3 A Unidade Teoria-Prática: análise da realidade vivenciada nos campos de estágio.....	231
5.4 Matéria-Prima da Supervisão Acadêmica: o processo de ensino-aprendizagem sobre o trabalho profissional do assistente social.....	237
5.5 Supervisão Acadêmica: articulação entre formação e trabalho profissional....	241
5.6 Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem.....	245
5.7 Dimensão Político-Pedagógica da Supervisão Acadêmica de Estágio em Serviço Social: potencialidades do constructo da formação humana.....	247
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	251
REFERÊNCIAS.....	258
APÊNDICES	
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO...	269
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA - COORDENADOR DE CURSO.....	270
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA - COORDENADOR DE ESTÁGIO.....	271
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA – SUPERVISOR ACADÊMICO.....	272

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA – SUPERVISOR DE CAMPO.....	275
APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA – ESTAGIÁRIAS.....	277
APÊNDICE G - PERFIL DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	278

INTRODUÇÃO

“Quem elegeu a busca não pode recusar a travessia”
Guimarães Rosa

A busca pelo conhecimento é uma tarefa árdua e desafiante que envolve múltiplas determinações colocadas pela dinâmica da realidade. Significa o olhar sobre o que está posto, mas com a intencionalidade de desvelar as determinações que ocultam elementos concretos que só se revelam em um processo de investigação. Com este pensamento tivemos o desafio de escrever essa tese.

As reflexões tecidas nestas páginas são frutos de nossas indagações, inquietações advindas das problemáticas que envolvem a formação e exercício profissional, situadas no âmbito da supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social e vivenciado na trajetória profissional enquanto docente e na militância, no espaço de luta e resistência contra a precarização da formação profissional.

As problemáticas em torno da formação profissional inerente ao estágio supervisionado se constituem temática de estudo e pesquisa que nos acompanham desde o período da graduação.

Perpassa pela inserção e conclusão do curso de mestrado, cuja temática de estudo foi a atividade de estágio supervisionado na formação profissional do estudante de Serviço Social e nesse momento no curso de doutorado se estendendo para a dimensão da supervisão de estágio.

No doutoramento em serviço Social privilegamos o estudo sobre a supervisão acadêmica, haja vista a experiência como supervisora acadêmica (06 anos), coordenadora de estágio (04 anos), coordenadora de curso (04 anos)¹ militante na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)².

É importante mencionar que durante a nossa participação no Projeto ABEPSS Itinerante/ Edição de 2014³, cuja temática foi o estágio supervisionado, foi suscitada a necessidade de aprofundarmos os estudos e pesquisas a respeito da supervisão acadêmica de estágio.

¹ Esses anos de experiências dizem respeito ao exercício do trabalho docente no curso de Serviço Social da Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF).

² Na gestão 2015-2016 “Ousadia e Sonhos em Tempo de Resistência” compusemos a diretoria da ABEPSS enquanto representante discente de pós-graduação e na gestão anterior enquanto articuladora da microrregião de São José do Rio Preto que compõe a ABEPSS SULII.

³ O Projeto ABEPSS Itinerante é uma das estratégias políticas e formativas de fortalecimento das Diretrizes Curriculares juntos às Unidades de Formação Acadêmica (UFA) realizada pela ABEPSS. Esse projeto é desenvolvido praticamente nas sete regiões da ABEPSS e acontece a cada dois anos.

Percebemos que havia um "aparente" desconhecimento dos assistentes sociais sobre as atribuições do supervisor acadêmico, bem como, do significado dessa modalidade de supervisão no processo de formação profissional do estudante. Além disso, não havia a capacitação para o exercício da supervisão daqueles docentes assistentes sociais que exerciam a supervisão acadêmica.

Por outro lado, as expressões da realidade trazida pelos participantes no Projeto ABEPSS Itinerante, bem como os estudos e também nos espaços de militância da ABEPSS apresentavam que o contexto mercantilizado da educação superior rebatia sobremaneira no processo de formação profissional, precarizando as condições do trabalho docente, dificultando a implantação e/ou operacionalização da supervisão acadêmica de estágio.

Através da atividade de estágio supervisionado, o estagiário tem condições de desenvolver habilidades, potencialidades e conhecimentos específicos para o exercício do trabalho profissional, adquirindo conhecimentos e capacidade de análise dos aspectos conjunturais e institucionais que envolvem a formação e exercício profissional.

O processo de ensino-aprendizagem é viabilizado pela supervisão de campo e acadêmica, sendo indissociáveis no processo de formação profissional.

Compreendemos que a supervisão acadêmica é uma práxis educativa porque visa à reflexão crítica do estagiário acerca de sua vivência no campo de estágio, bem como é o momento de reflexão teórico-prática articulada aos objetivos e conteúdo programático do curso.

Trata-se de um processo didático-pedagógico que envolve a reflexão do trabalho profissional a partir da perspectiva de totalidade, assim como, a superação do senso comum, desconstruindo, conceitos, valores, normas estabelecidas pela sociedade de classes. Assim, propicia a consciência crítica dos processos sociais em curso, na direção que contemple uma formação profissional com perfil crítico e também para a formação humana.

A supervisão acadêmica está no âmbito da educação. Educação na perspectiva da construção de consciência crítica da complexa realidade social. Enquanto processo educativo ela se identifica com as perspectivas teóricas de horizontalidade na relação supervisor (campo e acadêmico) e estagiário, o que significa reconhecer que nesse processo de reflexão crítica sobre o trabalho profissional, há uma posição de igualdade no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, há troca de conhecimentos sobre a realidade vivenciada.

A condição de supervisores de estágio não sobressai à condição de estagiário, eliminando-se qualquer possibilidade de uma postura autoritária, assim, há compreensão que no processo educativo há uma dimensão política (BURIOLLA, 2008).

Com a interlocução do Serviço Social com referencial teórico crítico, a supervisão de estágio passa a ser entendida como espaço de troca de conhecimento entre os sujeitos envolvidos, onde todos têm conhecimento e/ou experiência para trocar, ensinar e aprender.

Nesse processo pode-se garantir uma formação profissional com valores ético-políticos, competências metodológicas e habilidades operativas em consonância com o projeto ético-político profissional.

Dada essa dimensão educativa da supervisão de estágio na formação profissional do assistente social, foi que a elencamos como eixo temático e de estudo, recortando como **objeto** de pesquisa, a dimensão pedagógica no processo de supervisão acadêmica de estágio, considerando a realidade dos cursos presenciais de Serviço Social do estado de São Paulo.

Salientamos que nesta pesquisa não pretendemos privilegiar o papel do supervisor acadêmico em detrimento ao papel do supervisor de campo, pressupondo uma dicotomia: o supervisor acadêmico é o responsável pelos aspectos teóricos, e o supervisor de campo pelos aspectos da prática.

Os dois supervisores de estágio possuem características próprias que estão no âmbito de suas atribuições enquanto supervisor de campo e supervisor acadêmico, garantindo sua complementaridade.

Reiteramos que dessa maneira, se situa a supervisão acadêmica e de campo, sendo que há igualdade de posição quanto ao processo educativo, possuindo o mesmo grau de importância no processo de ensino-aprendizagem (LEWGOY, 2009).

A supervisão acadêmica revela sua particularidade frente à supervisão de campo. O supervisor acadêmico, na sala de aula e em pequenos grupos busca articular os fundamentos históricos, éticos, teóricos, metodológicos e políticos da ação profissional, uma vez que há de se considerar o movimento do cotidiano institucional, em que se encontra o assistente social.

Nesse processo de estudo, tivemos como **objetivo geral:** analisar a dimensão pedagógica no processo de supervisão acadêmica de estágio nos cursos presenciais de Serviço Social no estado de São Paulo. Como objetivos específicos:

- ❖ Apreender as particularidades da supervisão acadêmica nos cursos presenciais de Serviço Social do estado de São Paulo;
- ❖ Identificar os componentes curriculares da supervisão acadêmica nos referidos cursos;
- ❖ Investigar o significado da supervisão acadêmica na formação profissional dos estudantes atribuído pelos sujeitos envolvidos no processo de supervisão de estágio;

❖ Apresentar a produção do conhecimento da categoria de Serviço Social sobre a supervisão acadêmica de estágio.

A supervisão acadêmica deve ser estruturada numa perspectiva de trabalho participativo e socioeducativo entre supervisores de campo, acadêmicos e estudantes, constituindo um espaço de ensino-aprendizagem, de reflexão e enfrentamento das situações que permeiam o trabalho profissional, na construção de saberes, conhecimentos da profissão, visando à qualificação no processo de formação profissional do assistente social, bem como a efetivação do projeto ético-político do Serviço Social.

Percurso Metodológico da Pesquisa

A perspectiva metodológica desta pesquisa está associada a uma visão de homem e de mundo fundamentada no Projeto Ético-Político do Serviço Social. A matriz teórico-metodológica que o projeto se pauta refere-se ao pensamento social crítico, ou seja, ao marxismo, pois subsidia a leitura crítica da realidade social, a compreensão do homem enquanto ser social e histórico do real e as contradições da sociedade capitalista.

É através do pensamento marxista, compreendido como ontologia do ser social “[...] porque seus enunciados sempre se colocam diante de certo tipo de ser e se apoiam no próprio movimento das categorias da realidade [...]” (PONTES, 2000, p. 38) que se busca a compreensão do que é o ser social e do que é necessário para que o homem se constitua como tal, ou seja, estuda como são as relações sociais que os homens estabelecem em sociedade.

As teorias permitem explicar os fenômenos dados na realidade, compreendidas como “[...] um conjunto de princípios e definições que servem para dar organização lógica a aspectos selecionados da realidade empírica.” (GOLDENBERG, 2002, p. 106).

Dessa forma, há aproximação entre teoria e realidade, o que pressupõe que é à luz de uma teoria que trará o desvelamento de uma dada realidade, e essa teoria irá fornecer subsídios para a análise do objeto de estudo ora proposto.

A relação dialética entre teoria e realidade empírica se expressa no fato de que a realidade informa a teoria que por sua vez a antecede, permite percebê-la, formulá-la, dar conta dela, fazendo-a distinta, num processo sem fim de distanciamento e aproximação. A teoria domina a construção do conhecimento através de conceitos gerais provenientes do momento anterior. Seu aprofundamento, de forma crítica, permite desvendar dimensões não pensadas a respeito da realidade que não é evidente e que

não se dá: ela se revela a partir de interrogações elaboradas no processo de construção teórica. (MINAYO, 2004, p. 92).

Nesse âmbito, buscamos subsídios para a compreensão e análise das questões elencadas no processo de estudo:

- A supervisão acadêmica nos cursos de Serviço Social tem contribuído para mediação das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão junto aos estagiários de Serviço Social a partir do que se vivencia nos campos de estágio?

- De que forma a supervisão acadêmica pode ser conduzida para a construção da consciência crítica dos estagiários acerca da realidade e do trabalho profissional do assistente social?

- O que se discute na supervisão acadêmica tem orientação teórico-metodológica respaldada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 para fins de construção do perfil profissional proposto?

- Qual a concepção de supervisão acadêmica que tem embasado os participantes envolvidos no processo de supervisão de estágio?

- O supervisor acadêmico tem clareza de suas atribuições?

- Qual significado da supervisão acadêmica na formação profissional compreendido pelos sujeitos envolvidos no processo de supervisão de estágio?

- Quais as condições objetivas dos supervisores acadêmicos para a realização da supervisão de estágio?

Tivemos como hipóteses: que a supervisão acadêmica estabelece a mediação entre a formação e o trabalho profissional. Mediação que está intrinsecamente relacionada à totalidade social, como possibilidade de respostas concretas para demandas sociais e institucionais que se encontram nas potencialidades e/ou limitações do trabalho profissional dos assistentes nos diversos campos de atuação profissional, e vivenciadas pelos estudantes através da atividade de estágio supervisionado.

Além disso, o contexto neoliberal, mercantilista, de precarização do trabalho docente tem influenciado para que a supervisão acadêmica não tenha sido implantada nas UFAs conforme orientações político-pedagógicas da categoria profissional.

A última hipótese elencada é que a supervisão acadêmica quando operacionalizada na perspectiva da práxis possibilita a construção da consciência crítica do estudante e viabiliza além da formação profissional também à formação humana.

Estudar sobre a dimensão pedagógica da supervisão acadêmica de estágio no atual contexto em que está imersa a educação superior no país é uma tarefa um tanto complexa.

Nesse sentido, se a supervisão acadêmica está no âmbito da educação (entendo-a enquanto práxis educativa), e possui direção social pautada no projeto de formação profissional e no projeto ético-político do Serviço Social, trazemos como problema de pesquisa: a dimensão pedagógica presente no processo de supervisão acadêmica contribui para formação profissional com valores e princípios ético-políticos pautados na perspectiva de uma educação voltada à formação humana?

Identificamos que a resposta está conectada à concepção de supervisão acadêmica, de educação, formação e trabalho profissional; no reconhecimento da unidade teoria-prática no processo de ensino-aprendizagem; na finalidade da supervisão acadêmica e na intencionalidade com que a realiza.

O recorte temporal deste estudo refere-se ao período de 1996-2016. Em 1996 foram aprovadas e implantadas as Diretrizes Curriculares da ABEPSS⁴, onde se estabelece pela primeira vez na história da profissão e no âmbito da formação profissional, a indissociabilidade entre estágio, supervisão de campo e supervisão acadêmica, bem como diz respeito aos vinte anos das Diretrizes Curriculares.

Foram selecionados os cursos presenciais do estado de São Paulo por compreender que é nesse estado que concentra um número expressivo, totalizando 98 e em atividade segundo dados do Emec⁵, sendo inclusive um dos estados⁶ com maior número de cursos de Serviço Social do Brasil.

Além disso, escolhemos os estes na modalidade presencial porque são possíveis de serem identificados e quantificados com mais precisão do que àqueles na modalidade a distância.

A **pesquisa bibliográfica** foi uma das etapas que possibilitou o conhecimento acerca do objeto pesquisado, consistindo na leitura de livros, artigos de revistas, dissertações de mestrado, teses de doutorado, resenhas, textos. As diferentes bibliografias embasaram a

⁴ Informamos que as análises que perpassam a formação profissional tecidas nessa tese estão respaldadas nas Diretrizes Curriculares construídas pela ABEPSS e aprovadas em 1996. Nesse sentido, quando escrito Diretrizes Curriculares na tese nos referiremos a estas diretrizes especificamente.

⁵ O e-MEC é o sistema de tramitação eletrônica dos processos de regulação (credenciamento e reconhecimento de instituições de Ensino Superior (IES), autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos). A pesquisa nesse sistema foi realizada nos meses de junho e julho de 2016, no seguinte endereço eletrônico: <http://emec.mec.gov.br/>.

⁶ Seguindo do estado de Minas Gerais que possui 61 cursos; Rio de Janeiro 48 cursos, Bahia 36, Paraná 34 cursos. Dados disponíveis em MEC (2016).

pesquisa, propiciando o “[...] exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 71).

No processo de estudo, foi realizada a **pesquisa documental**, a partir do estudo dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Serviço Social participantes da pesquisa e análise das legislações pertinentes ao estágio e supervisão e relatório de reuniões da ABEPSS SUL II.

Desenvolvemos pesquisas também em base dados da internet, como sites do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e no sistema e-MEC do portal do Ministério da Educação (MEC).

Utilizamos a **pesquisa de campo**, concebida por (MINAYO, 1992 apud CRUZ NETO, 1994, p. 53) como a representação de “uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação”.

A pesquisa empírica à priori seria desenvolvida com as cinco Unidades de Formação Acadêmica do estado de São Paulo que responderam ao primeiro contato, via e-mail. Entretanto, após a formalidade dos trâmites do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), obtivemos autorização para desenvolver a pesquisa em apenas duas UFAs que ofertam o curso de Serviço Social na modalidade presencial. O detalhamento e justificativas dessa não participação serão explicitados mais adiante.

Para a **pesquisa de campo**, como já mencionado, foi construído questionário⁷ com perguntas estruturadas e enviado via e-mail aos coordenadores dos cursos de Serviço Social com o objetivo de identificar quais cursos possuem a supervisão acadêmica de estágio.

O questionário como instrumento para a recolha de dados possui algumas vantagens para a análise e compreensão do objeto estudado. De acordo com Goldenberg (2002, p. 87-88), essas vantagens seriam:

1. é menos dispendioso;
2. exige menor habilidade para aplicação;
3. pode ser enviado pelo correio ou entregue em mão;
4. pode ser aplicado a um grande número de pessoas ao mesmo tempo;
5. as frases padronizadas garantem maior uniformidade para a mensuração;
6. os pesquisadores se sentem mais livres para exprimir opiniões que temem ser desaprovadas ou que poderiam colocá-los em dificuldades;
7. menor pressão para resposta imediata, o pesquisado pode pensar com calma.

⁷ Consultar o Apêndice G.

Foram utilizados também roteiros para realização da entrevista⁸. A partir da técnica da entrevista, buscou-se “[...] obter os informes contidos nas falas dos atores sociais [...] que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.” (CRUZ NETO, 1994, p. 57). A entrevista pode ser assim definida: “Conversa a dois, feita por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e entrada (pelo entrevistador) em temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo.” (KAHAN & CANNELL, 1962, p. 52 apud MINAYO, 2004, p. 106).

A técnica da entrevista foi conduzida pela pesquisadora. O gravador foi utilizado para registro das respostas possibilitando a transcrição para análise a partir da aprovação dos entrevistados para a utilização do mesmo, a “[...] gravação permite contar com todo material fornecido pelo informante, o que não ocorre seguindo outro meio.” (TRIVIÑOS, 2006, p. 148).

Através da técnica da entrevista, “[...] o pesquisador pode levar o entrevistado a uma penetração maior em sua própria experiência, explorando áreas importantes [...]” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 96).

Privilegiamos a abordagem quantitativa e qualitativa, entendendo que a integração de dados quantitativos e qualitativos pode proporcionar melhor compreensão do tema estudado. Os “[...] métodos quantitativos pressupõem uma população de objetos de estudo comparáveis, que fornecerão dados que podem ser generalizáveis.” (GOLDENBERG, 2002, p. 63).

A abordagem qualitativa permitiu a compreensão de como os sujeitos de nossa pesquisa concebem e experimentam concretamente a realidade vivenciada no processo de supervisão acadêmica. Concorde Minayo (2007, p. 21) a pesquisa com abordagem qualitativa “[...] trabalha com os significados de uma realidade social a partir da realidade vivida pelo ser humano [...]”, bem como os aspectos qualitativos de uma pesquisa:

[...] implica considerar sujeito de estudo: gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados. Implica também considerar que o objeto das ciências sociais é complexo, contraditório, inacabado, e, em permanente transformação. (MINAYO, 2007, p. 23).

⁸ Elaboramos os roteiros considerando as particularidades que cada sujeito da pesquisa possui no processo de supervisão de estágio, assim, os roteiros não são idênticos. Conferir os apêndices B, C, D, E e F.

Os **participantes** da nossa pesquisa foram os supervisores de campo, supervisores acadêmicos, estagiários, coordenador de estágio e o coordenador de curso.

A escolha desses participantes foi pertinente porque são partícipes do processo do processo da supervisão de estágio (supervisor de campo, acadêmico e estagiário) bem como a gestão do estágio (coordenação de estágio) e totalidade da formação profissional no âmbito da gestão do curso de graduação em Serviço Social (coordenador de curso), a partir da compreensão e significado que atribuem à supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social.

Delimitação do Campo Empírico da Pesquisa

A partir da necessidade de primeira aproximação com o campo empírico da pesquisa para fins de identificação dos cursos que possuem a supervisão acadêmica, realizamos contato via e-mail com articuladores das microrregiões da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS SUL II⁹: Capital de São Paulo (possui 30 cursos presenciais), ABC (5 cursos presenciais), Baixada Santista (5 cursos presenciais), Campinas/Sorocaba (17 cursos presenciais), Franca/Ribeirão Preto (6 cursos presenciais); São José do Rio Preto/Fernandópolis (9 cursos presenciais), Araçatuba/Marília (16 cursos presenciais), totalizando 88 cursos presenciais e em atividade no estado de São Paulo.

O contato com os articuladores das microrregionais foi realizado para fins de fornecimento dos e-mails dos coordenadores de curso. Após a devolutiva dos e-mails¹⁰, identificamos que a quantidade de cursos não confere com os dados do EMEC¹¹. Consideramos, dessa forma, para a pesquisa de campo, este dado identificado por meio das correspondências eletrônicas.

⁹ Atualmente a ABEPSS é dividida em 6 regionais, cuja composição não é a mesma da divisão geográfica do Brasil, ainda que a nomenclatura seja semelhante: Norte, Nordeste, Centro Oeste, Leste, Sul II e Sul I. O estado de São Paulo, juntamente com o estado do Mato Grosso do Sul compõem a regional SUL II. Para facilitar o contato, aproximação e capilaridade junto às Unidades de Formação Acadêmica (UFAs), a regional SUL II, particularmente, criou as microrregionais; em cada uma há o(os) articulador (es)de micro, cuja atribuição é mobilizar os cursos de Serviço Social das UFAs presenciais a participarem das atividades propostas pela ABEPSS, bem como representar essa entidade representativa quando solicitado.

¹⁰ Cada articulador de micro enviou uma tabela com os dados dos cursos de Serviço Social pertencentes a sua microrregião, conforme dividida pela ABEPSS SUL II, nessa tabela contém o nome do curso, nome do coordenador de curso e seus respectivos e-mails. Como foi delimitado que o campo empírico para a pesquisa é o estado de São Paulo, o contato foi feito apenas com os articuladores de micro desse estado. Vale esclarecer ainda que, todos os cursos de Serviço Social presenciais em atividade no estado de São Paulo estão contemplados nas microrregionais da ABEPSS.

¹¹ Na base de dados do sistema e-MEC encontramos a informação que havia 98 cursos presenciais em atividade no estado de São Paulo

Com base nesta informação e a partir da posse da lista de contatos de e-mails dos coordenadores de curso, enviamos o questionário¹² para identificar os cursos que possuíam a supervisão acadêmica implantada. Assim, foram enviados e-mails aos **70** coordenadores¹³ dos cursos de Serviço Social.

Após um período de dez dias para a devolutiva dos e-mails enviados aos 70 coordenadores de curso, houve retorno de 26, com as seguintes informações:

- 6 cursos sem turma em andamento, ou seja, cursos que ainda estão em atividade, aptos a ofertar o vestibular, mas que naquele momento, não possuíam estudantes, considerando que não houve ingressantes nos últimos anos.
- 4 cursos novos e que ainda não iniciaram a atividade de estágio supervisionado;
- 2 cursos que cogitaram a possibilidade de participar da pesquisa somente após os trâmites da Plataforma Brasil e com autorização da UFA;
- 9 cursos que não participam de pesquisas externas, somente pesquisa realizada pela própria UFA;
- 6 responderam ao questionário, destas 6 identificamos que um dos cursos não havia iniciado a atividade de estágio, assim, esta UFA não foi considerada para participar da pesquisa.

A partir da quantidade identificada dos cursos presenciais do estado de São Paulo e o número de retornos obtidos, observamos que em tempos que impera a mercantilização da educação e nesta se insere os cursos de Serviço Social, torna-se cada vez mais desafiador o desenvolvimento de pesquisas nestas UFAs, dado o contexto de precarização da formação profissional oriunda dos interesses capitalistas que visam lucros em detrimento de uma formação profissional sem condições e/ou com condições mínimas de atender às prerrogativas das Diretrizes Curriculares da ABEPSS¹⁴.

Considerando esses dados, estavam aptas para participarem da pesquisa 5 UFAs. Assim, todas estas selecionadas possuem a supervisão acadêmica de estágio em seus cursos.

Após a identificação dos 5 cursos que possuem a supervisão acadêmica foi formalizado via e-mail e contato telefônico o convite para participação na pesquisa ora proposta, entretanto, apenas 2 autorizaram formalmente a contribuição.

É importante analisar que o contexto mercantil que envolve a formação profissional nos últimos tempos é tão perverso que recai na própria autonomia profissional. Três das

¹² Questionário foi enviado no início do mês de agosto de 2016, juntamente com uma carta-convite explicitando o objeto, objetivos da pesquisa.

¹³ Identificou-se na tabela dos contatos dos coordenadores dos cursos que um mesmo profissional coordena mais de um curso de Serviço Social.

¹⁴ No capítulo 2 desta tese trazemos as particularidades da formação profissional no estado de São Paulo que comprovam tal afirmação.

UFAs que participariam da pesquisa são pertencentes a um dos grandes grupos empresariais, à União das Instituições Educacionais de São Paulo (UNIESP), sendo que, após o pedido de autorização para participarem da pesquisa, fomos informadas por telefone que não poderiam mais participar porque a UFA ficou com receio de se expor e mesmo argumentando que não identificaria o nome caso não autorizassem, não foi obtido sucesso.

Isso corrobora ainda mais para processos de mobilização e luta contra o empresariamento da educação, que conforma uma formação profissional precarizada, bem como, insurge a aproximação das entidades representativas do Serviço Social, principalmente da ABEPSS aos cursos de Serviço Social pertencentes a estas UFAs.

É preciso o fortalecimento dos docentes assistentes para que estabeleçam processos de luta e resistência na garantia da formação profissional atrelada às Diretrizes Curriculares e projeto ético-político profissional.

Dada as expressões dessa realidade e o conjunto de esclarecimentos realizado, ficou definido como participantes da pesquisa a Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF) e a Universidade de Taubaté (UNITAU).

A seguir, apresentamos a atividade de estágio supervisionado e supervisão acadêmica nestas duas UFAs:

Quadro 01- Caracterização Geral das UFAs

Nome	Natureza Jurídica	Ano de Início do Curso	Reconhecimento do MEC	Filiação ABEPSS	Período do Curso	Quantidade Total de Estudantes
FEF	Fundação Privada	2005	Sim	Não	Noturno	35
UNITAU	Autarquia Municipal	1963	Sim	Sim	Noturno	76

Fonte: Elaborado por Eliane Amicucci, 2017.

Observamos que uma UFA é de natureza fundação privada e a outra Autarquia Municipal, embora cadastrada no Ministério da Educação e Cultura (MEC) como pública municipal, esta cobra mensalidades, conforme constam informações no site da mesma, ou seja, funcionando como as demais empresas educacionais privadas, assim como a FEF que se caracteriza como fundação, mas, possui interesses com fins lucrativos.

A UNITAU teve o início do curso de Serviço Social em 1963, período em pleno autoritarismo no país e ao mesmo tempo quando se inaugura a gênese do processo de

expansão da educação superior pela esfera privada. Na outra ponta, a FEF com o início do curso em 2005, período de intensa expansão da educação superior com o escancarado processo de mercantilização, inclusive cursos na modalidade do ensino à distância-EAD.

As duas são reconhecidas pelo MEC e oferecem o curso no período noturno. Somente a UNITAU é filiada à ABEPSS, o que é um desafio a essa entidade acadêmico-científica no que tange ao processo de filiação das UFAs. Das 88 UFAs que ofertam o curso de Serviço Social na modalidade presencial no estado de São Paulo, 6 estão filiadas à ABEPSS: Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho-UNESP/Franca, Universidade de Taubaté (UNITAU), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC/Campinas), Centro Universitário de Lins (UNILINS), Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL).

No segundo semestre de 2016, período em que foi aplicado esse questionário, a FEF tinha um total de 27 estudantes¹⁵: no 4º semestre, 3 matriculados e no 6º semestre havia 24 matriculados; portanto, duas turmas em andamento; a UNITAU tinha um total de 76 regularmente matriculados no curso: 2º semestre 13 estudantes matriculados, 4º semestre 18 estudantes matriculados, 6º semestre 26 estudantes matriculados e 8º semestre 19 matriculados, logo quatro turmas em andamento.

Considerando que a oferta para os cursos é de 50 vagas, conforme informações na base de dados do e-MEC, estes números se tornam preocupantes na medida em que há um número baixo de matrículas e não abertura de novas turmas, como é o caso da FEF, como vimos, havia duas turmas em andamento.

Urge investigar essa realidade para que se tenha uma política de fortalecimento do ensino presencial. Como veremos nos capítulos 1 e 2 da tese, o ensino à distância em Serviço Social tem avançado exponencialmente no Brasil como um todo, atingindo também o estado de São Paulo.

Quadro 2 - Estágio Supervisionado nas UFAs

Nome	Coordenação de Estágio	Política de Estágio	Estágio-Obrigatório	Estágio Não-Obrigatório	Semestre de Início do Estágio
FEF	Sim	Sim	Sim	Sim	5º
UNITAU	Sim	Sim	Sim	Não	5º

Fonte: Elaborado por Eliane Amicucci, 2017.

¹⁵ Estes dados constam no questionário aplicado.

As UFAS possuem uma política de estágio, que deve ser o norte para operacionalização dessa atividade. Nessa política deve constar a concepção de estágio, início do estágio, processo de supervisão direta, as atribuições dos sujeitos envolvidos na atividade de estágio, processo de avaliação do ensino-aprendizagem do estudante, etc., sendo considerados embasamentos das legislações e normativas para sua construção e operacionalização, como o Código de Ética de 1993 (CFESS, 1993) e Lei de Regulamentação Profissional, Lei 8.662/93 (BRASIL, 1993), as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (ABEPSS, 1998), a Lei Federal de Estágio, Lei 11.788/2008 (BRASIL, 2008), Resolução CFESS n. 533/2008 (CFESS, 2008) e Política Nacional de Estágio de 2010 (ABEPSS, 2010).

Nas duas UFAs o estágio obrigatório inicia no 5º semestre; na FEF há a modalidade do estágio obrigatório e não-obrigatório, enquanto que na UNITAU há somente o estágio obrigatório.

Na PNE consta que o estágio obrigatório é um: “[...] componente curricular obrigatório integralizador do curso, de caráter obrigatório, sistematizada pelas Diretrizes Curriculares, com carga horária estabelecida a partir de um percentual do total de horas do curso de Serviço Social [...]” (ABEPSS, 2010, p. 27).

O estágio não-obrigatório consta da seguinte forma na PNE:

[...] o estágio não obrigatório pode assumir a configuração de atividade complementar, disciplina ou outra forma prevista nos projetos pedagógicos dos cursos, desde que garantida a supervisão acadêmica (com carga horária) e a supervisão de campo. A carga horária do estágio obrigatório vem necessariamente definida no Projeto pedagógico do curso, a do estágio não-obrigatório é necessariamente indefinida, pois é adequada às necessidades do órgão ou instituição demandante (concedente, nos termos da Lei), ainda que sob o crivo da UFA e de sua respectiva Coordenação de estágio/Comissão. (ABEPSS, 2010, p. 27).

Nesse sentido, as duas modalidades de estágio, embora possuam particularidades, precisam constar no Projeto Pedagógico dos Cursos e ter o devido acompanhamento do estudante nas atividades desenvolvidas, sendo que as UFAs têm autonomia para aderir ou não ao estágio na modalidade não-obrigatório.

As duas UFAs têm seguido às prerrogativas das legislações pertinentes ao estágio, principalmente quanto ao início do estágio no 5º semestre, conforme consta na PNE, assim, entende-se que o estudante já estudou conteúdos essenciais para a formação do senso crítico e conhecimento da profissão de Serviço Social para inserção nos campos de estágio, como Fundamentos Históricos, Teóricos Metodológicos do Serviço Social e Ética Profissional.

Quadro 3 – Quantidade de estagiários em campo de estágio/carga horária de estágio

Nome	Quantidade de Estagiários em Campos de estágio	Quantidade de campo de estágio credenciado	Carga Horária Total Obrigatória de Estágio
FEF	32	41	450
UNITAU	46	35	320

Fonte: Elaborado por Eliane Amicucci, 2017.

A carga horária de estágio obrigatório no curso de Serviço Social deve seguir o que preconiza as Diretrizes Curriculares da ABEPSS que estabelecem carga horária mínima de 15% da carga horária mínima do curso (3000 horas).

Considerando que o curso de Serviço Social da FEF possui carga horária de 3303 horas e a UNITAU 3.040 horas¹⁶, estas estão em consonância com as Diretrizes Curriculares, pois possuem 450 horas totais de estágio supervisionado e 320 horas de estágio, respectivamente.

Em relação à quantidade de campos de estágio, a FEF possui 41 campos de estágio credenciados e 32 estudantes em situação de estágio; a UNITAU possui 35 campos de estágio credenciados e 46 estudantes inseridos nos campos de estágio. Dada a quantidade de estagiários, os campos de estágio de ambas as UFAs apresentam-se suficientes para atender a demanda dos estagiários, pelo menos no quesito quantitativo.

Quadro 4 – Áreas de Atuação Profissional dos Campos de Estágio

Nome	Assistência Social	Saúde	Terceiro Setor	Educação	Empresa	Sócio-Jurídico
FEF	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
UNITAU	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado por Eliane Amicucci, 2017.

Observamos que os estagiários do curso de Serviço Social da FEF estão inseridos nos campos de estágio que contemplam a área da política de assistência social, saúde e terceiro setor e pelo menos no período de aplicação do questionário não havia estagiários na política de educação, empresa e no campo sócio-jurídico.

Na UNITAU as áreas de atuação profissional que os estagiários estão inseridos se referem à política de assistência social, saúde, educação, empresa e sócio-jurídico, sendo que não havia nenhum estagiário no terceiro setor.

¹⁶ Estas informações constam nos Projetos Pedagógicos dos respectivos cursos.

São áreas diversificadas de atuação profissional, possibilitando aos estagiários a vivenciarem diferentes experiências profissionais e particularidades de cada área de atuação profissional.

Quadro 5 – Formas de Inserção nos Campos de Estágio

Nome	Instituições Credenciadas	Projetos de Extensão à Comunidade	Grupo de Pesquisa	Atividade de Ensino
FEF	Sim	Sim	Não	Não
UNITAU	Sim	Sim	Não	Não

Fonte: Elaborado por Eliane Amicucci, 2017.

Para que determinada instituição se constitua como campo de estágio, é preciso estabelecer conforme a Lei Federal de Estágios, o Termo de Convênio com a UFA; neste termo constam necessariamente os direitos e deveres de cada instância na formalização da atividade de estágio supervisionado, inclusive a obrigatoriedade da supervisão direta de estágio.

Os projetos de extensão à comunidade, grupos de pesquisa e as atividades de ensino são logicamente pertencentes às UFAs, abrindo possibilidades para o desenvolvimento da atividade de estágio supervisionado, entretanto, com algumas exceções.

O estágio em extensão é uma das estratégias utilizadas como aproximação entre a universidade e comunidade, mas, devido à Resolução n.533/2008 que estabelece 1 estagiário para cada 10 horas semanais de trabalho, há algumas discussões, dentre elas os CRESS têm advertido que precisa atentar a essa questão, pois, geralmente nos projetos de extensão à comunidade o docente recebe por hora/aula e sua carga horária é insuficiente para atender essa prerrogativa da Resolução.

Por outro lado, a PNE o reconhece como campo de estágio e orienta na direção da Resolução do CFESS ao indicar que “[...] as atividades de extensão (núcleos, projetos) podem ser caracterizadas como campo de estágio, desde que devidamente previstas no projeto pedagógico e respeitada a questão da carga horária docente e discente [...]” (ABEPSS, 2010, p. 40).

No quadro 5 identificamos que as duas UFAS desenvolvem estágio nas instituições credenciadas como campo de estágio e também em projetos de extensão à comunidade e nenhuma desenvolve e/ou convalida possíveis estágio em atividades de ensino.

Identificamos também que a FEF não tem estágio em grupos de pesquisa, mas a UNITAU desenvolve estágio nessa modalidade.

Sobre o estágio em pesquisa a PNE¹⁷ entende que esta não pode configurar como campo de estágio porque “[...] a pesquisa se apresenta como eixo estruturante e transversal do processo de formação, devendo perpassar o trabalho profissional [...]” (ABEPSS, 2010, p. 40).

A atividade de estágio supervisionado precisa contemplar as dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e investigativa da formação e exercício profissional.

Quadro 6 – Supervisão Acadêmica de estágio em Serviço Social

Nome	Ano de Implantação	Horas Semanais	Quantidade Supervisores Acadêmicos	Quantidade de Supervisores de Campo	Atividades de Interlocação entre supervisão de campo e acadêmica
FEF	2010	02	02	13	Sim
UNITAU	1974	03	03	40	Sim

Fonte: Elaborado por Eliane Amicucci, 2017.

A supervisão acadêmica no curso de Serviço Social da FEF foi implantada no ano de 2010, no mesmo ano de aprovação da Política Nacional de Estágio, o que indica que a PNE foi a desencadeadora desse processo. Para sua operacionalização há 2 supervisores acadêmicos que possuem 2 horas/aulas cada. Em relação aos supervisores de campo, há 13 supervisores envolvidos na supervisão. Como forma de aproximação entre campo de estágio e UFA são realizadas atividades¹⁸ que permitem interlocação.

Na UNITAU a supervisão acadêmica foi implantada em 1974. Há 3 supervisores acadêmicos que possuem 3 horas/aulas semanais para a operacionalização da supervisão acadêmica. Possuem 40 supervisores de campo e também realizam atividades de interlocação entre supervisores de campo e acadêmicos como estratégia de aproximação entre campo de estágio e UFA.

¹⁷ O debate sobre o estágio supervisionado em projetos de extensão e em pesquisa será mais bem aprofundado teoricamente no capítulo 04 desta tese.

¹⁸ Essas atividades, segundo informações dos participantes, diz respeito às reuniões, seminários, palestras, jornada de estágio e fórum de supervisão de estágio.

Observamos que as duas UFAs buscam operacionalizar a supervisão acadêmica respeitando o número de estagiários por supervisor acadêmico quando realizada em pequenos grupos, ou seja, 15 estagiários por turma.

Quadro 7 – Subsídio para Implantação da Supervisão Acadêmica

Nome	Código de Ética 1993	Lei de Regulamentação do Profissional 8.662/1993	D.C da ABEPSS	Lei Federal dos Estágios-lei 11.788/2008	Resolução CFESS n.533/2008	PNE
FEF	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
UNITAU	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado por Eliane Amicucci, 2017.

A FEF e a UNITAU buscaram subsídios para implantar a supervisão acadêmica de estágio no curso de Serviço Social tanto nas legislações e normativas específicas da categoria profissional como na Lei Federal de Estágio, Lei n. 11.788/2008 (BRASIL, 2008). Essas legislações apresentam os direitos e deveres dos sujeitos envolvidos na atividade de estágio supervisionado, bem como suas atribuições, concepção de estágio e supervisão e orientações político-pedagógicas sobre o estágio e supervisão de estágio (de campo e acadêmica).

Entretanto, a UNITAU traz o contexto atual da supervisão acadêmica, considerando que no quadro anterior, a informação obtida é que a implantação da supervisão acadêmica ocorreu no ano de 1974, logo, estas legislações e a PNE não existiam.

Nesse sentido, ambas possuem respaldo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para sistematizar e operacionalizar a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social.

Quadro 8 - Condições Objetivas do Trabalho Docente para Realização da Supervisão Acadêmica: garantia de remuneração de horas de trabalho

Nome	Trabalho em Sala de Aula	Visitas aos Campos de Estágio	Encontro com os Estagiários	Organização de Documentação de Estágio	Preparo de aula
FEF	Sim	Não	Sim	Não	Sim
UNITAU	Sim	Não	Não	Não	Não

Fonte: Elaborado por Eliane Amicucci, 2017.

Identificamos que na FEF os supervisores acadêmicos possuem remuneração para desenvolverem o trabalho em sala de aula, realizar os encontros com os estagiários e preparação de aula, enquanto que a UNITAU os supervisores acadêmicos são remunerados para desenvolverem somente o trabalho em sala de aula.

A realidade de ambas as UFAs demonstra que não há condições objetivas suficientes para operacionalizar a supervisão acadêmica com qualidade, principalmente no que tange ao acompanhamento do estagiário nos campos de estágio, pelo exposto no quadro 8 não realizam visitas aos campos de estágio e não possuem remuneração para organização da documentação de estágio.

O mais agravante é a situação da UNITAU que não possui carga horária para realização de visitas aos campos de estágio, organização da documentação de estágio, encontro com os estagiários, preparo de aula, configurando a precarização do trabalho docente.

Sem a garantia dessas condições objetivas, inviabiliza-se o processo de supervisão direta de estágio e a relação entre campo de estágio e a UFA, mas como vimos no quadro 6, permanece o compromisso ético-político dos docentes dessas UFAS que se comprometem na realização de atividades de interlocução entre supervisores de campo e supervisores acadêmicos.

Tal contexto pode incidir diretamente na formação profissional dos estudantes, pois sem contato direto entre campo de estágio e UFA, as atividades no campo de estágio podem ficar desconectadas do contexto do curso, ou seja, do conteúdo programático, pois não consegue realizar o planejamento sistemático, muito menos a construção conjunta do plano de estágio do estudante, conforme orienta a PNE.

Percebemos que as duas UFAs procuram estruturar o estágio e o processo de supervisão acadêmica conforme as normativas de estágio, mas, restringe aos quesitos pontuais e formais, denotando preocupação no que tange à dimensão pedagógica da supervisão acadêmica de estágio.

Quadro 9 – Operacionalização da Supervisão Acadêmica

Nome	Por campos de estágio	Por área temática	Por turma, em pequenos grupos	Em sala de aula
FEF	Não	Sim	Sim	Não
UNITAU	Não	Não	Sim	Não

Fonte: Elaborado por Eliane Amicucci, 2017.

A supervisão acadêmica no curso de Serviço Social da FEF é operacionalizada por área temática e por turma dividida em pequenos grupos. Na UNITAU realiza-se por turma em pequenos grupos. Nas 2 UFAS os grupos são compostos por até 15 estagiários.

As 2 UFAS estão coerentes com a PNE que traz essas orientações, entretanto, não desprezando a realidade da UFA, mas, considerando que a centralidade da formação profissional disposta nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS está na categoria trabalho, compreendemos que não é viável dividir as turmas de supervisão acadêmica por área temática, a discussão deve perpassar a reflexão do trabalho profissional a partir da perspectiva de totalidade, sem privilegiar as políticas sociais e/ou segmentos populacionais com os quais trabalham os assistentes sociais.

Quanto à Realização do Fórum de Supervisão de Estágio

O Fórum de Supervisão de Estágio está presente na Política Nacional de Estágio e o contempla como espaço de fortalecimento da articulação entre as UFAs e campos de estágio, utilizado como estratégia de aproximação entre os sujeitos envolvidos na atividade de estágio: supervisor de campo, supervisor acadêmico, estagiário, coordenador de estágio e também coordenador de curso.

A incorporação dessa estratégia na PNE vem com o intuito de aglutinar docentes e profissionais e estudantes em torno das questões do estágio, como uma estratégia política de fortalecimento e permanência do debate sobre a temática, bem como a garantia de construção de alternativas comuns à qualificação do estágio em Serviço Social. (ABEPSS, 2010, p. 35).

Os fóruns de supervisão de estágio constituem-se espaços para qualificar a formação profissional do estudante, via a atividade de estágio supervisionado, espaço de educação permanente, problematizações, discussões, reflexões no âmbito conjuntural e estrutural que permeiam essa atividade tanto no campo de estágio como na UFA.

A PNE sugere que sua operacionalização seja realizada através de um planejamento conjunto entre as UFAs e o CRESS as atividades podem acontecer em diferentes UFAs contemplando a realidade destas, podendo ser realizadas reuniões, seminários, palestras, cursos, entre outras atividades pertinentes.

Nas UFAS que compuseram o universo da nossa pesquisa, identificamos que ambas realizam o Fórum de Supervisão de Estágio.

A FEF realiza anualmente e sua organização envolve os estagiários, supervisores de campo, supervisores acadêmicos, coordenador de estágio, coordenador de curso, membros da ABEPSS e membros do CRESS; seu formato contempla palestras, discussão em grupos e apresentação de propostas em plenária.

A UNITAU realiza o fórum de supervisão semestralmente e tem o envolvimento de estagiários, supervisores de campo, supervisores acadêmicos, coordenador de estágio e coordenador de curso; no fórum há palestras e apresentação de trabalhos científicos e/ou relatos de experiências.

Compreendemos que as duas UFAs realizam os fóruns de supervisão conforme orientações da PNE, entretanto, é preciso estreitar os vínculos também com as entidades representativas da categoria profissional como CRESS e ABEPSS para a “[...] garantia de um espaço político legítimo para representação política dos(as) supervisores(as) no seio da ABEPSS e dos CRESS[...].”(ABEPSS, 2010, p. 37).

Aproximação e Contato com os Participantes da Pesquisa

A partir dessa realidade e delimitadas as UFAs, definimos os participantes da pesquisa

- 1 coordenador de curso
- 2 coordenadores de estágio (1 de cada UFA);
- 2 estagiários (1 de cada UFA);
- 2 supervisores acadêmicos (1 de cada UFA);
- 2 supervisores de campo (1 de cada UFA)

Definido o número de participantes da pesquisa, que totalizaram 09, entramos em contato telefônico com a coordenação de estágio de cada UFA, por compreendermos que esta poderia fornecer as informações em relação aos meios para contatar e convidar formalmente os participantes do processo de estágio e supervisão. Assim, nos enviaram uma lista nominal e de e-mails dos supervisores de campo, supervisores acadêmicos e estagiários.

A partir desse procedimento enviamos e-mail¹⁹ os convidando para participarem da pesquisa juntamente com uma carta-convite explicitando o objeto de estudo, objetivo geral da pesquisa e os procedimentos metodológicos adotados.

¹⁹ Os e-mails foram enviados no mês de setembro de 2017

Foi enviado e-mail aos treze supervisores de campo da FEF que supervisionavam naquele momento da realização da pesquisa. Destes treze e-mails, obtivemos o retorno de uma supervisora de campo com o aceite em participar da pesquisa.

Com o mesmo procedimento, enviamos e-mail aos quarenta supervisores de campo da UNITAU e obtivemos o retorno de cinco supervisores. Destes cinco, elegemos um supervisor de campo que se expressou mencionando o interesse em participar da pesquisa por considerar a temática de estudo relevante para a formação profissional.

Em relação aos supervisores acadêmicos, obtivemos a informação que no momento de realização da pesquisa, a UNITAU estava com apenas uma supervisora acadêmica e após contato telefônico com a mesma, esta se prontificou a contribuir na nossa pesquisa.

No caso da FEF o convite aos supervisores acadêmicos e coordenação de estágio foi realizado pessoalmente, haja vista que este campo empírico da pesquisa se constitui espaço de trabalho desta pesquisadora exercendo a atribuição de coordenadora de curso. Por esse motivo consideramos pertinente não participarmos da pesquisa.

Assim, na FEF havia duas supervisoras acadêmicas, entretanto, uma delas acumulava a função de coordenadora de estágio, esta se colocou à disposição para participar enquanto coordenadora de estágio e a outra também aceitou contribuir enquanto supervisora acadêmica.

Na UNITAU, o convite para a coordenadora de estágio foi feito via contato telefônico que prontamente aceitou participar da pesquisa.

Em relação à escolha das estagiárias: na UNITAU foi enviado e-mail aos estudantes do oitavo semestre, condição esta para participar da pesquisa, uma vez que passou por todo o processo de vivência da atividade de estágio supervisionado acumulando conhecimentos acerca dessa atividade. Enviamos e-mail com a carta-convite aos dezenove estagiários e obtivemos o retorno de seis e-mails, destes elegemos uma estagiária que argumentou sobre a importância da realização de pesquisa sobre estágio no Serviço Social.

O mesmo procedimento foi adotado para eleger a estagiária do curso de Serviço Social da FEF. Dessa maneira, enviamos e-mail com a carta – convite aos vinte estagiários e obtivemos o retorno de uma estagiária que se disponibilizou a contribuir.

Para a coordenação de curso da UNITAU o convite foi realizado por telefone que aceitou prontamente em colaborar na pesquisa.

Foi eleito apenas 01 participante envolvido no processo de estágio e supervisão de cada UFA por considerar que estes representam aos demais, bem como, atribuem significados ao processo que vivenciam na supervisão acadêmica de estágio.

Tínhamos a pretensão de entrevistar duas assistentes sociais docentes, pesquisadoras e militantes que contribuíram expressivamente na construção de importantes orientações político-pedagógicas e normativas referentes ao estágio e supervisão de estágio em Serviço Social. Entretanto, devido a diversas situações do cotidiano de trabalho de ambas e mesmo após contatos via e-mail na possibilidade de agendar as entrevistas, que à priori já haviam aceitado o convite não obtivemos mais retorno.

Trabalhamos nesta tese com a concepção trazida por Martinelli (2012) de sujeito significativo e/ou coletivo, no sentido de que o participante da pesquisa expressa de forma típica a realidade de vivências de seu segmento. “O que importa não é o número de sujeitos que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm em função do que estamos buscando com a pesquisa.” (MARTINELLI, 2012, p. 26).

Apresentamos a seguir, o perfil dos participantes da pesquisa:

Perfil das Coordenadoras de Estágio:

As duas coordenadoras de estágio são do sexo feminino, se declaram heterossexuais, se graduaram em 1983, são mestres, uma mestre em Sociologia e a outra em Psicologia da Educação; uma exerce a docência há 26 anos, a outra há 20 anos; coordenam o estágio há 5 anos e 2 anos respectivamente; a primeira possui 4 horas/aulas para coordenar o estágio e a outra 2 horas/aulas.

Uma das coordenadoras já coordenou o setor de estágio na UFA em que trabalhou anteriormente, enquanto que a outra não. Fora do exercício da docência uma delas presta assessoria, consultoria, supervisão profissional e capacitação em trabalho com grupos, equipe, gestão de pessoas, mediação de conflitos entre outros e tem 24 horas de exercício nessas atividades; enquanto que a outra trabalha como assistente social nas Clínicas-Escola e possui 8 horas/aulas, sendo supervisora de campo nesse espaço.

Perfil dos Supervisores de Campo

Uma supervisora de campo é do sexo feminino, o outro é do sexo masculino; se formaram no ano de 2009 e 2010; um deles possui graduação em Serviço Social, o outro possui além da graduação em Serviço Social, especialização em Gestão de Projetos e Políticas Públicas; ambos atuam na política de assistência social; exercem a supervisão de campo há 5 anos e 4 anos; possuem 30 horas semanais de trabalho; ambos responderam que 4 horas

semanais dedicam a supervisão de campo; um deles possui outro vínculo empregatício como tutor numa faculdade à distância com 15 horas semanais para exercer essa atribuição, enquanto que a outra não possui outro vínculo empregatício.

Perfil das Supervisoras Acadêmicas

As duas supervisoras acadêmicas são do sexo feminino, se declaram heterossexuais; se formaram no ano de 2002 e 2008, uma possui doutorado em Serviço Social e a outra mestrado em Serviço Social. Na docência uma delas exerce 34 horas /aulas semanais e outra 16 horas/aulas; uma tem 2 horas/aulas para o exercício da supervisão acadêmica, enquanto que a outra no segundo semestre de 2017, período em que foi realizada a entrevista, não estava exercendo a atribuição de supervisora acadêmica, logo, não possuía carga horária para tal. No semestre anterior possuía 3 horas/semanais.

Enquanto docentes uma das supervisoras acadêmicas ministra as seguintes disciplinas no curso de Serviço Social: Política Social, Pesquisa em Serviço Social, Classes e Movimentos Sociais, Introdução ao Serviço Social. Enquanto que a outra ministra Supervisão Acadêmica I, Supervisão Acadêmica II; Processos de Trabalho do Serviço Social com Família, Políticas Setoriais: Assistência Social, Políticas Setoriais: Educação, Políticas Setoriais: Previdência Social e Políticas Setoriais: Habitação.

No curso de Serviço Social exercem também outras atribuições como a orientação de Trabalho de Graduação²⁰, (denominado TCC), coordenação de estágio e supervisão de campo em projeto de extensão à comunidade.

Exercem a atribuição de supervisora acadêmica há 7 anos e 6 anos respectivamente; uma delas trabalha como assistente social fora do exercício da docência e possui carga horária de 30 horas semanais de trabalho.

Em relação às legislações de estágio supervisionado em Serviço Social, uma delas declarou que não conhece a Resolução nº 533 do CFESS/2008 que trata da supervisão direta de estágio.

As duas têm participação ou acompanham os debates/agendas das entidades representativas da categoria profissional.

²⁰ Segundo depoimento da supervisora acadêmica, o Trabalho de Grupo está previsto no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social e refere-se ao TCC previsto nas Diretrizes Curriculares e mais comumente utilizado pelos cursos de Serviço Social.

Em relação à supervisão acadêmica uma delas mencionou que a UFA oferece capacitação, curso ou outra atividade específica para o exercício da supervisão acadêmica, enquanto que a outra UFA não oferece.

As duas supervisoras acadêmicas consideram satisfatória a relação de 15 estagiários para um docente, na unidade Curricular de Supervisão Acadêmica no processo ensino-aprendizagem. Uma delas tem 15 estagiários na supervisão e a outra possui 12 estagiários e ambas não realizam visitas aos campos de estágio.

Perfil das Estagiárias

As duas são do sexo feminino, cursam o oitavo semestre, realizam estágio na política de assistência social; estão nesse campo de estágio há 4 meses (1 semestre) e 2 anos (4 semestres).

Uma delas realizou estágio na área da saúde mental e a outra somente na política de assistência social. Uma das estagiárias possui vínculo empregatício e para conciliar o trabalho com o estágio estabelece um acordo com a empregadora: durante a semana tem o horário de almoço estendido para realizar as horas de estágio, e no sábado tem o horário do almoço reduzido para compensar as horas estendidas no decorrer da semana.

No campo de estágio atual, possuem carga horária semanal de estágio de 8 horas e 10 horas semanais, respectivamente.

Perfil da Coordenadora de Curso

É do sexo feminino, se graduou no ano 2000, possui doutorado em Serviço Social, exerce a docência há 9 anos e coordena o curso desde 2014.

Possui 8 horas/aulas para coordenar o curso de Serviço Social, não coordenou outro curso anteriormente e não trabalha como assistente social fora da docência, embora tenha trabalhado durante 9 anos como assistente social anteriormente.

Tivemos um total de 9 participantes que nos concederam a entrevista.

As entrevistas com a supervisora acadêmica, coordenadora de estágio e estagiária da FEF aconteceram no mês de setembro de 2017 e a entrevista com a supervisora de campo foi realizada no mês de dezembro.

As entrevistas com os participantes da UNITAU aconteceram no mês de outubro de 2017. Ressalvamos que somente a coordenadora de curso não concedeu a entrevista no

mesmo dia que os demais porque não se encontrava na instituição, mas, se propôs a responder ao roteiro e o encaminhou por e-mail.

As entrevistas foram realizadas tanto na FEF quanto na UNITAU de acordo com a disponibilidade de horário de cada participante. Destacamos que foi estabelecido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e assinado por todos os envolvidos.

Para garantir o sigilo na identificação dos mesmos no decorrer da exposição e análise de suas falas, utilizamos algumas siglas, a saber:

- CE 1 e CE 2: coordenadora de estágio;
- SA 1 e SA 2: supervisora acadêmica;
- CC 1: coordenadora de curso
- SC 1 e SC2: supervisor de campo
- ES 1 e ES 2: Estagiária1 e Estagiária 2

Os depoimentos dos participantes constam no capítulo 4 e 5 da tese e expressam a realidade que permeia a supervisão acadêmica de estágio num contexto adverso à formação profissional com qualidade, imbuída de intencionalidades e muita luta para a busca de garantia do perfil preconizado pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Para a análise dos dados obtidos na pesquisa de campo foram elencadas **categorias de análises** que agregam “[...] elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si.” (GOMES, 2007, p. 70).

Trabalhamos com a concepção marxista que as categorias são formas de ser, determinadas pela existência, emergem da realidade em constante movimento.

[...] as categorias manifestam as diferentes determinações constitutivas do ser, ou seja, totalidades parciais que só conseguem reconhecimento e compreensão científica, pelo menos no plano do materialismo histórico-dialético, quando são visualizadas dentro de totalidades mais abrangentes. Não se quer dizer com isso que essa restrição elimine a “peculiaridade” ontológica da categoria enquanto “formas do ser”, mas impede, pelo o que nos parece, a possibilidade de generalizações calcadas em apenas aspectos singulares do ser, e, por conseguinte, deslocados da totalidade. Por meio das categorias podemos então fazer uma viagem do singular ao universal, mediatizados pelo particular. (MARTINELLI, 1999, p. 80).

Nesta concepção, as categorias analíticas elencadas nesta tese emergiram da realidade concreta onde se situa a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social e estão sintetizadas como: concepção de supervisão acadêmica; dimensão educativa; unidade teoria-prática; matéria-prima da supervisão acadêmica; articulação entre formação e trabalho profissional e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

A tese está estruturada em quatro capítulos que se encontram articulados no intuito de compreender e analisar a dinamicidade da supervisão acadêmica de estágio frente aos desafios trazidos pela realidade social.

No primeiro capítulo abordamos sobre a educação e trabalho na sociedade capitalista atual, perpassando pela compreensão do significado da educação na sociedade capitalista; a análise sobre os processos de contrarreformas na política educacional brasileira, permitindo a compreensão do empresariamento da educação, e a lógica da lucratividade a partir da mercadoria educação.

No segundo capítulo discutimos sobre Serviço Social, formação e trabalho profissional. Neste capítulo estabelecemos as primeiras aproximações ao nosso objeto de estudo a partir das particularidades que possuem a formação profissional no Estado de São Paulo, bem como, trazendo a concepção de educação e formação profissional que permitem vislumbrar as possibilidades para uma formação que não atenda somente ao capital humano, mas, que, processualmente possibilite a consciência crítica dos processos sociais em curso vislumbrando a formação humana, desenvolvendo o trabalho profissional na perspectiva da práxis.

No terceiro capítulo abarcamos a supervisão de estágio em Serviço Social e as particularidades da supervisão acadêmica, discorrendo sobre as legislações vigentes que abarcam a supervisão de estágio e a PNE que traz as orientações político-pedagógicas para a operacionalização do estágio e supervisão. Neste capítulo iniciamos o processo dialógico com os participantes da pesquisa, assim como, problematizamos a supervisão acadêmica e o debate da unidade teoria-prática e a análise da dimensão pedagógica da supervisão acadêmica de estágio.

No quarto capítulo apresentamos e analisamos a supervisão acadêmica de estágio delineando caminhos a partir da realidade concreta, a partir do diálogo realizado com os participantes da pesquisa. A supervisão acadêmica de estágio se expressa através: concepção de supervisão acadêmica: espaço de reflexão teórico-prática; dimensão educativa da supervisão acadêmica de estágio em serviço social; a unidade teoria-prática: análise da realidade vivenciada nos campos de estágio; matéria-prima da supervisão acadêmica: o processo de ensino-aprendizagem sobre o trabalho profissional do assistente social; supervisão acadêmica: articulação entre formação e exercício profissional e avaliação do processo de ensino-aprendizagem; constituindo categorias que emergiram da realidade concreta que estão inseridos os participantes de nossa pesquisa. A supervisão acadêmica é uma atividade educativa, logo, ela está no âmbito da educação, defendemos a tese que sua

dimensão político-pedagógica contribui para a formação profissional com princípios e valores ético-políticos pautados na perspectiva de uma educação voltada à formação humana.

Nas considerações finais tecemos as sínteses estabelecidas no todo da tese acerca da dimensão pedagógica da supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social, mesmo em tempos que imperam interesses capitalistas, os sujeitos coletivos, participantes de nossa pesquisa vislumbram uma formação profissional condizente ao projeto de formação e projeto ético-político profissional, bem como uma formação com princípios e valores pautados na formação humana e na consolidação do exercício profissional na perspectiva da práxis profissional.

A supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social acompanha o processo histórico da profissão de Serviço Social, logo, a investigação em torno dessa temática não se esgota aqui, é preciso continuar delineando caminhos para essa modalidade de supervisão coerente com as necessidades de cada tempo.

Não há estrada real para a ciência, e só têm probabilidade de chegar a seus
cimos luminosos aqueles que enfrentam a canseira para galgá-los por
veredas abruptas.

Karl Marx

CAPÍTULO 1 EDUCAÇÃO E TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA ATUAL

Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de
amar e seu direito de pensar.
É da empresa privada o seu passo em frente, seu
pão e seu salário.
E agora não contente querem privatizar o
conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à
humanidade pertence.
(Bertolt Brecht).

1.1 Educação e Trabalho: Significado na Sociedade Capitalista

Compreendemos que a educação é mediação para reprodução da totalidade social, numa relação direta entre os homens e que propicia a construção de conhecimentos e compromisso com valores universais.

Entretanto, não é essa a concepção de educação vislumbrada numa sociedade de classes antagônicas; assim, a preocupação presente nesse capítulo e que imbrica em toda a tese perpassa pelo significado social da educação que nos dias atuais, na ordem do capital, tem sua finalidade exclusiva de preparar o indivíduo para o trabalho, pois o "[...] indivíduo vale enquanto força-de-trabalho e não enquanto ser humano integral." (TONET, 2016, p. 19).

O capital se dá na forma de mercadorias e possui valor de uso (MARX, 2011). A educação nesse sistema capitalista tem adquirido essa característica, além disso, o indivíduo nessa lógica só servirá para a produção de mercadorias, para as necessidades do capital reproduzindo-o e não para que construam conscientemente opiniões, princípios, valores emancipatórios.

Assim como: “[...] na troca com o capital o trabalhador está numa relação de circulação simples, portanto, não obtém riquezas, mas somente meios de subsistência, valores de uso para consumo imediato [...]” (MARX, 2011, p. 358).

Isso se agrava mais em tempos com alto grau de conservadorismo e intolerâncias diversas: à religião, relações sociais de gênero, cor, raça, etnia. O capital sucumbe à reprodução de processos alienantes de forma constante; e, na educação isso não é diferente.

Nesta forma de sociabilidade, onde há desigualdade entre as classes sociais, exploração do trabalho, da forma como se encontra organizada a educação voltada à reprodução dos interesses do capital, a subjetividade do indivíduo fica subestimada ao mundo objetivo.

Assim não há a preocupação de desenvolver a subjetividade do homem, como valores, comportamentos, sentimentos, ou seja, o homem nesta sociabilidade não é visto em sua totalidade que é composta pela objetividade e subjetividade, prevalece apenas a objetividade impedindo a formação integral do homem.

A preparação do indivíduo para o mercado de trabalho impulsiona-o à qualificação profissional no sentido de adquirir novas habilidades de acordo com o avanço tecnológico, por outro lado, impede ou aniquila sua capacidade criadora. O modo de produção capitalista se caracteriza pela exploração; isto é, pela apropriação da força de trabalho. O capital se apropria da força de trabalho e a objetiva, a realiza a fim de gerar mais-valia, com isso, o trabalhador:

[...] cede sua força criativa pela capacidade de trabalho como uma grandeza dada [...] porque a força criativa de seu trabalho se estabelece perante ele como a força do capital, como poder estranho. Ele aliena o trabalho como força produtiva da riqueza; o capital apropria-se dele enquanto tal. A separação de trabalho e propriedade no produto do trabalho, de trabalho e riqueza, é posta, por conseguinte, nesse próprio ato da troca. (MARX, 2011, p. 380).

No sistema capitalista, a educação também é capitalista, de modo que há uma doutrinação, as pessoas são imbuídas de valores mercadológicos, são condicionadas ao consumo, “[...] pela qual os indivíduos particulares são diariamente e por toda parte embebidos nos valores da sociedade de mercadorias, como algo lógico e natural.” (MÉSZAROS, 2008, p. 82).

O capitalismo em seu processo histórico sempre encontrou caminhos para “novas” formas de acumulação de riquezas, mesmo que as respostas às crises do capital impactassem diretamente e negativamente na vida da classe trabalhadora.

Precisamos compreender que a crise do capital que demarcou as décadas de 1970 a 1990 foi uma crise estrutural. Neste período tivemos o Estado de Bem-Estar Social, com intervenção direta do Estado na economia a partir do desenvolvimento de políticas sociais que visavam “[...] a estabilidade no emprego, políticas de renda com ganho de produtividade e de previdência social, incluindo seguro desemprego, bem como direito á educação, etc [...]” (FRIGOTTO, 2010, p. 75).

Tais características deste Estado, predominantemente nos países desenvolvidos também, teve rebatimentos nos países capitalistas periféricos dependentes. No Brasil, tivemos o período do desenvolvimentismo, com a pretensão de transformá-lo num país desenvolvido;

tratava-se de uma política associada ao capital estrangeiro, com base no desenvolvimento de alguns setores como metalurgia, eletricidade, comunicação, transporte (TONET, 2016).

Devido à saturação dos mercados internos de bens de consumo duráveis, pela diminuição dos lucros da empresa e o acirramento das lutas sociais, o Estado-de-Bem-Estar entra em crise. A resposta do capital a essa crise é a globalização, que é o “[...] resultado da luta de classes, a resposta do capital à diminuição dos seus lucros [...] uma reconfiguração do sistema produtivo [...]” (TONET, 2016, p. 106).

Ao sistema produtivo é incorporado o desenvolvimento científico e tecnológico.

[...] do lado das empresas tem como resultado reestruturações internas, diminuição do quadro de pessoal, implantação da chamada qualidade total [...]. Do lado do trabalho, teremos o desemprego crescente, a diminuição do valor da força de trabalho e a exigência da chamada requalificação dos trabalhadores, com o fim de adaptar os que ainda são necessários à nova forma de produção. (TONET, 2016, p. 107).

Tratava-se de revitalizar a lucratividade, a acumulação do capital sob as diversas dimensões da vida social, sem nenhuma preocupação dos impactos na vida da classe trabalhadora

O processo de reestruturação produtiva tem gerado mudanças na forma do trabalho e na formação técnica e ético-política da força de trabalho oportunizando alterações nas relações sociais em seu conjunto a partir do processo de acumulação flexível, implicando a formação de um novo quadro de intelectuais, profissionais, assim, nesse processo há uma relação entre “[...] ciência, vida e ciência e trabalho e entre saber e poder [...]” (NEVES; FERNANDES, 2002, p. 22).

As exigências postas à educação devido à crise do capital demandam outras formas para preparar o indivíduo de acordo com o novo padrão de produção; para isso, o capital busca diversos vieses, dentre eles, se destaca a base mercantil, investindo em novas áreas, assim como a educação, que tem se tornado mercadoria com a intensificação do processo de privatização.

O neoliberalismo é a alternativa para a crise do capital, uma forma de ampliar as condições para expansão do capital com a redução do papel do Estado, pois os serviços públicos se tornam mercadorias, como saúde, educação, previdência social.

O processo de abertura da economia brasileira ao capital internacional iniciou-se com o governo Fernando Henrique Cardoso, bem como as privatizações do patrimônio

público, justificando que as políticas sociais eram onerosas para o Estado, discurso que perpassa os demais governos e imperam até os dias atuais.

O Brasil é um país subdesenvolvido que vem se integrando historicamente de forma subordinada a esse capital internacional, pela abertura a importação de bens e serviços, com subsídios estatais aos setores exportadores e pela desregulamentação das relações de trabalho. (NEVES; FERNANDES, 2002).

Nesse contexto tem-se a precarização das relações de trabalho, aumenta-se o trabalho temporário, regimes de trabalho mais flexíveis, terceirização de serviços. Por outro lado, exigem-se trabalhadores com mão-de-obra qualificada e polivalente, assim como:

Transformam-se em conseqüência, as formas de gestão do trabalho, com a defesa da ‘autonomia’ dos trabalhadores na execução de tarefas, o estímulo à participação, o trabalho em equipe e a conseqüente mobilização da adesão às metas de produção de qualidade, acentuando a competitividade entre os trabalhadores. Por outro lado, introduz-se a jornada de trabalho modular, exigindo-se que o trabalhador cumpra uma jornada mais flexível definida consoante as exigências da empresa, de acordo com as oscilações de produção [...]. (IAMAMOTO, 1998, p. 179).

Essa realidade apresentada pela autora proporciona a reflexão acerca do processo de acumulação capitalista que amplia as desigualdades sociais e altera de forma significativa o mercado de trabalho; produz-se o excedente de força de trabalho, porque não tem mais lugar no processo de produção.

É um novo modelo de organização social que implica o uso de tecnologia flexível em contraposição à tecnologia rígida do sistema taylorista e fordista e assim, tem-se trabalhadores flexíveis com nova qualificação (FRIGOTTO, 2010).

A educação no seu processo histórico tem se tornado uma dimensão complexa da vida social; ela possui caráter ontológico porque constitui o ser social, os modos de existência humana. Entretanto, nesse ínterim, na lógica de acumulação e reprodução do capital, a educação está intimamente relacionada, encontra-se polarizada pelas disputas das classes sociais e no capitalismo

[...] se organizou um tipo novo de intervenção e um esforço de controle da vida social, em especial da educação alçada à qualidade de política pública e, por essa mesma razão, à qualidade de direito social. Ressaltamos, portanto, a complexidade adquirida por essa instância, que denominamos de educação, e que, ao se articular organicamente à reprodução da vida social no modo de produção capitalista, passa a ser determinada por suas ricas e pulsantes contradições. (ALMEIDA, 2007, p. 3).

Nesse sentido, a educação enquanto política pública no cenário atual está subordinada à lógica econômica e não à esfera política; mantém uma relação direta com o mundo do trabalho, ao mesmo tempo, historicamente, a educação assume a estratégia de combate ao acirramento das desigualdades sociais, vista como possibilidade de garantir condições vida melhor, além disso:

Essas transformações na esfera da produção e da cultura impõem dois desafios para a educação, vinculados exatamente às suas funções econômicas e ideológicas, estratégias no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo: a garantia de uma formação técnica flexível, adequada às exigências dos novos padrões de produção e consumo e as variações do mercado de compra e venda da força de trabalho, assim como a garantia de uma formação ideologicamente funcional ao paradigma da empregabilidade. (ALMEIDA, 1999, p. 156).

A política educacional brasileira embora esteja imbuída pela lógica do capital, bem como imersa no mundo do trabalho e da cultura, possibilita a formação de intelectuais e estabelece mediações nas diferentes dimensões da vida social.

Historicamente, a política educacional brasileira conserva sua dimensão política e pedagógica pautadas no desenvolvimento científico e tecnológico, competências e habilidades, nas diversas modalidades de ensino com o objetivo de “[...] converter os processos educativos em um componente humano do capital, de sua valorização.” (ALMEIDA, 2014, p. 243).

Esta assertiva conduz a afirmação de que a sociedade do capital produz e reproduz formas de viver alienadas e alienantes a partir da valorização do trabalho abstrato.

A educação tem sido alavancada para a formação do capital humano:

[...] a ideia de capital humano é uma “quantidade” ou um grau de educação e de qualificação, tomando como indicativo de um determinado volume de conhecimento, habilidades, atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e produção. Desta suposição deriva-se que o investimento em capital humano é um dos mais rentáveis, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual. (FRIGOTTO, 2010, p. 44).

Nessa dimensão a força de trabalho é moldada, treinada para responder às necessidades do capital. A ideia do capital humano foi severamente acatada pelos organismos internacionais como veremos mais adiante.

A educação na perspectiva marxiana relaciona-se diretamente com o trabalho, pois, no processo educativo não há trabalho sem educação; porém, na sociedade capitalista o

trabalho é analisado como trabalho abstrato, que é a forma como o trabalho assume na produção de mercadorias e existe o assalariamento. O trabalho pode ser produtivo²¹ ou improdutivo²².

[...] por isso, essa relação econômica – o caráter que o capitalista e o trabalhador portam como os extremos de uma relação de produção – é desenvolvida tanto mais pura e adequadamente quanto mais o trabalho perde todo caráter de arte; a sua perícia particular devém cada vez mais algo abstrato, indiferente, e devém mais e mais atividade puramente abstrata, puramente mecânica, por conseguinte, indiferente à sua forma particular; atividade simplesmente formal ou, o que dá na mesma, simplesmente física, atividade pura e simples, indiferente à forma [...]. (MARX, 2011, p. 366).

O trabalhador nesse sentido possui valor de uso para o capital, assim, o trabalho abstrato é o trabalho contido nas mercadorias objetivando a produção da mais-valia e reproduzindo o capital.

O trabalho é uma atividade humana criativa, mas quando há transformação nas forças produtivas através do avanço tecnológico, o trabalho se torna alienado à vida do trabalhador.

É importante assinalar sobre a categoria trabalho no seu sentido ontológico, sendo para Marx (2010) uma categoria central. É o fundamento ontológico social do ser social, é a relação homem-natureza, dando ao homem o caráter universal e sócio-histórico. O trabalho é um processo de cooperação entre os homens.

Ao longo da história, observa-se o homem em busca do conhecimento, do desenvolvimento e da realização de suas potencialidades, porém, é apenas enquanto ser social, interagindo com outros homens em sociedade, transformando a natureza, a sociedade, e nesse processo se autotransformando, que o ser humano tem a possibilidade de desenvolver sua essência humana²³ (formada por componentes como trabalho, sociabilidade, universalidade, consciência, liberdade).

Este desenvolvimento ocorre no âmbito do cotidiano. É através dele que podemos agir transformando a realidade que é ofertada, e concomitantemente, ao pensar, ao planejar, realizar a autotransformação.

²¹ Quando o trabalhador contribui para o aumento do capital do seu patrão. “É simplesmente o trabalho que produz o capital.” (MARX, 2011, p. 377).

²² O trabalho improdutivo é o resultado apenas material do seu trabalho, sendo, “[...] conseqüentemente, o trabalho que não o faz, por mais útil que possa ser – pode muito bem ser nocivo –, não é produtivo para a capitalização, logo, é trabalho improdutivo.” (MARX, 2011, p. 378).

²³ A essência humana se caracteriza pela realização das possibilidades humanas e a liberdade face aos obstáculos a essa realização, ou seja, a “[...] essência humana - atributos que o ser social produz na sua história ao se desenvolver - é uma estrutura dinâmica de possibilidades que se dão no desenrolar da história.” (PAULO NETTO, 2005, p. 75).

O pensamento marxiano embasa a compreensão do que é o ser social e do que é necessário para que o homem se constitua como tal, ou seja, subsidia a compreensão de como são as relações sociais que os homens estabelecem em sociedade; o trabalho (através do qual o homem transforma e se autotransforma), a liberdade, a consciência e a universalidade, enfim, a essência humana e a forma como ela se manifesta no sistema de produção capitalista.

O trabalho cria uma sociabilidade entre o homem e a natureza; o homem realiza seu trabalho mediado pelas condições objetivas e subjetivas da realidade. Assim, o trabalho é importante para o ser humano, ou seja, é condição ontológica do ser social e constitutivo do mesmo.

Nesses termos, temos a questão da causalidade e intencionalidade (teleologia) no âmbito do processo do trabalho humano. Os aspectos econômicos da sociedade capitalista determinam as objetivações do ser social, impactando na ideação do produto do seu trabalho, bem como às transformações que deseja alcançar. O ser social está intrinsecamente relacionado ao trabalho, no qual constrói suas relações, e também as constrói e reconstrói.

O trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz ou se esgota no trabalho – o seu desenvolvimento e suas objetivações transcendem esse âmbito, envolvendo outra dimensão, que é a práxis.

A práxis é uma atividade humana sobre a vida social prática, com capacidade objetivada pela consciência crítica e ativa de sujeitos históricos para agir e transformar, recriar a realidade.

Há uma relação entre ser social e práxis, uma vez que o ser social é síntese de determinações estruturais e só pode agir teleologicamente (finalidades, antecipações e ideações) quando dispõe de capacidade de projetar-se, e isso só pode ser realizado através da práxis humana e de suas objetivações materiais e ideais.

Nesse sentido, reitera-se que a dimensão subjetiva do trabalho humano, do ser social, é relativamente condicionada pelas objetivações de que ele possa se apropriar – constituindo-se no quadro das mais densas e intensas relações sociais.

Assim, a compreensão do trabalho como categoria constitutiva e constituinte do ser social, realizada pela práxis, torna possível desvendar o real e construir mediações para as contradições presentes na realidade, bem como da educação subordinada ao capital e que reflete na precarização da formação, trabalho profissional e, logicamente, no processo de supervisão acadêmica de estágio.

1.2 Educação Superior Brasileira: mercantilização partir dos processos de contrarreformas neoliberais

Neste item discorreremos acerca do processo de mercantilização da educação superior brasileira, numa conjuntura atual que evidencia principalmente a educação subordinada à economia, numa sociedade comandada pelo complexo financeiro-empresarial explicitando que a educação nessa dimensão é mercadoria.

Frente à crise do capital um dos caminhos, como vimos anteriormente, é formar indivíduos para atender as novas exigências da acumulação capitalista, com isso criam-se leis, novas políticas educacionais, métodos e conteúdos com discurso de formação flexível, polivalência, qualidade total, novas qualificações, competências, empregabilidade (TONET, 2016).

Elencamos os anos de 1990 até os anos 2000, como recorte para análise de conjuntura, por compreender que é a partir desse período que tem se dado o processo mais intenso de mercantilização da educação superior brasileira e o acirramento das contrarreformas na política educacional, induzindo ao empresariamento da educação; bem como o processo de expansão da educação superior via setor privado, e a privatização interna das instituições de ensino superior públicas.

É importante sinalizar que a ideia gerida pelo Estado de privatizar a educação superior e lográ-la à lógica mercantil é constitutiva do projeto da ditadura militar (1964). Foi nesse período, produzida uma democratização de acesso à educação superior vinculada aos interesses do mercado e com incentivo à privatização do ensino público.

A participação do mercado na educação superior na década de 1960 se efetiva a partir da promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), através da Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961. A mesma Lei consolida a expressão “instituição de ensino privado”, abandonando a expressão “universidade ou faculdade livre”. Em 1968 houve a reforma universitária, sendo:

[...] introduzido na universidade a concepção de que o ensino é uma mercadoria. O estudante não saberia o valor do ensino se ele não pagasse pelo curso. Essa ideia germinou com os acordos MEC-Usaid, com os quais se pretendia estrangular a escola pública e permitir a expansão do ensino comercializado. (FERNANDES, 1989, p.106 apud LIMA, 2013, p. 16).

A tendência da privatização da educação superior e a mercantilização teve sua origem no contexto da ditadura militar, e como veremos adiante, no governo de Fernando

Henrique Cardoso (1995-2003) tem um acirramento delas pela via de diminuição de atuação do Estado e aumento da participação da esfera privada, bem como no governo Lula (2003-2011) e Dilma Roussef (2011-2016) há o processo de expansão da educação superior privada. Essa expansão acontece na esfera pública e também na privada numa lógica de empresariamento da burguesia e dos serviços educacionais.

Antes de adentrarmos nos processos que agudizaram a mercantilização da educação superior brasileira e fizeram parte de diversas reformas educacionais instauradas nas agendas dos governos neoliberais, é importante sinalizar o que significou esse processo de expansão.

No Brasil predomina um sistema financeiro com abertura à expansão da mercantilização da educação a partir da relação público-privado, expansão que visa a massificação mercantil (SGUISSARDI, 2015)

O autor explicita que essa mercantilização não significa democratização de acesso à educação superior porque não atende ao Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que aconteceria pelo setor público.

O autor aponta que essa expansão deveria ser planejada considerando a realidade local, regional e principalmente para haver democratização do acesso à educação deveria ser pelo viés da educação pública e não privada, fazendo valer a educação como direito e não como serviço, como produto.

O fator principal dessa expansão está na abertura do mercado para as Instituições de Educação Superior (IES) em 1997 e na constituição de empresas educacionais que lançam ações na bolsa de valores (BOVESPA), como veremos mais adiante.

Outros elementos também foram significativos nesse processo de expansão, assim como o fortalecimento do setor privado-mercantil, atrelado ao desmonte do setor federal de educação superior com o congelamento de recursos financeiros e salários. Houve a legalização do “negócio” da educação superior através dos Decretos n. 2.207 e n. 2.306 de 1997 seguindo à risca as recomendações do Banco Mundial (SGUISSARDI, 2015).

Esses decretos segundo o autor, dizem respeito à classificação das instituições privadas de educação com finalidade lucrativa, sendo submetidas ao regime de legislação do mercado. Tais decretos foram cruciais para o processo de mercantilização da educação superior, perpassando os diversos mandatos presidenciais.

Outra característica importante desse processo de expansão está relacionada à criação de políticas sociais focais que “permitem” o acesso à educação superior como o Programa Universidade para Todos (PROUNI); podemos citar também o Financiamento Estudantil

(FIES) que embora não se consolide como política social contribuiu para que jovens com até três salários mínimos adentrassem na educação superior privada.

O autor analisa que essa expansão coloca em questionamento se houve uma democratização no acesso à educação superior ou uma massificação mercantil, pois, com tais incentivos de acesso, o número de matrículas aumentou significativamente nas IES privadas com fins lucrativos, sendo nas instituições onde predominam as empresas educacionais como mantenedoras onde se concentra o maior número de matrículas (SGUISSARDI, 2015).

Diante desse contexto, evidencia-se que a expansão da educação superior brasileira não vislumbra a garantia da educação como direito, pelo contrário, transformou-se em mercadoria.

Realizadas essas breves considerações acerca da expansão da educação superior privada, discorreremos a seguir, como essa expansão com viés mercadológico foi se efetivando na política educacional brasileira.

Na década de 1990 o Brasil passa da repressão, autoritarismo à democratização, porém a prioridade é o Estado mínimo para o social e máximo para o capital, priorizando a questão econômica, com liberação de importações e privatizações, desregulamentação, reestruturação produtiva, descentralização, ocasionando o desmonte das políticas sociais.

A Reforma do Estado emerge no Brasil a partir da década de 1990, sendo conduzida por governos neoliberais, como Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso, tendo continuidade nos dois governos de Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Roussef até o presente momento com o governo de Michel Temer, objetivando a acumulação do capital conciliado aos interesses e orientações internacionais, gerando a flexibilização da acumulação do capital alterando as funções e papel do Estado “[...] reduzindo os direitos sociais e políticos em oposição à maximização em relação ao capital e liberdade de mercado.” (DUARTE, 2005, p. 7).

Esse processo de alterações nas funções do Estado gera mudanças para o seu enfrentamento frente à questão social que atinge expressivamente todos os campos da vida social da classe trabalhadora. A Reforma do Estado vai ao encontro dos objetivos do projeto neoliberal instalado no país na década de 1990, bem como se instaura o processo de inserir o país “[...] no mundo globalizado, pré-requisito para o desenvolvimento.” (DUARTE, 2005, p. 8).

Nesta lógica, seguem-se os padrões de eficiência de formação para o trabalho, padrões esses perseguidos pelos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional

para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), *United States Aid International Development* (USAID), Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como organismos regionais como Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), Centro Interamericano de Pesquisa e Documentação (CINTERFOR); Ministério da Educação e Cultura (MEC). Dessa maneira, é o mercado que passa a regular o conjunto das relações sociais.

Os organismos internacionais foram criados com o objetivo de fornecer empréstimos aos países periféricos que precisam cumprir condicionalidades, como, por exemplo, assessorias técnicas. Essas condicionalidades são o “[...] processo pelo qual os empréstimos financeiros concedidos [...] estão condicionados à implementação de reformas na política macroeconômica e nas políticas setoriais à luz do projeto societário do capital.” (LIMA, 2002, p. 43).

Esses organismos internacionais têm interferido na política educacional brasileira desde 1950 com discursos de amenizar a pobreza. Entretanto, foi em 1990 que na agenda destes organismos o debate sobre educação se adensou.

Um marco desses debates foi a Conferência Mundial de “Educação para Todos” realizada em 1990 e organizada pela UNESCO, pelo Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial (BM), em Jomtien na Tailândia (LIMA, 2002).

Neste evento ficou definido a concepção de educação como direito humano, considerando a educação superior imprescindível para viabilizar uma formação intelectual e essencial ao desenvolvimento e crescimento econômico do país diante das inovações tecnológicas e das alterações na esfera produtiva (LIMA, 2002).

É na década de 1990 também que se desencadeia o processo de mercantilização da educação superior. Para os organismos internacionais, nessa modalidade de ensino, deveria ter uma redução das verbas públicas, já que para a educação básica é destinado um montante de verbas menor. Com isso, para a garantia de acesso à educação, é necessário que a expansão do ensino privado seja fortalecida.

Esse processo envolve a expansão de instituições privadas através da liberalização dos serviços educacionais e o direcionamento das instituições públicas para as instituições privadas, através das fundações de direito privado, cobranças de taxas e mensalidades, corte de vagas para contratação de trabalhadores em educação, para infraestrutura das instituições (LIMA, 2002).

Com o discurso de melhor atendimento e adequação às necessidades do mercado de trabalho o BM cria estratégias para a reforma da educação superior na América Latina, Ásia e Caribe que inclui: diversificação das instituições de educação superior, a partir do desenvolvimento de universidades públicas, privadas, instituições não universitárias, incluindo cursos politécnicos, de curta duração e a educação à distância; flexibilização e aligeiramento da formação profissional. Outra estratégia refere-se às fontes de financiamento das universidades públicas; neste ponto o BM defende a necessidade de cobrança de matrículas e mensalidades, além dos cursos de curta duração (LIMA, 2002)

A redefinição do Estado também é uma estratégia. Este deve viabilizar a implantação de diretrizes privatizantes da educação, assim como, uma política de qualificação do ensino superior a partir do eficiente atendimento aos setores privados. Isto se identifica nas “parcerias” realizadas entre público e privado, quando através de programas, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado no governo do presidente Lula do PT em 2004. As instituições de ensino superior que aderem ao programa ficam isentas de pagarem impostos.²⁴

Além dessas estratégias, diversos documentos foram lançados pelo BM reforçando o papel da educação como estratégia de diminuição da pobreza e necessidade de privatização.

Neste cenário, onde se predomina a educação como serviço, tem-se um novo ator, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e com isso se tem aprofundado o empresariamento da educação.

É através dessas determinações e interesses capitalistas que a educação superior brasileira tem se desenvolvido desde a década de 1990. Como dito anteriormente, a partir do governo Fernando Collor de Melo iniciou-se o processo de contrarreforma das políticas sociais brasileiras com a lógica privatista.

No campo da educação, no seu curto mandato (dois anos) porque sofreu processo de impeachment devido às denúncias de corrupção, apresentou algumas iniciativas que propiciavam sua privatização, como a PEC 56/91, intitulada “Abertura da Economia Brasileira e Modernização das Universidades”, que propunha a destinação de um percentual fixo do orçamento geral da União para as universidades federais; entrada de tecnologias importadas para remodelação dos padrões educacionais brasileiros; proposta de extinção da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Instituto

²⁴ Estes impostos são: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS). A isenção vale a partir da assinatura do Termo de Adesão e durante seu período de vigência (dez anos).

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), com intuito de centralizar a formação profissional no mercado, através do ensino e desvinculada da pesquisa e da pós-graduação, o que caracterizaria uma aparente modernização. (LIMA, 2005 apud PEREIRA, 2007).

Após seu impeachment assume a presidência Itamar Franco, que no campo da educação elaborou o Plano Decenal de Educação Para todos, sendo uma das deliberações da Conferência Mundial de Educação Para Todos realizada em Jomtien.

Em relação à educação superior, Itamar Franco desenvolve algumas ações permeadas pela privatização como a criação da Lei 8958/94 que tratava da relação entre os Institutos Federais de Educação (IFES) e fundações de direito privado no que tange ao desenvolvimento de pesquisas; criação de uma política de avaliação do ensino superior denominada Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB); regulamentação da Lei de Informática - Lei n. 8248/91, uma nova política centrada na pesquisa e desenvolvimento e em subsídios públicos para o setor privado, estimulando a transferência e adaptação de tecnologia produzida nos países centrais (PEREIRA, 2007).

Identifica-se que a lógica da privatização da educação superior brasileira é implementada de fato no governo de Fernando Henrique Cardoso. Há a abertura ao mercado e diminuição das funções do Estado na garantia dos direitos.

Neste governo há o processo de reestruturação do Estado que reflete diretamente na relação entre Estado e sociedade civil, iniciando com a criação do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE) em 1995, sob responsabilidade do ministro Bresser Pereira que criou o projeto de Reforma do Estado aprovado pelo Presidente da República. Este projeto propõe:

Nesta “nova” forma de administração, o Estado deve fortalecer a sua função de “promotor e regulador” do desenvolvimento, deixando de se responsabilizar diretamente pela produção de bens e serviços. Como é possível constatar, afirma-se a função clássica do Estado: a garantia da ordem interna e a segurança externa. Outros objetivos, como igualdade, justiça, estabilização e desenvolvimento, para serem alcançados, devem ser transferidos para o setor privado. (PEREIRA, 2007, p. 208).

Nessa lógica, há uma redução de recursos destinados à educação pública, culminando em algumas ações: aposentadorias “forçadas” dos docentes; não realização de concursos públicos para docentes e técnico-administrativos; contratação de professores substitutos com carga horária excessiva de trabalho; renovação dos contratos temporários de trabalho; congelamento salarial por oito anos (nos dois mandatos de FHC); instituição da Gratificação

de Estímulo ao Trabalho Docente (GED), através da lei 9.678, de 03 de julho de 1998, que tinha como pano de fundo o aumento da produtividade docente; privatização interna das universidades públicas através de cobranças de taxas na oferta de cursos; restrição da democracia, onde a escolha do reitor da universidade passa a ser feita pelo Presidente da República (PEREIRA, 2007).

Com a deliberação dessa política, bem como a extinção do Conselho Federal de Educação (CFE) e criação do Conselho Nacional de Educação- CNE²⁵ no governo anterior, houve a possibilidade de criação e ampliação de cursos de graduação na esfera privada de ensino.

Em dezembro de 1996, foi promulgada a Lei nº 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que possibilitou um novo ordenamento jurídico para a educação e introduziu modificações na educação superior.

O ensino superior no Brasil está vinculado às necessidades do mundo do trabalho, sendo que esse passa a ser regulado pelas modalidades que são legitimadas pela LDB: cursos de educação profissional, cursos sequenciais, educação profissional tecnológica, superior, o que “[...] pode favorecer a expansão do mercado universitário” (MACIEL, 2007, p. 7), e o crescimento significativo de instituições privadas de educação superior.

Com isso há a proliferação de cursos de graduação de baixa qualidade, cursos sequenciais, cursos técnicos, implementação do ensino de graduação e pós-graduação à distância, prejudicando o ensino presencial. Esses cursos têm legitimação e respaldo na LDB.

No seu artigo 80 trata da questão do ensino à distância, onde: “[...] o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino [...]” (LEGISLAÇÃO, 2006, p. 407). Além disso, há a possibilidade de utilização de recursos públicos para garantir o financiamento da educação privada.

A LDB foi elaborada num período histórico em que as perspectivas e propostas do projeto neoliberal se impõem na sociedade brasileira. Esse contexto histórico interferiu nas políticas educacionais da década de 1990, sobretudo na forma de uma abertura ainda maior ao ensino privado.

Essa dimensão acarreta consequências na formação profissional do estudante, porque “[...] a subordinação da educação à acumulação de capital compromete a qualidade do

²⁵ Com a criação do CNE que passa a ter funções deliberativas, os processos de autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos e instituições do setor privado foram acelerados, contribuindo para expansão de cursos de graduação no ensino privado.

ensino superior e sua função pública [...] desvaloriza e desqualifica a docência universitária [...].” (IAMAMOTO, 2008, p. 436-437).

Nesse sentido, a LDB vem para legitimar os ditames da lucratividade, sendo “[...] estabelecidas às bases para a disseminação de um projeto de universidade consoante às ‘leis de mercado’ [...].” (IAMAMOTO, 2008, p. 448).

Isso ocasiona a precarização do ensino trazendo consequências na formação profissional do estudante, priorizando uma formação técnica em detrimento de uma dimensão crítica e reflexiva para o futuro exercício profissional.

No governo de FHC também foram introduzidas várias medidas de reestruturação para a educação superior e para as universidades públicas. Vale destacar: a) Lei n. 10.260, de 7 de dezembro de 2001, que dispôs sobre o Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES) e que possibilitou, indiretamente, a alocação de verbas públicas para as instituições privadas, com avaliação considerada positiva, assegurando o preenchimento de parte das vagas do setor privado; b) Lei n. 10.168, de 29 de dezembro de 2000 que estabeleceu o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação a partir de parcerias entre universidades, centros de pesquisa e o setor privado; c) Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação, com vários vetos que explicitaram a transferência de responsabilidades do poder público para a sociedade no financiamento da educação (FERREIRA, 2012, p. 460)

Ainda nesse governo a política educacional brasileira caminhou diretamente para o incentivo a expansão do setor privado com redução dos investimentos no setor público, que num contexto neoliberal e mercadológico no discurso de contenção de custos, caracterizou a educação brasileira como um serviço público não-estatal.

Segundo Neves e Fernandes (2002), desde a década de 1990 as matrículas no ensino privado tem aumentado; enquanto que no ensino público as matrículas eram de 37,6%, no ensino privado constavam 62,4%.

O Censo da Educação Superior apontou que em 2002, 69,7% corresponderam às matrículas no ensino privado na modalidade ensino presencial (PEREIRA, 2007).

Em consonância às diretrizes de continuidade de mercantilização da educação superior brasileira, as reformas dadas a essa política no governo Lula (2003 a 2010) aconteceram por meio de promulgação de leis e decretos.

Dentre eles podem ser destacados: Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), priorizando o Estado como avaliador e regulador; Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a chamada Lei

de Inovação Tecnológica, que tratou de incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, possibilitando a subordinação da pesquisa científica e tecnológica às exigências do setor produtivo privado; Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que introduziu as normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada no âmbito da administração pública, permitindo ao Governo Federal contratar parcerias público-privadas; Decreto Presidencial n. 5.225, de 1º de outubro de 2004, que dispôs sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica, e, posteriormente, a Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que criou o Programa Universidade para Todos (ProUni), já citado anteriormente, e normatizou a atuação de entidades beneficentes de assistência social na educação superior; Decreto Presidencial n. 5.205, de 14 de setembro de 2004, que regulamentou as fundações de apoio privadas no interior das instituições federais de ensino superior; Decreto Presidencial n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que normatizou a educação à distância, fortalecendo a abertura do mercado educacional ao capital estrangeiro; Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (FERREIRA, 2012)

Percebe-se que tais decretos, resoluções, legislações, se constituíram para consolidar situações já existentes. Entretanto, o SINAES, a Lei de Inovação Tecnológica, a Parceria Público-Privada e o Reuni constituíram uma nova regulação social para o campo da educação superior.

Cabe destacar a centralidade na forma de avaliação da educação superior, o SINAES, cuja avaliação acontece a partir do conjunto: estudante, o curso e a instituição, sendo que para cada um é utilizado um instrumento avaliativo.

Os estudantes seriam submetidos ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que se constituía numa prova realizada no primeiro ano do curso e outra no último ano deste²⁶, na tentativa de medir o nível de conhecimento adquirido pelo estudante e como a instituição propicia isso a ele. A partir das duas notas, o ENADE gera um conceito para cada curso que participou da prova.

Além disso, com a criação posterior do Índice de Diferença entre o Resultado Esperado e o Observado (IDD), criou-se um instrumento, no qual permitiu conhecer melhor o sistema e não punir as instituições injustamente, no caso daquelas que recebiam estudantes

²⁶ A partir do ano de 2010 deixou de ser aplicado aos estudantes ingressantes nos cursos de graduação.

poucos qualificados, uma vez que as instituições de ensino seriam comparadas (AGUIAR, 2016).

A avaliação do curso acontece pelo desempenho dos estudantes através do ENADE, o qual é atribuído um conceito e por uma visita in loco realizada por uma comissão de especialistas que avalia a infraestrutura institucional, a qualificação e o regime de trabalho do corpo docente e a organização didático-pedagógica.

A avaliação institucional é realizada internamente a partir da criação de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) e no momento do seu credenciamento, também há visita in loco por uma comissão de especialistas, que tem por objetivo identificar e avaliar a inserção regional, atividades, cursos, programas, projetos, setores (AGUIAR, 2016).

O SINAES tornou-o referencial básico para os processos de regulação e supervisão da educação superior, para fins de emissão dos atos regulatórios de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior (AGUIAR, 2016).

A partir de 2008 foram criados outros índices avaliativos como o Conceito Preliminar de Cursos (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC) que facilitaram a reinstalação dos rankings entre as instituições, prática comum quando o Provão (1996-2003) era aplicado.

Além disso, aumentou a importância do ENADE, sendo que 80% do conjunto da avaliação dos cursos passa a depender do desempenho dos estudantes, assim, eliminou-se a visita in loco das comissões de especialistas que averiguavam as condições de ensino, caso a nota seja acima de três, numa escala que vai de um a cinco.

Os rankings apresentam os melhores e os piores cursos de graduação. Esse ranqueamento é feito pelo próprio Ministério da Educação, que divulga os resultados em planilhas de Excel nas quais as notas das instituições aparecem em ordem decrescente. Essa forma de ranquear os cursos tornou as faculdades, sobretudo, as privadas, pelo recurso midiático, competitivas (AGUIAR, 2016).

A forma de avaliação da educação superior através do SINAES tem dado caráter contraditório à defesa de uma educação com qualidade, pública, uma vez que tem gerado competitividade entre as instituições, incentiva a educação como mercadoria, delega aos estudantes, através do desempenho no ENADE à responsabilidade de seu aprendizado ou não, sem considerar todo o seu processo de ensino-aprendizagem.

Entidades representativas do Serviço Social tem se posicionado contrárias a essa forma de avaliação da educação superior brasileira; a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social²⁷ (ABEPSS) é uma delas, que justifica:

Uma vez que ranqueia os cursos, potencializa a educação como mercadoria nas universidades privadas incentivando a concorrência comercial, cria polarização entre centros de excelência e instituições periféricas indicando aumento ou não do número de recursos e investimento, culpabiliza e responsabiliza os/as alunos/as. Assim, compreendemos que a proposta de avaliação do SINAES, expressa um projeto de universidade elitista, antidemocrática, produtivista e operacional, concebida como uma organização social; nossa posição contrária à proposta do SINAES é, conseqüentemente, contrária a esse modelo de universidade. Este sistema de avaliação é incoerente com o modelo de universidade que defendemos. (ABEPSS, 2016, p. 4).

O que fica explícito na forma como se tem conduzido esse processo de avaliação é exatamente a maneira como a educação tem se tornado mercadoria, como se um conceito obtido, principalmente no ENADE fosse o suficiente para mensurar se determinado curso é bom ou ruim, entretanto, em tempos atuais, a educação brasileira está a mercê do mercado.

No que tange ao acesso à educação superior no governo Lula destacam-se dois programas: o PROUNI e o REUNI.

O PROUNI permitiu o acesso à educação superior da população de baixa renda, bem como equacionou o problema de isenção fiscal das instituições filantrópicas e sem fins lucrativos (AGUIAR, 2016). Entretanto, o “pano de fundo” dessa lógica, a troca de bolsas aos estudantes por isenções fiscais, significa que há

[...] a transferência de recursos públicos (impostos devidos) ao setor privado, incentivando a privatização do sistema de Ensino Superior, à falta de controle público sobre a qualidade das instituições participantes e as bolsas concedidas ao reforço da política discriminatória, que relega uma educação de baixa qualidade (privada) para a população mais carente, à precariedade das políticas de manutenção no sistema do estudante atendido. (AGUIAR, 2016, p. 123).

Outra forma de incentivo ao acesso a educação superior privada, é o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) criado em 1999 e em vigência, que tem passado por algumas mudanças desde sua criação. É um programa que financia cursos superiores privados e bem

²⁷ A ABEPSS é uma entidade acadêmica científica que coordena e articula o projeto de formação em Serviço Social no âmbito da graduação e pós graduação e que tem como um dos seus princípios fundamentais a defesa intransigente do direito à educação de qualidade oferecida por meio da universidade pública, gratuita, laica, democrática, presencial e socialmente referenciada (ABEPSS, 2016).

avaliados pelo SINAES; sua inscrição se dá via processo seletivo, o candidato precisa possuir renda familiar mensal bruta, por pessoa, de até três salários mínimos, e tenha participado de algumas das edições do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) a partir de 2010 e obtido nota mínima de 450 pontos na média das provas e nota na redação superior a zero.

A mídia e o governo trazem o discurso de que o FIES “promove” o acesso à educação superior por meio do financiamento. Inclusive a possibilidade de cursar medicina e as engenharias, considerados cursos mais caros que os demais, tem levado ao público que procura essa opção ao endividamento.

No que diz respeito ao REUNI, criado em 2007, a proposta era a reestruturação das universidades federais, no que tange ao financiamento, políticas de inclusão, planos pedagógicos, forma de ingresso na universidade, número de estudantes por professor, dentre outras.

O REUNI proporciona o estabelecimento de metas às Instituições Federais de Ensino. Na época de sua aprovação, as 53 instituições federais aderiram ao programa que, em contrapartida recebiam recursos financeiros, caso atingissem as metas, ou seja, atribuía a essas instituições o caráter gerencial, a partir de um contrato de gestão, pelo qual o Estado estabelece metas e indicadores de desempenho.

Vale dizer que as proposições do Reuni em relação ao aumento de vagas no noturno, à redução da evasão, à ocupação de vagas ociosas, à reestruturação acadêmica foram medidas já preconizadas no governo de FHC (1995-2002) e recomendadas pelo Banco Mundial (1995) que passam pela ótica da racionalização da gestão e da otimização dos custos, que continuaram a ser mantida no governo Lula. (FERREIRA, 2012, p. 465).

É correto afirmar que houve uma expansão da educação pública por meio do REUNI. Houve um aumento no número de matrículas nos cursos de graduação, entretanto, o processo como isso ocorreu não foi positivo, pois, não havia número de docentes e funcionários suficientes para atender a demanda, além, da existência de instituições de ensino com condições precarizadas em relação à infraestrutura, sem condições de oferecer um ensino de qualidade.

O PROUNI, assim como o REUNI, se constituíram programas que ampliaram o acesso à educação superior, embora em condições precarizadas. No caso do REUNI, desconfigurando a educação pública de qualidade.

Ferreira (2012) menciona que “[...] os programas citados parecem constituir-se em programas de Estado, uma vez que o governo Dilma dá continuidade aos programas, inclusive reafirmando uma nova etapa para o Reuni.”

No governo Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) (2011-2016) as propostas de expansão da educação superior continuaram. Anunciou no início de seu mandato a construção de universidades federais, ampliação de campi universitários e institutos federais, principalmente no interior do país. Essas ações vieram acompanhadas com o discurso de reduzir as desigualdades sociais e superar a miséria, uma vez que impactam na economia local e regional.

Em 2011 foi criado o Programa Ciência Sem Fronteiras, proporcionando a estudantes bolsas em universidades estrangeiras, qualificando a formação profissional e futuramente o trabalho profissional. O intuito do governo com tal programa era avançar na tecnologia, ciência, inovação, a partir da política de internacionalização, com participação de estudantes brasileiros pesquisadores em universidades no exterior. Entretanto, no segundo mandato da presidente, este programa foi extinto devido à falta de verbas na oferta das bolsas de estudo.

Foi criado no primeiro mandato, do citado governo, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); esse programa tem por objetivo aumentar a oferta de cursos de educação tecnológica e profissional do Brasil, tendo como público os jovens, trabalhadores e beneficiários dos programas de transferência de renda.

Uma educação totalmente voltada ao treinamento para o mercado de trabalho, uma formação aligeirada que serviu de ampliação de matrículas e transferência de recursos públicos ao setor privado.

Dilma em seu segundo mandato (2015-2016) teve como lema: “Brasil, Pátria Educadora”, mas, o caminho foi um tanto contraditório, percorreu, confirmou e cumpriu a agenda neoliberal em curso no país desde a era FHC: desmonte da educação pública e abertura maior à educação privada, atendendo aos interesses do capital, comandados por organismos internacionais como o Banco Mundial.

No seu governo houve aumento no repasse de recursos públicos ao ensino privado, apoiando cada vez mais a participação das empresas no setor da educação, sendo que na educação pública teve corte de verbas.

Diversas Instituições Federais de Educação Superior sofreram com essa ação, “[...] terminaram o ano de 2014 em situações extremamente precárias, de falta de recursos de custeio, que afetaram diretamente serviços terceirizados [...]” (ANDESS, 2015, p. 8).

O ANDES-SN no seu jornal informativo traz uma análise do governo Dilma, apresentando que com a aprovação do Plano Nacional da Educação (2014-2024) a educação privada passa a ter cada vez mais incentivos, ignorando os movimentos sociais a favor do repasse de verbas públicas para a educação pública.

Ainda neste governo pequenas instituições de ensino superior privadas se tornaram grandes grupos de educação com ações comercializadas na Bolsa de Valores, chamadas como os “tubarões do ensino”, bem como diversos grupos nacionais e internacionais investiram na educação brasileira.

A revista Exame²⁸ no ano de 2016 publicou uma matéria que apresenta as grandes empresas educacionais; dentre elas, que fazem negociações bilionárias, estão a Kroton e Anhanguera que através de sua fusão lucram 12 bilhões de reais.

O grande faturamento dessas empresas advêm de recursos públicos, das isenções fiscais do PROUNI e do FIES. O ANDES - SN menciona que a partir dos dados do MEC, o FIES responde por 49% das receitas totais do Grupo Ser, 44% da Kroton e 38% da Anima.

Com isso, fica evidente o aumento do número de matrículas nas instituições privadas de ensino através da expansão dos programas de financiamento público. No ano de 2016, houve no ensino privado presencial 6.058.623 matrículas enquanto que no ensino público o número de matrículas foi de 1.990.078. Na modalidade do ensino à distância houve 1.371.817 matrículas no ensino privado e no público 122.601 matrículas.²⁹

O ensino na modalidade à distância tem crescido exponencialmente desde sua legitimação pela LDB. Há o discurso de “facilitar” o acesso à educação superior àquelas pessoas que não podem custear um curso presencial, considerando que nessa modalidade as mensalidades são mais baixas, tem possibilitado ao setor privado mercantil também uma rápida lucratividade. Inicialmente o EAD estava voltado às licenciaturas, abarcando posteriormente os bacharelados, inclusive o Serviço Social.

Para fins de compreensão observa-se no quadro abaixo o aumento quantitativo de matrículas na modalidade EAD nos diferentes governos:

²⁸ Sabe-se que a Revista Exame não é de cunho acadêmico, entretanto, nesta matéria trouxe informações importantes acerca dos “tubarões do ensino” evidenciando o empresariamento da educação brasileira.

²⁹ Dados retirados do site do INEP a partir do Censo da Educação Superior do ano de 2016.

Quadro 10 – Quantidade de matrículas³⁰ do EAD nos diferentes governos

GOVERNO	PERÍODO	NÚMERO TOTAL DE MATRÍCULAS
Fernando Henrique Cardoso	2002	40.714
Lula	2010	930.179
Dilma Rousseff	2016	1494

Fonte: Elaborado por Eliane Amicucci, 2017.

Vale elucidar que os anos de 2002, 2010 e 2016 referem-se aos últimos anos de mandato de cada governo e que no ano de 2016 foi realizado o último censo da educação superior brasileira disponível para consulta³¹.

Percebemos claramente no quadro 10 o aumento do número de matrículas na modalidade à distância, que, revestida pela “necessidade” do uso de novas tecnologias na educação superior, tendencialmente tem se tornado o caminho para o acesso à educação e investimentos do setor privado.

Além do custo mais baixo, a questão da comodidade, flexibilidade de horários, economia de tempo tem se tornado atrativo a modalidade do EAD para os estudantes. Dentre os cursos mais procurados estão Pedagogia, Administração de Empresas, Serviço Social, Gestão de Pessoas, Letras, Matemática, Biologia, Ciências Contábeis. Nas faculdades privadas se encontram o maior número de cursos EAD reconhecidos pelo MEC.

Tal modalidade é uma tendência à educação superior brasileira, que como temos visto, tem se tornado cada vez uma mercadoria. A preocupação é como está sendo desenvolvida essa educação, sem contato direto, presencial, entre professor e estudante, o diálogo, a reflexão crítica praticamente inexistente, se tornam cada vez mais necessários estudos que apontem os impactos desse tipo de educação na formação profissional.

Diante desse cenário, é notório nos governos de Lula e Dilma Rouseff o aprofundamento do empresariamento da educação superior, emanadas por diretrizes orientadas pelo Banco Mundial que se tratam das diversificações das instituições de ensino, dos cursos e fontes de financiamento.

³⁰ Dados retirados do último Censo da Educação Superior de 2016 disponíveis no site do INEP, em 05 de outubro de 2017.

³¹ Último censo para consulta no período de construção desse trabalho.

A presidenta Dilma Rousseff exerceu seu mandato até agosto de 2016 quando sofreu impeachment, assumindo seu vice, Michel Temer (PMDB). Acusada de ter cometido “pedaladas fiscais”, sendo julgada por crime de responsabilidade.

Com a saída de Dilma Rousseff, Michel Temer assume como presidente interino do país trazendo incertezas e riscos aos direitos sociais conquistados até então garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Desde o início de seu governo, Temer realiza diversos retrocessos atingindo diretamente a classe trabalhadora, dentre eles citamos: desmonte de programas sociais, como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, e fim de outros, como Farmácia Popular; congelamento de investimentos por vinte anos, a área da educação, saúde e assistência social não terá aumento de repasses de verba, em que pese o envelhecimento e empobrecimento da população; abertura do Pré-sal para o capital estrangeiro fim da transferência de royalties para a educação.

Outros retrocessos sinalizados: reforma do ensino médio, um projeto que não foi debatido com a sociedade, nem apresentado nas eleições, gerando o dualismo educacional e não toca em pontos centrais como salário docente e estrutura; processos de terceirização, a permissão da terceirização da atividade fim, vai diminuir salários, retirar direitos e precarizar ainda mais profissões como a de professores, por exemplo; reforma trabalhista que altera a lei trabalhista, trazendo novas definições sobre férias, jornada de trabalho; projeto de reforma previdenciária que se aprovado, impedirá o direito à aposentadoria para milhões de trabalhadores brasileiros.

No âmbito da previdência, o ataque é mais duro contra as mulheres e os trabalhadores rurais, mas afeta a todos, com a imposição de idade mínima de 65 anos e de tempo de contribuição de 40 anos para o benefício integral.

Em relação à educação, observamos e tememos um futuro incerto para educação brasileira. Embora o recorte realizado para a escrita dessa tese seja a análise da educação superior, onde se situa nosso objeto de estudo, é importante destacarmos que há muitas reformas em curso, inclusive no ensino médio e com vieses conservadores, o que demonstra cada vez mais a preocupação dos governos neoliberais em não formar pessoas com leitura crítica da realidade social- o que nunca acontecerá no sistema capitalista vigente -, o que desemboca na educação superior.

Para fins de conhecimento, mas de forma breve, dentre esses projetos conservadores citamos a proposta do “Escola Sem Partido³²” que trata-se de uma escola com partido único, ou seja, sem as diferentes perspectivas de visão de mundo, o professor fica proibido de refletir questões políticas, econômicas, socioculturais, religiosas, “[...] em síntese, é um golpe em curso contra o conhecimento.” (MANCEBO, 2017, p. 13).

No que tange especificamente a educação superior brasileira presenciamos diversos cortes, afetando sobremaneira as universidades públicas, prejudicando, estudantes, docentes, trabalhadores.

Diversas universidades públicas, tanto no âmbito federal como estadual têm passado por dificuldades financeiras, deixando de cumprir com seus compromissos como pagamento de água, luz e salários dos trabalhadores.

Num contexto permeado por greves, universidades temem deixar de funcionar, dadas as condições precarizadas que vem se mantendo, bem como a dimensão do ensino tem se sobressaído à pesquisa e extensão.

A defesa em termos de uma educação pública, laica, referenciada e de qualidade está longe de ser legitimada em tempos que imperam um projeto de sociedade com interesses burgueses, a educação tendencialmente se tornou mercadoria.

Nesta conjuntura complexa, as instituições públicas também sofrem para gerenciar o processo de expansão de matrículas e cursos, principalmente advindos do REUNI devido ao corte de verbas. (MANCEBO 2017)

A mesma autora também menciona que a precarização nas instituições públicas não acontecem apenas pelo viés de infraestrutura e/ou de ensino, mas também pelas relações de trabalho:

Diversos governos, além do federal, têm adotado, de forma mais recorrente, “alternativas” para reduzir o custo da força de trabalho, por meio da implementação de variadas estratégias de precarização, com vistas à transformação das relações de trabalho e redução da folha de pagamento. Uma situação que vem se generalizando e que está requerendo investigações mais aprofundadas refere-se à terceirização da força de trabalho auxiliar — mas que poderá ser estendida para os trabalhadores das atividades-fins —, incluindo contratos com empresas que negam aos funcionários, inclusive, direitos trabalhistas básicos e proteção. (MANCEBO, 2017, p. 11).

³² Trata-se do Projeto de Lei nº 867/2015, do Deputado do PSDB /DF, Sr. Izalci Lucas, que inclui, entre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDB], o Programa Escola sem Partido. Embora este projeto seja de 2015 continua à tona e está em trâmite na Câmara e no Senado Federal, juntamente com outros dois projetos: PLS 193/2016, PL 1411/2015.

No que tange as instituições de ensino privadas com fins lucrativos, essas não tem sofrido os mesmos impactos dessa crise tal como nas instituições públicas, pois o que ficou perceptível como mencionamos linhas anteriores, foi a forte influência de investimentos públicos no setor privado de educação, como o FIES e PROUNI

Entretanto, a educação tratada meramente como mercadoria, os estudantes como clientes e os docentes como robôs que executam mecanicamente tem impactado na formação profissional dos estudantes, pois é uma formação voltada somente ao mercado de trabalho.

[...] as empresas educacionais induziram processos de reestruturação nessas instituições, visando à redução de custos, à racionalização administrativa e ao uso de gestão claramente empresarial. Fato é que as instituições privado-mercantis de educação superior têm adotado, na ampla maioria das situações, um ensino de qualidade discutível, inclusive com o uso intensivo do EAD. (MANCEBO, 2017, p. 12).

A transformação da educação superior em mercadoria traz rebatimentos na formação profissional em todas as áreas. Os cursos de graduação em Serviço Social também estão sucumbidos à lógica do capital.

É parte integrante do processo de expansão da educação superior privada, e vivencia um processo de disputa na formação de um perfil intelectual que se deseja formar diante das novas configurações assumidas pelo Estado e pelo empresariado, através da despolitização das manifestações da questão social. O contexto que engendra a formação profissional dos assistentes sociais na atualidade será discutido no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2 SERVIÇO SOCIAL, FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL: DESVELANDO A REALIDADE E POSSIBILIDADES PARA A FORMAÇÃO HUMANA

A educação libertadora tem como função transformar o estudante/trabalhador em agente político. Uma educação para além do capital deve, portanto, andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico. Educação para além do capital implica pensar uma sociedade para além do capital
(Istvan Mészáros)

2.1 Formação Profissional em Serviço Social e o Processo de Mercantilização da Educação Superior ³³

O contexto que engendra a formação e exercício profissional do assistente social no Brasil está permeado pelas intensas transformações sociais, econômicas, políticas, culturais, educacionais advindas de um contexto contraditório e acirradas desde os anos de 1990, conforme apresentado no Capítulo 1.

Contexto este originário de um processo de contrarreformas de governos neoliberais, o que tem impactado diretamente na vida da classe trabalhadora com alterações significativas em suas condições de trabalho, inclusive dos assistentes sociais que também são trabalhadores assalariados.

Além disso, vivenciamos o sucateamento da formação profissional como um todo, a precarização do trabalho docente, a ampliação do ensino a distância, a mercantilização da educação que rebate diretamente na formação profissional dos estudantes.

Nessa conjuntura questiona-se como preparar efetivamente profissionais que atuem de forma competente no plano teórico, político e operativo, assegurando a compreensão do próprio significado social da profissão, na sociedade brasileira hoje, perfil esse parametrado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Considerando que o nosso objeto de estudo, a dimensão pedagógica da supervisão acadêmica de estágio, está inserido no campo da educação e faz a mediação entre formação e

³³ Registramos que esta seção contém reflexões acerca da formação profissional iniciadas na nossa dissertação de mestrado defendida em 2011 sob o título: Estágio supervisionado em Serviço Social: novos tempos, velhos desafios? Essas reflexões estão atualizadas e aprofundadas neste capítulo da presente tese de acordo com o atual contexto da formação profissional do assistente social.

trabalho profissional, faz-se necessário problematizar todo o contexto que envolve essa formação.

A partir da atividade de estágio supervisionado o estudante vivencia o cotidiano profissional, com seus desafios, estratégias, limitações, contradições, correlações de forças.

Tais vivências são refletidas no âmbito da supervisão acadêmica³⁴ de estágio daí percebemos uma pedagogia presente na ação supervisora, que permite ao sujeito o qual se interage a pensar sobre si em seu processo de vida e as relações sociais que mantêm,

É na perspectiva do debate, da problematização das situações concretas vivenciadas pelos estagiários que se estabelecem tentativas de decifrar e compreender a realidade que está em constante movimento

A existência porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. (FREIRE, 2013, p. 90).

A formação profissional é um extenso processo, determinado socialmente no conjunto mais geral de uma dada formação social, que expressa o contexto contraditório da universidade; portanto, é um projeto que envolve formação continuada não se reduz ao período de graduação.

As mudanças reportadas pela crise do capital e por toda lógica das contrarreformas ditadas pelos organismos internacionais, tal como apresentado no capítulo anterior dessa tese, tem priorizado a universidade operacional conforme diz (CHAUÍ, 1999) em detrimento de uma formação crítica.

Isto significa que especificamente a educação superior tem se caracterizado por uma mercantilização de seus serviços. Existe a proliferação de cursos de graduação de baixa qualidade, cursos sequenciais, cursos técnicos, implementação do ensino de graduação e pós-graduação à distância.

Esta realidade também se faz presente para os cursos de Serviço Social e traz importantes repercussões para a atuação dos assistentes sociais, permeada pelas exigências relacionadas ao mundo do trabalho, uma vez que o mercado precisa absorver profissionais que atendam a seus interesses.

³⁴ A definição, particularidades, operacionalização da supervisão acadêmica de estágio serão tratadas no capítulo 3 desta tese.

Com o discurso de promover o desenvolvimento econômico do Brasil, minimizar a pobreza, as desigualdades sociais, a educação superior se expande viabilizada principalmente pelo setor privado, inclusive cursos de Serviço Social tanto na modalidade presencial como à distância, são absorvidos por esse setor. Podemos visualizar o crescimento dos cursos de Serviço Social no Brasil da era FHC á Dilma Rouseff³⁵ a partir dos quadros abaixo:

Quadro 11- Quantitativo de cursos presenciais, matrículas e concluintes de Serviço Social no Brasil no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)³⁶

Total	Modalidade	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Comun/confess
CURSOS: 111	Presencial	19	13	03	30	46
	EAD	0	0	0	0	0
MATRÍCULAS: 28.115	Presencial	7.027	3.181	717	5.826	11.364
	EAD	0	0	0	0	0
CONCLUINTEs: 4142	Presencial	1236	414	74	940	1478
	EAD	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborado por Eliane Amicucci, 2017.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, com aprofundamento do processo de contrarreforma da educação brasileira, assim como incentivo ao setor privado para expansão dos cursos na educação superior, observa-se que o número de cursos de Serviço Social nas instituições particulares é considerável comparando ao quantitativo de cursos nas instituições públicas.

Se somarmos a quantidade de matrículas nas Unidades de Formação Acadêmica particular e comunitária/confessional ultrapassa o número de matriculados nas universidades públicas, bem como o número de concluintes.

Historicamente, os cursos de Serviço Social no Brasil foram implantados em instituições de ensino particulares e confessionais de cunho religioso incentivados pela igreja

³⁵ As apresentações dos dados contidos nos quadros no que diz respeito aos cursos de Serviço Social nos diferentes governos referem-se ao último ano de mandato de cada um.

³⁶ Dados retirados do INEP identificados no Censo da Educação Superior de 2002.

católica, o primeiro curso autorizado na Era Vargas com essa característica data de 1946, sendo a Pontifícia Universidade Católica-PUC do Rio de Janeiro³⁷.

Devido à mercantilização dos serviços, incluindo a educação, inicia-se a tendência de aberturas de cursos de Serviço Social em instituições de ensino superior privadas, somado às necessidades de formação de intelectuais colaboracionistas sob a ótica do capital. (PEREIRA,2007).

Importante mencionar que no governo de FHC não havia cursos de Serviço Social na modalidade à distância, passando a existir no ano de 2006 no governo Lula.

Quadro 12 - Quantitativo de cursos presenciais e à distância, matrículas e concluintes de Serviço Social no Brasil no governo Lula (2003-2010)³⁸

Categoria	Modalidade	Federal	Estadual	Municipal	Privada
CURSOS	Presencial 333	40	16	7	270
	EAD 13	0	1	0	12
MATRÍCULAS	Presencial 68.724	11.038	4.006	832	52.848
	EAD 74.474	0	17.659	0	56.815
CONCLUINTES	Presencial 11.792	1475	852	178	9.287
	EAD 8.925	0	0	0	8.925

Fonte: Elaborado por Eliane Amicucci, 2017.

No governo Lula os cursos de Serviço Social também cresceram no âmbito privado, acompanhando a expansão dos demais cursos de graduação e a inserção de matriculados no ensino superior. Entretanto, o que chama atenção é o ensino à distância que predominantemente se situa no ensino superior privado, sendo a lógica a lucratividade. O curso de Serviço Social está entre os mais procurados cursos à distância no Brasil.

³⁷ Para maior conhecimento do processo de implantação dos cursos de Serviço Social no Brasil no que tange ao processo gradativo do empresariamento da educação e dos cursos de Serviço Social, consultar: Pereira (2007).

³⁸ Dados retirados do INEP, identificados no Censo da Educação Superior de 2010.

O ensino à distância, com legitimidade na LDB, inicia fortemente sua trajetória no governo Lula, tal modalidade proporciona o desenvolvimento de atividades, aulas em tempos e locais diversos.

A quantidade de cursos de Serviço Social e o número de concluintes na modalidade presencial são superiores ao EAD, entretanto, o número de matrículas no ano de 2010 é maior na modalidade do EAD, predominantemente na esfera privada.

Nesse mesmo ano havia 63 cursos de Serviço Social presencial na esfera pública, enquanto que na privada 270 cursos.

Com o discurso de democratização da educação, presenciamos no governo Lula o processo de fortalecimento da educação como serviço, com mercantilização da educação.

Quadro 13 - Quantitativo de cursos presenciais e à distância, matrículas e concluintes de Serviço Social no Brasil no governo Dilma Rouseff (2011-2016)³⁹

Categoria	Modalidade	Federal	Estadual	Municipal	Privada
CURSOS	Presencial 407	41	22	09	335
	EAD 28	0	1	0	27
MATRÍCULAS	Presencial 68.636	12.855	4323	705	50.753
	EAD 96.055	0	2.228	0	93.827
CONCLUINTES	Presencial 13.877	2.016	549	133	11.179
	EAD 15.526	0	147	0	15.379

Fonte: Elaborado por Eliane Amicucci, 2017.

Os cursos de Serviço Social acompanham a tendência mercadológica e identificamos principalmente de forma avassaladora o aumento dos cursos de Serviço Social na modalidade à distância.

No governo anterior havia 14 cursos de Serviço Social na modalidade EAD, no governo Dilma esse número duplica passando para 28, predominantemente na esfera privada com fins lucrativos (PEREIRA, 2012).

³⁹ Dados retirados do INEP identificados no Censo da Educação Superior de 2016.

Identificamos no quadro 14 que, embora na modalidade presencial e na esfera pública tenha aumentado o número de cursos (72) comparado ao governo anterior (63), este número é irrisório ao número de cursos na esfera privada (335) nessa mesma modalidade.

O mais preocupante está no número de matrículas e concluintes, que se concentram no EAD, ultrapassando os assistentes sociais formados no ensino presencial. Em 2016 concluíram na modalidade presencial 13.877 estudantes e 15.526 no EAD, o que urge conhecer o perfil dos estudantes e egressos que tiveram sua formação profissional nessa modalidade, dadas as implicações futuras para o exercício profissional.

Acredita-se que a apreensão das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 é crucial para o enfrentamento das contradições postas à formação profissional que também sofrem “ameaças” de serem implementadas nos Projetos Pedagógicos dos cursos de Serviço Social dada às condições de mercantilização da educação superior.

Diante dessa conjuntura questiona-se como preparar efetivamente profissionais que atuem de forma competente no plano teórico, político e operativo, assegurando a compreensão do próprio significado social da profissão, na sociedade brasileira hoje. O projeto de formação profissional considera as tendências da categoria profissional referenciada pelas exigências do mercado de trabalho, as alterações dos espaços institucionais dos assistentes sociais, as competências profissionais, etc.

2.2 Diretrizes Curriculares da ABEPSS: desafios contemporâneos

É importante sinalizar que a ABEPSS⁴⁰ junto ao Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), com o apoio do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), promoveu um processo de mobilização conduzindo a nova proposta nacional de currículo mínimo para o Curso de Serviço Social.

Esta proposta foi estabelecida na II Oficina de Formação Profissional e aprovada na assembleia da ABEPSS, realizadas no Rio de Janeiro em novembro de 1996.

A formação profissional em Serviço Social tem como referência as Diretrizes Curriculares de 1996, que traz a perspectiva de totalidade organizada basicamente, em dois momentos: um, com o objetivo de romper com a fragmentação apresentada no conjunto das

⁴⁰ Anteriormente denominada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social fundada em 1976 teve mudança de nome para ABEPSS por compreender que não poderia haver a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e articulação da graduação com a pós-graduação.

disciplinas e matérias dispostas no currículo de 1982⁴¹; outro, orientando a compreensão da própria realidade com base na perspectiva de totalidade, dotada de múltiplas determinações.

Em dezembro do mesmo ano, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/96), estabelecendo a exigência das novas diretrizes para os cursos de nível superior.

No Serviço Social as Diretrizes Curriculares foram aprovadas pelo MEC em 2001 pelo Conselho Nacional de Educação e pela Câmara de Educação Superior através do Parecer CNE/CES n. 492/2001 suprimindo no texto geral o perfil do bacharel em Serviço Social; as competências e habilidades, que apontam para formação do profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social e o direcionamento teórico-metodológico, histórico e político para a análise dos processos sociais e da sociedade brasileira.

Essa supressão favorece as instituições de educação superior no sentido de cumprir e atender o texto legal do Parecer CNE/CES n. 492/2001 de acordo com seus interesses, a partir da flexibilização dos currículos, sendo “[...] condizente com os princípios liberais que vêm presidindo a orientação para o ensino superior, estimulando a sua privatização e submetendo-o aos ditames da lógica do mercado.” (IAMAMOTO, 2008, p. 446).

Na lógica curricular de 1996 elaborada pela ABEPSS, a formação profissional do assistente social expressa uma concepção de ensino-aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, estabelecendo parâmetros para inserção profissional na realidade institucional.

O pressuposto central das Diretrizes Curriculares se constitui basicamente na construção de conteúdos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos para:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que

⁴¹ A dimensão ético-política, a articulação do Serviço Social com os movimentos populares, a compreensão da própria profissão como parte constituinte da classe trabalhadora, e a compreensão da atuação profissional na contradição entre capital e trabalho, são elementos constituintes no currículo mínimo de 1982. Esse currículo apresenta a inserção concreta do conteúdo da teoria social de Marx como parte dos conteúdos básicos da formação profissional, as disciplinas Teoria, História e Metodologia passaram a compor o currículo substituindo as vertentes do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, porém, essas disciplinas foram pensadas e estruturadas separadamente, cabendo a cada uma delas papéis que separadamente deslocariam o eixo de análise e compreensão, fragmentando a realidade histórica.

potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
 5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (ABESS, 1997, p. 62).

O projeto de formação profissional em Serviço Social encontra-se estruturado em pressupostos, princípios e diretrizes, construídas em conjunto de conhecimentos indissociáveis. Indica que diante das necessidades postas hoje à profissão é preciso estar atento ao reordenamento do padrão de acumulação capitalista, bem como de regulação da vida social, exigindo do profissional o redimensionamento na sua forma de pensar e agir.

Apresenta que a inserção dos profissionais, nos diversos espaços institucionais, deve ser compreendida com olhar crítico e investigativo, pautado em referencial teórico-metodológico, que embasa a sua postura ético-política ao mesmo tempo em que ofereça condições para que ele lance mão de um arsenal técnico-operativo que ultrapasse o campo da imediatividade, e lhe permita construir ações que promovam a emancipação dos sujeitos usuários dos serviços (ABESS, 1997).

De acordo com as Diretrizes Curriculares de 1996 o projeto para a formação profissional se materializa em três núcleos de fundamentação:

1- núcleo de fundamentação teórico-metodológicos da vida social

Responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social, reconhecendo o homem como ser social, histórico e o trabalho como eixo central de reprodução da vida social.

2- núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira:

Remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, tendo o direcionamento para a apreensão dos movimentos que permitiram os padrões de desenvolvimento capitalista do país, analisando os padrões de produção capitalista, a constituição do Estado brasileiro, o significado do Serviço Social no seu caráter contraditório expresso no confronto das classes vigentes e presentes nas instituições. Além disso, os diferentes projetos políticos existentes na sociedade brasileira, análise da constituição em suas dimensões econômicas, políticas, culturais e conhecimento do movimento das classes subalternas.

3- núcleo de fundamentos do trabalho profissional:

O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, tendo como especificidade do seu trabalho e intervenção as múltiplas expressões da questão social. Articula o conjunto de conhecimentos e habilidades

voltadas à ação transformadora, considerando as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, bem como a dimensão que condiciona o trabalho profissional e a compreensão da profissão como historicamente determinada. Além da utilização de técnicas e instrumentos que implicam formas de agir para compreender o cotidiano de vida dos usuários.

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares trazem para a centralidade da formação profissional a questão social e o trabalho profissional que precisam ser transversais à totalidade da formação profissional, o que significa que não podem ser tratados apenas como disciplinas, necessitam estar presentes na totalidade dessa formação: ensino-pesquisa-extensão, na atividade de estágio supervisionado envolvendo o processo da supervisão direta de estágio, no momento da supervisão de campo e também na supervisão acadêmica.

São os cerne para compreensão do significado social, direcionamento ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo a partir da incorporação da perspectiva teórico crítica.

Destacamos também que a concepção de formação profissional traz como pressupostos a relação direta entre a profissão de Serviço Social e a questão social:

- 1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista
- 2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.
- 3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.
- 4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas. (ABEPSS, 2006, p. 62).

A atividade de estágio supervisionado e o processo de supervisão de estágio (de campo e acadêmica) se inserem no núcleo de fundamentos do trabalho profissional, sendo o trabalho concebido como práxis e considerando o trabalho do assistente social nas instituições como forma de especialização do trabalho, o assistente social como um trabalhador assalariado, que possui um arsenal de saberes e ética que o permite investigar e intervir na realidade social.

Os três núcleos compõem a lógica das Diretrizes Curriculares e reúnem os conteúdos que fundamentam o trabalho profissional, constituindo assim em eixos articuladores da atual formação profissional e não podem ser tratados de forma separada porque são concebidos como necessários para compreender o Serviço Social na dinâmica societária.

Agregam um conjunto de fundamentos que se desdobram em matérias e estas em disciplinas presentes nos currículos plenos de Serviço Social nas Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs).

Essas matérias, ainda como trazem as Diretrizes curriculares de 1996, são expressões da área de conhecimento necessárias à formação profissional e se desdobram em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas, atividades complementares.

Há outras atividades que integram o currículo e que são indispensáveis à formação profissional: Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso que devem ser desenvolvidos ao longo do curso e a partir dos desdobramentos das matérias e seus componentes curriculares.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS também estabelecem os princípios que devem fundamentar o processo de formação profissional:

1. Flexibilidade na organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares – tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares – como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização e disciplinas e outros componentes curriculares;
5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com o máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;
7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
9. Exercício do pluralismo como próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;

10. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular;
11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional. (ABEPSS, 2006, p. 63).

O projeto de formação profissional possui uma direção social pautada na perspectiva crítica que fornece respaldo para o futuro assistente social construir mediações através da singularidade, particularidade e universalidade analisando a totalidade social possibilitando sua intervenção.

A formação profissional “[...] deve contribuir para recriar o perfil profissional do assistente social, indicando e antecipando perspectivas no âmbito da elaboração científica e da intervenção profissional, de acordo com um dever profissional.” (IAMAMOTO, 2008, p. 164).

Este apontamento feito pela autora evidencia a importância da indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão que, no contexto da mercantilização da educação praticamente inexistente, comprometendo a busca por um profissional crítico capaz de investigar e interpretar a realidade social.

Tal condição, não rara, às vezes é experimentada via atividade de estágio que não havendo o processo de supervisão direta de estágio que propicie a reflexão do cotidiano que envolve o trabalho profissional do assistente social e as relações sociais não atenderá o disposto nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Esses determinantes incidem diretamente num perfil profissional orientado pelos ditames do mercado profissional sendo deturpadas as atribuições e competências profissionais que irão apenas executar as políticas sociais, moldando este profissional e o tornando meramente reprodutor dos interesses do Estado, desqualificando o atendimento da população pelo Serviço Social.

Nesse sentido, a mercantilização da educação superior e suas consequências para a formação profissional em Serviço Social é posta como um dos elementos que justifica a precarização dessa formação, com destaque para seus rebatimentos nas condições em que se dá o trabalho docente e aos conteúdos da formação profissional.

As condições do trabalho docente implicam qualitativamente no ensino em Serviço Social e indagamos quem são os estudantes de Serviço Social? Quem são os docentes em Serviço Social? Qual o processo formativo de tais docentes? A referência a um processo de empobrecimento da formação profissional como parte e consequência da precarização do ensino é seguida também de outra interrogação: qual perfil profissional tem sido formado?

É nesse contexto contraditório que se colocam desafios à formação profissional tanto na necessidade de efetivação de um projeto ético político, quanto na construção de perfis

profissionais intencionados à luta de garantias para o pleno exercício profissional, numa luta que envolve a coletividade, voltados aos interesses comuns.

[...] uma qualidade de formação que, sendo culta e atenta ao nosso tempo, seja capaz de antecipar problemáticas concernentes à prática profissional e de fomentar a formulação de propostas profissionais, que vislumbrem alternativas de políticas calcadas no protagonismo dos sujeitos sociais, porque atenta à vida presente e a seus desdobramentos. Um projeto de formação profissional que aposte nas lutas sociais, na capacidade dos agentes históricos de construir novos padrões de sociabilidade para a vida social. (IAMAMOTO, 1998, p. 195).

Necessita-se da reflexão constante da consolidação desse projeto, pois, este tem que “[...] atualizar-se nos vários momentos conjunturais” para que se tenha um direcionamento no cotidiano do trabalho profissional, bem como o fortalecimento do projeto ético-político da profissão (IAMAMOTO, 1998, p. 195).

2.3 Particularidades da Formação Profissional em Serviço Social no Estado de São Paulo

A trajetória acadêmica, profissional e de militância na ABEPSS, precisamente na região SUL II, como explicitado na introdução desta tese, impulsionou o interesse dessa pesquisadora em investigar sobre a realidade dos cursos de Serviço Social no estado de São Paulo, especificamente no que diz respeito à supervisão acadêmica de estágio.

É importante apresentar que a expansão dos cursos na educação superior aconteceu também no interior dos estados brasileiros, no caso aqui, será demonstrado os cursos de Serviço Social no estado de São Paulo (capital e interior) e como na realidade brasileira aconteceu via setor privado tanto na modalidade presencial como no ensino à distância.

A partir de informações retiradas do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentaremos o estado de São Paulo, campo empírico de nossa pesquisa.

O estado de São Paulo concentra em seu território o maior polo industrial do país, a maior densidade demográfica e é o centro econômico da federação, com uma população estimada no ano de 2017 de 45.094.866 de habitantes.

Detém a maior concentração populacional do país e a maior arrecadação financeira com o Produto Interno Bruto (PIB), mais significativo do Brasil, repetindo há décadas uma série histórica que, apesar das alterações ocorridas no país desde 2002 o estado permanece em primeiro lugar no ranking da escala econômica nacional.

Localizado na região Sudeste do Brasil, o Estado de São Paulo é composto por 645 municípios distribuídos em 15 regiões administrativas: Araçatuba; Baixada Santista Barretos; Bauru; Campinas; Franca; Marília; Presidente Prudente; Registro; Ribeirão Preto; São Carlos; São José do Rio Preto; São José dos Campos; Sorocaba e Região Metropolitana de São Paulo.

O curso de Serviço Social é ofertado em 52 municípios distribuídos pelas regiões administrativas do estado, como podemos visualizar na tabela a seguir:

Tabela 1- Cursos de Serviço Social na modalidade presencial nas regiões administrativas do Estado de São Paulo

Região Administrativa	Quantidade de municípios	Quantidade de municípios que possuem cursos de Serviço Social	Quantidade de cursos de Serviço Social
Araçatuba	43	04	05
Baixada Santista	09	02	02
Barretos	19	02	02
Bauru	39	02	02
Campinas	90	10	10
Franca	23	01	02
Marília	51	02	02
Presidente Prudente	53	04	05
Registro	14	01	01
Ribeirão Preto	25	01	04
São Carlos	26	01	01
São José do Rio Preto	96	04	08
São José dos Campos	39	04	07
Sorocaba	79	05	05
Região Metropolitana de São Paulo	39	09	32
Total: 15	645	52	88

Fonte: Elaborada por Eliane Amicucci, 2017.

Observamos que a Região Metropolitana de São Paulo concentra o maior número de cursos de Serviço Social na modalidade presencial com 32 cursos. É nesta região onde se localiza a cidade de São Paulo, capital do estado; seguida pela região administrativa de Campinas com 10 cursos; posteriormente pela região administrativa de São José do Rio Preto com 08 cursos; região administrativa de São José dos Campos com 07 cursos; região Administrativa de Sorocaba, Presidente Prudente e Araçatuba com 05 cursos. Elucidamos que há municípios que possuem mais de um curso de Serviço Social

A região sudeste concentra o maior número de cursos de Serviço Social tanto presencial como à distância, sendo o estado de São Paulo, campo empírico de nossa pesquisa, o estado com maior quantitativo (88 cursos até o ano de 2016), segundo os dados do INEP e e-MEC.

Destes 88 cursos presenciais, 4 tem categoria administrativa pública municipal; 1 pública estadual; 1 pública federal; 27 privadas sem fins lucrativos e 55 com fins lucrativos.

É notória a inserção dos cursos de Serviço Social inseridos em instituições privadas sem fins lucrativos, entretanto, a predominância está nas instituições privadas com fins lucrativos, evidenciando a mercantilização destes cursos.

Muitas das instituições privadas com fins lucrativos têm como mantenedoras as grandes empresas educacionais como Anhanguera, UNIP e UNIESP. Dentre as 55 instituições privadas com fins lucrativos identificamos que 9 têm como mantenedora a UNIP; 8 têm a mantenedora Anhanguera e 6 têm como mantenedora o grupo UNIESP.

Essas faculdades passaram por crises financeiras, assim, as empresas encontram nestas, fonte de investimentos e lucratividade, existindo nesses espaços condições de exploração do trabalho docente.

identificamos que em vários cursos de Serviço Social dessas faculdades são coordenados por um único profissional, ou seja, 1 assistente social para diversos cursos, como é o caso da UNIP.

A expansão dos cursos de Serviço Social presencial em instituições privadas no estado de São Paulo acompanhou o crescimento a nível nacional, tendo nos anos 2000 o seu auge, conforme podemos observar no quadro 14:

Quadro 14 - Expansão dos cursos presenciais no estado de São Paulo

Ano de Funcionamento	Quantidade de Cursos
1940	02
1950	02
1960	07
1970	06
1980	02
1990	04
2000	65
Total	88

Fonte: Elaborado por Eliane Amicucci, 2017.

A análise do quadro 14 evidencia o aumento quantitativo dos cursos inseridos em instituições públicas e privadas, num período de 60 anos, com uma expansão expressiva nos anos 2000.⁴²

Dentre os cursos em instituições públicas citamos a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP campus de Franca que tem como data de funcionamento do curso 26/01/1977, a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus Baixada Santista com a data de 02/03/2009 e as que estão cadastradas como públicas municipais: Universidade de Taubaté (UNITAU) com a data de 01/03/1966; Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul-FUNEC com a data de 14/02/2000; Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Victório Cardassi (IMESB) com a data de 01/02/2003 e a Faculdade Ciências e Letras de Bragança Paulista (FASB) com a data de 01/02/2015.

Nesse sentido, podemos afirmar que majoritariamente os cursos inseridos em instituições privadas tem se expandido a partir dos anos 2000.

Vale lembrar também, conforme apresentado na introdução dessa tese, que destes 88 cursos presenciais cadastrados no e-MEC embora conste que estão em atividade, havia 6 cursos (até o ano de 2016) sem turma em andamento, ou seja, cursos que ainda estão em atividade aptos a ofertar o vestibular, mas que no momento, não possuem estudantes, considerando que não houve ingressantes nos últimos anos.

Esta é uma realidade que precisa ser melhor investigada. É um dado que se torna preocupante somado aos relatos de docentes nas reuniões ampliadas da ABEPSS SUL II nos

⁴² Elucidamos que estamos nos referindo nos anos de 2000 a 2016.

dois últimos anos, mencionando a dificuldade de abertura de novas turmas nos cursos e quando há são turmas com número reduzido de estudantes, sendo “colocados” junto com turmas do mesmo curso, mas que estão em semestres diferentes, ou com turmas de outros cursos com disciplinas afins para assistirem aula, o chamado ensalamento ou junções de turmas, trata-se da realidade tanto da capital como do interior de São Paulo. Tais condições da formação profissional serão abordadas nas próximas seções.

A formação profissional nessa conjuntura se torna mais precarizada, com turmas numerosas, dificultando o processo de ensino-aprendizagem, principalmente se considerarmos o perfil dos estudantes que chegam ao ensino superior hoje, com dificuldades de interpretação de texto e na escrita, sem tradição e acúmulo de leitura, situação esta agravada pela condição de trabalhadores de uma significativa parcela desses estudantes. Fica evidente o interesse mercadológico, sendo o estudante tratado como cliente, o lucro é mais importante para essas instituições.

No site do INEP não encontramos a quantidade de matrículas e/ou ingressantes no curso de Serviço Social na modalidade EAD no estado de São Paulo, mas, partimos do pressuposto que nos últimos anos tem ingressado número significativo de estudantes nessa modalidade, prejudicando o ensino presencial. A quantidade de cursos de Serviço Social no EAD do estado de São Paulo é assustadora dada à abrangência de municípios, conforme podemos visualizar na tabela 2:

Tabela 2 – Quantitativo de Instituições que oferecem Cursos de Serviço Social na modalidade EAD, vagas autorizadas e municípios de abrangência no estado de São Paulo

Instituição	Vagas autorizadas	Municípios de abrangência
Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR)	900	13
Universidade Estácio de Sá (UNESA)	5050	10
Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL)	400	10
Universidade Pitágoras (UNOPAR)	21150	52
Universidade Paulista (UNIP)	47880	194
Universidade Nove de Julho (UNINOVE)	500	02
Universidade de Santo Amaro (UNISA)	2300	16

Instituição	Vagas autorizadas	Municípios de abrangência
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)	200	02
Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)	4000	34
Universidade do Sul de Santa Catarina (UNICSUL)	200	11
Universidade Brás Cubas (UBC)	2000	12
Universidade Anhanguera (UNIDERP)	16800	120
Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN)	3000	03
Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES)	1000	80
Universidade Potiguar (UNP)	249	02
Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR)	2000	38
Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto (Estácio Ribeirão PRE)	5000	60
Centro Universitário Planalto do Distrito Federal (UNIPLAN)	4260	37
Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI)	1300	01
Centro Universitário Internacional (UNINTER)	3000	73
Total: 20	121.189	770

Fonte: Elaborada por Eliane Amicucci, 2017.

No Brasil, no ano de 2016 havia ao todo 28 cursos de Serviço Social na modalidade EAD, identificamos na tabela 2 que 20 se concentram no estado de São Paulo e tem polos espalhados por diversos municípios, totalizando 770 municípios de abrangência com vagas autorizadas no total de 121.189.

Informamos que o estado de São Paulo possui 645 municípios, entretanto, uma mesma instituição possui mais de um polo num mesmo município, bem como instituições diferentes possuem polos no mesmo município.

A UNIP lidera a quantidade de vagas autorizadas, 47.880 e possui polos em 194 municípios paulistas; em seguida a UNOPAR com autorização de 21.150 vagas e tem polos em 52 municípios; Universidade Anhanguera (UNIDERP) com 16.800 vagas autorizadas e polos instalados em 120 municípios; a Universidade Estácio de Sá (UNESA) que possui 5050 vagas autorizadas e polos em 10 municípios; dentre estas se destacam Anhanguera e a Estácio

de Sá que também possuem cursos presenciais, mas que têm se tornado grandes empresas controladoras da educação privada no país.

Dentre as instituições que possuem menos vagas autorizadas e polos em poucos municípios destacam: a UCDB com 200 vagas e 02 municípios que possuem polos; a UNP com 249 vagas e 02 municípios com polos e embora possua um número maior de vagas autorizadas 1300, a instituição UNIASSELVI que está instalada em um único município.

Dada essa realidade identificada no estado de São Paulo urge conhecer com profundidade como estão sendo ofertados esses cursos, suas matrizes curriculares, se estão coerentes com as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, corpo docente, pois nos limites dessa tese não privilegiamos o EAD, mas, é um dado que não se pode ignorar.

Além disso, como citamos acima, pode ser que as pessoas têm buscado cursar Serviço Social na modalidade EAD, enquanto que os cursos na modalidade presencial tem se esvaziado encontrando dificuldades para abertura de turmas, tendencialmente os cursos EAD estão se fortalecendo, a conjuntura atual é propícia pra isso.

No que tange aos cursos presenciais privados, que também tem se fortalecido, deve-se às possibilidades de financiamento através do FIES, o que tem provocado o endividamento da classe trabalhadora.

No estado de São Paulo há também o Programa Escola da Família, criado em agosto de 2003 pela Secretaria de Educação do estado de São Paulo. O programa oferece atividades dentro de quatro eixos: esporte, cultura, saúde e trabalho, sendo desenvolvidas em escolas estaduais aos finais de semana por estudantes universitários, que tem seus estudos custeados pelo governo a partir de convênio com instituições privadas de Ensino Superior - o Programa Bolsa Universidade, sendo 50% da mensalidade paga pelo Estado e o restante financiado pela própria faculdade, podendo ser renovado anualmente, assim o estudante tem 100% de bolsa de estudo.

Este programa por um lado beneficia ao estudante no que tange á bolsa de estudo, mas, em contrapartida esse estudante presta serviços à comunidade nas escolas nem sempre relacionados a sua área de formação profissional.

Além disso, não há acompanhamento da instituição em que está matriculado, somente é supervisionado por um coordenador do programa. O tempo para dedicação aos estudos é sempre escasso, durante a semana trabalham o dia todo e estudam à noite, e aos finais de semana prestam serviços nas escolas estaduais, este é perfil dos estudantes do curso de Serviço Social que precisa ser considerado por aqueles que estão na docência.

Nesse sentido, podemos afirmar que a expansão dos cursos de Serviço Social e sua interiorização no estado de São Paulo vão ao encontro dos ditames dos governos neoliberais, iniciando pela criação do Financiamento Estudantil-FIES na década de 1990 e adensados através dos decretos e legislações a partir dos anos 2000, com a criação do PROUNI, bem como com a atuação de entidades beneficentes de assistência social na educação superior, condicionando a isenção de impostos para essas instituições privadas de educação.

A educação tem sido propagada nas últimas décadas num discurso de direito e democratização no acesso para todos, entretanto:

[...]a educação superior, no Brasil, vive um intenso processo de transformação de um direito ou “serviço público” em “serviço comercial” ou mercadoria, isto é, um processo de massificação mercantilizadora que anula as fronteiras entre o público e o privado-mercantil e impede uma efetiva democratização do “subsistema”. Ao menos no nível da graduação. (SGUISSARDI, 2015, p. 869).

Este mesmo autor utiliza-se do termo massificação mercantil para designar o processo de expansão de cursos privados no país, expondo claramente que as instituições de ensino superior com finalidade lucrativa está respaldada na LDB, assim, educação nesse contexto tem se tornado mercadoria e a democratização não corresponde ao acesso universal, público e de qualidade.

Na realidade representa a busca pela concretização dos interesses presentes nos investimentos da formação profissional: a expansão da mercantilização da educação superior e o rápido investimento no atendimento às demandas do mercado de trabalho e o atendimento dos interesses financeiros, principalmente de organizações internacionais com exclusivo apoio do Estado brasileiro.

O estado de São Paulo possui potencialidade econômica e as pessoas também possuem um poder aquisitivo maior, sendo o curso de Serviço Social e demais na área de humanas são considerados “baratos” porque não utilizam de laboratórios e a pesquisa e extensão no setor privado são quase inexistentes, não se contrata necessariamente docentes com titulação de doutores e que regulamentados pelo MEC podem ser organizados por módulos ou ciclos de curta duração, assim, são atrativos ao setor privado de educação superior, não geram custos elevados (PEREIRA, 2012).

O mercado de trabalho tem necessitado e absorvido há alguns anos assistentes sociais devido ao processo de descentralização das políticas sociais para os estados, municípios,

ampliação do terceiro setor, entretanto, a expansão dos cursos de Serviço Social acompanhada pela ampliação do mercado de trabalho para os assistentes sociais acontece por que:

A permanência de uma força de trabalho nessas localidades tem o objetivo de amenizar o histórico processo de desigualdades sociais e regionais. É na dialética entre acumulação/expansão do capital e a minoração das desigualdades sociais e regionais que se encontra o conteúdo do processo de expansão/interiorização da educação superior privada, em especial dos cursos de Serviço Social. (MEDEIROS; PERUZZO, 2016, p. 290).

O assistente social tem as políticas sociais como sua ferramenta de trabalho para o enfrentamento das manifestações da questão social, que historicamente estão vinculadas às relações que as classes sociais estabelecem com o Estado. Tais políticas sociais são subordinadas ao processo de desregulamentação dos mercados, não viabilizando a universalidade, pelo contrário, focalizando tais políticas aos segmentos empobrecidos da classe trabalhadora.

O Estado, para o enfrentamento da questão social, faz com que as políticas sociais sejam operacionalizadas setorialmente e a descentralização acontece na perspectiva do desenvolvimento de ações administrativas de modo mais próximo dos grupos sociais. Nesse sentido, os assistentes sociais têm sido contratados para planejarem, gerirem e executar tais políticas.

A descoberta e valorização do curso de Serviço Social relacionam-se a uma demanda do mercado de trabalho que requisita um perfil profissional técnico e instrumental capaz de exercerem a gestão das políticas sociais, mas a nível do controle da pobreza e da classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo em que essa “valorização” acontece, com a expansão dos cursos de Serviço Social, a precarização da formação profissional em Serviço Social também é expandida.

No Estado de São Paulo os ditames do capital tem se apropriado da educação enquanto mercadoria por excelência. O cenário desse Estado, de ínfima presença das universidades públicas e devastadora incidência de escolas privadas, trazem em seu interior toda a precarização presente tanto no trabalho docente quanto na qualidade da formação oferecida por estas empresas da educação.

A partir das memórias das reuniões realizadas pela ABEPSS SUL II, encontramos denúncias, narrativas trazidas pelos estudantes, docentes, supervisores de campo sobre a nítida precarização do ensino superior e do trabalho profissional nas escolas privadas

presencial de Serviço Social, muitas dessas geridas pelas empresas Kroton, Anhanguera, UNIESP.

Dentre as degradações cometidas pelas “empresas de ensino” destacamos a que subestimam as Diretrizes Curriculares e as recomendações da Política Nacional de Estágio de 2010; oferecendo um serviço educacional com irregulares condições de estudo e trabalho, como os “ensalamentos”⁴³ por diferentes turmas e períodos; os TCCs em grupo de 28 ou mais estudantes ou TCCs com orientações EaD; das supervisões acadêmicas que extrapolam os 15 estudantes por turma; da inserção dos 20% previstos pelo MEC de disciplinas EaD; das ínfimas remunerações docentes e dos atrasos de pagamento; dos cursos ofertados no período da madrugada; da opressão sofrida pelos trabalhadores docentes pelas empresas; das “adaptações” dos projetos pedagógicos com disciplinas de formação de natureza distintas às recomendações das Diretrizes Curriculares, dos endividamentos estudantis que os fazem refém da empresa educacional.

Com as mudanças na educação superior, especificamente no âmbito privado, surgem demandas postas ao gerenciamento e administração das instituições e repercutem na ação cotidiana dos coordenadores de curso.

Assim como no Serviço Social, novas competências lhe são impostas e novas habilidades passam a ser consideradas fundamentais para o atendimento da dinâmica institucional, passando a ser uma atividade de gestão que envolve desde a captação de alunos no mercado até a viabilidade financeira do curso, o que pode atingir diretamente e de forma negativa na formação profissional dos estudantes de Serviço Social, uma vez que já não “cuida” da dimensão pedagógica com afincado, correndo o risco de privilegiar uma formação voltada aos ditames do mercado de trabalho.

A mercantilização da educação superior e dos ditames do capital na formação profissional do assistente social presente no estado de São Paulo equipara-se e evidencia-se a precarização dessa formação como um todo: não viabilização da pesquisa e extensão, turmas com número excessivo de estudantes, campos de estágios insuficientes devido à quantidade de estudantes do ensino presencial e à distância, inclusive há denúncias também no estado de São Paulo que os cursos EAD têm “comprado” vagas de estágios em instituições para que seus estudantes realizem essa atividade, falta de equipamentos audiovisuais, insuficiência de livros, quase inexistência de centros acadêmicos que poderiam fortalecer a participação política dos

⁴³ Significa que os estudantes do primeiro ano podem assistir as aulas juntamente com estudantes do 3º ano, por exemplo, tanto no mesmo curso de Serviço Social ou até mesmo em cursos de outras áreas que possuem disciplinas comuns, como é o caso de Psicologia, Economia Política, Sociologia.

estudantes, bem como a partir da exploração do trabalho docente, o mesmo professor leciona diversas disciplinas, acumulam funções, conforme afirma uma das coordenadoras de estágio entrevistada:

[...] a nossa condição de trabalho está muito precária enquanto professor nessa universidade, e assim, nem reuniões, assim nossa pra pensar o curso, pra pensar a relação com os alunos, enfim, a gente está assim, num momento que assim, se a gente conseguir dar conta das atividades que tem que são atividades, aquelas atividades extras do curso mais o conseguir dar aula, já tá bom, infelizmente é isso [...] as reuniões pedagógicas se tornaram reuniões informativas, que é o chefe do departamento que puxa, que faz e então assim, essa relação, a relação ficou muito reduzida ao compromisso individual de cada um com a tua turma, de tocar a sua disciplina, se a gente conseguir dar conta disso já está valendo, nós tivemos cinco no ENADE, nós tivemos quatro no Guia do Estudante, olha, isso tudo é luta de sangue [...]. (CE1, 2017).

Identifica-se nesta fala que a dimensão pedagógica no contexto de precarização da formação profissional tem sido substituída pelo cumprimento de atividades formais, entretanto, a dimensão política da ação profissional se faz presente pela luta de uma formação minimamente qualificada, enfatizando através de “luta de sangue”.

Tais condições precarizadas também são vivenciadas nos cursos de Serviço Social públicos que tem sofrido com os cortes nos recursos financeiros, citamos algumas: faltam salas de aulas, biblioteca com livros desatualizados, equipamentos audiovisuais insuficientes, produtividade acadêmica, poucos recursos financeiros para realização de eventos como palestras, congressos, sobrecarga de trabalho devido ao número reduzido de docentes, aumento do número de estudantes por professor, não realização de concursos públicos, mas, de processos seletivos a fim de contratar professores substitutos que tem seus contratos de trabalho por tempo determinado, gerando consequências como salários inferiores dos professores efetivos, não há vínculo com corpo discente e docente, além de assumirem disciplinas como TCC e estágio supervisionado, nesse caso a construção conjunta de saberes entre supervisores de campo, acadêmicos e estagiários se perde quando os contratos dos professores contratados que exercem a supervisão acadêmica são rompidos (MORAES, 2016).

Essas condições adversas que envolvem os cursos de Serviço Social e o trabalho profissional têm rebatimentos diretos na formação profissional como um todo: em sala de aula, no desenvolvimento de TCCs, na realização da atividade de estágio supervisionado e na supervisão de campo e acadêmica de estágio, esta constituindo nosso tema de pesquisa, que

diante desse contexto tem sido de forma ínfima ou não operacionalizada nos cursos de Serviço Social. A discussão sobre a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social será realizada a partir do capítulo três.

2.4 Indissociabilidade entre Formação e Trabalho profissional

Compreendemos que formação e trabalho profissional estão intrínsecos e precisam ser refletidos de forma articulada. Por isso, pensar a formação profissional requer análise histórica da sociedade e da profissão; requer articulação entre formação profissional e mercado de trabalho que está condicionado às transformações do mundo do trabalho; identificar as contradições presentes na realidade e entre as classes sociais, para que o assistente social possa responder às demandas apresentadas em seu cotidiano profissional de forma qualificada.

Como formação e trabalho profissional estão articulados e precisa ser considerada a inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho, é importante sinalizar que partimos da concepção que Serviço Social é trabalho, não desconsiderando a dimensão ontológica do trabalho que parte da relação direta do homem com a natureza e que gera um produto e valor condicionando o processo de acumulação capitalista.

Entretanto, devido ao processo de trabalho do assistente social ser guiado por uma intencionalidade e na sua condição de profissional assalariado, envolve uma relação de troca através da venda da sua força de trabalho ao empregador, tendo valor de uso porque responde a uma necessidade social e produz um resultado que tem objetividade material ou social dada sua particularidade na divisão social e técnica do trabalho, assim, considera-se o Serviço Social como trabalho (IAMAMOTO, 2008).

Na análise da autora Sara Granemann (1999, p. 160), o Serviço Social opera como trabalho produtivo e improdutivo, é produtivo “[...] quando participa da geração das condições para extração da mais-valia [...] embora não opere diretamente no chão da fábrica como o operário, no entanto, ele igualmente participa do processo-como trabalhador coletivo- [...]”

O Serviço Social é improdutivo quando não opera na extração da mais-valia, quando, na condição de assalariado não gera valor ao empregador, neste caso, se encontra o assistente social que é contratado para executar as políticas sociais, ou seja, “[...] o assistente social contratado para desenvolvê-las troca seu valor de uso- sua força de trabalho- por um salário

em troca de uma atividade que não agrega valor para o Estado, por não cumprir o objetivo de se transformar em capital [...].” (GRANEMANN, 1999, p. 161).

A mesma autora afirma que compreender o Serviço Social como trabalho é compreender sua inscrição na história e seu significado social:

O reconhecimento do Serviço Social como trabalho está hipotecado ao entendimento da gênese de várias profissões que, em um dado tempo do desenvolvimento do modo de produção tornaram-se quase tão igualmente necessárias para a sua continuidade como o próprio trabalho operário. De tal modo, isso é possível constatar no movimento do real, que não foi tão somente o Serviço Social que surgiu na passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista. Acompanharam-no, por exemplo, os surgimentos de engenharias de produção, da propaganda (e de outras ligadas à comunicação) e do conhecimento da subjetividade humana. (GRANEMANN, 1999, p. 159).

Elucidamos que o processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil está imbricado na intervenção do Estado com suporte da igreja católica na perspectiva de enfrentamento das manifestações da questão social a partir dos anos 1930, num processo de industrialização e consolidação do sistema monopolista; logo, as manifestações da questão social se constituem como objeto, matéria-prima da profissão, bem como justificativa de constituição do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho.

A profissão de Serviço Social surge então no modo de produção capitalista e tem nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 a centralidade da categoria trabalho na formação profissional, sendo necessária sua análise e compreensão a partir das suas particularidades na inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho.

A conjuntura interfere diretamente no trabalho dos assistentes sociais, nas suas formas de realização, assim como os processos de contrarreformas neoliberais impõem novas configurações ao mercado de trabalho.

A reestruturação produtiva teve implicações na esfera da produção e no aparato institucional implicando no papel do Estado, além da desregulamentação e flexibilização dos direitos do trabalho, reconfiguração das políticas sociais com tendências de privatização, mercantilização e refilantropização. (ALMEIDA; ALENCAR, 2011).

Essas modificações trazem novas exigências ao Serviço Social. O mercado de trabalho passa a requisitar novas competências, habilidades, redesenhando as atribuições profissionais.

Estas mudanças estão diretamente relacionadas às formas políticas e institucionalizadas de enfrentamento da questão social e das mediações existentes entre as instituições sociais, trabalho profissional dos assistentes sociais e as políticas sociais.

As políticas sociais estão subordinadas à desregulamentação dos mercados com suporte do Estado não viabilizando a universalidade, pelo contrário focalizando tais políticas aos segmentos empobrecidos da classe trabalhadora.

Os assistentes sociais operacionalizam essas políticas sociais de forma institucionalizada, e como bem nos lembra (FALEIROS, 2009) as instituições ocupam um espaço político nas relações entre Estado e sociedade civil.

As instituições exercem um papel hegemônico na sociedade e servem como mecanismos reguladores das crises do desenvolvimento capitalista. Na forma de controle, através das entrevistas, visita domiciliar, acompanhamento da população, e até de coerção, colocam as pessoas que as buscam numa situação de subordinação, porque o profissional utiliza de seu saber técnico e das possibilidades institucionais para atender as demandas a partir das legalidades existentes; assim, o sujeito é posto numa condição de passividade, ou seja, é “incluído” ou “excluído” dos benefícios possíveis (FALEIROS, 2009).

No espaço institucional, o assistente social desenvolve ações rotineiras e burocratizantes, características próprias das instituições, confundindo-se não raras vezes os objetivos profissionais com os objetivos institucionais e “internalizam” as políticas sociais com as quais operacionalizam cotidianamente como se estivessem acima do próprio significado social da profissão, dos princípios do Código de Ética e direcionamento pautado no projeto ético-político profissional, personificam e representam diante da população atendida o próprio Estado.

Estas são algumas das imposições impostas pelo mercado de trabalho do assistente social, entretanto, é preciso que o assistente social desenvolva sua relativa autonomia para que não recaia no tecnicismo, intervenções alienantes e alienadoras e potencialize o projeto ético-político profissional historicamente construído, lembrando que “[...] os homens fazem sua própria história, mas, não a fazem como querem; não a fazem sob circunstância de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.” (MARX, 1978, p. 17).

Ressaltamos que a configuração das áreas e espaços institucionais de atuação profissional insere-se no contexto mais amplo de configuração do mundo do trabalho, ou seja, no processo de produção e reprodução da vida social, daí a sua dinamicidade. É nesse espaço

que se manifestam as expressões da questão social, o que desafia ao profissional a assimilar as demandas tradicionais e emergentes.

O processo de produção e reprodução social permite compreender a profissão de Serviço Social na sociedade capitalista, considerando que reprodução social significa o modo de vida em sociedade nos termos materiais, espirituais e culturais, são condições que permeiam a trama das relações sociais (YAZBECK, 1999).

A apreensão da profissão na sociedade e seu significado social estão atrelados às unidades contraditórias: através de como o profissional percebe a realidade e que se expressa pelo seu discurso teórico e ideológico e como o Serviço Social sendo determinada pelas circunstâncias e que direciona seu exercício profissional independentemente de suas vontades.

Nessa perspectiva é preciso reconhecer que há implicações políticas nas ações dos assistentes sociais, já que seu exercício profissional se desenvolve no interior dessas relações sociais, entre as classes sociais, polarizada pelos seus interesses através das condições objetivas e subjetivas que realizam seu trabalho profissional.

Pode-se afirmar que o Serviço Social contribui para o processo de reprodução dos interesses do capital como as respostas das necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora (YAZBECK, 1999).

Esta condição significa que o Serviço Social é polarizado por essa contradição, porém, ele pode criar estratégias profissionais e políticas para reforçar os interesses da população com a qual trabalha.

Neste âmbito requerem-se profissionais que estejam em “[...] sintonia com as mudanças e atenção à qualificação contínua” (KOIKE et al., 1997, p. 81) ao mesmo tempo em que o trabalho profissional cotidiano deve estar voltado a consolidação do projeto ético-político profissional e, sobretudo, reconhecimento do homem como ser social. (PAULO NETTO, 1999. p. 91-110).

O grande desafio posto ao profissional de Serviço Social é desenvolver a capacidade de decifrar a realidade e construir propostas criativas e efetivar direitos, se apropriando de aportes teórico-metodológicos, ético-políticos, que norteiam seu trabalho, possibilitando a transformação da realidade social, ou seja, na perspectiva da práxis.

Nessa dimensão é imprescindível mencionar sobre a formação profissional que deve estar articulada ao exercício profissional, uma vez que ela está presente na contraditoriedade da sociedade capitalista e requer sua apreensão para que se construa uma prática voltada à sociedade civil, “[...] mas também a visão de mundo dos subalternos, decifrando seus códigos,

suas maneiras particulares de expressão de sua vida social em formas culturais.” (IAMAMOTO, 1998, p. 196).

Diante dessa reflexão, é preciso que:

[...] a formação profissional possibilite aos assistentes sociais compreender criticamente as tendências do atual estágio da expansão capitalista e suas repercussões na alteração das funções tradicionalmente atribuídas à profissão e no tipo de capacitação requerida pela “modernização” da produção e pelas novas formas de gestão da força de trabalho, que dê conta dos processos que estão produzindo alterações nas condições de vida e de trabalho da população que é alvo dos serviços profissionais [...]. (IAMAMOTO, 2008, p. 180).

Ressaltamos a resistência da categoria profissional a este cenário em que predomina a ideologia neoliberal, a reestruturação do capital e a mercantilização do ensino superior, gerando a necessidade do fortalecimento do projeto ético-político profissional, sendo preciso:

[...] ênfase numa formação acadêmica qualificada, alicerçada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capaz de viabilizar uma análise concreta da realidade social, formação que deve abrir o passo à preocupação com a (auto) firmação permanente e estimular uma constante postura investigativa. (PAULO NETTO, 1999, p. 105).

A formação profissional em Serviço Social busca contemplar uma base teórico-metodológica pautada na perspectiva crítica capaz de propiciar a reflexão dialética do modo de pensar e agir profissional, isto é, análise das relações sociais na sua totalidade. Logo, ela “[...] é entendida como processo dialético, portanto aberto, dinâmico e permanente, incorporando concepções decorrentes da inserção da profissão [...]” (SILVA, 2007, p. 73).

Nessa perspectiva, para compreender o processo dinâmico da formação profissional na contemporaneidade, é necessário conceber os fundamentos da profissão de Serviço Social ancorados na perspectiva de totalidade histórica, ou seja, o Serviço Social se explica na história da realidade brasileira e não somente na história da profissão, mas, logicamente, a própria evolução da profissão, suas diferentes fases, momentos, como por exemplo, o Movimento de Reconceituação tem o seu significado nesta totalidade histórica.

O projeto de formação profissional também explica esse processo, compreendendo as relações entre as classes sociais e o Estado; o Serviço Social é expressão do debate social e cultural do seu tempo, resultado de luta dos seus agentes, que está inserida na divisão social e técnica do trabalho.

Desse modo, a luta contra a precarização do trabalho e formação profissional constantemente [...] “requer a apropriação das diretrizes curriculares e de outros instrumentos normativos e legais da categoria” (GUERRA; BRAGA, 2009, p. 549), e são essas prerrogativas que norteiam todo o trabalho desenvolvido no âmbito da formação profissional.

Formação profissional é um processo contínuo e inacabado de autoqualificação, de educação permanente, de construção e reconstrução de saberes mediatizados pela prática social e profissional de sujeitos.

2.5 Formação Profissional em Serviço Social e a Práxis Educativa

Compreendemos que a formação integral do homem perpassa pelas condições de uma educação que propicie a consciência crítica do ser social, que ele seja participativo, criativo e não meramente preparado para obter competências e habilidades para o mercado de trabalho.

A educação também é para além das salas de aula, se ela abarca a vida social, o processo de ensino-aprendizagem, precisa ultrapassar a educação formal que se encontra imbuída pela lógica do capital.

A educação, entendida como construção coletiva de produção do conhecimento, da ação social, busca intencional de sentidos e significados, diálogo e interação, perpassa todas as práticas sociais.

Toda ação humana deve ser interpretada como atitude, influenciando nela seu contexto, momento, posição. Tudo o que dá sentido a ela, tanto do ponto de vista da sociedade e do próprio indivíduo, sendo, portanto, imprescindível entendê-la constituída cultural e historicamente em suas relações sociais.

A educação integra, junto com outras dimensões da vida social, o conjunto de práticas sociais necessárias à continuidade de um modo de ser, às formas de sociabilidade que particularizam uma determinada sociedade. Sua função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias.

A educação é historicamente e hegemonicamente conservadora, constituindo um espaço de disputa, o que dificulta mencionar que a educação nesta sociabilidade leva à formação integral do homem, pois ela atende aos interesses das classes dominantes.

É neste momento que descobrimos a natureza e função da educação. Cabe a ela, aqui conceituada num sentido extremamente amplo, a tarefa de permitir aos indivíduos a apropriação dos conhecimentos, habilidades e valores

necessários para se tornarem membros do gênero humano. (TONET, 2016, p. 97).

A educação como está organizada nos moldes do capital não permite a construção de uma visão crítica da realidade, muito menos da sociabilidade alienada e alienante.

É necessário criar estratégias para modificar as condições objetivas de reprodução a partir da universalização da educação e do trabalho como atividade humana auto realizadora, pensar a educação para além do capital exige pensar na sobrevivência do ser humano. (MÉSZAROS, 2008).

A educação para além do capital pressupõe uma dimensão educativa que envolve a todos os interessados numa mudança social, participação inclusive dos educadores que também precisam ser educados (MÉSZAROS, 2008).

Nesse sentido, formação profissional do assistente social está no âmbito da educação. Educação é um processo mais amplo, “[...] é uma prática humana direcionada por uma determinada concepção teórica. A educação é um típico 'que fazer' humano, ou seja, um tipo de atividade que se caracteriza fundamentalmente por uma preocupação, por uma finalidade a ser atingida.” (LUCKESI, 1993, p. 21).

O processo educacional envolve, não apenas a transmissão de conhecimentos e informações para o outro, mas valores, conceitos, significados e finalidades que norteiam a vida em sociedade quando superados conteúdos enviesados pela sociabilidade burguesa.

Ao processo educacional deve estar articulado uma prática pedagógica, uma prática de ensino que propicie, ou melhor, desencadeie a formação profissional de sujeitos assistentes sociais, mas, antes, de sujeitos críticos partícipes dos processos que envolvem a dinâmica da vida social.

A defesa de uma práxis educativa é necessária em tempos de avanços do capital no campo da educação, que também é uma dimensão da vida social e a partir dela (da práxis educativa), a formação humana estará voltada à construção de uma nova sociabilidade.

A práxis é utilizada para compreender, interpretar o mundo, por isso não pode ser utilizada no sentido utilitário, mas, sim, numa concepção filosófica, onde há a realização de uma atividade consciente objetiva, possibilitando transformar a realidade social e não apenas interpretá-la.

Esta é a perspectiva na busca de uma educação que caminhe na contramão imposta pelo capital. O educador precisa também ter a consciência que as atividades, o processo

comunicativo, as reflexões em sala de aula e fora dela precisam ser guiadas por uma filosofia da práxis.

A educação é entendida como atividade política, assim, é preciso na educação formal construir conteúdos que permitam desenvolver ações contra-hegemônicas, desenvolvendo nas classes subalternas a formação de consciência crítica para uma hegemonia cultural e política.

A práxis revolucionária exige a superação da consciência comum porque eleva à consciência do natural, do imediato do proletariado, permitindo uma visão científica a respeito da atividade prática do homem, aproximando o pensamento da ação (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007).

A práxis revolucionária permite superar a consciência comum na medida em que possibilita ultrapassar o imediatismo no cotidiano, bem como concepções dotadas de preconceitos. Porque na perspectiva do homem que não enxerga possibilidades de mudança, sua visão de mundo é dotada de pessimismo e negatividade, justamente porque possui uma consciência comum.

A consciência comum é mais fácil de ser manipulada, atende a ideologia da classe dominante. Essa consciência possui um esvaziamento de consciência política porque inclusive, vê o trabalho tal como a ideologia dominante, no sentido da produção, com caráter utilitário, prático, material. Há uma deformação do homem que possui a consciência comum. Essa despolarização favorece a manutenção da ordem vigente (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007).

O apoliticismo de grandes setores da sociedade os exclui da participação consciente na solução dos problemas econômicos, políticos e sociais fundamentais, e com isso, fica aberto o caminho para que uma minoria se encarregue das tarefas de acordo com seus interesses particulares de grupo ou de classe. Tanto o politicismo “prático” como o apoliticismo por motivos “práticos” satisfazem as aspirações e os interesses do homem comum e corrente, do homem “prático”, mas, na verdade, só servem para afastá-lo de uma verdadeira atividade política e, especialmente, de uma práxis revolucionária [...]. (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007, p. 34).

O homem que não alcançou a consciência da práxis revolucionária é porque está imerso em sua cotidianidade e não percebe o trabalho, a atividade política como constituintes do ser social e passíveis de transformação da realidade social.

O resultado disso é que o capitalismo estabelece um modelo societário, que é o modelo vigente, no qual há uma série de determinantes que aparecem sintetizados no real.

Estes elementos (considerados pilares da dominação social existente) estabelecem mediações nos mais diversos âmbitos da vida: trabalho, escola, instituições religiosas, meios

de comunicação, formando o contexto no qual se desenrola o cotidiano. Portanto, essas mediações acabam por se expressar na singularidade do indivíduo.

Partindo dessa análise e através do pensamento marxiano, compreendemos que aquilo que o ser social apreende de forma imediata, como um todo desorganizado, são aparências, representações, requisitando dos indivíduos respostas funcionais às situações.

A realidade só é dada ao homem e permite conhecê-la através de sua práxis, da ação transformadora que ultrapassa o imediato, a aparência, considerando a historicidade e a concretude do real.

Assim, como ele influencia o contexto, também é influenciado por este. Logo, como resultado do modo de produção capitalista na qual produz e reproduz a vida, permeado de ideologias, valores, normas, consolida o domínio do capital sobre o trabalho, estabelecendo um cotidiano alienado, também instrumentalizado para a reprodução capitalista.

A realidade no sistema capitalista apresenta outras características além de um cotidiano alienado. A sociabilidade fica relegada a um plano inferior em detrimento da individualidade; o trabalho como parte fundamental do cotidiano e do ser social, também se encontra alienado, a consciência se apresenta reificada. A reificação que caracteriza a organização social capitalista é um processo no qual se mascara as relações sociais entre os homens e a realidade.

A consciência reificada não consegue ver que em qualquer produto resultante do trabalho humano há a síntese de múltiplas relações sociais. Como consequência desse processo ocorre a distorção do real, tornando os homens apenas elementos passivos, mantendo relações coisificadas diante de uma realidade, na qual as mercadorias, os produtos inertes são atuantes e dotados de vida.

Existem algumas formas de práxis, dentre elas destacamos a práxis política, os atos dos sujeitos estão “[...] orientados para sua transformação enquanto ser social e por isso, destinados a mudar suas relações econômicas, políticas e sociais [...]” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007, p. 231).

Essa práxis denominada também como práxis social está voltada a grupos ou classes sociais que buscam a transformação de uma dada sociedade, consiste essa atividade numa atividade política.

Envolve certamente correlações de forças porque lida diretamente com o poder, inclusive com o próprio Estado, pois pode divergir das ideias, programas, projetos criados por este. Esta práxis social exige organização política, no caso aqui, mobilização e organização do proletariado, no sentido da luta para o enfrentamento das contradições entre as classes sociais.

A práxis política pressupõe as possibilidades inscritas na realidade social para que a mudança ocorra, portanto, ela deve ser consciente, organizada, dirigida para um fim. (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007).

O proletariado precisa adquirir a consciência de classe para travar essa luta, a partir de estratégias e táticas visando à transformação social.

A práxis política vai ao encontro dos princípios do projeto ético-político profissional do assistente social, por isso, sua compreensão, apreensão e desenvolvimento no cotidiano profissional são essenciais para propiciar a consciência política da população atendida e sua própria consciência enquanto classe trabalhadora.

Primeiramente a consciência é formada pela realidade exterior, aquilo que o sujeito vê no mundo exterior é interiorizado por ele, a consciência é um processo a ser construído; a visão de mundo, os sentimentos, as necessidades humanas, o homem adquire a consciência disso pelo mundo exterior, formando a primeira manifestação da consciência, “[...] o indivíduo passa a compreender o mundo a partir de seu vínculo imediato e particularizado, generalizando-o tomando a parte pelo todo, a consciência expressa-se como alienação.” (IASI, 2011, p. 19).

A primeira consciência é formada pela interiorização de valores, normas, juízos, comportamentos a partir das relações que se estabelece na sociedade (IASI, 2011).

O segundo processo para aquisição da consciência acontece na formação de grupos, no coletivo, quando o indivíduo percebe as injustiças de forma coletiva e pode haver a reivindicação através da mobilização, organização política desse grupo. Essa é chamada a consciência em si que pode evoluir para a consciência de classe que é a superação da alienação se colocando diante da tarefa histórica de superação da ordem capitalista (IASI, 2011).

É importante apresentar estas considerações sobre a práxis visto que, é no embate da filosofia da práxis que os educadores compreendem a leitura das contradições que envolvem os processos educativos e a tendência da educação mercantilizada e seus rebatimentos na formação profissional.

Porém, principalmente, se a educação é para a vida, para leitura crítica e consciente da realidade, a filosofia da práxis propicia a interpretação desse mundo, permite à transição da teoria à prática tornando-as indissociáveis, ela é elemento para possibilidade de atividades que visem à transformação social.

A atividade humana para se constituir enquanto práxis precisa ser guiada por uma intencionalidade e por um fim, produzir algo, resultado e efetividade, tem que causar mudança, trata-se de uma atividade consciente.

Por isso, na sociedade capitalista, não é tarefa da educação conduzir a um processo revolucionário, de transformação social, entretanto, a educação através de atividades educativas emancipadoras como sugere (TONET, 2016), conduzem a um processo de ensino-aprendizagem que permite ao indivíduo apreender valores afim de torná-lo membro do gênero humano, para que sejam participativos, criativos, críticos.

As atividades educativas devem contribuir, portanto, para o processo de formação e emancipação, criando condições em que os indivíduos, socialmente, conquistem a autonomia (VIANA, 2005, [p. 10]).

Partilhamos da concepção de (TONET, 2016) sobre possibilidades do desenvolvimento de atividades educativas de caráter emancipador, que compreendemos estão atreladas à dimensão educativa da intervenção profissional do assistente social e como defendemos, na perspectiva da práxis.

Estas atividades educativas são travadas com as lutas específicas e gerais da classe trabalhadora, seu conteúdo deve ser embasado no conhecimento crítico do processo histórico e social; compreensão da gênese do sistema capitalista, das suas contradições e na busca da superação desse sistema.

O cotidiano profissional também se configura como espaço privilegiado para a construção do conhecimento e socialização de saberes; é nesse espaço e no desenvolvimento de atividades educativas que podem ser discutidos conteúdos que trazem os elementos da conjuntura política, econômica e social.

No âmbito da educação superior não é diferente, embora exista uma dimensão educativa inerente à atribuição do docente, é necessário compreender qual a direção social do desenvolvimento das atividades propostas.

As atividades de cunho educativo precisam ter direção para processos emancipatórios, devem ser o norte na ação profissional. Fazer a crítica da realidade social, pois a emancipação é condição humana e política para outra sociabilidade.

Com base nessas considerações, compreendemos que a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social constitui-se numa atividade educativa, sua dinamicidade conduz a processos reflexivos junto aos estagiários sobre a processualidade da realidade social e as contradições que permeiam as relações sociais na ordem da sociabilidade do capital.

Quando há o diálogo, a troca de conhecimento entre o professor supervisor acadêmico e o estagiário existe a possibilidade de desenvolvimento da consciência crítica, das potencialidades desse sujeito. Essa é a proposta do ser mais e de educação libertadora trazida por Paulo Freire (2013) e coerente com as lutas políticas do Serviço Social no que tange uma educação participativa, democrática que não reproduza os interesses capitalistas.

A supervisão acadêmica está prevista nas legislações e normativas vigentes do Serviço Social, inclusive nas Diretrizes Curriculares, mencionando que na atividade de estágio supervisionado deve ocorrer a supervisão sistemática sendo realizada por um professor supervisor e pelo profissional do campo de estágio.

Este é o desafio posto aos cursos de Serviço Social, que nos tempos que imperam interesses mercadológicos na educação, a supervisão acadêmica é vista como mais um custo, o que dificulta seu processo de implantação e inviabiliza a supervisão direta de estágio.

CAPÍTULO 3 PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE ESTÁGIO E SUPERVISÃO NO SERVIÇO SOCIAL NOS ANOS DE 2001 A 2016: DESVELANDO AS TENDÊNCIAS PARA A SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO

Tem de todas as coisas. Vivendo, se aprende; mais
o que aprende, mais é só a fazer outras maiores
perguntas
(Guimarães Rosa)

Para analisar nosso objeto de estudo, a dimensão pedagógica da supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social, consideramos necessário identificar por aproximações sucessivas, na produção do conhecimento realizada pela categoria profissional as tendências sobre a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social.

A realidade também carrega elementos novos e velhos. O passado convive com o presente e aponta tendência para o futuro. Cabe ao pesquisador perceber quais elementos que pesam mais na realidade estudada, o que predomina naquele momento histórico analisado: se as tendências do novo ou do velho. Nesta luta dialética entre os opostos, a síntese final expressa uma subsunção de um sobre o outro. Mas esta síntese é sempre provisória, histórica, daí que o conhecimento é aproximativo e historicamente situado. (GUERRA, 2009, p. 711).

O conhecimento implica necessariamente desvelar a realidade e surge de uma dada necessidade acumulando informações. O conhecimento da realidade deve ultrapassar o senso comum, embora o conhecimento se inicie através da intuição, mas deve realizar novos questionamentos do objeto a ser estudado.

Se não houver o aprofundamento desse conhecimento existirá apenas a reprodução e manutenção da realidade tal como ela se apresenta de imediato. Por outro lado, há o conhecimento oriundo da razão dialética, que capta o movimento do objeto, ou seja, a sua constituição e processualidade na vida cotidiana.

Nesse sentido, a pesquisa também é uma das formas de se produzir conhecimento e no âmbito do Serviço Social ela fornece subsídios para a análise do processo de produção e reprodução da vida social sob o capitalismo.

A pesquisa é inerente ao trabalho profissional do assistente social, é pré-condição do exercício profissional competente e qualificado, sendo constitutiva de nossas competências e atribuições profissionais, além de ser transversal ao processo de formação profissional.

“A investigação e a intervenção compreendem a dialética do modo de ser da profissão [...]” A dimensão investigativa presente no trabalho profissional do assistente social contribui para o desvelamento de uma dada realidade social, pois para se intervir é preciso antes de tudo conhecê-la (GUERRA; BRAGA, 2009, p. 703).

Sobre essa questão percebe-se a importância da articulação dessas duas dimensões no exercício profissional do assistente social, permitindo-o pensar e analisar o contexto de seu objeto de intervenção, identificar os limites e possibilidades de sua ação profissional e propor estratégias de intervenção, tal como menciona Battini (2009, p. 73):

Com base na ação investigativa, o trabalho profissional poderá transcender o objeto real, configurando-o em objeto científico, o que propiciará a indicação de mecanismos para novas articulações nos processos que determinam a mudança do limite para além do imediatamente dado; possibilitará ainda a construção de um marco teórico representativo de intervenção, abrindo caminhos estratégicos viabilizadores da transformação social.

Nessa perspectiva, o processo investigativo na profissão visa à instrumentalização do assistente social para a elaboração de projetos de intervenção e para a intervenção propriamente dita, o que pode ocorrer também via a sistematização do trabalho profissional que pressupõe uma reflexão teórica a partir do trabalho desenvolvido.

A sistematização permite analisar o trabalho profissional, identificando os limites e possibilidades das condições de trabalho a partir de categorias que sejam úteis para restituir o trabalho profissional, mas, para isso é preciso registrar as ações, analisá-las à luz de uma teoria social crítica e elaborar a síntese das ações realizadas e se possível socializá-las, esta também é uma forma de se produzir conhecimento que valoriza a construção do saber advindo do seu fazer profissional.

A profissão de Serviço Social muito tem avançado nesse sentido, quer seja na produção do conhecimento via pesquisa científica realizada nos programas de pós-graduação lato senso e stricto senso, seja na socialização de suas experiências profissionais sistematizadas e socializadas nos eventos da categoria profissional, como nos Congressos, Seminários, Oficinas da ABEPSS, Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social, Fóruns, bem como na publicização em livros, artigos em revistas.

Nessa dimensão buscamos em livros, artigos, trabalhos publicados em anais de eventos político-científicos da categoria, a produção do conhecimento sobre estágio e supervisão, a partir do recorte temporal de 2001 a 2016, período que se refere também o recorte para o estudo desta tese.

É importante elucidar que o levantamento bibliográfico acerca da temática estágio e supervisão em Serviço Social foi inicialmente realizado pela pesquisadora Lesliane Caputi no período de seu doutoramento, sendo sua tese defendida no ano de 2014. Na ocasião, o recorte eleito pela pesquisadora foi de 2001 a 2013. A partir desse levantamento já existente, acrescentamos outras produções publicadas posteriormente, haja vista que o nosso recorte para estudo compreende o período de 2001 a 2016.

Assim como Caputi (2014) compreendemos que foi a partir dos anos 2001 em diante, em consonância com tempo histórico das Diretrizes Curriculares aprovadas pelo CNE/MEC, mais adiante, a Resolução CFESS n. 533/2008; a Lei Federal dos Estágios, Lei n. 11.788/2008 e da PNE (ABEPSS, 2010) que houve um impulsionamento de certo modo, de debates mais afincos da categoria profissional sobre estágio e supervisão, com a realização de fóruns, oficinas, encontros, jornadas de estágio, entre outros espaços coletivos de debates. Podemos dizer que com a PNE (2010) o olhar para a supervisão acadêmica de estágio ficou mais apurado, ganhando mais intensidade, preocupação e visibilidade. Com isso amplia-se também a produção científica.

A produção bibliográfica identificada acerca do tema estágio e supervisão, principalmente sobre supervisão acadêmica compôs o texto teórico da tese e contemplam o processo de construção de conhecimento da pesquisadora, mas, não em exclusividade porque foram utilizadas outras fontes bibliográficas.

Para a construção desse capítulo, foram consideradas as produções do período de 2001-2016 em livros, capítulos de livros, artigos de revistas (*qualis* A1), e trabalhos publicados em grandes eventos da categoria, como Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS).

Na apresentação dos dados coletados, optamos por primeiramente, apresentar as produções de conhecimento sistematizadas e publicadas em forma de livros, capítulos, em seguida, artigos de revistas e sumariamente os trabalhos de anais. Tecemos nos trabalhos de anais apresentações e análises somente sobre a supervisão acadêmica de estágio, considerando esta nosso objeto de estudo.

3.1 Produção do Conhecimento Sobre Estágio e Supervisão em Livros

A seguir, apresentamos a produção em livros. Identificamos a publicação de seis livros. Acrescidos a estes há mais cinco livros que abarcam capítulos sobre a temática estágio e supervisão.

Quadro 15 Produções Sobre Estágio e Supervisão em Livros

Autor	Título	Edição e Editora	Ano de Publicação
JOAZEIRO, E.M.G.	Experiência e Conhecimento.	Santo André, SP: ESETec	2002
BURIOLLA, M.A.F.	Estágio Supervisionado	6. ed. São Paulo: Cortez.	2006
BURIOLLA, M.A.F.	Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis	4. ed. São Paulo: Cortez.	2008
JOAZEIRO, E.M.G.	Supervisão de Estágio: formação, saberes, temporalidades.	Santo André, SP: ESETec	2008
LEWGOY, A.M.B.	Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional	São Paulo: Cortez.	2009
COSTA, O. M. J.	Estágio em Serviço Social: uma reflexão crítica.	Goiânia: Vieira.	2013

Fonte: Leslieane Caputi (2014).

Conteúdo dos Livros:

O livro **Experiência e Conhecimento** de Edna Maria Goulart Joazeiro é fruto de sua dissertação de mestrado em Educação. É composto de três capítulos: o primeiro apresenta O espaço de Trabalho e Formação, no capítulo dois O encontro entre Experiência e Conhecimento e no terceiro capítulo O trabalho na Saúde: temporalidade e microgestão.

O livro contempla o encontro entre a experiência e conhecimento através da atividade de estágio supervisionado no Hospital das Clínicas da UNICAMP no período de 1995 a 2000. Está presente também a análise do cotidiano profissional e das experiências vivenciadas pelas estagiárias em Serviço Social que consistiram participantes de sua pesquisa.

A autora faz uso dos conceitos e categorias da abordagem ergológica, baseada nos autores Schwartz, Rosa, Duraffoug e Canguillen, que trazem a perspectiva do trabalho “[...] como uso de si, o que implica numa abordagem que não reduz o trabalho a atos de execução [...]” (JOAZEIRO, 2002, p. 15).

Joazeiro se refere ao estágio supervisionado como trabalho, “[...] a atividade de estágio realizada pelas estudantes no campo de estágio é trabalho e será considerado sob o crivo de trabalho, não como execução, mas do trabalho como uso de si.” (JOAZEIRO, 2002, p. 15).

Compreendemos que estágio não é trabalho, é uma atividade curricular obrigatória que compõe a totalidade da formação profissional, o que envolve um processo de ensino-aprendizagem, logo, está consubstanciado a esse processo, o estagiário não é profissional e não responde por isso no campo de estágio, suas atividades são diferenciadas do assistente social supervisor.

O livro é, portanto, resultado da reflexão teórica da realidade apreendida pela autora no exercício da atribuição de supervisora de estágio, cujos dados analisados, são tanto das percepções, quanto do que dizem os diários de campo das estagiárias.

O livro **O Estágio Supervisionado** de Maria Alice Feiten Buriolla é a composição de dois capítulos da sua tese de doutorado em Serviço Social defendida em 1991 no Programa de Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O livro possui duas partes, a primeira parte versa sobre a atividade de estágio e a visão das docentes, supervisoras e estagiárias sobre a atividade de estágio; a visão desses sujeitos sobre as Unidades de Ensino e os campos de estágio, a relação teoria-prática e as considerações finais. Na segunda parte Buriolla apresenta sobre a supervisão de estágio, como o conteúdo da supervisão e a concepção a partir da visão dos sujeitos de sua pesquisa.

Buriolla considera que o estágio é lócus para o desenvolvimento da identidade profissional do estudante, mas concebe essa atividade como campo de treinamento e aprendizagem da profissão.

Sobre essa questão é preciso fazer uma ressalva, discordamos da autora no que tange ao estágio como espaço de treinamento, pois recaímos na lógica mecanicista de reprodução do fazer profissional, precisamos considerar que o estudante está em processo de formação profissional e na realização da atividade de estágio supervisionado ele precisa ser preparado, capacitado para o exercício profissional, mas, compreendendo a realidade é dinâmica e a profissão acompanha essa processualidade, se pensamos num “treinamento” corremos o risco de aderir a uma lógica técnica, instrumental apenas do fazer profissional.

Traz as contradições presentes nos campos de estágio que impelem os estudante de refletirem o trabalho profissional, bem como a visão crítica do espaço institucional, como: ausência ou inexistência de supervisão, campos de estágio que não oferecem condições mínimas para realização do estágio, Unidades de Ensino que não assumem suas responsabilidades para o devido acompanhamento do estagiário, etc.

Na segunda parte do livro, a autora faz menção á matéria-prima da supervisão e afirma ser “[...] a prática profissional desenvolvida pelo supervisor e supervisionado no contexto sócio-histórico institucional.” (BURIOLLA, 2006, p. 87). Além disso, acredita que os conteúdos trabalhados na supervisão não podem ser dissociados da conjuntura e do conteúdo programático do curso de Serviço Social.

Em todo o livro a autora estabelece um diálogo com os sujeitos de sua pesquisa. Importante destacar que no período da escrita do livro, a terminologia supervisor acadêmico não aparece, apenas professor e também supervisor de campo, apenas supervisor, tal como temos hoje reconhecido dessa forma nas legislações pertinentes ao estágio e supervisão.

O livro **Supervisão em Serviço Social**: o supervisor, sua relação e seus papéis também da autora Maria Alice Feiten Buriolla contém três capítulos de sua tese.

O livro possui quatro capítulos: o primeiro é sobre a Concepção de Supervisão em Serviço Social; o segundo capítulo é O Supervisor e o Aluno-Estagiário e suas relações, o terceiro Os Papéis do Supervisor e o quarto capítulo é sobre Um Resgate Conclusivo sobre Supervisão em Serviço Social na Formação do Assistente Social e a Identificação de Algumas Possibilidades.

Nesta obra Buriolla expressa a escassa ou quase inexistente obras publicadas sobre supervisão de estágio em Serviço Social, considerando o período da escrita de sua tese que remonta aos anos de 1991.

No período a autora analisa que não havia parâmetros das entidades representativas do Serviço Social para o exercício da supervisão e isso rebatia na atividade de estágio supervisionado, além disso, os assistentes sociais pareciam se recusar de exercer a atribuição de supervisor.

Contrapondo-se a isso, presenciamos na atualidade os avanços no que diz a legalidade e parâmetros sobre a operacionalização da atividade de estágio supervisionado em Serviço Social, como o Código de Ética de 1993, Lei de Regulamentação da Profissão, Lei n. 8.662/1993, Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, Resolução CFESS n. 533/2008, Lei Federal de Estágio, Lei n. 11.788/2008 e a Política Nacional de Estágio da ABEPSS de 2010.

Consideramos um avanço e conquista para a categoria profissional e comunidade acadêmica tanto no sentido das orientações político-pedagógicas como a PNE, como na busca de garantia da supervisão direta de estágio, entretanto, identificamos que muitos dos desafios e problemáticas encontradas na pesquisa de Buriolla se faz presentes até os dias atuais.

A autora define a supervisão como um “[...] processo educativo, de ensino-aprendizagem, que se relaciona aos conhecimentos referentes à formação para o Serviço Social.” (BURIOLLA, 2008, p. 115).

Continua mencionando que a concepção de supervisão não está pronta e acabada, ela vai se configurando no tempo, nos diferentes momentos históricos.

No que tange aos papéis desenvolvidos pelos supervisores, destaca que é preciso considerar: a competência do supervisor, a pessoa do supervisor, as condições de trabalho, a concepção de mundo e a execução de ações selecionadas e prioritárias.

Indica que os papéis dos supervisores são: educador, de transmissor de conhecimentos-experiências e de informações, papel de facilitador e papel de autoridade.

Neste período não havia supervisão direta de estágio, a supervisão do estagiário ficava a cargo somente do supervisor de campo, sendo visto essa uma necessidade pelos supervisores participantes da pesquisa de Buriolla.

Para Buriolla os problemas envoltos à supervisão de estágio apresentadas em sua pesquisa dizem respeito ao perfil apresentado pela profissão e a supervisão é o reflexo da desvalorização profissional, uma imagem de crise e desfiguração da identidade profissional.

O livro **Supervisão de Estágio: formação, saberes e temporalidades** da autora Edna Maria Goulart Joazeiro é fruto de sua tese de doutorado defendida em 2008 na Universidade Estadual de Campinas- Faculdade de Educação.

O livro é composto de quatro capítulos: no primeiro Da Filantropia à Consolidação do Estatuto do Serviço Social como Profissão, o segundo capítulo Profissionalização: diálogo entre a vida e a escola, no terceiro Supervisão de Campo no Serviço Social na Saúde: relação com a vida e saberes diversos e no capítulo quatro versa sobre a Tensão entre temporalidades na Supervisão de Estágio.

Seu estudo teve como objeto a atividade de trabalho da supervisão de estágio em Serviço Social no Hospital das Clínicas da UNICAMP no período de 1994 a 2003, também utilizou a perspectiva teórica da ergologia, tal como na sua dissertação de mestrado.

Nesta obra a autora delimita-se em analisar a supervisão de campo e a considera como uma atividade de trabalho, utilizando-se além dos depoimentos das supervisoras de estágio, os diários de campo de supervisão, entretanto, apresenta mais o cotidiano de trabalho

dos supervisores de campo e os processos de apreensão desse universo para as estagiárias e o que estas podem construir (saberes, intervenções) na área da saúde.

O livro **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional** de autoria de Alzira Maria Baptista Lewgoy possui quatro capítulos. No primeiro discute-se “Os Desafios e Exigências da Formação Profissional na Contemporaneidade”, no segundo Caminhos da Supervisão de Estágio em Serviço Social, no terceiro Elementos Constitutivos da Concepção de Supervisão de Estágio e no quarto capítulo Competência Profissional: dimensões do processo de supervisão de estágio.

O livro é originário de sua tese de doutorado intitulada: Pensar a Supervisão de Estágio em Serviço Social: ser ou não ser, eis a questão! Apresentada em março de 2007 ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da PUC do Rio Grande do Sul.

O objetivo das reflexões apresentadas consistiu em conhecer como se constituiu o processo de supervisão de estágio na sua perspectiva histórica, a fim de propor estratégias que contribuam para a efetivação da competência profissional nas dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.

A autora informa que a supervisão de estágio em Serviço Social na atualidade está permeada de desafios devido ao contexto mercadológico que engendra a política educacional brasileira e rebate na efetivação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, nos espaços institucionais que se efetiva o trabalho dos assistentes sociais e o estágio dos estudantes, bem como as transformações impostas ao mercado de trabalho.

O período analítico da autora é de 1996 a 2004, período de elaboração e implantação das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, o que permite identificar a primeira vez que a nomenclatura supervisão acadêmica aparece no terreno histórico da supervisão de estágio em Serviço Social. As Diretrizes Curriculares preconizam a indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica.

Nesse sentido, a supervisão acadêmica é tratada no livro “[...] como um espaço que faz a mediação entre a UFA e o campo de estágio.” (LEWGOY, 2009, p. 109). Considera também a dimensão pedagógica da supervisão de estágio, entretanto, como articulação entre ensino e serviço na efetivação da competência profissional.

A finalidade da supervisão acadêmica para a autora está relacionada com a finalidade social da profissão que é a prestação de serviços sociais.

Embora a autora traga a discussão sobre a supervisão acadêmica de estágio em seu livro e isso já é um avanço mesmo sendo construído dentro de uma processualidade histórica

de aprovação e implantação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, percebemos que há um reducionismo da supervisão acadêmica à formação da competência profissional, à prestação de serviços sociais.

A nosso ver, a supervisão acadêmica contribui não somente para a formação de competência profissional, mas, para formação profissional com valores e princípios ético-políticos pautados na perspectiva de uma educação voltada à formação humana, na formação de sujeitos com consciência crítica, reflexivos do mundo que o circunda, capazes de decifrar e interpretar a realidade social e contribuir com as pessoas com as quais se relacionam o conhecimento adquirido, principalmente com a população que irá atender com intuito também de trocar conhecimentos e buscar consciência crítica da vida social.

Nesse sentido, acreditamos que a finalidade da supervisão acadêmica, considerando sua dimensão pedagógica, envolve uma práxis educativa e política visando à formação profissional, mas, principalmente a formação de sujeitos conscientes e críticos sobre a realidade social.

O livro **Estágio em Serviço Social: uma reflexão crítica** da autora Olívia Costa Jácome Costa retrata a temática do estágio supervisionado na formação profissional do assistente social, retoma a trajetória histórica dessa atividade no espaço institucional e acadêmico a partir de um novo estudo, tendo como lócus de pesquisa o curso de Serviço Social da PUC de Goiás. É um estudo iniciado na década de 1980, elegendo o período de 1980 a 2010 para análise de sua pesquisa.

O livro é composto por seis capítulos: no primeiro capítulo A Instituição Pública como forma de Viabilização do Poder do Estado; segundo capítulo A prática Institucional do Serviço Social; no capítulo três Caracterização Concedente do Estágio; capítulo quatro O Serviço Social Institucional; capítulo cinco Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social no Hospital das Clínicas; capítulo seis Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social nos Anos Pós - 1980.

Os capítulos um ao quatro são constitutivos da dissertação de mestrado da autora e foram mantidos em sua originalidade.

Costa faz a análise do contexto que engendra a atividade de estágio supervisionado em Serviço Social, nos espaços institucionais que permeiam o cotidiano de formação e trabalho profissional, bem como da política educacional brasileira enviesada pelos interesses mercadológicos.

3.2 Produção do Conhecimento sobre Estágio e Supervisão em Capítulos de Livros

Elucidamos que no quadro a seguir consta a produção em capítulos de livros a partir do levantamento feito primeiramente pela pesquisadora Lesliane Caputi, sendo acrescentadas as publicações posteriores a 2013.

Quadro 16 Produções Sobre Estágio e Supervisão em Capítulos de Livros

Autores	Título do Capítulo	Livro/autor	Local/Editora /Ano
GUERRA, Y.; BRAGA, M.E.	Supervisão em Serviço Social.	CFESS/ABEPSS. (Org.). Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.	Brasília-DF: CFESS, 2009.
ALMEIDA, N.L.T.	Magistério, Direção e Supervisão Acadêmica	CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais	Brasília-DF: CFESS, 2009.
MENEZES, M.T.; LUSTOSA, M.G.	Reflexões sobre o Ensino da Prática no Serviço Social e os Impasses para a Consolidação do Projeto Ético-Político Profissional.	FORTI, V.; GUERRA, Y. (Org.). Serviço Social: temas, textos e contextos – coletânea nova de Serviço Social.	Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
ORTIZ, F.G	Desafios Contemporâneos para o Processo de Estágio e Supervisão em Serviço Social.	FORTI, V.; GUERRA, Y. (Org.). Serviço Social: temas, textos e contextos – coletânea nova de Serviço Social.	Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010
RIBEIRO, E.B.	O Estágio no Processo de Formação dos Assistentes Sociais	FORTI, V.; GUERRA, Y. (Org.). Serviço Social: temas, textos e contextos – coletânea nova de Serviço Social.	Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
LEWGOY, A.M.B.	A Supervisão de Estágio na Formação em Serviço Social: novas configurações e desafios.	SILVA, J.F.S. da; SANT'ANA, R.S.; LOURENÇO, E.A.S. (Org.) Sociabilidade Burguesa e Serviço Social: coletânea nova de Serviço Social.	Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013
SANTOS, C.M; ABREU, M.H.E.	Desafios do Estágio Supervisionado na Atualidade	PEREIRA, L.D.;ALMEIDA,N.L.(Org.). Serviço Social e Educação: coletânea nova de Serviço Social	2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013

Autores	Título do Capítulo	Livro/autor	Local/Editora /Ano
RAMOS, S.;ABREU, M.H.E.	Estratégias de Enfrentamento e Lutas do Serviço Social Brasileiro Frente à Precarização da Formação e do Trabalho Profissional e suas Implicações no Estágio Supervisionado	SANTOS, C.M.;LEWGOY,A.M.B;ABREU, M.H.E.(Org.). A Supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios: coletânea nova de Serviço Social	Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016
GUERRA, Y.	O estágio Supervisionado como Espaço de Síntese da Unidade Dialética entre Teoria e Prática: o perfil do profissional em disputa	SANTOS, C.M.;LEWGOY,A.M.B;ABREU, M.H.E.(Org.). A Supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios: coletânea nova de Serviço Social	Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016
LEWGOY,A L.M.B.	Os Instrumentos Legais e Políticos do Estágio Supervisionado em Serviço Social na Defesa da Qualidade Profissional	SANTOS, C.M.;LEWGOY,A.M.B;ABREU, M.H.E.(Org.). A Supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios: coletânea nova de Serviço Social	Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016
SANTOS, J.S; ARAÚJO, N.M.S	O Estágio Supervisionado em Serviço Social e a Extensão Universitária	SANTOS, C.M.;LEWGOY,A.M.B;ABREU, M.H.E.(Org.). A Supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios: coletânea nova de Serviço Social	Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016
FERREIRA, A.M; CASTRO,M. M.C.	Fóruns de Supervisão: fortalecimento da articulação entre universidade e campos de estágio	SANTOS, C.M.;LEWGOY,A.M.B;ABREU, M.H.E.(Org.). A Supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios: coletânea nova de Serviço Social	Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016

Autores	Título do Capítulo	Livro/autor	Local/Editora /Ano
ORTIZ, F. G.	A Supervisão de Estágio como Atribuição Privativa do Assistente Social	SANTOS, C.M.;LEWGOY,A.M.B;ABREU, M.H.E.(Org.). A Supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios: coletânea nova de Serviço Social	Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016
SANTOS,C. M.;GOMES, D.C.S.; LOPES,L.P.	Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios e estratégias para sua operacionalização	SANTOS, C.M.;LEWGOY,A.M.B;ABREU, M.H.E.(Org.). A Supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios: coletânea nova de Serviço Social	Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016
EIRAS, A.A.L.T.S.	A Dimensão Ético-Política e o Processo de Supervisão de Estágio	SANTOS, C.M.;LEWGOY,A.M.B;ABREU, M.H.E.(Org.). A Supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios: coletânea nova de Serviço Social	Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016
MOLJO, C. B.;MENDES , D.L.P.	Supervisão de Estágio e Pesquisa em Serviço Social: o desvendar da realidade como eixo crítico-formaivo	SANTOS, C.M.;LEWGOY,A.M.B;ABREU, M.H.E.(Org.). A Supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios: coletânea nova de Serviço Social	Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016
FORTI,V.	Serviço Social, Pluralismo e Estágio Supervisionado: notas para um debate necessário	SANTOS, C.M.;LEWGOY,A.M.B;ABREU, M.H.E.(Org.). A Supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios: coletânea nova de Serviço Social	Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016
RAMOS, S.; ABREU, M.H.	O Estágio Supervisionado e a Formação Profissional em Serviço Social	MOTA,A.E.;AMARAL,A.(Org.). Cenários, contradições e pelepas do Serviço Social Brasileiro.	São Paulo: Cortez Editora, 2016

Fonte: Lesliane Caputi (2014) e reelaborado por Eliane Amicucci em 2017.

Conteúdo dos Capítulos de Livros

O livro organizado pelo CFESS/ABEPSS **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais** é uma coletânea que constituiu o material didático- pedagógico do curso de especialização *lato sensu* em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais reúne 38 textos divididos em sete unidades que versam sobre a profissão de Serviço Social no que tange o significado sócio-histórico das transformações da sociedade; as transformações societárias e os rebatimentos na profissão; o significado do trabalho dos assistentes sociais nos diversos espaços institucionais; produção e reprodução da vida social; atribuições privativas e competências do assistente social; a pesquisa e produção do conhecimento na área do Serviço Social e a monografia final do curso.

Neste livro encontramos na unidade V sobre as atribuições privativas e competências do assistente social, dois textos que tratam sobre estágio e supervisão em Serviço Social.

O texto **Supervisão em Serviço Social** da autora Yolanda Guerra trata numa primeira parte sobre a supervisão no âmbito do Serviço Social numa perspectiva histórica, mas, a supervisão técnica de políticas, programas e projetos sociais e na segunda parte do texto apresenta a supervisão de estágio em Serviço Social, analisando o contexto que permeia a atividade de estágio supervisionado na atualidade a partir da mercantilização da educação superior brasileira.

Para tratar do tema sobre supervisão seja qualquer modalidade, Yolanda Guerra parte de algumas premissas: que a supervisão é a expressão da indissociabilidade entre trabalho e formação profissional; é expressão da unidade entre teoria e prática; não pode ser compreendida desvinculada dos seus componentes teórico, ético e político, da compreensão do significado social do Serviço Social na sociedade brasileira; não pode ser realizada independentemente do caráter e modelo de políticas sociais; Na supervisão se realiza a unidade entre ensino e aprendizagem.

Para o exercício da supervisão de estágio em Serviço Social, a autora traz que para exercê-la seu subsídio deve ser buscado nas Diretrizes Curriculares e nos componentes do projeto ético-político-profissional. A “[...] supervisão é configurada como lugar que permite uma reflexão sistemática que busca apreender os processos sociais para além da sua aparência imediata.” (GUERRA, 2009, p.544).

Neste texto para análise da supervisão de estágio, a autora prioriza as condições objetivas para o exercício dessa supervisão e aponta que há algumas lógicas que polarizam essa modalidade como: a crise do capital que altera as condições e relações de trabalho;

processo de formação profissional, os estágios supervisionados e os processos de supervisão; a expansão dos cursos de Serviço Social contemplados por uma lógica mercadológica; a lógica do mercado, utilitarista e instrumental e na dimensão subjetiva menciona que a própria formação profissional nem sempre capacita para o exercício da supervisão de estágio, bem como nem sempre existe o acompanhamento, capacitação dos supervisores e também a concepção instrumental que supervisores têm da atividade de estágio supervisionado; além disso, há a desarticulação entre campo de estágio e a instituição de ensino.

O outro texto sobre supervisão de estágio que encontramos no livro de capacitação do CFESS/ABEPSS é o texto **Magistério, direção e supervisão acadêmica** do autor Ney Luiz Teixeira de Almeida. O texto tem como objetivo apresentar reflexões sobre essas atribuições a partir de referências de natureza teórica e política, problematizando o horizonte legal que elas ensejam.

Neste texto o autor faz as análises das atribuições privativas do assistente social no âmbito das atividades docentes, a partir das particularidades que revestem a política de educação superior brasileira orientada pelos organismos multilaterais. Daremos ênfase no que o autor apresenta sobre a supervisão de estágio em Serviço Social por se tratar diretamente da nossa temática de estudo.

Nesse sentido, ele menciona que o exercício da supervisão de estágio possui uma dimensão pedagógica, que se alicerça no “[...] exercício de reflexão sobre os fundamentos éticos, políticos e teórico-metodológicos que informam o fazer profissional em determinada área de política social.” (ALMEIDA, 2009, p. 650).

A partir da afirmação do autor cabe uma ressalva, embora não especifica qual modalidade de supervisão, mas entendemos que seja necessária essa reflexão no âmbito da supervisão acadêmica: a supervisão pode abarcar a profissão de Serviço Social e como ela se particulariza em determinada política social, entretanto, precisa ter cuidado para que a supervisão não recaia somente na análise do fazer profissional nas políticas sociais- embora elas sejam ferramenta para o enfrentamento das manifestações da questão social- correndo o risco de privilegiar uma ação meramente instrumental e reprodutora de cartilhas e técnicas enviesadas pelas políticas sociais que conformam o controle da classe trabalhadora.

A supervisão acadêmica pode propiciar a análise dos processos que se circunscrevem a ação e intervenção profissional nas instituições, a análise destas, da realidade social, além da relação direta que estabelece com a classe trabalhadora, privilegiando a dimensão político-pedagógica da ação profissional.

Nesse sentido, conforme aponta o mesmo autor, a articulação com os movimentos de trabalhadores e usuários das políticas sociais podem compor um terreno rico de reflexões que, articuladas, potencializam a dimensão intelectual e política da profissão a partir da realização da supervisão de estágio (ALMEIDA, 2009).

O livro organizado pelas autoras Valéria Forti e Yolanda Guerra, **Serviço Social: temas, textos e contextos – coletânea nova de Serviço Social**, publicado pela editora Lúmen Juris em 2010, é composto de treze textos, sendo três sobre estágio supervisionado: Eleusa B. Ribeiro, *O Estágio no Processo de Formação dos Assistentes Sociais*; Maria T. Menezes; Maria das Graças Lustosa, *Reflexões sobre o Ensino da Prática no Serviço Social e os impasses para a Consolidação do Projeto Ético-Político Profissional*; e Fátima grave Ortiz, *Desafios Contemporâneos para o Processo de Estágio e Supervisão em Serviço Social*).

O texto **O Estágio no Processo de Formação dos Assistentes Sociais** da autora Eleusa B. Ribeiro traz a discussão sobre a atividade de estágio supervisionado em Serviço Social, considerada como uma atividade “[...] responsável pelo aprendizado da realidade social, bem como pela vivência das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da profissão.” (RIBEIRO, 2010, p. 79).

A análise sobre essa atividade no processo de formação profissional do assistente social está ancorada aos processos da crise do capital que determina novas condições nas relações de trabalho à própria formação profissional, impondo determinantes na condição de estágio, vislumbrando a necessidade de estagiários que atendam aos interesses do mercado de trabalho, bem como é um contexto adverso que desafia as medidas, resoluções criadas no âmbito do estágio: a Resolução CFESS n.533/2008 que trata da supervisão direta de estágio em Serviço Social e a Lei 11.788/2008 que dispõe sobre o estágio, alterando e revogando diversas leis, decretos e medidas provisórias referentes a ele.

No âmbito da supervisão de estágio, a autora afirma a necessidade dos supervisores compreenderem a importância da realização de trabalhos conjuntos para a formação profissional, pois considera que com o distanciamento entre campo de estágio e o curso de Serviço Social corrobora para a dicotomia da relação unidade teoria-prática, além disso, é uma responsabilidade dos sujeitos envolvidos no processo de supervisão de estágio que precisam estar em consonância com os propósitos, princípios e valores estabelecidos nos projetos pedagógicos dos cursos.

O texto **“Reflexões sobre o Ensino da Prática no Serviço Social e os impasses para a Consolidação do Projeto Ético-Político Profissional”** de Maria Thereza Menezes; Maria das Graças Lustosa, é resultado de análises de fontes empíricas da Universidade

Federal Fluminense que consistiram nos conteúdos programáticos das disciplinas de estágio supervisionado, relatórios dos fóruns de supervisores de estágio e o estudo sobre o perfil do aluno de graduação em Serviço Social da universidade que ocorreu no período de 2007/2008.

As autoras partem do pressuposto que há uma orientação dicotomizada da unidade teoria-prática que “[...] favorece e propicia a manutenção de antagonismos entre as diretrizes de uma formação generalista e a condução do ensino da prática, que reforça a perspectiva de um fazer profissional e especializado e acrítico [...]” (MENEZES; LUSTOSA, 2010, p. 103).

Segundo as autoras, há uma fragmentação no currículo do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense no que tange a disciplina de Estágio Supervisionado, que está dividida por níveis e cada um possui um conteúdo específico, como saúde, família, criança e adolescente, idoso, etc., nesse sentido não abarca a totalidade da formação profissional e não atende às orientações das Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Acreditam que essa disciplina precisa ser revista modificando sua ementa, sem priorizar a especialização em áreas específicas porque propiciaria aos estudantes uma clareza na leitura da realidade social, fortalecendo projeto ético-político profissional.

O texto **“Desafios Contemporâneos para o Processo de Estágio e Supervisão em Serviço Social”** da autora Fátima F. Ortiz tem como objetivos analisar as premissas que envolvem o “ensino da prática”; fortalecer o caráter pedagógico da supervisão e discutir os desafios e as implicações contemporâneos do processo que vincula o estágio e supervisão.

A autora menciona que o estágio objetiva aprofundar os conhecimentos do aluno obtidos a partir de sua inserção efetiva em campo de estágio, permite apreender as dimensões da profissão e favorece à percepção crítica da realidade, bem como que o estágio está na centralidade da formação profissional.

Ortiz menciona que a supervisão de estágio possui uma dimensão pedagógica que tende a estimular o estagiário para o desenvolvimento de seu agir profissional de forma competente, mas, que esse processo deve ser cooptado pelos sujeitos envolvidos no estágio e supervisão: o supervisor de campo, supervisor acadêmico e o estagiário.

Importante sinalizar que a supervisão não se restringe somente a análise do trabalho profissional ou visando uma formação competente para seu exercício, se considerarmos que a dimensão pedagógica está num âmbito maior, isto é, num patamar de propiciar a reflexão da realidade que engendra o trabalho profissional, circunscrita na complexidade de uma sociabilidade burguesa, que lida diretamente com a população, trabalha com princípios, valores, num processo de ensino-aprendizagem mútuo, compreendemos que precisamos

conceber que a supervisão prepara o estagiário não somente para o exercício do trabalho profissional, mas, também para uma formação humana com criticidade.

A autora aponta algumas dificuldades para o exercício da supervisão de estágio: cursos que não contemplam a disciplina de estágio e supervisão na matriz curricular, ausência de capacitação para o exercício dessa atribuição privativa e aponta como alternativa realização de cursos para a formação de supervisores e a criação e fortalecimento dos fóruns de supervisão de estágio, bem como dos sujeitos envolvidos no processo de supervisão: supervisores de campo, acadêmico e estagiários.

A coletânea **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social** está organizada em três partes, a primeira é sobre Trabalho e (re)produção Social; a segunda Serviço Social, Gestão do Pauperismo e Processos Emancipatórios e a terceira Serviço Social e Formação Profissional, onde se encontra o texto “**A Supervisão de Estágio na Formação em Serviço Social: novas configurações e desafios**” de autoria de Alzira Maria Baptista Lewgoy.

No texto a autora busca analisar a política de educação superior brasileira revestida pela lógica empresarial, mercadológica trazendo novos desafios e configurações para a supervisão de estágio em Serviço Social, traz essa discussão também no âmbito da modalidade do ensino à distância e como a supervisão se insere nessa perspectiva.

No ensino presencial a autora destaca dentre os desafios da efetividade da supervisão direta de estágio a organicidade entre supervisão acadêmica e de campo, que mesmo sendo construída processualmente nas Unidades de Formação Acadêmica (UFA) tem limitações devido às condições objetivas de trabalho de ambos supervisores.

Sobre a supervisão acadêmica, a autora tece considerações para sua operacionalização e coloca a necessidade de se realizar a supervisão acadêmica em pequenos grupos, conforme orienta a Política Nacional de Estágio⁴⁴, porque dessa maneira, há “[...] um caráter politizante, crítico e reflexivo [...]” (LEWGOY, 2013, p. 305).

A Coletânea Serviço Social e Educação está organizada em três partes: a primeira discute a Política Educacional; a segunda Formação Profissional e a terceira parte Exercício Profissional. É na segunda parte que encontramos o texto “**Os desafios do estágio supervisionado na atualidade**” das autoras Cláudia Mônica dos Santos e Maria Helena Elpídio Abreu.

O texto abarca os desafios do estágio e supervisão na atualidade considerando as legislações e orientações políticas específicas do Serviço Social e afetas a essas atividades,

⁴⁴ A PNEda ABEPSS orienta que na supervisão acadêmica realizada grupalmente não deve ultrapassar o limite de 15 estagiários por grupo.

como a Resolução CFESS n. 533/2008 e a Política Nacional de Estágio da ABEPSS, que servem como estratégias de enfrentamento e respostas de defesa do ensino de qualidade perante precarização e a lógica mercadológica que busca imprimir uma formação profissional voltada somente ao mercado de trabalho.

Dentre os desafios para o desenvolvimento da atividade de estágio supervisionado estão as atividades realizadas pelos estagiários que se caracterizam como burocráticas, através de preenchimento de cadastros, atendimentos individuais e familiares sem conexão com a totalidade da vida social; presença de práticas conservadoras realizadas pelos supervisores de campo.

Por outro lado, para as autoras, a PNE da ABEPSS em seu processo de implantação aponta para as UFAS:

[...] o estágio supervisionado como possibilidade de exercício da autonomia relativa do Serviço Social, ao ressaltar a dimensão pedagógica da supervisão, com um conjunto de procedimentos teórico-práticos, de sistematização e de organização do estágio em conformidade com o projeto ético-político. (SANTOS; ABREU, 213, p. 79).

As autoras reforçam que os desafios postos à formação profissional em Serviço Social e que rebatido na atividade de estágio e supervisão foi o que motivou a construção desses instrumentos normativos, entretanto, esperam que no trabalho coletivo da categoria profissional possa criar estratégias de enfrentamento a essas dificuldades.

Temos no ano de 2016 uma coletânea dedicada ao tema estágio e supervisão. Trata-se da Coletânea **“Supervisão de Estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios”**. Ela é composta por três partes: na primeira tem a discussão sobre Trabalho e Educação Superior no Contexto Atual; na segunda parte Estágio Supervisionado em Serviço Social: relação entre formação e exercício profissional e a terceira parte O processo de Supervisão de Estágio em Serviço Social: concepção e operacionalização da supervisão.

Esta coletânea possui 10 textos sobre estágio e supervisão que serão apresentados a seguir.

O texto **“Estratégias de enfrentamento e lutas do Serviço Social brasileiro frente à precarização da formação e do trabalho profissional e suas implicações no estágio supervisionado”** de Sâmya Rodrigues Ramos e Maria Helena Elpídio Abreu tem por objetivo analisar as estratégias utilizadas pelas entidades organizativas do Serviço Social no enfrentamento da precarização da formação e trabalho profissional, assim, as normativas e

orientações políticas afetas ao estágio têm sido um desses instrumentos da categoria profissional.

Dentre esses instrumentos as autoras citam: a Resolução CFESS/CRESS n. 493/2006 que dispõe das condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social; aprovação da lei das 30 horas semanais sem redução salarial; campanhas para realização de concurso público; campanha Educação não é *fast-food*: diga não para a graduação à distância em Serviço Social, embora tenha sido censurada pela Justiça; Resolução CFESS n.533/2008; Política Nacional da ABEPSS de 2010; publicação da Política Nacional de Educação Permanente; campanha 10% do PIB na educação; articulação da ABEPSS com os CRESS, para abertura de curso de serviço Social presencial nas IES públicas; posicionamento da ABEPSS via construção de um documento sobre o processo avaliativo do sistema do MEC/INEP; debates sobre residência multiprofissional e mestrado profissionalizante; denúncias de irregularidades dos cursos presenciais e à distância junto aos órgãos competentes.

Essas ações da categoria profissional revelam a “[...] luta em defesa da qualidade do ensino promovida por meio das entidades em questão e reafirma o compromisso do Serviço Social com as lutas dos trabalhadores em geral [...]” (RAMOS; ABREU, 2016, p. 94).

O texto **“O Estágio Supervisionado como Espaço de Síntese da Unidade Dialética entre Teoria e Prática: o perfil do profissional em disputa”** da autora Yolanda Guerra.

Nesse texto a autora objetiva argumentar que o estágio tem potencial como espaço de síntese entre conhecimentos teóricos e saberes práticos articulando as dimensões da profissão que orienta a formação de um perfil crítico de profissional, com isso, destaca a importância dos supervisores de campo e acadêmicos que corroboram para a construção desse perfil profissional.

A autora apresenta o estágio como locus privilegiado conhecimento dialético da realidade, a partir da dimensão investigativa da profissão é possível conhecer, analisar, interpretar a realidade.

O estagiário que é motivado pelo supervisor de estágio a esse processo investigativo terá fomentado o seu perfil crítico, bem como o supervisor pode contribuir para que o estagiário compreenda a realidade vivenciada por ele nos campos de estágio através dos conteúdos estudados nas disciplinas.

Guerra afirma que a supervisão de estágio é um exercício difícil diante das condições objetivas e subjetivas que essa atribuição se materializa, e isso traz dificuldades em

distinguir as atribuições, responsabilidades, dos estagiários, dos supervisores de campo e supervisores acadêmicos, mas, enfatiza que é no estágio a partir da apropriação da teoria social crítica que se constrói processualmente o perfil profissional crítico já preconizado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

O texto **“Os instrumentos legais e políticos do estágio supervisionado em Serviço Social na Defesa da Qualidade Profissional”** de autoria de Alzira Maria Baptista Lewgoy traz o debate dos instrumentos legais no âmbito do estágio supervisionado, como as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a Resolução do CFESS n. 533/2008 e a Política Nacional da ABEPSS de 2010 para a defesa da qualidade do estágio supervisionado, tal debate é sinalizado numa perspectiva histórica.

Para a autora todo esse aparato jurídico-legal expressa princípios norteadores de uma proposta pedagógica que sobressai a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem e promove o diálogo, aproximação entre campo de estágio e instituição de ensino, considerado como desafio ético-político.

O texto **“O Estágio Supervisionado em Serviço Social e a Extensão Universitária”** de Josiane Soares Santos e Nailsa Maria Souza Araújo expressa suas análises considerando a política educacional brasileira e o processo de expansão do ensino superior situando a concepção de extensão, e posteriormente o estágio em extensão. Trata-se de um debate novo no Serviço Social, mas necessário.

É na Política Nacional de Estágio que se encontra os princípios norteadores para operacionalização da atividade de estágio, a autora destaca dentre esses a articulação entre universidade e sociedade, unidade teoria-prática e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Chama atenção que a extensão nas IES públicas tem se tornado espaço de disputa, onde não se tem aportes financeiros e humanos para sua realização, o que para autora torna-se um atrativo para a realização de estágio, mesmo considerando que o estágio em extensão pode propiciar aprendizagem no que tange a articulação entre ensino-pesquisa-extensão, mas, ao mesmo tempo “[...] pode também facilmente tornar-se uma estratégia para obscurecer o descumprimento legal da carga horária e das condições de supervisão estabelecidas por nossas normativas.” (SANTOS; ARAÚJO, 2016, p. 168).

Por outro lado, traz a importância da categoria profissional socializar experiências de estágio em atividades de extensão que corroboram para a construção de competências, habilidades e perfil crítico proposto pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

O texto **Fóruns de Supervisão**: fortalecimento da articulação entre universidade e campos de estágio das autoras Ana Maria Ferreira e Marina de Castro e Castro apresenta o estágio como momento privilegiado da formação profissional porque permite o contato direto com a realidade social.

Tendo como baliza as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, apontam que a atividade de estágio supervisionado deve ser desenvolvida em articulação com a supervisão de campo e acadêmica, mas essa se torna um desafio frente às novas propostas do ensino superior.

Informam que o enfrentamento dessa realidade e parametradas na Política Nacional de Estágio de 2010 são necessários a criação e fortalecimento dos fóruns de supervisão de estágio, são nesses espaços que são promovidos aproximação entre unidade de ensino e campo de estágio, constituem-se “espaços políticos que devem elaborar estratégias de defesa da qualidade da formação e trabalho profissional (CASTRO; FERREIRA, 20016, p. 174).

Os fóruns de supervisão de estágio devem ser criados e organizados em parceria entre a Unidade de Ensino, CRESS, ABEPSS e visam à luta e defesa da qualidade na formação profissional a partir da realidade que incide na atividade de estágio supervisionado.

O texto **A supervisão de Estágio como Atribuição Privativa do Assistente Social** de autoria de Fátima Grave Ortiz tem como objetivo explicitar o porquê da supervisão de estágio consistir numa atribuição privativa do assistente social.

Ortiz menciona que para compreender a supervisão de estágio como atribuição privativa do assistente social é preciso entender a profissão de Serviço Social inserida na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista e como os profissionais têm atendido às demandas cotidianas atrelada ao projeto ético-político.

A autora menciona que a supervisão de estágio é uma atribuição privativa do assistente social, porque somente esse profissional possui competências e habilidades previstas no projeto de formação profissional que são capazes de proporcionar no processo de supervisão, a apreensão pelo estagiário dos conteúdos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão, que vão além das requisições impostas pelo mercado de trabalho porque pode apontar estratégias de acordo com a direção social e política do projeto profissional, assim, somente o assistente social pode apresentar tais possibilidades aos estagiários.

O texto **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios e estratégias para sua operacionalização** das autoras Cláudia Mônica dos Santos, Daniele Cristina Silva Gomes e Ludmila Pacheco Lopes busca problematizar o processo de operacionalização da supervisão de estágio tendo como norte a PNE da ABEPSS.

Para a construção deste texto as autoras partem de três premissas: a supervisão em Serviço Social não se restringe ao estágio, ela pode ser desenvolvida no âmbito das políticas sociais, através de supervisão de programas, projetos sociais; a segunda premissa diz respeito a supervisão de estágio intrínseca a formação e ao processo de trabalho profissional e a terceira premissa compreende a supervisão de estágio como atribuição privativa do assistente social.

Neste texto as autoras trazem a partir de pesquisa realizada com supervisores de campo e acadêmicos a operacionalização destas modalidades de supervisão, mas num primeiro momento somente a dimensão técnico-operativa das mesmas. Sinalizaremos a supervisão acadêmica por constituir nosso objeto de estudo.

Sobre a supervisão acadêmica de estágio as autoras tecem algumas considerações no modo de proporcionar a reflexão a partir das situações vivenciadas pelos estagiários, colocam que essa reflexão possibilita “[...] caminhar na direção de um exercício de reflexão sobre os fundamentos éticos, políticos e teórico-metodológicos que informam o fazer profissional em determinada área de política social [...]” (SANTOS; GOMES; LOPES, 2016, p. 226).

Destacam que o supervisor acadêmico deve recuperar os conteúdos trabalhados no curso para fazer a leitura da realidade junto com os estudantes à luz de um referencial teórico-político, bem como construir o plano de estágio em conjunto com os estagiários e supervisores de campo; indicam que a supervisão acadêmica pode ser individual ou grupal.

As autoras não desconsideram os desafios postos à operacionalização da supervisão acadêmica de estágio advindas do contexto da política educacional brasileira com seu caráter mercadológico e os processos da crise do capital, que determinam às relações de trabalho, logo, as condições do trabalho docente, que também exerce a atribuição de supervisor acadêmico.

O texto **A Dimensão Ético-Política e o Processo de Supervisão de Estágio** de autoria de Alexandra A.L.T.S. Eiras discute a formação de competências e das habilidades ético-políticas na inserção dos estudantes na atividade de estágio supervisionado. Para a escrita do artigo, a autora traz elementos da realidade vivenciada enquanto docente, supervisora acadêmica e coordenadora de estágio do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG.

Problematiza a dimensão ético-política na relação direta que se estabelece com a população que chega até o Serviço Social e os limites institucionais para atendê-la, isto é, para garantir um direito, condição essa presenciada pelos estagiários e refletida na supervisão de estágio.

Destaca a supervisão acadêmica de estágio como espaço de reflexão ética, constitutivo de formação ético-política porque envolve o olhar para a realidade social e questiona as possibilidades de ação e posicionamento diante de determinada situação, conjuntura; a supervisão acadêmica também exige dos professores conhecimento da área de inserção dos estagiários, acompanhamento dos estagiários e vínculo com supervisor de campo.

O texto **Supervisão de estágio e Pesquisa em Serviço Social: o desvendar da realidade como eixo crítico-formativo** das autoras Carina Berta Moljo e Daniela Leonel de Paula Mendes traz a temática da pesquisa como transversal ao processo de formação profissional, e quando utilizada na supervisão de estágio pode servir de subsídio para desvelar a realidade social e construir mediações para transformação do real.

As autoras consideram que a supervisão direta de estágio constitui um espaço propício de articulação entre ensino-pesquisa-extensão porque utiliza da dimensão investigativa do Serviço Social para desvelar o real e produzir conhecimentos vivenciados nos campos de estágios pelos estudantes.

Informam que através da dimensão investigativa é possível descortinar a vida cotidiana e o cotidiano profissional; quando essa dimensão é incorporada na supervisão de estágio há uma potencialidade, possibilitando exercitar a análise crítica e reflexiva da realidade.

Quando a supervisão abarca a pesquisa, esta pode caminhar para a produção de conhecimentos da realidade vivenciada pelos estagiários e contribuir no debate do exercício profissional.

O texto **Serviço Social, Pluralismo e Estágio Supervisionado: notas para um debate necessário** de Valéria Forti, apresenta o estágio supervisionado como campo de estudo onde se identifica as manifestações da questão social, espaço para o estagiário vivenciar os limites e possibilidades do trabalho profissional no cotidiano institucional, assim como, é no estágio que diversas “[...] concepções de homem, sociedade, Estado, profissão, moral, ética, etc devem ser debatidas, questionadas, captadas e, em decorrência, possibilitadas discordâncias, concordâncias, escolhas e incorporações.” (FORTI, 2016, p. 299).

A autora apresenta importante consideração acerca da ação pedagógica presente na supervisão de campo e acadêmica, que devem suscitar no estudante o posicionamento propositivo dado a característica interventiva da profissão, se opondo às práticas rotineiras, burocráticas, pragmáticas como no Serviço Social com viés conservador e que ainda estão presentes na ação dos supervisores de estágio.

Se faz mister, segundo a autora, que o pluralismo esteja presente na orientação pedagógica dos supervisores, esse debate é necessário junto aos estagiários para que possam desenvolver suas atividades com consciência e realizar avaliação dos rumos assumidos no cotidiano institucional, pois o pluralismo exige respeito as correntes teóricas existentes e estas podem ser identificadas pelos estagiários.

Na supervisão também é preciso propiciar a reflexão sobre o projeto ético-político profissional, a adoção da teoria social crítica pela categoria profissional a partir do Movimento de Reconceituação, mas, faz uma ressalva, o pluralismo não pode ser confundido com ecletismo e muito menos com neutralidade.

O texto **O Estágio Supervisionado e a Formação Profissional em Serviço Social** das autoras Sâmya Rodrigues Ramos e Maria Helena Elpídio Abreu publicado no livro Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social Brasileiro organizado por Angela Amaral e Ana Elizabete Mota traz o estágio supervisionado como eixo central da formação profissional e momento privilegiado de aprendizado teórico-prático do trabalho profissional.

Nas análises sobre essa atividade consideram as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a Política Nacional da ABEPSS, documentos de realização do Projeto ABEPSS Itinerante (edições 2012 e 2014) e versões do documento com o título “ Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e serviço social”.

É um texto com informações densas e importantes para fins de conhecimento sobre a atividade de estágio supervisionado em Serviço Social na atualidade, bem como uma forma de socializar os debates e avaliações realizadas pelas entidades representativas da categoria, principalmente a ABEPSS.

Consideram que a conjuntura atual de mercantilização do ensino superior, precarização das condições de trabalho docente, aumento dos cursos de Serviço Social na modalidade à distância trazem rebatimentos que interferem na atividade de estágio supervisionado e uma forma de enfrentamento da precarização dessa atividade, as autoras destacam a Resolução CFESS n.533/2008 e a Política Nacional de Estágio da ABEPSS de 2010 como instrumentos importantes na defesa da qualidade do estágio.

3.3 Artigos de Revistas

Pesquisamos a temática estágio e supervisão nas revistas mais disseminadas nacionalmente no universo acadêmico da profissão, legitimadas, avaliadas e qualificadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como periódico de

qualidade A1⁴⁵ nacional, ou seja, com reconhecimento máximo pela estrutura da academia em vigência no país.

Identificamos dentre essas, a Revista Serviço Social e Sociedade que tem uma história construída no âmbito de produções voltadas à profissão de Serviço Social, publicada pela editora Cortez desde 1979, conta até o ano de 2016, período de recorte temporal para essa pesquisa, com 127 publicações. Sobre a temática estágio e supervisão encontramos dois artigos.

E a Revista Katálysis produzida e publicada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) desde 1997. No levantamento bibliográfico realizado no período de 2001 a 2016, por artigos sobre estágio supervisionado e/ou supervisão de estágio, encontramos dez artigos.

Os artigos serão apresentados no quadro abaixo e seus respectivos conteúdos logo em seguida.

Quadro 17 Produções sobre Estágio e Supervisão nas Revistas Qualis A 1 na área do Serviço Social

Autor	Título	Revista	Local/Ano
OLIVEIRA, C.A.S.O	O Estágio Supervisionado na Formação Profissional do assistente social: desvendando significados	Serviço Social & Sociedade	São Paulo: Cortez Editora. Ano 25, n. 80, 2004.
GUERRA, Y.	O Potencial do Ensino Teórico-Prático no novo currículo: elementos para debate	Katálysis	Florianópolis. v.08.n.02,jul/dez, 2005.
ASSIS, R.L.M; ROSADO, I.V.M.	A Unidade Teoria-Prática e o Papel da Supervisão de Estágio nessa Construção	Katálysis	Florianópolis. v.15.n.03.out/dez,2012
CARIAGA, M.H;ANTUNES,M.J.	Caminhos da Formação: os desafios da supervisão de estágio no curso de Serviço Social de Miracema do Tocantins	Serviço Social & Sociedade	São Paulo: Cortez Editora. n. 125, 2016.

⁴⁵ A classificação dos periódicos no Qualis das áreas é composta de oito estratos: A1 (o mais elevado), A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C (com peso zero).

Autor	Título	Revista	Local/Ano
EDEIROS,M.S.S.	Os Fundamentos da Relação teoria e Prática no Estágio em Serviço Social	Katálysis	Florianópolis. v.19.n.03.out/dez,2016.
PEREIRA, M. E.R.	O Estágio Supervisionado Frente à Conjuntura atual de Formação em Serviço Social	Katálysis	Florianópolis. v.19.n.03.out/dez,2016
SILVA,M.M.; RIBEIRO, E.B.	Reflexões Sobre o Estágio na Educação Superior e sua Particularidade no Serviço Social	Katálysis	Florianópolis. v.19.n.03.out/dez,2016
NICOLAU, M.C.C.; SANTOS, T.R.M.	O estágio no processo da formação profissional em Serviço Social: dimensão socioeducativa e os desafios à contracorrente	Katálysis	Florianópolis. v.19.n.03.out/dez,2016
GUIRALDELLI, R. ALMEIDA,J.L.	A Construção dos Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social	Katálysis	Florianópolis. v.19.n.03.out/dez,2016
GUIMARÃES, G.T.D; MARTINS,P.R.	Supervisão em Serviço Social Diante da Precarização no Mundo do Trabalho: uma perspectiva helleriana	Katálysis	Florianópolis. v.19.n.03.out/dez,2016
CAPUTI, L.	Supervisão de Estágio em Serviço Social: significâncias e significados	Katálysis	Florianópolis. v.19.n.03.out/dez,2016

Fonte: Elaborado por Eliane Amicucci em 2017.

Conteúdo das Publicações

O artigo **O estágio na formação profissional do assistente social: desvendando significados** de autoria de Cirlene H.A.S Oliveira, o qual está contemplado na revista n. 80

(novembro de 2001), intitulada “Política de Assistência Social” trata do significado da atividade supervisionado na formação profissional do assistente social respaldada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e busca analisar essa atividade vinculado aos princípios educacionais.

Para a autora, esses princípios educacionais estão circunscritos numa concepção filosófica histórico-crítica da educação, onde o educador proporciona a reflexão crítica dos processos sociais na perspectiva de totalidade. Nessa perspectiva está o significado da atividade de estágio supervisionado porque aproxima o estagiário com a realidade dos indivíduos sociais e proporciona o conhecimento das diferentes relações que compõem o complexo tecido social.

No mesmo artigo a autora traz as dificuldades no reconhecimento das atribuições dos sujeitos envolvidos na atividade de estágio supervisionado, assim, ela discorre qual a atribuição do supervisor de campo, acadêmico e estagiário no processo formativo.

Oliveira problematiza a atividade de estágio supervisionado, identificando algumas dificuldades para sua operacionalização, elencando motivos para isso: pouca discussão sobre estágio no meio acadêmico; estágio como momento de aplicar a teoria na prática; desvinculação do estágio com o contexto geral do curso. Apresenta como proposta pra superar tais dificuldades a criação de laboratório da prática, oficinas pedagógicas.

Entretanto, declara que estas ações não são suficientes para compreender o real significado da atividade de estágio supervisionado na formação profissional do assistente social, pois essa atividade é totalizante da formação profissional e contribui para a construção da identidade profissional do estudante.

O artigo **O Potencial do Ensino Teórico-Prático no Novo Currículo: elementos para debate** de Yolanda Guerra publicado em 2005 na Revista Katálysis apresenta análise do ensino teórico-prático a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, refletindo que o debate da unidade teoria-prática deve perpassar todo o processo formativo.

Embora a autora não trate da atividade de estágio supervisionado diretamente, ela tece algumas considerações a respeito dessa atividade criticando aos que concebem o estágio como prestação de serviços sociais e desenvolvimento de atividades instrumentais, pois o estágio precisa ser compreendido como momento privilegiado da formação profissional porque desenvolve no estagiário:

[...] potencial reflexivo e da capacidade analítica do aluno, pois é um espaço privilegiado para que este possa ampliar as possibilidades de análise, compreender as dimensões constitutivas das questões específicas que se

põem no campo, superar o nível de uma racionalidade imediata, que é própria da vida cotidiana, uma vez que aí se colocam ao aluno fenômenos concretos, síntese de múltiplas determinações. Só o estágio permite a análise concreta de situações concretas. (GUERRA, 2005, p. 5-6).

Reforça ainda que o estágio não pode ser considerado com treinamento, muito menos que essa é a atribuição do supervisor de campo que tem uma função pedagógica nesse processo formativo.

O artigo **A Unidade teoria-Prática e o Papel da Supervisão de Estágio nessa Construção** de autoria de Rivânia Lúcia Moura de Assis e Iana Vasconcelos Moreira Rosado trazem as reflexões sobre o estágio supervisionado em Serviço Social a partir de suas experiências vivenciadas enquanto docentes na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN).

Segundo as autoras, é no estágio que se torna notória a problemática entre teoria e prática, e é no espaço da supervisão que o aprofundamento teórico sobre o desvelamento da realidade, da ultrapassagem de uma visão imediata dos fenômenos sociais é possível.

Destacam que a concepção de supervisão de estágio e as atribuições dos supervisores de estágio, tanto acadêmico quanto de campo precisam ser devidamente conhecidas para que não haja a interpretação equivocada da dissociação entre teoria-prática. Por isso, acreditam que é necessário enfatizar a necessidade da supervisão direta de estágio e fortalecer o potencial do estágio supervisionado enquanto espaço propício para a compreensão desta relação.

O artigo **Caminhos da Formação: os desafios da supervisão de estágio no curso de Serviço Social de Miracema do Tocantins** das autoras Maria Helena Cariaga e Maria José Antunes publicada na Revista Serviço Social e Sociedade no ano de 2016, trata da experiência vivenciada na supervisão acadêmica de estágio no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins a partir da análise do processo de trabalho vivenciado no período de 2010 a 2012.

As autoras se referem ao estágio supervisionado como ensino da prática, mas, não o privilegia como sendo o único momento da formação profissional; trazem a pesquisa como necessária para investigação da realidade social.

No discorrer do artigo, as autoras apresentam a experiência de operacionalização da atividade de estágio supervisionado na Universidade Federal de Tocantins, destacam suas particularidades e impasses para sua realização, buscando estratégias para sua efetividade.

Informam que o curso de Serviço Social nessa universidade é reflexo da política de expansão e interiorização dos cursos do governo Lula, mas, essa expansão não chegou com

recursos suficientes para propiciar ensino de qualidade e possibilidades de permanência dos estudantes na universidade que não tem apoio financeiro para acesso a moradia, transporte, lazer, atividades culturais.

Apresentam que é necessário colocar o debate sobre estágio supervisionado como uma das prioridades da agenda das entidades representativas da categoria profissional e fortalecer o seu significado na formação profissional, sem desconsiderar os desafios, particularidades que engendram essa atividade.

A Revista *Katálysis* publicada em 2016, volume 19 de número 03, teve como temática Formação Profissional, estágio e supervisão e publicou sete artigos que envolvem a temática estágio e supervisão que serão apresentados a seguir.

O artigo **Os Fundamentos da Relação Teoria e Prática no Estágio em Serviço Social** da autora Moíza Siberia Silva de Medeiros tem como objetivo discutir os aspectos teórico-metodológicos da relação entre teoria e prática na formação profissional e no processo de estágio em Serviço Social, destacando duas concepções antagônicas: a pragmática e a marxiana.

A autora recorre ao processo histórico da profissão e como o pragmatismo e o marxismo se fizeram presentes na profissão e no estágio supervisionado, sendo que até a década de 1960 no estágio havia incisão da teoria-prática priorizando a dimensão técnica da profissão.

Medeiros elenca algumas possibilidades para que no processo de supervisão de estágio possa ser pensada a articulação teoria e prática: reconhecer a supervisão como atribuição privativa do assistente social e o supervisor estar preparado para exercê-la; educação permanente através de participação em cursos, fóruns de supervisão, eventos que promovam aproximação entre campo de estágio e Unidade de Formação Acadêmica-UFA, realizar grupos de estudos com os estagiários e supervisores acadêmicos e de campo, e atividades de planejamento da supervisão de estágio.

O artigo **O Estágio Supervisionado Frente à Conjuntura atual de Formação em Serviço Social** de autoria de Maria Erica Ribeiro Pereira contextualiza a atividade de estágio supervisionado diante da conjuntura imposta pelo processo de mercantilização do ensino superior brasileiro e as condições de precarização do trabalho docente e do assistente social nas instituições, contexto este que rebate na operacionalização da supervisão de estágio e na realização do estágio pelos estudantes.

No âmbito da supervisão de estágio menciona que a realidade de trabalho é precarizado, marcada pela rotatividade dos assistentes sociais, contratos temporários, terceirizados, subempregados.

No âmbito da atividade de estágio supervisionado descreve o perfil de estudante trabalhador que precisa conciliar o cumprimento dessa atividade com seu emprego e isso acarreta realização do estágio no mesmo local que trabalha, aos fins de semana, em atividades de pesquisa, em projetos de extensão, durante período de férias trabalhistas, etc.

A autora afirma que “é preciso efetivar o estágio para além do saber fazer; orientando-o para ser materializado como o momento de apreensão crítica das contradições sociais cotidianas e das especificidades de intervenção profissional.” (PEREIRA, 2016, p.07).

O artigo **Reflexões Sobre o Estágio na Educação Superior e sua Particularidade no Serviço Social** das autoras Maisa Miralva da Silva e Eleusa Bilemjian Ribeiro tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre o curso de Serviço Social e o estágio como aproximação e introdução dos estudantes ao exercício profissional, preparando-os para a vivência de aspectos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operacionais da profissão.

As autoras recuperam o estágio nas legislações vigentes do ensino superior, como a Lei Federal de Estágio, n.11788/2008 e posteriormente a história do Serviço Social e como o estágio se insere nesse processo histórico, inclusive sua legitimidade e legalidade vislumbradas em legislações específicas do Serviço Social.

Argumentam que a partir da articulação entre os supervisores de estágio, de campo e acadêmico, no que diz respeito à troca de conhecimentos sobre a proposta curricular do curso de Serviço Social poderia viabilizar maior articulação entre teoria-prática.

Consideram que o estágio deverá ser desenvolvido com qualidade e coerência com o projeto de sociedade e de profissão, sustentando-se no compromisso ético-político-profissional de superação do conservadorismo burguês priorizando os interesses da população demandatária de seus serviços.

O artigo **O estágio no processo da formação profissional em Serviço Social: dimensão socioeducativa e os desafios à contracorrente** das autoras Maria Célia Correia Nicolau e Tássia Rejane Monte Santos tem como objetivo apresentar reflexões sobre os desafios históricos e contemporâneos relativos ao processo de estágio na formação profissional do assistente social.

As autoras a nosso ver trazem de forma equivocada a concepção de estágio como forma de treinamento, quando mencionam “[...]o discente vivencia sua experiência em um

treinamento em serviço através do estágio e ainda afirmam que “[...] é nesse sentido que é demarcada a questão das competências e habilidades propostas nas Diretrizes Curriculares (1996), em que prevê a construção de uma competência teórica, ético-político e técnico-operativa.” (NICOLAU; SANTOS, 2016, p. 383).

Como já analisado anteriormente quando Buriolla (2001) traz a mesma concepção do estágio como treinamento do estudante, recaímos numa concepção técnica, instrumental e de adestramento do estudante perante a dinâmica do cotidiano do trabalho profissional inserida numa realidade social que também é dinâmica, além disso, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS remetem ao estágio como momento de capacitação para o exercício profissional a partir da inserção dos estudantes nos diversos espaços institucionais com a presença dos assistentes sociais e não na perspectiva de treinar o estudante para exercer sua profissão.

Apresentam também o contexto do projeto neoliberal e o acirramento da lógica mercantil impregnada nas políticas sociais e especificamente na política de educação trazendo rebatimentos na operacionalização da atividade de estágio supervisionado e colocando em risco a construção de um perfil profissional crítico como propõe as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

O artigo **A Construção dos Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social** dos autores Reginaldo Guiraldelli e Janaina Loeffler de Almeida tem como objetivo refletir acerca da construção e fortalecimento dos Fóruns de Supervisão de Estágio como espaços político-formativos de interlocução, articulação, resistência e luta do Serviço Social brasileiro em defesa de uma formação crítica, pública, laica, presencial, democrática e de qualidade.

Os autores apresentam a concepção dos Fóruns de Supervisão de estágio como espaço político de luta e resistência da categoria profissional sobre os ditames impostos pelo capital na formação profissional.

Para problematizar os Fóruns de Supervisão de Estágio, os autores trabalham inicialmente com a reflexão do estágio na formação profissional do assistente social e o traz na perspectiva das Diretrizes Curriculares da ABEPSS; na indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, bem como precisa considerar a ética e pesquisa como transversais ao processo formativo.

Analisaram que os Fóruns de Supervisão de Estágio ganharam visibilidade e mais recorrência de debates a partir da PNE da ABEPSS e são realizados em âmbito local, regional, estadual, distrital e nacional, constituindo espaços como forma de interlocução entre os sujeitos profissionais e estagiários.

O artigo **Supervisão em Serviço Social diante da Precarização no Mundo do Trabalho**: uma perspectiva helleriana dos autores Gleny Terezinha Duro Guimarães e Paulo Roberto Martins tem como objetivo refletir sobre as formas como a precarização das condições de trabalho têm se manifestado no cotidiano do processo de supervisão no Serviço Social, a partir dos resultados de uma pesquisa qualitativa realizada no Rio Grande do Sul com assistentes sociais supervisores.

Os autores apresentam o contexto de precarização do trabalho profissional advindos da crise capitalista e dos processos de reestruturação produtiva redimensionando o mercado de trabalho, inclusive para os assistentes sociais, bem como com a flexibilização dos direitos sociais através de políticas sociais focalizadas, tal contexto é presenciado pelos estagiários e recai na supervisão de estágio, dificultando sua efetividade.

Ancorados na perspectiva de Agnes Heller colocam que é no cotidiano da supervisão que o estagiário vivencia situações práticas e dilemas.

Para as autoras o processo de supervisão, pressupõe o contato direto entre o supervisor de campo, supervisor acadêmico e estagiário, caracteriza-se por ser um espaço derivado da divisão social do trabalho e, ao mesmo tempo, espaço do cotidiano em que o contato direto apresenta uma dependência provisória, enquanto formação profissional.

Neste duplo sentido, a precarização se manifesta de formas diferentes: “[...] inserção ocupacional rotatividade no mercado de trabalho; tempo de permanência no emprego; área de atuação profissional; espaço socioinstitucional e supervisão direta.” (GUIMARÃES, MARTINS, 2016, p.374).

O artigo **Supervisão de Estágio em Serviço Social: significâncias e significados** da autora Lesliane Caputi tem como objetivo trazer reflexões acerca de textos e contextos que envolvem a supervisão de estágio em Serviço Social, considerando as significâncias e significados da supervisão de estágio, especialmente no que diz respeito às atribuições privativas do assistente social.

A autora traz os elementos para se pensar a supervisão de estágio para além da lógica de contrarreformas sob a égide do capital imposta ao processo de formação e exercício profissional, assim, a supervisão precisa ser pensada coerentemente com o projeto ético-político profissional e na perspectiva de uma educação libertadora, emancipatória.

A supervisão de estágio possui “[...] dimensão educativa, formativa, pedagógica, calcada nas dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social num processo permanente de construção de competências aliada à dimensão política [...]” (CAPUTI, 2016, p. 393).

Caputi menciona que a supervisão demanda uma relação de unidade e de diálogo permanente entre supervisor de campo, supervisor acadêmico e estagiário e, também, a construção coletiva de uma proposta de estágio, bem como do processo de supervisão direta e sistemática, o que implica conhecimento da matriz curricular do curso e do projeto pedagógico do curso.

3.4 Trabalhos Publicados nos Principais Eventos da Categoria: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social-ENPESS e Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais-CBAS

O ENPESS e CBAS constituem-se em eventos de natureza político-científica e são legitimados pela categoria profissional como maiores eventos do Brasil. O ENPESS acontece a cada dois anos e é organizado pela ABEPSS e o CBAS acontece a cada três anos e é organizado pelo conjunto CFESS/CRESS.

Esses eventos têm por objetivo socializar a produção do conhecimento realizado pela categoria profissional, seja advindo das experiências profissionais nos diversos espaços institucionais ou de resultados de pesquisas científicas frutos de ensaios teóricos ou de pesquisas de TCC, cursos de especialização, mestrado e doutorado.

Além disso, ENPESS e CBAS são importantes eventos de profícuos debates sobre a conjuntura e a profissão de Serviço Social, constituindo espaços de educação permanente da categoria profissional, bem como de fortalecimento das lutas em defesa das necessidades e interesses coletivos da categoria de assistentes sociais e da classe trabalhadora e do projeto ético-político profissional.

Fizemos o levantamento bibliográfico nos Anais destes eventos, através das buscas a partir de palavras chaves: estágio supervisionado e supervisão de estágio.

Apresentaremos a seguir as produções do conhecimento apresentadas e publicadas nos Anais do ENPESS e posteriormente do CBAS, lembrando que o recorte realizado para esse levantamento foi de 2001 a 2016.

Importante esclarecer também que devido ao número significativo de trabalhos sobre estágio e supervisão publicados nos Anais dos ENPESS e CBAS nas diversas edições, optamos por apresentar somente o conteúdo dos trabalhos que especificam em seus títulos sobre a supervisão acadêmica de estágio, considerando que esta é a temática central de nossa pesquisa, bem como o objetivo da construção desse capítulo é identificar a tendência da supervisão acadêmica de estágio na produção do conhecimento realizado pela categoria profissional.

3.4.1 Produções Sobre Estágio e Supervisão nos ENPESS

No ano de 2002 ocorreu o VIII ENEPSS, na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, entretanto, não obtivemos acesso aos Anais desse evento, logo, este não foi aqui analisado pela dificuldade de encontrá-lo, uma vez que não está disponível para pesquisa no site da ABEPSS, considerando que é esta entidade responsável pela organização do ENPESS.

Os Anais do ENPESS são disponibilizados em cd-room e entregues somente aos participantes do evento, o que dificulta o acesso aos mesmos.

No ano de **2004 foi realizado o IX ENPESS na cidade de** Porto Alegre/RS, com o tema “Os desafios da produção do conhecimento do Serviço Social” e se estruturou em três eixos temáticos: Formação Profissional; Articulação Entre Formação e Exercício Profissional; Educação Continuada.

No eixo 1 encontramos trabalhos sobre estágio supervisionado e supervisão de estágio em Serviço Social numa quantidade significativa, 14 trabalhos. Estes são apresentados no quadro a seguir com os respectivos autores.

Quadro 18 - Produções Sobre Estágio e Supervisão no ENPESS 2004

TÍTULO	AUTOR
A Centralidade da Supervisão de Estágio na Formação Profissional do Assistente Social	Viviane Elisabeth Diniz da Silva.
A Relação Teoria-Prática no Estágio Supervisionado em Serviço Social.	Edneia M. Machado e Lesliane Caputi.
A supervisão de estágio em Serviço Social: os caminhos dos discursos na formação profissional.	Alzira M.B. Lewgoy.
Formação Profissional: o estágio do curso de Serviço Social da UCG	Eleusa B. Ribeiro.
O Estágio Curricular como experiência de construção do conhecimento na ação: política habitacional do município de Porto Alegre.	Viviane F. Borges.
O estágio na formação profissional: o debate sobre os desafios e as formas de enfrentamento	Maria Aparecida Ramos; Maria de Fátima L. Gomes; Maria de Fátima M. do Nascimento; Maria de Lourdes Soares; Maria do Socorro de S. Vieira

TÍTULO	AUTOR
O Estágio Supervisionado na Assistência Psiquiátrica: A Experiência do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí.	Lucia Cristina dos Santos Rosa; Gonçalves Gomes Monteiro da Silva, Francisca Claudênia Feitoza da Costa.
O estágio supervisionado na formação profissional: qual a parte que te cabe neste latifúndio?	Larissa Dahmer Pereira.
O Estágio Supervisionado na Formação Profissional do Assistente Social	Cristiane Carla Konno.
O Serviço Social Jurídico em Universidade: uma experiência na formação de alunos de Serviço Social.	Maria de Souza Rodrigues.
Serviço Social e Estágio Curricular	Ana Maria de Vasconcelos. Alany Pinto Caldeira
Estágio Supervisionado em Serviço Social na UNIOESTE/campus Toledo: uma construção coletiva.	Alfredo Batista. Carmem P. Salata. Cleonice Daleargo. Elaine M. Moreira. Fernanda Albuquerque.
Estágio na Formação Profissional do Assistente Social e sua dimensão educativa.	Maria C. C. Nicolau.
Uma contextualização do Estágio na Implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS	Isabel C. C. Lopes
Total de 14 trabalhos.	Total de 25 autores

Fonte: Leslie Caputi (2014).

O **ENPESS 2006** teve como tema “Crise Contemporânea, Emancipação Política e Emancipação Humana: questões e desafios do Serviço Social no Brasil” foi realizado em Recife/PE, comemorou os 70 anos no Serviço Social brasileiro e os 10 anos de elaboração das Diretrizes Curriculares.

A apresentação de trabalhos foi estruturada em quatro eixos: Fundamentos do Serviço Social; Formação Profissional e o Processo Interventivo do Serviço Social; Questão Social e Trabalho e Política Social. Neste Encontro, no eixo 2 identificamos oito trabalhos sobre estágio supervisionado e supervisão, apresentados no quadro a seguir.

Quadro 19 Produções do Conhecimento sobre Estágio Supervisionado em Serviço Social no ENPESS 2006

TÍTULO	AUTOR
A Interação Ensino-Pesquisa–Estágio na Formação Profissional do Assistente Social.	Josiani Julião Alves de Oliveira. Marcos Roberto de Faria Bernardi .
A Prática de Estágio em Serviço Social no SAJUG: política de assistência social como acesso aos direitos sociais.	Gabriele Borges Valêncio
Abordagem Ergológica e a Formação no Estágio em Serviço Social.	Edna M. Goulart Joazeiro.
Desvelando o 'Meio-Fio' da Supervisão Sistemática no Estágio Acadêmico em Serviço Social no Brasil: entre 'buscas' e 'fugas' no processo de avaliação.	Célia M. Grandini.
O Estágio Curricular e Sua Articulação com as Disciplinas das Áreas de Conhecimento Consubstanciadas no Currículo do Curso de Serviço Social-PUC-Campinas.	Maria C. T. Fernandes. Maria T. C. Marques. Mathilde A. B. da Silva. Sandra C. F. Joanini. Vânia M. Caio .
O Estágio Supervisionado na Realidade do Curso de Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP Campus de Franca-SP.	Kelly M. da Silva .
Teoria e Prática na Experiência da Formação Profissional.	Telma F. B. Gil
Uma Análise do Trabalho do Assistente Social nos Campos de Estágio do UniFOA na Área de Saúde.	Rozana A. de Sousa.
Total de 08 trabalhos.	Total de 13 autores

Fonte: Leslie Caputi (2014).

O **ENPESS 2008** foi realizado em São Luiz/MA, com a temática “Trabalho, Políticas Sociais e Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social: resistência e desafios.”

A apresentação de trabalhos foi organizada em quatro eixos: Fundamentos do Serviço Social; Formação Profissional e o Processo Interventivo do Serviço Social; Questão Social e Trabalho; Política Social. Estes eixos desdobram-se em 30 sub eixos. Encontramos

trabalhos no eixo formação profissional e processos de trabalho e no sub eixo Formação Profissional em Serviço Social.

Importante mencionar que nesse evento, houve uma mesa temática coordenada com o tema: “Formação Acadêmica e Trabalho de Qualidade” com apresentação do trabalho de Eleusa B. Ribeiro “**O estágio no processo de formação dos assistentes sociais**”.

Apresentamos no quadro a seguir as produções com seus respectivos autores.

Quadro 20 Produções sobre Estágio e Supervisão no ENPESS 2008

TÍTULO	AUTOR
A Efetivação das Diretrizes Curriculares de 1996 na percepção dos discentes do curso de Serviço Social da UEPE inserido no estágio supervisionado.	Adriana Almeida de Lima, Edna Medeiros do Nascimento, Juliana Marques da Cunha, Mauricelia Cordeiro da Silva, Kathleen Elane Leal Vasconcelos, Sandra Amélia Sampaio Silveira.
A Supervisão e os desafios para a intervenção profissional	Cleusa Santos
Estágio Supervisionado e Formação Profissional em Serviço Social: de qual centralidade se fala?	José Fernando Siqueira da Silva, Patrícia Soraya Mustafa
O Perfil Profissional dos Supervisores de Estágio do Curso de Serviço Social da UNILAGO: aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e mercado de trabalho.	Lesliane Caputi, Lucimara Perpétua dos Santos Benatti.
Fórum de Supervisores e Formação Profissional: relato de uma experiência político-acadêmica e pedagógica na Faculdade de Mauá - SP.	Maria Liduína de Oliveira e Silva , Rodrigo José Teixeira, Maria José Basaglia , Elisandra Cristina de O. Lino.
Supervisão de Estágio no Serviço Social: temporalidades e saberes.	Edna Maria Goulart Joazeiro
O “Diálogo” com o Estágio e a Supervisão Sistemática em Serviço Social: a avaliação qualitativa na formação profissional.	Célia Maria Grandini Albiero; Mariângela Belfiore Wanderley.
Total de 07 trabalhos	18 Autores

Fonte: Lesliane Caputi (2014).

O **ENPESS 2010** foi realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 06 a 10 de dezembro, com a temática “Crise do Capital e Produção do Conhecimento na Realidade Brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?”

Os eixos de apresentação de trabalhos foram organizados de acordo com os Grupos Temáticos de Pesquisa, a saber: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Movimentos Sociais e Serviço Social; Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual e Serviço Social e Ética, Direitos e Serviço Social.

No quadro a seguir encontram-se os trabalhos sobre estágio e supervisão com seus respectivos autores.

Quadro 21 Produções sobre Estágio e Supervisão no ENPESS 2010

TÍTULO	AUTOR
Reflexões sobre o Estágio Supervisionado Em Serviço Social	Luciane Silva Nascimento França, Rosenete Gonsalves Rosa, Raquel Renzo Da Silva, Carmem Mendes.
A Centralidade Do Estágio Supervisionado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS: desafios à formação profissional em serviço social.	Adriana Silva Sales, Nádlla Matias De Souza.
A Implantação do Setor de Estágio Supervisionado em Serviço Social em uma Unidade de Formação Acadêmica: desafios e possibilidades.	Solange Monteiro Amador, Rodrigo José Teixeira.
Núcleo de Estágio em Serviço Social: Refletindo a Formação Profissional a Partir de uma Experiência em Belo Horizonte.	Fabricia Cristina De Castro Maciel, Reginaldo Guiraldelli.
Supervisão de Estágio em Serviço Social: uma reflexão sobre a formação e o trabalho profissional.	Carla Alessandra Da Silva Nunes
O Estágio Curricular de Serviço Social na Saúde e na Assistência	Maria Da Conceição Vasconcelos Gonçalves, Carla Alessandra Da Silva Nunes, Lorena Dos Santos Machado, Maria Camila Guilherme Gomes, Nathaly Leite Santana.
Estágio Curricular e as Novas Diretrizes Curriculares: algumas preocupações	Tereza Cristina Santos Martins
A Supervisão em Serviço Social e a Mercantilização do Ensino Superior: as condições de trabalho do supervisor de campo.	Nirciene Quintão De Assis Correa

TÍTULO	AUTOR
Estágio Supervisionado em Serviço Social: novos tempos, velhos desafios?	Lesliane Caputi, Eliane Marques De Menezes Amicucci, Cirlene Aparecida Hilario Da Silva Oliveira.
Serviço Social e Estágio: um desafio ao processo de formação.	Eleusa Bilemjian Ribeiro
Estágio Supervisionado e Formação Profissional em Serviço Social: uma reflexão necessária.	Marcia Cristina Brasil Santos
Supervisão de Estágio em Serviço Social: (in) definições e desafios.	Iana Vasconcelos Moreira Rosado, Kleylenda Linhares Da Silva
Desvendando o Sócio-Jurídico: relato da experiência de estágio no I Juizado Especial Criminal do Recife.	Kássia Cristina Uchôa Soares Barbosa
Estágio e Supervisão em Serviço Social: elementos para o debate.	Francisca Rodrigues Mascena, Rosa Maria Limeira De Queiroz
O Estágio e a Supervisão em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins Articulado a Política de Assistência Social no Município de Miracema do Tocantins através do Campo de Estágio.	Célia Maria Grandini Albiero
Campos de Estágio Supervisionado em Serviço Social: a trajetória das Faculdades INTA na Região norte do Ceará.	Cláudia Dos Santos Costa
Contribuição para Elaboração da Política de Estágio do Curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais	Isaura Gomes De Carvalho Aquino, Virgínia Alves Carrara
Total de 17 trabalhos	Total de 32 autores

Fonte: Lesliane Caputi (2014).

O **ENPESS 2012** foi realizado em Juiz de Fora/MG, no período de 05 a 09 de novembro, com a temática “Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão”.

Neste ENPESS houve um número significativo de apresentação de trabalhos sobre estágio e supervisão, totalizando 26 trabalhos, como pode observar no quadro a seguir.

Quadro 22 Produções Sobre Estágio e Supervisão no ENPESS 2012

TÍTULO	AUTOR
A Formação Profissional em Tempos de Contrarreforma Universitária: desafios para o estágio curricular em serviço social	Glaucia Maria De Oliveira Carvalho, Andréa Catarina Brandão Batista Dos Santos
Análise Crítica da Formação e da Prática Profissional a partir da Experiência de Estágio em Serviço Social na Área da Saúde.	Bruna Nascimento Miranda, Rakina Frez Poubel, Diana Moraes, Amanda Terra Da Silva
Dimensão Investigativa do Exercício Profissional: apreensões a partir da experiência de supervisão de estágio na política de educação	Flavia Augusta Santos De Melo
Ética Profissional e a Experiência de Estágio em Duas Áreas Tradicionais do Serviço Social	Vivia Santos Santana, Maria Florência Dos Santos, Rosane Souza Freitas, Maria Da Conceição Souza Mendonça
Diretrizes Curriculares e o Estágio Supervisionado: contribuições para a formação em serviço social	Nádlla Matias De Souza
Serviço Social e Planejamento da Prática Profissional: desafios da supervisão no HFSE/RJ	Ana Paula Cardoso Da Silva, Danielle Cardoso Paz, Elaine Menezes Da Silva, Michelle Borely Ferreira De Lima Ferrari, Camilla Cecília Couto Doria Perez, Isabel Do Vale Pereira Silva
Estágio Supervisionado em Serviço Social: qual direção ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa para a formação profissional?	Eliane Marques De Menezes Amicucci
Estágio Curricular Obrigatório: os discentes em ação	Maria Da Conceição Vasconcelos Gonçalves, Milena Macena Do Espírito Santo, Fernanda Basílio Guimarães, Everton Melo Da Silva
Estágio Supervisionado em Serviço Social: panorama da transição do projeto de formação 2007-2010 na UFMT	Josiley Carrijo Rafael, Eva Emilia Freire Do Nascimento, Janaina Loeffler De Almeida
Os Entraves e Possibilidades do Estágio Supervisionado: contribuição da supervisão acadêmica qualificada voltada para a práxis social	Suênya Thatiane Souza De Almeida, Cirlene Aparecida Hilário Da Silva Oliveira

TÍTULO	AUTOR
O Estágio e a Supervisão de Estágio em Serviço Social Face à Mercantilização da Educação	Daniele Cristina Silva Gomes, Ludmila Pacheco Lopes
Mercado de Trabalho do Assistente Social e o Processo de Supervisão de Estágio	Gleny Terezinha Duro Guimarães, Fabiana Da Silva Stedile, Karla Cardoso Borges
Os Desafios do Estágio Supervisionado nas Instituições Privadas	Jeovana Nunes Ribeiro, Leidiane Fátima De Moraes
Avanços e Impasses da Formação Profissional: supervisão acadêmica de estágio em serviço social	Carla Alessandra Da Silva Nunes, Thalyta Rayana Fontes Rcha Santos, Lucivânia De Oliveira Lisboa
A (Re)Construção da Identidade Profissional do Assistente Social Supervisor de Campo em Tempos de Regulamentação da Supervisão Direta De Estágio em Serviço Social.	Marcio de Souza
Repensando a Formação Profissional a partir da Supervisão Acadêmica	Luzilene de Almeida Martiniano
Estágio Curricular Supervisionado em Serviço Social: uma questão em debate.	Maria Auxiliadora De Araújo, Francisca Rejane Bezerra Andrade
Educação Ambiental e o Fortalecimento da Organização Social: reflexões da intervenção de estágio no PEAC	Jailson Ramos Messias, Sheyla Zacarias Da Cruz
Formação, Prática e Estágio Profissional em Serviço Social na Relação com Empreendimentos Solidários	Maria José De Souza Barbosa, Carolina Flexa Da Silva, Rodrigo Augusto Sobral Santos, Núbia Cristina Assunção Miranda, Ana Maria Pires Mendes
Instrumentalidade da Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios diante do mundo do trabalho e do projeto profissional.	Alzira Maria Baptista Lewgoy, Juliana Martins
A Supervisão de Estágio Em Serviço Social	Carla do Nascimento Santos Morani

TÍTULO	AUTOR
Supervisão Acadêmica e de Campo em Serviço Social: sinergia entre conceito, experiência e vida.	Edna Maria Goulart Joazeiro
O Estágio Supervisionado em Serviço Social na UFTM: um desafio para processo de formação profissional	Raquel Maria Cassimiro Magnabosco
Dimensão da Supervisão de Estágio em Serviço Social	Lesliane Caputi
Reflexões Teóricas Sobre a Política Nacional de Estágio Em Serviço Social	Liege Maria Da Silva Servo
A Supervisão Acadêmica como uma Estratégia da Docência na Formação Profissional em Serviço Social	Selma Aparecida Leite De Andrade
Total de 26 trabalhos	Total de 56 autores

Fonte: Lesliane Caputi (2014).

Conteúdos dos Trabalhos Sobre Supervisão Acadêmica de Estágio

Como mencionado anteriormente, serão apresentados somente os conteúdos dos artigos que dizem respeito à supervisão acadêmica de estágio respectivamente. Sendo assim, identificamos que nos Anais do ENPESS 2012 foram publicados 04 artigos sobre supervisão acadêmica de estágio.

O artigo **Repensando a Formação Profissional a partir da Supervisão Acadêmica de autoria de Luzilene de Almeida Martiniano** tem como objetivo discutir e refletir sobre a implementação da Política Nacional de Estágio da ABEPSS, a formação profissional, o estágio supervisionado, tendo como objeto de estudo a Supervisão Acadêmica em Serviço Social. Trata-se de apresentação de resultados da pesquisa realizada para sua tese de doutorado.

Embora a autora apresente a concepção de estágio parametrada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, reproduz o entendimento sobre a atividade de estágio como treinamento do estagiário e menciona “[...] o estágio ao proporcionar ao graduando um espaço apropriado para o treinamento prático-profissional, torna-se também um locus onde o aluno irá desenvolver sua matriz de identidade profissional [...]” (MARTINIANO, 2012, p. 2).

Sobre a supervisão a supervisão acadêmica de estágio, a autora traz, com subsídios da Política Nacional de Estágio as atribuições do supervisor acadêmico e sua relação com os estagiários e supervisores de campo. Coloca a supervisão acadêmica como disciplina e que é durante as aulas que os estudantes poderão socializar o que vivenciam no campo de estágio e possibilidade de associar suas experiências com os conteúdos apreendidos no curso, também menciona que a supervisão acadêmica pode ser realizada de forma grupal ou individual.

A autora também apresenta os desafios para realização da supervisão acadêmica demonstradas na sua pesquisa: supervisores acadêmicos são indicados para compor o setor de estágio a partir de um rodízio de docentes; a Supervisão Acadêmica não é reconhecida pela instituição e nem sempre o professor indicado tem perfil e interesse pelo setor de estágio; não há na grade curricular a disciplina Supervisão Acadêmica e as discussões e reflexões com os estagiários são realizadas esporadicamente; não há continuidade dos trabalhos desenvolvidos, visto que ao mudar a equipe, inicia-se uma nova proposta de trabalho; número insuficiente de supervisores acadêmicos; falta de planejamento na supervisão acadêmica, e também falhas na comunicação dentro da equipe e/ou com os demais professores do curso.

O artigo **Os Entraves e Possibilidades do Estágio Supervisionado: contribuição da supervisão acadêmica qualificada voltada para a práxis social** das autoras Suênya Thatiane Souza de Almeida, Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira busca fazer um estudo acerca da supervisão acadêmica de estágio, sua real contribuição para a formação profissional do discente e a necessidade em estabelecer um elo entre os três sujeitos envolvidos neste processo: estagiário – supervisor de campo – supervisor acadêmico.

Este artigo é fruto de pesquisa iniciada pelas autoras, o que a nosso ver, pelo título do artigo ele ainda não contempla reflexões sobre a supervisão acadêmica, pois se tratou apenas de discutir o significado e contribuição da atividade de estágio supervisionado na formação profissional do assistente social, elencando apenas a necessidade de articulação entre os supervisores de campo, acadêmicos e estagiários para uma formação qualificada.

O artigo **Supervisão Acadêmica e de Campo em Serviço Social: sinergia entre conceito, experiência e vida** de Edna Maria Goulart Joazeiro é resultado da pesquisa de pós-doutoramento da autora e analisou a relação de saberes tecida entre a atividade de trabalho do supervisor de estágio acadêmico e do supervisor de campo no processo de formação de estudantes-estagiários no Serviço Social na área da saúde, utilizou a perspectiva teórico-metodológica baseada na ergologia, perspectiva esta que autora tem utilizado desde sua pesquisa no curso de mestrado em educação.

A autora menciona que tanto o supervisor de campo como acadêmico são gestores do seu trabalho, gestando as situações tanto da formação quanto da intervenção profissional.

A pesquisa realizada pela autora trouxe relatos de supervisores de campo e acadêmico a partir de suas experiências vivenciadas no campo da saúde, mas na atividade de trabalho de supervisão de estágio, como menciona Joazeiro.

Aponta que tanto na supervisão acadêmica como na supervisão de campo “[...] dá-se o encontro invisível na intersecção entre saberes epistêmicos e ergológicos na atividade de orientação ao estudante-estagiário.” (JOAZEIRO, 2012, p. 6).

Acrescenta que o supervisor precisará estar atento para compreender o momento que vive o estudante no sentido de ser capaz de decifrar suas necessidades, atribui ao estágio caráter pedagógico, epistemológico e político.

O artigo **Avanços e Impasses da Formação Profissional: supervisão acadêmica de estágio em serviço social** das autoras Carla Alessandra da Silva Nunes, Thalyta Rayana Fontes Rocha Santos, Lucivânia de Oliveira Lisboa tem como objetivo analisar o trabalho pedagógico dos supervisores acadêmicos de estágio obrigatório do Curso de Serviço Social noturno da Universidade Federal de Sergipe-UFS, tendo em vista o perfil profissional preconizado pelas Diretrizes Curriculares de 1996.

Contextualizam o processo de contrarreformas do ensino superior brasileiro e que afetam as condições de ensino e o exercício da supervisão de estágio e as legislações específicas de estágio em Serviço Social como forma de enfrentamento de tais condições.

A supervisão acadêmica no curso de serviço Social da UFS tem acompanhado a dinâmica da realidade da política educacional brasileira, mas, busca atender o que preconiza as legislações e orientações político-pedagógicas da PNE da ABEPSS.

No curso é contemplada a disciplina de estágio supervisionado; há um limite de até quinze estagiários por turma para realização da supervisão acadêmica, o supervisor acadêmico é remunerado e possui carga horária para o acompanhamento dos estagiários, bem como carga horária para realizar as visitas institucionais e o acompanhamento individualizado do estagiário.

Talvez por se tratar de uma pesquisa inicial e que segundo as autoras terão continuidade, a supervisão acadêmica foi apresentada neste artigo somente no âmbito de sua operacionalização não atendendo ao objetivo inicialmente apresentado que era analisar o trabalho pedagógico dos supervisores acadêmicos de estágio obrigatório do Curso de Serviço Social noturno da Universidade Federal de Sergipe-UFS.

O artigo **A Supervisão Acadêmica como uma Estratégia da Docência na Formação Profissional em Serviço Social** da autora Selma Aparecida Leite de Andrade tem

como objetivo compreender e analisar a Supervisão Acadêmica como uma estratégia da docência na formação profissional no Serviço Social.

Este artigo é a proposta de pesquisa para sua pesquisa de doutorado e que naquele momento apresentava-se ainda em formato de um projeto de pesquisa, trazendo como hipótese que a supervisão acadêmica é uma estratégia para formação de qualidade, que se encontra ameaçada a partir da constatação de que a Supervisão Acadêmica carrega em si uma heterogeneidade de sua compreensão e efetivação nos diferentes espaços acadêmicos – público, privado e EAD.

Para a autora essa visão multifacetada influencia diretamente os resultados almejados concernentes à supervisão acadêmica tangenciando as habilidades e competências esperadas para a formação profissional.

Estes foram os artigos encontrados nos Anais sobre a supervisão acadêmica de estágio, que a nosso ver, por se tratarem de propostas de pesquisas e/ou pesquisas em andamento não expressaram discussões relevantes para se pensar a supervisão acadêmica para além de sua operacionalização, também não foram aprofundadas teoricamente, o que remete avançar na discussão de sua concepção e significado na formação profissional do assistente social.

O **ENPESS** 2014 aconteceu em Natal/RN e teve como tema “Lutas Sociais e Produção do Conhecimento: desafios para o Serviço Social no contexto da crise do capital.

Neste evento tivemos 21 trabalhos sobre estágio e supervisão, apresentados no quadro a seguir.

Quadro 23 Produções Sobre Estágio e Supervisão no ENPESS 2014

TÍTULO	AUTOR
A Formação Profissional em Serviço Social em Questão: as discussões acerca do estágio nas particularidades de Goiás – 2014	Carla Agda Gonçalves, Patrícia Basílio Teles Estábile
A importância do Estágio como Elemento Fundamental no Processo de Formação do Assistente Social	Luana Priscila Farias da Silva; Yannes Romeika de Oliveira Santos
A Importância do Estágio Supervisionado para a Formação Profissional em Serviço Social: saberes e vivências	Jhennifer de Souza Góis; Maria Goretti de Almeida Pontes; Ingrid Rochelle Rêgo Nogueira
A Política Nacional de Estágio e os Desafios para sua Materialização	Reginaldo Guiraldelli
A Supervisão de Estágio sob a Égide dos Fundamentos do Serviço Social	Valquíria Alves Mariano; Neide Aparecida de Souza Lehfeld; Marla Beatriz de Oliveira; Amanda Cristina de Oliveira

TÍTULO	AUTOR
As Dimensões do Estágio em Serviço Social na Formação em Saúde	Rodriane de Oliveira Souza; Gabriella Berçot Barroso de Moraes; Igor Collyer Lima Callandrini
Estágio Curricular Obrigatório: espaço para produzir conhecimentos	Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves; Mayara Santos Oliveira; Lívia Roberta Silva Teles Costa; Cíntia Karim dos Santos
Estágio Supervisionado e Supervisão de Estágio: trajetória de aproximação com a formação profissional	Vanda Borges de Souza
Estágio supervisionado no Brasil: incitando o debate	Alano do Carmo Macedo; Tatiana Raulino de Souza; Renata Gomes da Costa; Paulo Wesley Maia Pinheiro
Fórum de Supervisão de Estágio: espaço de articulação, resistência e luta	Reginaldo Guiraldelli; Janaína Loeffler de Almeida
O Estágio Supervisionado em Serviço Social	Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni; Maria Cristina Piana; Maria José de Oliveira Lima
O Estágio Supervisionado em Serviço Social como um Momento Privilegiado da Constituição da Identidade Profissional	Paulo Roberto Félix dos Santos
O Serviço Social no tribunal de Justiça de Mossoró/RN: reflexões sobre o estágio supervisionado	Ana Lígia Silva Ribeiro; Bruna Rodrigues de Almeida Lima
O Serviço Social na Atenção Terciária à Saúde: uma reflexão a partir do estágio supervisionado	Daniel Silva Basílio; Yuri Emmanuelli Silva; Lesliane Caputi,
Processo de Formação Profissional em Serviço Social: possibilidades do estágio supervisionado	Antônia Edylliane Santos Dias; Rita de Cássia Clares de Lima
Serviço Social e Estágio Supervisionado: a formação continuada direcionada ao supervisor de campo	Melissa Ferreira Portes; Mabel Mascarenhas Torres
Supervisão Acadêmica em Serviço Social: a experiência de sua implementação a partir da nova lógica curricular	Laura Cristina Gomes Lima; Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira; Hilda Maria Gonçalves da Silva
Supervisão de Estágio em Serviço Social: dimensões educativa, identidade e autonomia em pauta!	Lesliane Caputi
Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social: a experiência da faculdade de Presidente Prudente-FAPEPE	Adriana Martins Gomes; Mabel Mascarenhas Torres
Desvelar da Extensão Universitária como Campo de Estágio: desafios na instituição privada	Maira Kelly Verengue Moya; Tatiane Domingues Bruno; Roberta Vilela Moreno
Elementos para Reflexão Sobre Supervisão Acadêmica de Estágio	Eliane Marques de Menezes Amicucci; Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira
Total de 21 trabalhos	Total de 50 autores

Fonte: Elaborado por Eliane Amicucci em 2017.

Conteúdos dos Artigos Sobre a Supervisão Acadêmica de Estágio

Nos Anais do XIV ENPESS identificamos dois artigos sobre supervisão acadêmica de estágio.

O primeiro artigo com o título **“Supervisão Acadêmica em Serviço Social: a experiência de sua implementação a partir da nova lógica curricular”** de autoria de Laura Cristina Gomes Lima; Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira e Hilda Maria Gonçalves da Silva pesquisa apresenta o resultado do processo de efetivação da supervisão acadêmica nas Unidades de Formação Acadêmica (UFAs), localizadas na microrregião de Franca, a partir das Diretrizes Curriculares de 1996.

As autoras trazem a supervisão acadêmica como atribuição privativa do assistente social docente e que o supervisor pode propiciar aos estagiários em pequenos grupos, momentos de reflexão acerca da realidade dos campos de estágio, suas limitações e possibilidades de intervenção e também compreender a atuação dos profissionais diante das expressões da questão social.

Consideram que é na supervisão acadêmica que o estagiário irá refletir sobre suas ações e do supervisor de campo a partir de mediações entre sua compreensão teórica da realidade e as vivências no campo de estágio.

A partir da pesquisa realizada pelas autoras no que tange ao processo de implementação da supervisão acadêmica, destacam: é caracterizada como disciplina na grade curricular dos cursos de graduação, com carga horária destinada a sua sistematização, dificuldade para a implementação da supervisão acadêmica está na forma como ocorre a articulação entre os supervisores de campo e acadêmicos; é realizada individualmente ou em grupos; está num processo de construção, que ainda precisam de aprimoramento e sua efetivação deve envolver plenamente os sujeitos partícipes desta atividade curricular.

O artigo **Elementos para Reflexão Sobre Supervisão Acadêmica de Estágio** de minha autoria e Eliane Marques de Menezes Amicucci e Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira traz as problematizações acerca do processo da supervisão acadêmica na formação profissional em Serviço Social consoantes aos desafios desta atribuição frente à construção/implantação da Política Nacional de Estágio da ABEPSS.

As autoras discutem a supervisão acadêmica no bojo dos princípios, orientação teórico-metodológica e direção social pautada também nos componentes do projeto ético-político profissional.

As autoras compreendem que a supervisão acadêmica é a mediação na formação do conjunto de competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do estudante, que orientam o pensar e o agir profissional articulado à análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que o profissional de Serviço Social se insere.

Colocam que a supervisão é um espaço de ensino-aprendizagem, de reflexão e enfrentamento das situações que permeiam o trabalho profissional, na construção de saberes, conhecimentos da profissão, visando à qualificação no processo de formação profissional do Assistente Social.

As autoras mencionam ainda que o supervisor acadêmico desenvolve uma prática pedagógica, uma prática de ensino permeia a maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática, desencadeando a formação profissional de sujeitos críticos.

O **ENPESS 2016** aconteceu em Ribeirão Preto/SP com a temática: Formação e Trabalho Profissional: reafirmando as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Neste evento comemorou-se os vinte anos de Diretrizes Curriculares, setenta anos da ABEPSS e oitenta anos de Serviço Social no Brasil.

Neste encontramos quinze trabalhos sobre estágio e supervisão, apresentados no quadro a seguir.

Quadro 24 Produções Sobre Estágio e Supervisão no ENPESS 2016

TÍTULO	AUTOR
A Instrumentalidade da Supervisão de Estágio Em Serviço Social: desafios do projeto ético político profissional	Alzira Maria Baptista Lewgoy; Vanessa Schmidt Fortes; Juliana Martins
Relato de uma Experiência de Estágio em Instituição Militar: aprendendo na contradição	Lohana Lemos Januário; Danielle Coelho Alves
Implicações e Rebatimentos na Supervisão de Estágio Em Serviço Social: um estudo acerca da realidade dos supervisores e as consequências para o processo de formação profissional.	Bianca Geraldo Noronha
Supervisão Acadêmica de Estágio em Serviço Social e o Debate sobre a Unidade Teoria-Prática	Eliane Marques de Menezes Amicucci
Ética E Formação Profissional: notas sobre o atual Projeto Ético-Político do Serviço Social e o estágio no sistema penal	Valeria Lucilia Forti; Clarissa R. Cabral de Almeida; Thamires Pereira dos Santos

TÍTULO	AUTOR
O Plano De Estágio No Processo De Formação Profissional: a experiência no Programa Se Liga	Patrícia Da Silva Coutinho; Ester Vargas Silva
O Estágio Supervisionado como Elemento Fundamental para a Formação Profissional do Assistente Social: entre o Ideal e o Real.	Elaine Gomes De Oliveira; Suênya Thatiane Souza De Almeida
Estágio Supervisionado Na Integralidade Teorico-Prática A Partir Do Projeto De Formação Profissional	Leidiane Torres Sales
O Estágio Curricular na Formação Profissional do Assistente Social: um debate necessário na atualidade	Liliane Dos Santos Valente; Camila; Cecília Mascarenhas Gibbs; Leiliane Amazonas Da Silva
O Estágio Supervisionado e sua Contribuição para Formação Profissional: análise de relatos de experiência	Thays Mendes Dos Santos Daiane Da Fonseca Valadão
A Concepção Do Estágio Supervisionado Por Docentes Assistentes Sociais: um debate necessário e emblemático.	Andreia Agda Silva Honorato
O Estágio Supervisionado na Formação Acadêmica em Serviço Social de Estudantes de Áreas de Reforma Agrária	Jana Alencar Eleuterio; Liana Brito de Castro Araújo; Adinari Moreira De Sousa; Rafaela Silveira de Aguiar; Kamila; Juliana Martins Dos Santos
Ensino-Aprendizagem: os desafios do estágio supervisionado no contexto neoliberal	Maria Islândia Ferreira De Sousa; Lidiane Ramos Lima
Rompendo Amarras: ecos das contradições que versam entre limites e possibilidades no estágio supervisionado.	Andreia Agda Silva Honorato; Adriana Brito Da Silva; Kelly Rodrigues Melatti; Patricia Romano
As Alterações nas Legislações e Normativas de Estágio Supervisionado no Contexto do Serviço Social	Raquel Renzo Da Silva Pequiá; Danila Carrijo
Total de 15 trabalhos	Total de 36 autores

Fonte: Elaborado por Eliane Amicucci em 2017.

Conteúdo do Artigo Sobre Supervisão Acadêmica de Estágio

Nos anais do XV ENPESS encontramos um artigo que versa sobre supervisão acadêmica de estágio que também é de minha autoria, nesse sentido, serão apresentados os elementos principais da proposta desta reflexão teórica.

O artigo tem como título **Supervisão Acadêmica de Estágio em Serviço Social e o Debate sobre a Unidade Teoria-Prática**. Traz considerações que é na supervisão acadêmica

que o debate da unidade teoria-prática a partir da atividade de estágio supervisionado em Serviço Social deve ser propiciado, refletido e esclarecido.

Para compreender o debate sobre a unidade teoria-prática no trabalho profissional do assistente social, recorreu-se à compreensão de alguns dilemas: como aqueles atrelados às características próprias da profissão e decorrem de sua situação na divisão sócio-técnica do trabalho na sociedade contemporânea, que são as atividades de caráter burocrático, assistencial, pragmático, bem como que a teoria não subsidia prática profissional cotidiana.

É apontado que os estagiários não vislumbram a unidade teoria-prática em seus campos de estágio porque têm dificuldade de desvelar o real, constituindo tarefa do supervisor acadêmico propiciar a reflexão desse entrave a luz de uma teoria social crítica, além disso, é primordial que o supervisor acadêmico contribua na formação de profissionais com competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas e que consigam estabelecer uma relação de unidade teoria-prática em seu cotidiano profissional.

3.5 Produções Sobre Estágio e Supervisão no CBAS

O 10º. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais teve como tema de discussão “Trabalho, Direitos e Democracia”, foi realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ em 2001.

Encontramos onze artigos referentes ao estágio e supervisão de estágio que serão apresentados no quadro a seguir.

Quadro 25 - Produções Sobre Estágio e Supervisão no CBAS 2001

TÍTULO	AUTOR
Campo de Estágio da Vila Parolin – Uma Experiência do Serviço Social em Comunidade.	Nanci Ferreira Pinto Sílvia Albertini
Desafios e Possibilidades para o Estágio Supervisionado na Formação Profissional: a Experiência Desenvolvida na Faculdade de Serviço Social Da UNISA - SP	José Fernando Siqueira Da Silva; Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso
Supervisão: uma teia de relações no processo didático – pedagógico na formação acadêmica em serviço social.	Alzira Maria Baptista Lewgoy; Maria Lúcia Amaral Scavoni

TÍTULO	AUTOR
Conhecendo os Campos de Estágio em Serviço Social: demandas ações e exigências no exercício profissional.	Dunia Comerlatto
Os Desafios do Processo de Supervisão na Formação Profissional do Assistente Social.	Necilda De Moura Santana
Ensinar e Aprender: desafios constantes na formação profissional em S.S.	Célia Maria Grandini Albiero
Campos Estratégicos de Estágio: aproximação da formação e do exercício profissional de assistentes sociais.	Odária Batini
Formação Profissional em Serviço Social - Reflexões Acerca das Atividades de Extensão e Supervisão Enfocando a Dimensão Cultural	Elaine Cristina De Almeida Barboza; Héliida Meneses De Oliveira; Jaqueline Conceição Costa.
Ética, Política e Direitos Humanos: Campo estratégico de estágio	Andréa Luiza Curralinho Braga; Anelise Silos Messa; Giovana Kucaniz; Lívia Ramos Pinto; Lylian Christine Cavalcante; Paula Dos Santos Tavella; Rosane Terezinha Jangada De Moraes; Talita Maria Muniz Rodrigues; Valquíria Aparecida Sauer; Vera Lúcia De Souza Santos; Odária Battini; Clarice Metzner; Denise Ratmann Arruda Colin; Heloise Elaine Pereira; Marco Antonio Da Rocha; Rosilene De Fátima
Total de 11 trabalhos	Total de 40 autores

Fonte: Lesliane Caputi (2014).

O XI CBAS aconteceu em 2004 na cidade de Fortaleza/CE, com o tema “O Serviço Social e as Esfera Pública no Brasil: o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos.”

Encontramos um total de onze trabalhos sobre estágio e supervisão.

Quadro 26 - Produção do Conhecimento sobre Estágio e Supervisão em Serviço Social no CBAS 2004

TÍTULO	AUTOR
A Dimensão Investigativa no Estágio Supervisionado em Serviço Social: Novos Subsídios para uma Rediscussão	Nirciene Quintão de Assis Corrêa Wilaine Pereira da Silva Raquel Cristina Lucas
A Experiência de Estágio Supervisionado do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).	Adinari Moreira de Sousa Idalina Maria Freitas Lima Santiago
Capacitação de Supervisores de Estágio: Contribuições para Formação Profissional	Mônica Barros da Nóbrega Moêma Amélia Serpa Lopes De Souza
Cinco Observações Sobre a Supervisão Acadêmica em Serviço Social	José Fernando Siqueira Da Silva
Estágio em Serviço Social Elemento Essencial na Formação Profissional do Assistente Social	Suzaneide Ferreira Da Silva Menezes
Educação e Estágio: Subsídios Para o Debate Sobre o Trabalho do Assistente Social	Odária Battini Jucimeri Isolda Silveira Samira Kauchakje
O Estágio no Processo da Formação Profissional de Assistentes Sociais	Maria Célia Correia Nicolau
Supervisão de Estágio e Formulação Profissional - Montagem de Um Novo Script, Cenário e Atores	Alzira Maria Baptista Lewgoy Esalba Silveira Maria Beatriz Marazita Dra. Maria Ysabel Barros Bellini
Supervisão Pedagógica: o desafio de ensinar a construir direitos.	Marli Palma Souza
O Importante Papel do Estágio no Desenvolvimento de Competências.	Ana Maria Giusti Barbosa
Estágio Supervisionado em Serviço Social	Sâmbara Paula Ribeiro
Total de 11 trabalhos	Total de 20 autores

Fonte: Leslie Caputi (2014).

Conteúdo do artigo sobre supervisão acadêmica de estágio

Identificamos nos Anais um artigo sobre supervisão acadêmica de estágio, de autoria de José Fernando Siqueira, com o título **Cinco observações sobre a supervisão acadêmica em Serviço Social**.

O autor menciona que a supervisão acadêmica de estágio precisa partir da experiência vivenciada do estudante no campo de estágio para que os estagiários repensem, coletivamente, o estágio curricular, as atividades nele desenvolvidas e o significado disto para a sua formação profissional;

Trata a supervisão acadêmica como um momento em que o docente recupera conteúdos teóricos didaticamente divididos em matérias e os utiliza para ler, criticamente, com o estagiário, a realidade por ele relatada.

Siqueira chama a atenção para referência ao estágio como ensino da prática porque o estágio é teórico-prático e se não cuidar recai na dicotomia entre teoria-prática. Traz também que na supervisão acadêmica precisa discutir a grade curricular do curso, ou seja, precisa existir a interlocução dos conteúdos ministrados.

O autor menciona que a supervisão acadêmica pode propiciar respostas concretas na melhoria da qualidade do curso de Serviço Social e do estágio curricular.

O **XII CBAS** foi no ano de **2007** juntamente com IV Encontro Nacional de Seguridade Social, na cidade de Foz do Iguaçu, no mês de outubro.

O Congresso teve como tema “Questão Social na América Latina: ofensiva capitalista, resistência de classe e Serviço Social.” Encontramos onze trabalhos sobre estágio e supervisão.

Quadro 27- Produções Sobre Estágio e Supervisão em Serviço Social no CBAS 2007

TÍTULO	AUTOR
Supervisão em Serviço Social: desafios para uma nova formação profissional	Luzilene De Almeida Martiniano, Maria Cristina Piana, Maria José De Oliveira Lima; Dr. José Walter Canôas E Dra. Claudia M. Daher Cosac
O Processo de Supervisão em Serviço Social: elemento determinante para a formação profissional	Nirciene Quintão De Assis Corrêa; Marilda Villela Iamamoto
O Estágio Supervisionado na Formação Profissional do Assistente Social: um desafio permanente.	Ilenilda Venâncio Da Silva Justo

TÍTULO	AUTOR
Notas Sobre o Estágio e Supervisão no Contexto das Diretrizes Curriculares e dos Limites das Condições de Trabalho do Assistente Social	Maria Teresa Dos Santos
I Encontro Estadual Sobre Estágio Supervisionado Em Serviço Social	Rafaela Margonar Moreira, Fernanda Ferreira Da Silva, Dorival Da Costa, Dione Do Rocio Poncheck, Marcelle Diório De Souza, Fátima Regina Fernandes De Araujo, Diva Rosa Marvule, Silas Da Silva Moreira
Fórum de Supervisores: construindo um movimento único	Newvone Ferreira Da Costa, Erika Schreider, Dionísio Cristóvão Ferreira, Nanci Pinto De Abreu Macedo, Rita De Cássia Dos Santos
Formação Profissional e Estágio Supervisionado em Serviço Social: a experiência da comissão de estágio no hospital municipal Souza Aguiar	Christiane Pessanha Athayde, Eliane Santos Da Silva, Maria Angélica Lacerda Da Silva, Monica Simone Pereira Olivar
Estágio Supervisionado: a necessária construção de um processo coletivo	Suely De Oliveira Bezerra, Dinara De Macedo Marinho, Jaqueline De Souza E Silva , Marília Gunegundes De Freitas
Dimensões e Limites da Supervisão Acadêmica de Estágio em Serviço Social	Luzilene De Almeida Martiniano; Dr. José Walter Canôas
Curso de Supervisão em Serviço Social – UFF – Rio Das Ostras: uma contribuição para a elaboração de estratégias de fortalecimento da política de estágio e do projeto ético-político profissional.	Valéria Rosa Bicudo, Cristina M. Brites, Suênya Santos Da Cruz, Adriana Ramos, Maria Raimunda P. Soares
A Prática de Estágio em Serviço Social no SAJUG: política de assistência social como acesso aos direitos sociais	Gabriele Borges Valencio, Andressa Correa Bernardon; Leonia Capaverde Bulla
Total de 11 trabalhos.	Total de 40 autores

Fonte: Leslie Caputi (2014).

Conteúdo do artigo sobre supervisão acadêmica de estágio

Identificamos um artigo sobre supervisão acadêmica, com o título “Dimensões e Limites da Supervisão Acadêmica de Estágio em Serviço Social” dos autores Luzilene de Almeida Martiniano e José Walter Canoas.

Este artigo trata-se de uma proposta de pesquisa iniciada no curso de doutorado da autora, talvez por se tratar de algo em construção, o artigo não aborda as dimensões e limites da supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social, pautou-se apenas nas atribuições dos supervisores de estágio, tanto de campo como acadêmico, bem como apresentou algumas condições precarizadas dos campos de estágio que dificultam o desenvolvimento do estágio com qualidade.

O **XIII CBAS 2010** foi realizado em Brasília/DF, no período de 31 de julho a 05 de agosto com o tema “Lutas sociais e o exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social”.

Encontramos dezenove trabalhos sobre estágio e supervisão e serão apresentados a seguir.

Quadro 28 - Produções Sobre Estágio e Supervisão em Serviço Social no CBAS 2010

TÍTULO	AUTOR
A Importância do Estágio Supervisionado no Processo de Formação Profissional do Serviço Social	Ana Paula Martiniano Lima, Zilmara Marília Correia Bezerra
O Estágio Profissional na Formação Profissional do Assistente Social	Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves, Lorena dos Santos Machado, Maria Camila Guilherme Gomes, Nathaly Leite Santana, Carla Alessandra da Silva Nunes
Estágio Supervisionado: uma contribuição do serviço social de uma unidade acadêmica da saúde à formação profissional.	Vania Dias de Oliveira
A Realidade da Formação Profissional – Estágio e Supervisão em Serviço Social no Brasil	Célia Maria Grandini Albiero
O Serviço Social na Saúde do Trabalhador - Uma Experiência Vivenciada no Cotidiano de Estágio em uma Empresa Estatal	Maria Cristina Jorge de Carvalho
Medida Socioeducativa de Semiliberdade: uma experiência de estágio no centro educacional Nazaré.	Barbara Karoline de Holanda Azevedo Silva

TÍTULO	AUTOR
O Estágio Supervisionado na Formação Profissional: a experiência do centro universitário una de Belo Horizonte – MG	Fabricia Cristina de Castro Maciel, Kenia Augusta Figueiredo, Reginaldo Guiraldelli.
Fórum de Supervisão de Estágio em Serviço Social: a experiência do hospital universitário Oswaldo Cruz / universidade de Pernambuco.	Soraya Araújo Uchoa Cavalcanti, Renata Alves Cesar, Christiane Virginio de Oliveira Barbosa, Ana Elisabeth Machado Lins
Saber Acadêmico e Prática do Estágio em Serviço Social: uma necessária relação para o fortalecimento da formação profissional	Sílvia Severiano DA Silva
Serviço Social: prática profissional, planejamento e estágio supervisionado	Ana Maria de Vasconcelos, Aline Maria Thuller de Aguiar, Valquiria Helena do Santo Coelho, Mayana de Souza Gomes das Silva, Juliana Ferreira Baltar, Mariana Cordeiro Miranda, Cinthia Assis, Renata Mendes Lima.
O estágio e a Supervisão de Estágio em Serviço Social na Assistência ao Estudante	Elizete Rodrigues de Oliveira, Eli Mendes Pitaluga.
Estágio Supervisionado e Formação Profissional em Serviço Social: concepção dos supervisores de campo	Maria José Campos Moura Melo
A Prática do Assistente Social e as Medidas Alternativas: a experiência de estágio no juizado especial criminal do Recife.	Kássia Cristina Uchôa Soares Barbosa
Estágio Supervisionado em Serviço Social: desafios para a formação profissional	Eliane Marques de Menezes Amicucci, Ubaldo Silveira
Estágio Supervisionado em Serviço Social: análise institucional uma experiência de campo	Aline Teles Veloso Coelho, Cintia Kely dos Santos Silva.
O Estágio no Serviço Social: uma discussão apenas iniciada	Maria Augusta Tavares, Adelina Almeida Moreira de Araújo, Cândida Gabriela André Braz, Fernanda Pessoa de França, Nataly de Sousa Pinheiro, Rebeca Medeiros da Silva Santos

TÍTULO	AUTOR
As Narrativas do Supervisor de Campo de Estágio: conhecendo a atribuição privativa do assistente social	Mirela Ferraz
O Estágio Supervisionado e Suas Implicações no Projeto Ético-Político do Serviço Social	Tárcio Holanda Teixeira
Formação Profissional do Assistente Social na Atualidade: o estágio supervisionado em questão.	Marcia Cristina Brasil Santos
Total de 19 trabalhos.	Total de 44 autores.

Fonte: Lesliane Caputi (2014).

O XIV CBAS, no ano de **2013 aconteceu em Águas de Lindóia/SP** no período de 14 a 18 de outubro e teve como tema “Impactos da Crise do Capital nas Políticas Sociais e no Trabalho do Assistente Social.

Encontramos nos Anais do evento um total de trinta trabalhos sobre estágio e supervisão que serão apresentados abaixo.

Quadro 29 - Produções Sobre Estágio e Supervisão Serviço Social no CBAS 2013

TÍTULO	AUTOR
Construção de uma Nova Práxis: movimento estudantil, educação popular e o estágio interdisciplinar de vivência de Minas Gerais.	Leonardo Nogueira Alves, Vinícius Mendes Maia, Isabel Gonçalves Cordeiro
O Estágio Curricular em Serviço Social: desafios à formação profissional na conjuntura de contrarreforma universitária	Suamy Rafaely Soares, Andréa Catarina Brandão Batista dos Santos, Glaucia Maria de Oliveira Carvalho
Relato de Experiência: estágio supervisionado na vara da infância e juventude da comarca de Mossoró/RN	Fabírcia Ariadina Medeiros de Oliveira, Verônica Maria de Aquino
O Estágio Supervisionado no Serviço Social: elemento fundamental do processo de formação profissional	Aline Aparecida Grezele, Carla Klitzke, Selma Graciele Gomes.
O Estágio Supervisionado na Formação Profissional do Assistente Social: da concepção da razão instrumental à construção de habilidades e competências profissionais.	Jaqueline de Melo Barros, Luana Braga, Cacildo Teixeira de Carvalho Neto, Valquiria Alves Mariano, Reginaldo Pereira França Junior, Marcia Cristina Freitas Silva, Josiele Fernandes Alves.

TÍTULO	AUTOR
Os Desafios do Estágio e da Supervisão em Serviço Social: a particularidade do estado do Tocantins	Célia Maria Grandini Albiero
A Invisibilidade das Lutas dos Sujeitos no Processo de Estágio Curricular: breves reflexões a partir da experiência no CRAS Porto D' Anta.	Cíntia Karim Dos Santos, Luiz Isaque Aragão Silva, Tereza Cristina Santos Martins.
O Estado da Arte Sobre o Processo de Supervisão de Estágio em Serviço Social	Daniele Cristina Silva Gomes, Cláudia Monica dos Santos, Ludmila Pacheco Lopes.
Supervisão de Estágio em Serviço Social: aportes para a formação profissional	Rossana Lopes Pereira de Souza, Thiana Orth, Patrícia Lane Araújo Reis, Gleny Terezinha Duro Guimarães, Fabiana da Silva Stedile.
Núcleo de Estágio em Serviço Social: refletindo a formação profissional a partir de uma experiência em Belo Horizonte	Cristiano Costa de Carvalho, Edna Alves de Oliveira, Fabrícia Cristina de Castro Maciel, Rutinéia Alves Ferreira, Simone Gomes da Silva, Narjara Incalado Garajau, Paula Rocha de Oliveira
Educação Ambiental e Estágio supervisionado: a contribuição do programa de educação ambiental com comunidades costeiras para a formação em serviço social	Maria Naislaine de Jesus Santos , Ticiane Pereira dos Santos , Amanda Gabriella da Silva.
Política Nacional de Estágio em Serviço Social e Resolução n. 533/2008: estratégias de enfrentamento a precarização da formação profissional.	Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, Leslieane Caputi, Suênya Thatiane Souza de Almeida
O Papel Educativo do Supervisor de Campo no Estágio Supervisionado	Adriana Giaqueto, Ana Flávia Luca de Castro, Isabela Lima Bonfim de Almeida
Algumas Considerações Sobre a Supervisão Acadêmica de Estágio em Serviço Social	Luzilene de Almeida Martiniano
A Implantação e a Consolidação do Estágio Supervisionado da Faculdade de Serviço Social da UFPA/Breves/Região do Marajó	Maria Emiliana Pinto Medeiros, Merize de Jesus da Silva Américo
O Estágio Curricular em Serviço Social Frente à Precarização do Ensino Superior	Maria de Fátima Leite Gomes, Fernanda Alves Ribeiro Paz, Ana Paula Araújo Medeiros, Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira

TÍTULO	AUTOR
Formação e Exercício Profissional: questões diversas e adversas sobre limites, desafios e possibilidades do estágio supervisionado e da materialização do projeto ético político profissional do serviço social.	Andreia Agda Silva Honorato
Estágio Supervisionado em Serviço Social: construindo possibilidades.	Eliane Marques de Menezes Amicucci, Lesliane Caputi, Fabíola Regina Falcoski, Elaine Friozi Garcia de Souza
Supervisão de Estágio em Serviço Social: a instrumentalidade e o projeto ético-político profissional.	Alzira Maria Baptista Lewgoy, Juliana Martins
A Supervisão de Estágio no Processo de Trabalho Hospitalar	Liege Maria da Silva Servo, Josemara Delgado
A Intersetorialidade entre as Políticas de Habitação e Assistência Social: experiência de estágio junto aos moradores do residencial Gilson de Barros em Várzea Grande – Mato Grosso.	Ângela C. de Souza Matos , Leicy Lucas de Miranda Vitória
Formação e Exercício Profissional: o lugar ocupado pela supervisão de estágio	Melissa Ferreira Portes, Mabel Mascarenhas Torres
O Estágio Curricular: desafios da contemporaneidade.	Flander de Almeida Calixto, Mariane Costa Moreira, Erlandia Silva Pereira, Ameliane Graça Araujo, Auster Ruzante
A Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social: os desafios da supervisão acadêmica	Rodrigo José Teixeira
A Atuação do Assistente Social no Hospital Luiz Antonio: uma análise a partir do estágio curricular	Lilian da Silva Cortez, Rita de Lourdes de Lima
Crise Capitalista e Estágio Supervisionado: desafios contemporâneos ao serviço social brasileiro	Alano do Carmo Macêdo, Jonas Augusto da Silva Freitas, Lauriene Rodrigues Marreiro, Maria Auxiliadora de Araújo, Paulo Wesley Maia Pinheiro, Rafaela Sampaio de Oliveira, Rafaela Silveira de Aguiar, Renata Gomes da Costa, Tatiana Raulino de Sousa, Thais Cristine de Queiroz Costa
Fórum de Supervisão em Serviço Social: experiência em construção na Unisinos/RS.	Marilene Maia, Gisleine Lima da Silva, Lia Gonçalves Alves, Tatiana Gonçalves Lima, Maria Aparecida Marques da Rocha

TÍTULO	AUTOR
O Profissional de Serviço Social no Campo da Educação no Ensino Superior: a atividade de supervisão curricular em ensino, pesquisa e extensão.	Bárbara Zilli Haanwinckel
Supervisão em Ensino, Pesquisa e Extensão: sistematização de uma experiência do serviço social em educação em direitos humanos no ensino superior - núcleo interdisciplinar de ações para a cidadania – NIAC/UFRJ.	Miriam Krenzinger Azambuja Guindani, Aline Silveira de Assis, Bárbara Zilli Haanwinckel, Gisele Ribeiro Martins, Valéria Pereira da Silva, Nathalia Cavaliere do Amarante
A Materialização da Dimensão Ética no Processo de Formação e Exercício Profissional: em debate o lócus do estágio supervisionado na UFRB.	Albany Mendonça Silva, Angelo Vinicius de Cardoso Carvalho, Tamires da Silva dos Santos, Thiago Sodré de Jesus
Total de 30 trabalhos.	Total de 100 autores.

Fonte: Lesliane Caputi (2014).

Conteúdo dos artigos sobre supervisão acadêmica de estágio

Neste CBAS identificamos nos Anais a publicação de dois artigos sobre supervisão acadêmica de estágio.

O primeiro artigo com o título **Algumas Considerações Sobre a Supervisão Acadêmica de Estágio em Serviço Social** da autora Luzilene de Almeida Martiniano.

A autora apresenta os resultados de sua pesquisa de doutorado, assim, traz a forma de operacionalização da supervisão acadêmica nas Unidades de Formação Acadêmicas pesquisadas, elucidando que foram quatro UFAs pesquisadas e somente duas possuem a supervisão acadêmica implantadas nos cursos.

Dentre as características da supervisão acadêmica podem ser citadas: realização de diversas atividades em sala de aula na disciplina Supervisão Acadêmica e são discutidos aspectos formais do estágio, e, também a reflexão crítica das estratégias de intervenção profissional que se colocam no cotidiano da prática profissional; a construção do plano de estágio é coletiva; realiza-se a partir de diferentes experiências de estágio um diálogo que permite uma reflexão da teoria e prática; a supervisão acadêmica é realizada em pequenos grupos, há interlocução com o supervisor de campo.

Destaca que a PNE da ABEPSS trouxe avanços na compreensão do significado do estágio supervisionado na formação profissional e sua operacionalização, entretanto, devido ao contexto de precarização das condições de trabalho docente nas UFAs e limites

institucionais a implantação da supervisão acadêmica de estágio nos cursos de Serviço Social ainda é um desafio.

O outro artigo identificado é de autoria de Rodrigo José Teixeira com o título **A Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social: os desafios da supervisão acadêmica.**

O artigo tem por objetivo apresentar as particularidades da supervisão acadêmica, abordando os principais desafios para garantir a efetividade da supervisão direta de estágio supervisionado em Serviço Social.

O autor aponta que a supervisão acadêmica deve ser diferenciada de uma aula, ela deve abrir espaço para que os estagiários relatem suas experiências de estágio e o supervisor acadêmico necessariamente precisa construir mediações teórico-metodológicas a partir do que lhe foi apresentado.

Informa que a construção da relação teoria - prática na supervisão acadêmica é fundamental para o desvelamento da realidade econômica e social da sociedade burguesa.

O autor não desconsidera as orientações político-pedagógicas descritas pela PNE no que concerne ao estágio e a supervisão acadêmica, entretanto, coloca alguns desafios para sua efetividade, como a realidade do trabalho docente, muitas vezes horistas e não conseguem realizar visitas aos campos de estágio, debater situações específicas com os supervisores de campo ou com alunos estagiários, pois recebem somente o valor da hora-aula, em sala de aula, muitos acumulam com outras atividades profissionais; a UFA não disponibiliza transporte para realização de visitas aos campos de estágio, etc.

Para o enfrentamento dessa realidade, o autor aponta algumas estratégias de ação como: articulação com os órgãos da categoria, fortalecimento das diretrizes curriculares e a PNE da ABEPSS e reflexão crítica sobre as condições de trabalho docente.

O **XV CBAS**, com o título “ 80 Anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente e a história na mão”, aconteceu em Olinda/PE de 05 a 09 de setembro de 2016.

Encontramos a publicação de vinte e um trabalhos sobre estágio e supervisão que serão apresentados no quadro a seguir.

Quadro 30 – Produções Sobre Estágio e Supervisão em Serviço Social no CBAS 2016

TÍTULO	AUTOR
Estágio Supervisionado em Serviço Social: relato de experiência de estágio no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Campina Grande/PB	Ana Virgínia Pereira do Nascimento
Estágio Supervisionado: uma experiência no centro de reabilitação na cidade de Natal, Rio Grande do Norte.	Rosilene Bispo Da Silva
Estágio Supervisionado e o Processo de Supervisão de Estágio: as concepções dos supervisores de campo	Mabel Mascarenhas Torres, Melissa Ferreira Portes
Formação e Exercício Profissional: algumas reflexões sobre a supervisão de estágio curricular não obrigatório	Patricia Costa Azevedo, Carmen Lucia Nunes da Cunha, Daniela Ferrugem
Perspectiva da Centralidade do Estágio na Formação Profissional: a compreensão de docentes assistentes sociais.	Andreia Agda Silva Honorato
Problematizando a Experiência de Estágio em um Hemocentro Cearense	Maria Erica Ribeiro Pereira, Talita Cumme Gomes Mesquita, Thinally Ribeiro Abreu
Estágio Não Obrigatório em Serviço Social: contribuindo com uma formação profissional de qualidade e coerente com o projeto ético-político profissional	Elaine Cristina Mendonça Da Silva, Morgana Silva Dos Santos
Os Processos de Estágio na Formação Profissional em Serviço Social: A busca dos diferenciais nos 70 anos da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador (ESSUCSAL) e os seus desafios atuais.	Lorena Carvalho Silva, Liane Monteiro Santos Amaral
Formação Profissional em Serviços Social e os Desafios Postos ao Estágio Supervisionado na Cena Contemporânea	Renata Lígia Rufino Neves De Souza
Experiência de Estágio em Serviço Social: intervenção multidisciplinar com as famílias na unidade de pediatria do HUOL.	Joana Maressa Paiva Felipe, Roberttha Figueirêdo De Araújo
Estágio em Serviço Social: experiência de intervenção no Conselho Regional de Serviço Social – 14º Região	Adriane Denise Fonseca Lopes, Anny Beatriz Ferreira De Araújo

TÍTULO	AUTOR
Assistência Estudantil: experiência de estágio supervisionado em Serviço Social na Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF	Rayane Stefany Rodrigues Menezes Alves, Aryele Rebeca Souza Pereira, Paloma Suelen Fernandes
Processo de Supervisão de Estágio em Serviço Social: a experiência no Programa Se Liga e a importância do plano de estágio	Patricia Da Silva Coutinho, Ester Vargas Silva
Os Desafios do Estágio Supervisionado em Serviço Social: relato de experiência.	Giulia Souza de Oliveira, Andressa Pontes Araújo
Formação em Serviço Social e Estágio Supervisionado: o contexto da Universidade Federal de Ouro Preto	Cristiane Maria Nobre, Ana Maria Ferreira
Estágio Supervisionado Enquanto Mediação da Práxis Profissional	Maicow Lucas Santos Walhers
O Estágio Supervisionado no Processo de Formação Profissional: um estudo junto ao curso de serviço social da Universidade Estadual da Paraíba(UEPB)	Maria Do Socorro Pontes De Souza, Rayanne Pinheiro De Almeida, Patricia Vanessa Alcântara Pereira, Thereza Karla De Sousa Melo, Maria Noalda Ramalho, Patricia Crispim Moreira
Parceria entre a Gerência de Serviço Social da Secretaria de Saúde do Distrito Federal e a Coordenação de Estágio do Curso de Serviço Social da UNB: relato de uma gestão institucional compartilhada.	Miriam De Souza Leão Albuquerque, Liliam Dos Reis Souza Santos, Lucinéia Moreli Machado, Michelle Da Costa Martins
Desafios e Estratégias do Estágio Supervisionado em Serviço Social: relato de experiência em uma Universidade Pública no estado da Bahia	Carine dos Santos Conceição, Mariana Santos De Araujo
Precarização do Trabalho e suas Implicações no Processo de Estágio Supervisionado em Serviço Social	Silvana Alves da Silva, Francisco Dos Santos Neto
Estágio em Serviço Social: um relato de vivência no projeto de extensão do núcleo sóciojurídico	Maria Gracileide Alberto Lopes, Neilza dos Santos Firmino
Total de trabalhos 21	Total de 47 Autores

Fonte: Elaborado por Eliane Amicucci em 2017.

É notório o avanço quantitativo na produção do conhecimento sobre a temática estágio e supervisão pela categoria profissional, sabemos que a produção deve ser bem maior se considerarmos outras fontes de pesquisa, as quais não foram delimitadas para a escrita

dessa tese, entretanto, podemos dizer que o estágio supervisionado em Serviço Social não é mais o “patinho” feio dos debates e produções bibliográficas como afirmava Marilda Yamamoto na década de 1990.

Identificamos que muitas das produções advêm das experiências cotidianas profissionais, outras são frutos de pesquisas científicas de realização de TCC, monografia, dissertação de mestrado, tese de doutorado, pós-doutorado, o que tem sido um avanço na produção do conhecimento a partir da criação e legitimidade dos programas de pós-graduação no Brasil.

Não isentamos de observar aqui a lógica produtivista que recai no trabalho profissional dos docentes assistentes sociais (não somente) principalmente nas universidades públicas e que influencia sobremaneira também aos estudantes de pós-graduação, implicando num reducionismo do aprendizado e amadurecimento, aprimoramento intelectual do pesquisador dado as condições de avaliação dos programas de pós-graduação existentes.

De qualquer forma é inegável que muitas das produções aqui identificadas podem contribuir para (re) pensar o estágio e supervisão na formação profissional do assistente social, são resultados de investigações que desvelaram a realidade advinda de inquietações da categoria profissional, principalmente num contexto adverso que impera uma lógica mercadológica de educação e a formação profissional fica relegada aos ditames do capital, desafiando a construção do perfil proposto pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

As publicações apresentadas remetem à centralidade da atividade de estágio supervisionado na formação profissional; à construção da matriz de identidade profissional, possibilidade de construção de competências e habilidades profissionais; locus de desenvolvimento da dimensão investigativa da profissão; possibilidade de articulação entre ensino-pesquisa-extensão; possibilidade de reflexão sobre o trabalho profissional na supervisão de estágio; indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica; debate da unidade teoria-prática; fortalecimento dos fóruns de supervisão como garantia de aproximação entre a UFA e campo de estágio e locus de discussão e construção de estratégias para o estágio supervisionado com qualidade; reconhecimentos dos instrumentos legais do estágio como forma de enfrentamento à precarização da formação profissional via o estágio supervisionado.

Consideramos que houve avanço no debate sobre estágio e supervisão, entretanto, ainda encontramos algumas concepções sobre a atividade de estágio supervisionado que precisam ser (re) pensadas e superadas, dentre essas podemos citar o estágio como treinamento do estudante contrariando o que está disposto nas Diretrizes Curriculares que o

estágio o capacita para o exercício profissional, bem como treinar remete à reprodução de ações sem considerar a realidade como dinâmica e mutável.

Outra concepção identificada nas publicações: o estágio é considerado como ensino da prática, por mais que os autores colocam que é preciso tomar cuidado ao mencioná-lo dessa forma, porque consideram o estágio teórico-prático, pensamos que deveria ser banida essa terminologia, o estágio não é ensino da prática e mesmo que seja ensino teórico-prático, dá uma conotação de que só se aprende fazendo e também desconsidera a relação de horizontalidade presente na atividade de estágio se consideramos que o estágio remete ao processo de ensino-aprendizagem, de troca de saberes entre supervisores e estagiários.

Também trouxeram a perspectiva que o estágio supervisionado em Serviço Social é trabalho; não é trabalho, é uma atividade curricular obrigatória e não-obrigatória prevista nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação e prevê supervisão direta, sistemática, o que significa que o estagiário está em processo de formação profissional e responde como tal, suas atividades são diferenciadas do assistente social supervisor de campo e são supervisionadas pelo supervisor de campo e acadêmico. O estágio-não obrigatório também não é trabalho, mesmo que tenha uma remuneração e seja concebido dessa forma pela instituição onde o estagiário desenvolve suas atividades que muitas vezes não são condizentes com a profissão e não estão no âmbito do Serviço Social, não é trabalho, não tem vínculo empregatício tal como está na Lei Federal de Estágio, Lei n. 11.788/2008, bem como exige acompanhamento e supervisão das atividades desenvolvidas, embora ainda se constitua num desafio compreender e acompanhar o estágio não-obrigatório no Serviço Social.

No período de 2001 a 2016 identificamos a publicação de 06 livros; 18 capítulos de livros; 11 artigos em revistas; 108 artigos nos anais do ENPESS e 103 artigos nos Anais do CBAS, um total de 246 publicações sobre estágio e supervisão de estágio em Serviço Social.

Destas 246 publicações, identificamos apenas 12 publicações específicas sobre supervisão acadêmica de estágio, sendo 08 artigos publicados nos anais do ENPESS: 05 artigos no ano de 2012, 02 artigos no ano de 2014, e 01 artigo no ano de 2016; tivemos 04 artigos publicados nos Anais do CBAS, sendo 01 em 2004, 01 em 2007 e 02 em 2013; e 07 publicações que perpassaram sobre a supervisão acadêmica, sendo 04 capítulos de livros: 01 publicado em 2009 no livro **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, 01 em 2013 no livro **Sociabilidade burguesa e Serviço Social: coletânea nova de Serviço Social** e 02 no ano de 2016 no livro **A Supervisão de Estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios: coletânea nova de Serviço Social**; dois artigos publicados em revistas que discorreram sobre as atribuições do supervisor acadêmico, sendo 01 na Revista Serviço

Social e Sociedade no ano de 2004 e 01 na Revista Katálysis no ano de 2016 e 01 item de capítulo do livro **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional** que apresentou a supervisão acadêmica e as atribuições do supervisor acadêmico no ano de 2009.

Assinalamos que as publicações sobre supervisão acadêmica em sua maioria são oriundas de pesquisas de mestrado e/ou doutorado, algumas quando publicadas estavam ainda em andamento o que a nosso ver careceram de aprofundamentos teóricos, de uma concepção mais clarificada sobre essa modalidade de supervisão, sendo estas publicadas após 2010, evidenciando a Política Nacional de Estágio da ABEPSS de 2010 como mola propulsora para discussão da supervisão acadêmica no âmbito da categoria profissional, sendo as orientações político-pedagógicas da PNE citadas com veemências nestas publicações.

Ressalvamos que no ano de 2004 identificamos nos Anais do CBAS de 2004 um artigo com densidade teórica sobre a supervisão acadêmica de estágio de autoria de José Fernando Siqueira, 01 nos Anais do CBAS de 2007 de autoria de Luzilene de Almeida Martiniano e um dos capítulos do livro de Alzira Lewgoy que trata sobre a supervisão acadêmica e as atribuições do supervisor acadêmico publicado em 2009, 01 capítulo de livro de autoria de Ney Luiz Teixeira de Almeida publicado em 2009 e 01 artigo de revista de autoria de Cirlene Ap. H. S. Oliveira publicado em 2004, discussões que antecedem a PNE.

As tendências identificadas no trato da supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social nestas publicações estão atreladas à finalidade social da profissão que é a prestação de serviços sociais, ou seja, formar profissionais com competências e habilidades coerentes com as Diretrizes Curriculares e previstas na Lei de Regulamentação da Profissão, lei 8.662/93; espaço de reflexão do fazer profissional em determinada área de política social; possibilidade de articulação entre os conteúdos trabalhados no curso para apreensão da realidade vivenciada pelos estudantes no campo de estágio; espaço de reflexão ética constitutiva da formação ético-política para o futuro exercício profissional; momento privilegiado de debate da unidade teoria-prática; rebatimentos das condições precarizadas do trabalho docente que exerce a atribuição de supervisor acadêmico; operacionalização da supervisão acadêmica em pequenos grupos conforme orientações da PNE; a supervisão acadêmica possui uma dimensão pedagógica orientada ao fazer profissional.

Embora, entendemos a supervisão acadêmica como mediação na formação do conjunto de competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que orientam o pensar e o agir profissional articulado a análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que o assistente social se insere, ressaltamos que não podemos

restringi-la à finalidade de formar profissionais com competência para a prestação de serviços sociais conforme afirma (LEWGOY, 2009).

Partimos da premissa que a supervisão acadêmica está no âmbito da educação, sua dimensão pedagógica contribui para a formação com princípios e valores ético-políticos pautados na perspectiva de uma educação voltada à formação humana.

Além disso, compreendemos que a supervisão acadêmica não pode ser dissociada da supervisão de campo, mas ela possui uma particularidade de refletir teoricamente e politicamente com o estagiário sobre o trabalho profissional experimentado no espaço institucional e a dinâmica que o envolve, e após o levantamento realizado da produção do conhecimento sobre essa temática, percebemos que ela precisa ser debatida no bojo dos eventos e no âmbito da categoria profissional como um todo com densidade e aprofundamento teórico para que sua particularidade seja desvelada.

A produção do conhecimento sistematizada nesse capítulo evidenciou a articulação entre formação e exercício profissional revelando que a categoria profissional está atenta ao reordenamento da crise do capital com rebatimentos diretos na política educacional transformando-a em mercadoria, bem como precarizando as condições de trabalho docente e conseqüentemente o processo de formação profissional do assistente social, sendo este contexto apresentado na maioria das publicações.

Dessa maneira, expressa ao mesmo tempo o compromisso da categoria com a formação profissional e defesa de uma educação pública como direito e não serviço, laica e de qualidade, referenciada num projeto de formação profissional crítico atrelado ao projeto ético-político com possibilidades inscritas nas potencialidades emancipadoras da práxis.

CAPÍTULO 4 SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: AS PARTICULARIDADES DA SUPERVISÃO ACADÊMICA

A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo
(Paulo Freire)

4.1 Supervisão de Estágio em Serviço Social e o Processo de Ensino-Aprendizagem

O estágio concebido como atividade curricular propicia a inserção dos estudantes em espaços institucionais a fim de possibilitar o contato direto com a atuação cotidiana do assistente social e população usuária dos serviços prestados.

Para compreensão da concepção de estágio, cabe, esclarecer que a formação profissional é um extenso processo, determinado socialmente no conjunto mais geral de uma dada formação social, que expressa o contexto contraditório da universidade; portanto, é um projeto que envolve capacitação continuada e não se reduz ao período de graduação.

O estágio supervisionado propicia o ensino-aprendizagem a partir da apreensão dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social. Através desta atividade o estudante tem condições de desenvolver habilidades, potencialidades e conhecimentos específicos ao trabalho profissional.

Pelo fato do Serviço Social ser uma profissão de caráter investigativo/interventivo que atua no âmbito das relações de produção e reprodução social, e dada às características da atividade de estágio, compreendemos que trata-se de uma atividade pedagógica e integrada ao processo curricular, tão logo, deve ser obrigatória, direta e qualitativamente supervisionada.

Nesse âmbito, compreendemos a supervisão de estágio em sua relação de unidade com a atividade de estágio, bem como intrínseca ao processo de formação e exercício profissional.

A supervisão de estágio em Serviço Social é um processo que integra a formação e exercício profissional, logo, se constitui como atribuição privativa do exercício profissional do assistente social.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 sistematiza a supervisão de estágio, sendo parte integrante da formação e do exercício profissional (LEWGOY, 2009)

O processo de ensino-aprendizagem do estudante é viabilizado pela supervisão de estágio, envolvendo a supervisão de campo, desenvolvida por assistente social devidamente

inscrito no CRESS no contexto do campo de estágio conveniado com a UFA, e uma supervisão acadêmica realizada por docente assistente social obrigatoriamente vinculado ao Curso de Serviço Social da UFA.

A supervisão de estágio consiste no acompanhamento direto e sistemático do estudante, envolvendo o supervisor de campo e acadêmico, com base em planos de estágios, elaborados no conjunto: Unidade de Formação Acadêmica (UFA) e campo de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 e o Código de Ética do Profissional de 1993, Diretrizes Curriculares (1996), que preconiza a “indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e de campo”, a Resolução CFESS 533/2008, Lei 11788/2008 e Política Nacional de Estágio. (ABEPSS, 2010).

Avanços significativos no âmbito da supervisão de estágio, que outrora fora sinalizados por Buriolla em sua tese de doutorado em 1994 indicando a necessidade da supervisão conjunta entre supervisores de campo e acadêmico, bem como orientações político-pedagógicas e normativas que regessem o estágio e supervisão em Serviço Social.

O estágio supervisionado se consolida no núcleo de fundamentos do trabalho profissional e envolve um conjunto de atores, sujeitos do processo de ensino- aprendizagem: estudante, docente (supervisor acadêmico), supervisor de campo, Unidade de Formação Acadêmica e campo de estágio.

Com isso, em consonância com o projeto político da profissão urge fortalecer o trabalho profissional e nele a atividade de estágio supervisionado enquanto *sine qua non* para a participação competente da profissão na divisão social e técnica do trabalho, através de uma articulação propositiva e criativa entre o “saber” e o “fazer” profissional.

Assegurar a competência profissional pressupõe a construção de respostas consistentes frente às diversas expressões da questão social, principalmente neste contexto marcado pela reestruturação do mundo do trabalho e do desmonte progressivo das políticas públicas - principal espaço empregador dos assistentes sociais, tal contexto rebate diretamente na formação profissional dos estudantes de Serviço Social, haja vista que é nesse espaço que se realiza a atividade de estágio supervisionado.

Buscando garantir uma formação profissional de qualidade, bem como obter o perfil profissional preconizado pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, faz-se necessário que as UFAs articuladas aos campos de estágio e entidades da categoria, se responsabilizem neste processo, assim, é fundamental desenvolver supervisão de estágio atrelada às discussões hegemônicas da categoria.

A supervisão de estágio é por excelência um espaço educativo porque permite através da reflexão propiciada pelos supervisores, de campo e acadêmico, o conhecimento da realidade social, institucional e profissional. Nesse sentido, concebemos a supervisão de estágio:

[...]como uma atribuição profissional que se localiza no âmbito da formação graduada e permanente para a qualificação dos serviços prestados à sociedade, direcionada para a realização dos objetivos, valores, princípios e direção social estratégica do projeto ético-político profissional com vistas à emancipação social. (GUERRA; BRAGA, 2009, p. 533).

Busca desenvolver no estudante a criticidade, a reflexão, o olhar investigativo em torno das situações, da dinâmica das relações sociais sendo compreendida como uma ação educativa e política, “[...] ensinar é capacitar para o exercício da ação consciente, é tornar indivíduos sujeitos de sua história [...].” (GUERRA, 2005, p. 5).

Nesse processo pode-se garantir uma formação profissional com valores ético-políticos, competências metodológicas e habilidades operativas em consonância com o projeto ético-político.

Essas competências não se constroem somente a partir de conhecimentos formais, mas especialmente a partir da vivência da construção de saberes pelo estudante, viabilizada pela ênfase em processos pedagógicos que os instrumentalizem para o exercício profissional, enfrentando os desafios cada vez mais complexos que o mundo do trabalho profissional deles demanda, respectivamente, nos campos de estágio.

É um processo educativo que se faz a partir do real, pois é nele que se encontram as possibilidades de ações competentes, uma vez que se

[...] existem no real como possibilidade, podem vir a se tornar no futuro, na prática concreta dos profissionais. Assim vamos tornando competentes, realizando o ideal que atende as exigências históricas, sempre do contexto em que atuamos. (RIOS, 2008, p. 79).

A visão crítica da realidade social nesse contexto está imbricada no desenvolvimento e/ou aquisição dessa competência profissional que está alicerçada em projetos de transformação social cujos princípios estão vinculados à liberdade, equidade, democracia.

O reconhecimento da reafirmação de valores, princípios e prerrogativas legais que circunscrevem a atuação dos assistentes sociais deve considerar a relação entre as determinações mais gerais, particularizadas no cotidiano de trabalho, e as possibilidades

concretas de interferência nos processos sociais, pela conformação de um campo de mediações.

Essas serão mais consistentes na realização dos princípios da profissão, a depender da dimensão político pedagógica, tendo como finalidade o aprofundamento e a consolidação do projeto ético-político profissional.

Essa reflexão se faz necessária porque são através desses princípios e valores que o processo de supervisão, a realização do estágio podem ser fortalecidos para construção de um perfil profissional crítico.

Nesse sentido, é preciso considerar as condições de realização do trabalho profissional determinado pelas características atuais das políticas sociais, as formas que se estruturam o mercado de trabalho desse profissional.

A realização da atividade de estágio supervisionado acontece em espaços institucionais caracterizados pela contradição. Podemos dizer que os objetivos profissionais e objetivos institucionais são divergentes e resvalam nas competências profissionais previstas legalmente na profissão. Há indicadores que comprovam essa afirmação:

A mediação do assalariamento, as condições de trabalho do assistente social, que não são distintas daquelas que se submetem os demais trabalhadores, suas formas precarizadas e informais de contratação, a extensão da sua carga horária, os processos de desregulamentação, intensificação, informatização, simplificação do trabalho, e normatização burocrática, a banalização das atividades complexas específicas e a hierarquização entre os profissionais. (GUERRA, 2016, p. 104).

É no processo de supervisão que se discute a realidade do trabalho profissional, os limites e possibilidades desse trabalho e as reais condições para o enfrentamento das manifestações da questão social, bem como, como se dá esse trabalho nas instituições, isto é, a análise crítica do processo de trabalho do assistente social em sua totalidade, num aspecto reflexivo, para que se criem, supervisores e estagiários “[...] um campo de possibilidades e intervenção para o Serviço Social como intermediação estratégica de ação.” (FALEIROS, 2005, p. 50). A profissão está imbricada em determinadas relações sociais de poder e exploração num processo de correlação de forças nesses espaços institucionais.

O Serviço Social atua numa correlação particular de forças, sob a forma institucionalizada, na mediação fragilização-exclusão/fortalecimento/inserção social, vinculada ao processo global de reproduzir-se e re-presentar-se dos sujeitos em suas trajetórias/estratégias. (FALEIROS, 2005, p. 49).

Além disso, é relevante sinalizar é a condição do estudante de Serviço Social que se caracteriza como estudante trabalhador e tem que auxiliar os estudos com o trabalho.

Essa observação encontra-se fundamentada na afirmação (LEWGOY, 2009) quando menciona que o estudante pela necessidade de trabalhar dificulta o seu acesso às informações necessárias para a aquisição de competências e habilidades para o exercício profissional.

Some-se a isso a dificuldade de participar das atividades acadêmicas, mais às demais como a participação em eventos científicos, eventos da categoria profissional e para a realização da atividade de estágio.

Para viabilizar ao estudante trabalhador permitem-no que realizem seus estágios no próprio local de trabalho sem esclarecimentos dos objetivos desses estágios, papéis desempenhados, atividades desenvolvidas; em fins de semana; em períodos de tempo curtos (como nos horários de almoço) ou concentrando num único dia da semana ou no mês de suas férias trabalhistas burlando as leis pertinentes ao estágio e orientações previstas na PNE (ABEPSS, 2010), além da substituição dessa atividade pela participação em pesquisas ou por atividades de extensão.⁴⁶

Por tal necessidade, uma vez que a atividade de estágio é obrigatória, o estudante busca alternativas nos estágios remunerados que podem auxiliá-lo tanto no custeio das mensalidades do curso, no caso do ensino privado como para cumprimento de carga horária de estágio.⁴⁷

Para esses estudantes “[...] a bolsa torna-se mais importante que sua experiência no campo de estágio, pois ela é instrumento de sua permanência no curso.” (RAMOS, 2009, p. 32).

Os estágios remunerados têm se configurado como mão-de-obra barata utilizada por muitas empresas, prefeituras, como contenção de custos, uma vez que se contratam estagiários ao invés de profissionais para execução das mesmas atividades, pois “[...] representa economia de gastos, por exemplo, com décimo terceiro salário, adicional de 1/3 de férias e contribuições previdenciárias.” (VASCONCELOS, 2009, p. 70-71).

Essa concepção do ensino da prática leva a uma inversão de prioridades na formação de profissionais: esta é deslocada no processo de aprendizagem para a eficácia e produtividade na prestação de serviços, previstos pelos programas institucionais. O rebatimento no ensino é claro: este se volta para

⁴⁶ De acordo com a PNE (ABEPSS, 2010) os estágios desenvolvidos em projetos de extensão só possam se configurar como campo de estágio se estiver contemplado no projeto pedagógico do curso e respeitada a carga horária do professor e estudante, porém, as atividades em pesquisa não podem ser caracterizadas como campo de estágio.

⁴⁷ É importante elucidar que o estágio não-obrigatório como é caracterizado o estágio remunerado não pode substituir o estágio obrigatório, bem como deve ter o acompanhamento, supervisão direta tal como o estágio obrigatório (ABEPSS, 2010).

a 'resolução' da problemática das instituições para o encaminhamento rotineiro das tarefas delegadas, ao invés de propiciar ao aluno conhecimentos e experiências que solidifiquem sua capacitação profissional para o enfrentamento imediato e futuro das problemáticas presentes no cenário da ação profissional. (IAMAMOTO, 1998, p. 206).

Esses estágios se configuram como não obrigatório e sucumbem aos estudantes uma formação para atender ao mercado, o processo produtivo sobressai ao processo educativo da atividade de estágio e isso é ainda mais agravante quando esses estágios acontecem descolados do Serviço Social, ou seja, quando são contratados para exercerem inúmeras atividades.

As distorções no desenvolvimento dos estágios não obrigatórios e se constitui uma atitude por parte das instituições empregadoras voltada aos interesses próprios, é a lógica capitalista que impera também nos estágios (VASCONCELOS, 2009).

Estas atividades não poderiam ser definidas como estágio, uma vez que não apresenta caráter educativo nenhum, não contribui para a aquisição de competências, habilidades no âmbito do Serviço Social, somente atende às necessidades desse mercado de trabalho. As legislações vigentes e normativas sobre o estágio mencionam que este não estabelece qualquer tipo de vínculo empregatício. Por outro lado, quando o estágio remunerado em Serviço Social:

[...] garante a inserção discente no cotidiano da atuação de assistentes sociais, sob a supervisão destes(as) profissionais, esta atividade acadêmica pode proporcionar contribuição relevante para a formação profissional dos(as) assistentes sociais, ao possibilitar a ampliação do conhecimento acerca da profissão, pela aproximação com o trabalho de assistentes sociais em outras instituições e áreas, que soma à experiência do estágio obrigatório. (VASCONCELOS, 2009, p. 74).

O fato é que o direcionamento do estágio tanto na modalidade obrigatória e não obrigatória em Serviço Social é de responsabilidade das UFAs e para que se tenha o caráter pedagógico é necessária articulação entre os sujeitos envolvidos nesta atividade, bem como seja acompanhada “[...] da garantia de carga horária docente e da avaliação do campo de estágio para atender as necessidades educacionais.” (VASCONCELOS, 2009, p. 76).

Sob essa ótica, o estágio supervisionado deve ser efetivo e globalmente integrado ao conteúdo do curso, envolvendo o processo de ensino-aprendizagem pressupondo a integração dos componentes que subsidiam a formação profissional em todos os espaços que esse processo se concretiza (tanto nas UFAs, quanto nas unidades campos de estágio).

Outros desafios também perpassam o processo de supervisão de estágio; no âmbito da supervisão acadêmica os docentes na esfera privada são remunerados por hora/aula, tendo que reservar um espaço destas para a supervisão, que necessita ser adequado de forma que os encontros para supervisão quando realizadas em grupos e/ou individualmente aconteçam em horário compatível aos docentes e estagiários, constituindo, desafios do trabalho e da formação profissional.

Na supervisão de campo, as transformações no mundo do trabalho atingem substancialmente o cotidiano profissional do assistente social. Sua condição de trabalhador assalariado também é determinada pelas condições de precarização das relações de trabalho.

Essa situação dificulta a garantia da supervisão de estágio com atenção e dedicação merecida ao estagiário, enfim, o desenvolvimento da supervisão com qualidade. Tais condições precarizadas dizem respeito:

[...] redução das equipes, pela sobrecarga de trabalho, especialmente na esfera privada e no chamado “terceiro setor”. Soma-se a esse aspecto o fato do assistente social atuar majoritariamente no setor público- em especial, no campo das políticas sociais, que, marcadas pelo neoliberalismo, sofrem com restrições orçamentárias, por um lado; e, por outro, com ampliação do universo de usuários, e, por conseguinte, de demandas. (ORTIZ, 2016, p. 210).

De todo modo, é no processo de supervisão de estágio (de campo e acadêmica) que estas situações que permeiam o trabalho profissional podem ser problematizadas com os estagiários, os limites, possibilidades e potencialidades do exercício profissional também fazem parte do processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, a relação entre os sujeitos envolvidos no processo de supervisão de estágio imbricados também na dinâmica das relações sociais, deve ser de complementaridade.

Nesta perspectiva, a supervisão de estágio é essencial à formação do estudante de Serviço Social, que resgata e possibilita a passagem de uma “[...] consciência teórica para uma consciência crítica.” (ANDRAUS, 1996, p. 17 apud LEWGOY; SCAVONI, 2002, p. 1).

Na supervisão de estágio utiliza-se um conjunto de métodos e técnicas que visam a obtenção de conhecimentos teóricos e práticos, éticos, políticos, técnicos e operacionais específicos e necessários ao desempenho das atribuições profissionais.

Neste processo de supervisão encontra-se o objetivo de acompanhar o estudante no desenvolvimento e análise crítica da relação teoria-prática. Dessa forma, é preciso saber qual o perfil de profissional que se quer formar, a direção teórico-metodológica e ético-política.

A supervisão de estágio (de campo e acadêmica) é uma atividade pedagógica que através da dimensão investigativa da profissão pode ser orientada pela:

[...] pedagogia da pergunta, estimulando a indagação e a problematização, para que o aluno-estagiário possa desvelar, analisar e interpretar sua prática cotidiana [...]; pela “[...] pedagogia da participação, na medida que envolve diferentes atores[...] no processo de formação profissional[...] e pela pedagogia da possibilidade, na medida em que garante a vivência da diversidade, do inesperado, da pluralidade, do imprevisto e da criatividade[...]. (LEWGOY; SCAVONI, 2002, p. 8).

É deste modo, que a supervisão de estágio poderá acontecer numa perspectiva dialética, como um processo de estimular, provocar, acompanhar e contribuir na capacitação dos estagiários para “[...] apreender na conjuntura, a particularidade do fenômeno com o qual trabalham, com a finalidade de analisar e encontrar o modo mais qualificado de operacionalizar a intervenção profissional.” (GUERRA, BRAGA, 2009, p. 5).

4.2 Supervisão de Estágio em Serviço Social nas Legislações e Normativas Vigentes

Após a aprovação da Resolução CFESS n. 533/2008 e da Política Nacional de Estágio da ABEPSS de 2010, houve um adensamento das discussões alavancando as publicações acerca da temática estágio e supervisão de estágio em Serviço Social, sendo estes instrumentos legais, compreendidos principalmente como forma de combate à precarização da formação profissional.

No bojo da operacionalização e direção ética do exercício da supervisão de estágio, destacamos a Lei de Regulamentação da Profissão, Lei n. 8.662/1993, que traz em seu artigo 5º, inciso VI que se trata de uma “atribuição privativa do assistente social”.

Isso significa que somente o assistente social possui conhecimentos fundamentados teórica, ética e politicamente no cerne da profissão para exercer a supervisão de estagiários em Serviço Social.

No Código de Ética de 1993 no artigo 4º, alínea e, traz que é vedado ao assistente social “[...] permitir ou exercer a supervisão de aluno de serviço social em instituições públicas ou privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao aluno estagiário.” (CFESS, 1993).

Neste processo de contrarreformas inclusive as reformas trabalhistas em curso é preciso que as UFAs e os CRESS fiquem atentos nas formas de contratação ou não de assistentes sociais nas diversas instituições empregadoras e que terá rebatimentos diretos na

oferta de estágio supervisionado nesses espaços, pois se o exercício profissional não estabelece vínculo empregatício, este profissional não pode exercer a supervisão de estágio.

Da mesma forma equivale para trabalhos voluntários exercidos por assistentes sociais, que embora precariza ainda mais as condições de trabalho, desvaloriza a profissão é uma realidade que não se pode negar.

Nas Diretrizes Curriculares, o estágio supervisionado é atividade indispensável e integradora do currículo, concebido como:

[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Essa supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética Profissional (1993). O estágio supervisionado é concomitante ao período letivo escolar. (ABESS, 1997, p. 71).

As Diretrizes evidenciam a importância da supervisão direta através da indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica no processo da atividade de estágio. Aqui cabe uma observação: a supervisão acadêmica já era prevista na operacionalização da atividade de estágio supervisionado a partir das Diretrizes Curriculares de 1996, mas, a partir do estudo bibliográfico e de campo observamos que somente a partir da elaboração da PNE pela ABEPSS é que alguns cursos de Serviço Social buscaram implantar a supervisão acadêmica.

Em contrapartida, segundo relato da coordenação de curso da UNITAU, outra UFA que compõe a nossa pesquisa, a supervisão acadêmica sempre existiu no curso de Serviço Social, ou seja, desde a criação do curso de Serviço Social e encontra-se materializada no Projeto Pedagógico do Curso:

O Curso de Serviço Social da UNITAU tem 50 anos. Tenho conhecimento de que historicamente o Curso sempre ofereceu estágio e supervisão acadêmica [...] A revisão do projeto político- pedagógico do Curso de Serviço Social da UNITAU realizada no ano de 2003 buscou atender os parâmetros da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. A materialização da supervisão acadêmica no Projeto político- pedagógico do curso ocorre mediante sua inserção no "Núcleo dos fundamentos do trabalho profissional". A disciplina é ofertada a partir do 5 semestre, tendo como fundamento a Resolução CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008 que

regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social (LEI Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008) e a Política Nacional de Estágio - PNE da ABEPSS de 2010. Antes mesmo da implantação da PNE em 2010, já dividíamos as turmas de supervisão acadêmica em virtude das especificidades dessa disciplina e dos desdobramentos da articulação teoria e prática e demais aspectos que a envolve. No entanto, lamentavelmente neste ano de 2017 a administração superior exigiu que a disciplina fosse ministrada por apenas um professor alegando dificuldades financeiras decorrentes da crise econômica no país e na região e também pelo fato de terem poucos estudantes. (CC 1, 2017).

É perceptível o compromisso de estruturar a formação profissional e com ela a supervisão acadêmica de estágio polarizada às orientações político-pedagógicas e normativas do Serviço Social, no entanto, a conjuntura imperante recai nos cursos de Serviço Social.

A redução de carga horária de professor, realidade esta das UFAs privadas que nos cursos semestrais há insegurança, pois cada semestre pode haver redução de custos que corrobora na diminuição de hora/aula do docente, dada sua condição de horista, precarizando tanto as condições de trabalho, como sua vida enquanto trabalhador e a formação profissional do estudante.

Há desafios encontrados pelos cursos de Serviço Social para implantar as Diretrizes Curriculares em sua totalidade e/ou para mantê-las, assim como a compreensão por parte da categoria profissional na forma como operacionalizar o estágio em suas UFAs.

Este é um dos indicativos este apontado na pesquisa avaliativa das Diretrizes Curriculares realizada pela ABEPSS culminando numa necessidade de se criar diretrizes, parâmetros para a atividade de estágio supervisionado em Serviço Social, resultando posteriormente na elaboração da PNE.

Nos anos 2000 há o acirramento nas discussões sobre a atividade de estágio e supervisão em Serviço Social com o contexto adverso e avassalador da precarização da formação e trabalho profissional do assistente social, advindo do crescente número de cursos de Serviço Social na esfera privada e principalmente na modalidade do ensino à distância.

Como forma de enfrentamento a essa realidade no âmbito do Serviço Social, temos a aprovação da Lei Federal de Estágios, Lei n. 11.788 de 25 de setembro de 2008 que preconiza a indissociabilidade entre estágio, supervisão de campo e supervisão acadêmica. Posteriormente, a aprovação da Resolução do CFESS n. 533 de 29 de setembro de 2008 e no ano de 2010 a Política Nacional de Estágio da ABEPSS.

A Resolução n. 533 de 29 de setembro 2008 foi publicada no Diário Oficial da União em 1º de outubro de 2008. Essa resolução objetiva o enfrentamento das lacunas postas a

atividade de estágio supervisionado inerentes ao processo de formação profissional do assistente social.

A Regulamentação da Supervisão Direta de Estágio é válida e significativa à medida que visa à qualidade do estágio supervisionado, reportando aos supervisores de campo e acadêmico às responsabilidades da supervisão sistemática, numa ação planejada e amplamente discutida, o que pressupõe “[...] a indissociabilidade entre teoria e prática ao reafirmar a necessária relação de cooperação e intercâmbio entre essas duas instâncias de formação no processo de construção do estágio.” (BOSCHETTI, 2007, p. 12).

Nesse sentido, a Regulamentação da Supervisão Direta de Estágio procura consolidar o que preconiza o Código de Ética de 1993, a Regulamentação da Profissão acerca do estágio supervisionado.

Aponta também as responsabilidades das instituições para oferta da atividade de estágio supervisionado, a saber: “[...] espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, dentre outros requisitos [...]” (CFESS, 2008, p. 3).

Esta Resolução indica também o limite máximo de estagiários por supervisor de campo que não deverá exceder um estagiário para cada dez horas semanais de trabalho do assistente social.

A supervisão direta de estágio na presente Resolução é concebida como:

Parágrafo 1º. A conjugação entre a atividade de aprendizado desenvolvida pelo aluno no campo de estágio, sob o acompanhamento direto do supervisor de campo e a orientação e avaliação a serem efetivadas pelo supervisor vinculado a instituição de ensino, resulta na supervisão direta.

Sendo assim, ela apresenta as atribuições dos supervisores de campo e acadêmicos, a necessidade de construção do plano de estágio; penalidade às UFAs no descumprimento de tal Resolução, inclusive de não cumprimento da supervisão direta de estágio.

Cabe aos supervisores de estágio o “[...] dever de avaliar, acordar e planejar conjuntamente as atividades inerentes ao estágio, estabelecendo o cronograma de supervisão sistemática e presencial que deverá constar no plano de estágio.” (LEWGOY, 2016, p. 142).

Concordamos com as prerrogativas da Resolução, principalmente no quesito da supervisão direta e a necessidade de contato direto entre os sujeitos envolvidos na atividade de estágio supervisionado em Serviço Social, mas, a realidade mostra que esse ainda continua sendo um desafio na operacionalização do estágio e da supervisão nas UFAs, recaindo em

ações burocráticas, contatos esporádicos, assim como relata os participantes de nossa pesquisa:

Devido a distância entre supervisores acadêmicos e de campo, a relação entre esses profissionais é de forma burocrática, através do Plano de Estágio do aluno estagiário, e assinaturas de outros documentos, já a relação com o estagiário acontece frequentemente, a supervisão acadêmica ocorre de forma quinzenal, pautam em esclarecimento de dúvidas, discussões da prática vivenciada e reflexões. (ES 1,2017).

Percebe-se na fala acima que a relação entre supervisor de campo e acadêmico não acontece, ou seja, o contato, o diálogo, recaindo apenas na formalidade e no cumprimento das tarefas burocráticas no que tange aos documentos de estágio, colocando somente à UFA a responsabilidade do aprendizado teórico-prático do estudante e reflexões das experiências vivenciadas no campo de estágio via supervisão acadêmica, assim, como complementa a supervisora acadêmica:

Olha, principalmente acontece pelo próprio estudante né? Porque é ele quem trás aquela realidade que está vivendo a partir inclusive da supervisão de campo, e ao mesmo tempo também ele leva as nossas reflexões pro campo[...]a gente acaba ficando mais nessa relação mais com o aluno, que é o que vai fazer essa ponte entre o supervisor acadêmico e o supervisor de campo, então muitas vezes não só por ele, mas também por meio da documentação, né? Que tem os documentos que né? Relatório semestral que eles fazem, é... então tem...a forma aí de documentos e diretamente pelo aluno, o contato mais direto que eu acho que seria importante, mas infelizmente até pelas condições que a gente tem na universidade fica impossível, de a gente conseguir fazer, essa visita a campo, então fica dentro das possibilidades pra coordenadora de estágio fazer.(SA 2,2017).

Os vínculos entre ambas acontecem pelos trâmites burocráticos da atividade de estágio supervisionado. O hiato entre as UFAs e campo de estágio fica relegada mais uma vez ao estagiário que acaba se tornando o elo entre essas duas instâncias, confirmando a supervisora de campo e coordenadora de estágio:

Ambas as relações acontecem através do estagiário. O estudante se torna um elo entre o supervisor de campo e os demais envolvidos da universidade. Isto ocorre de acordo com minha realidade. A relação entre supervisor de campo e estagiário ocorre de forma positiva. (SC 1, 2017).

Procuramos valorizar a indissociabilidade entre o estágio, supervisão acadêmica e de campo em uma ação planejada, sistemática e avaliativa do processo de ensino-aprendizagem do estudante, ou seja, conhecendo e refletindo com os estagiários a realidade profissional nos campos de estágio,

reconhecendo os limites e possibilidades das respostas profissionais nas diferentes organizações no enfrentamento das expressões da “questão social”. A aproximação sistematizada com os supervisores de campo é realizada semestralmente através da coordenação de estágio e de um fórum de supervisores onde a troca de experiências é realizada e são discutidos aspectos relacionados ao campo de estágio. (CE1, 2017).

Neste depoimento, a coordenadora de estágio traz a importância da indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica, mas, cotidianamente não acontece, concebendo essa indissociabilidade nos processos reflexivos com o estagiário, mas os sujeitos supervisor de campo e acadêmico não participam efetivamente desta relação.

Nesse sentido, o estagiário “[...] arca com as conseqüências das carências, da não integração entre as organizações [...]” (BURIOLLA, 2006, p. 84). Os contatos entre as instituições são esporádicas, também via supervisão acadêmica e quando identificadas situações não coerentes com o aprendizado do estagiário:

O supervisor acadêmico ele tem contato de todos os supervisores de estágio, supervisor de campo, tem todos os dados, telefone, e-mail, tudo, assim, por exemplo, se aconteceu alguma coisa muito séria no estágio, [...], mas enfim, então tem essa relação quando acontece alguma coisa grave, mas assim também, a todo o momento, é igual agora, esses dias é... acho que é o terceiro mês que começou um grupo de estudo que partiu da supervisão acadêmica, convidou a gente, os estagiários e o supervisor de campo pra fazer uns grupos de estudos, aí cada mês é uma temática, então assim, sempre tem esses contatos, seja por telefone em algumas situações, ou por e-mail[...] sempre tenta juntar, também em reuniões por semestre dos supervisores: acadêmico e o de campo, então é assim. (ES 2,2017).

A supervisão direta conforme preconiza a Resolução CFESS n533/2008, ou seja, a indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica é um constante desafio, conforme identificamos nos relatos da coordenadora de curso, coordenadoras de estágio e supervisora acadêmica:

De modo geral (e essa é a tendência) a relação entre esses agentes é permeada por desafios, dificuldades, mas também por conquistas [...] buscamos a aproximação do supervisor de campo, do supervisor acadêmico e do estagiário promovendo encontros, eventos e realizando contatos profissionais. Além de oferecer atendimento individual e grupal aos estagiários. (CC 1, 2017).

Dentro da realidade da UFA, ocorre apenas a relação supervisor acadêmico x estagiário e estagiário x supervisor de campo. Não há possibilidades concretas para a relação supervisor de campo x supervisor acadêmico, que são decorrentes da ausência de recursos materiais e financeiros destinados à este fim. (SA1, 2017).

É... Então, vamos falar a realidade mesmo como funciona então a relação do aluno com o professor, do professor com o aluno, no caso o supervisor acadêmico, é... uma relação que é próxima, é uma relação de acolhimento[...]Agora a relação do supervisor... supervisor de campo nesse processo, então...ela é mais difícil, eu entendo que ela não avançou muito não dentro do que o plano nacional da ABPESS de estágio propõe e coloca como a indissociabilidade entre supervisor de campo, acadêmico e aluno é... eu entendo que a gente precisa avançar muito nisso, por várias razões[...]a gente tenta uma aproximação com eles, mas a gente enquanto na condição também de trabalhador, enquanto coordenador de estágio, a gente não tem condições de fazer as tais visitas, que seria o ideal pra fazer nos campos de estágio[...]então, aquele trabalho preventivo de conhecer as áreas pra quem sabe até trazer o supervisor pra mais pra faculdade, e tudo mais, isso não existe, isso não existe, a gente faz reuniões com eles semestrais, mas assim, a presença é mínima, mínima, então se a gente tem vinte, trinta supervisores de campo, se aparecer oito é muito nas reuniões, e assim, o próprio plano de estágio que diz na política que é pra trabalhar, pra ser construído em três, não é construído em três né? É o aluno, o supervisor acadêmico explica como faz, reflete com ele um pouco de como elaborar isso, e o aluno é que faz e o supervisor de campo faz lá preenche a parte dele e pronto, não existe essa construção coletiva. Essa relação supervisor de campo aluno e supervisor acadêmico precisa avançar muito, muito, muito, muito, eu acho que ele ainda está ainda distante por “n” fatores. (CE 2, 2017).

Fica explícito que a relação supervisor de campo e acadêmico não existe, salvo em situações esporádicas e através de eventos promovidos pelas UFAs, sejam através de encontros, fóruns de supervisão, estratégias essas adotadas para se pensar o estágio supervisionado na formação profissional do assistente social, o que remete ao compromisso ético dos supervisores acadêmicos, coordenadores de estágio e coordenador de curso.

Estes espaços são vistos como troca de conhecimentos e forma de educação permanente; outras estratégias adotadas são também contatos via e-mail e por telefone, mas, que ainda não se efetiva conforme preconiza as legislações vigentes. Existe uma supervisão de campo e existe uma supervisão acadêmica, ambas acompanham o estagiário em seu processo de ensino-aprendizagem, entretanto, não se configura como supervisão direta de estágio conforme dispõe a Resolução CFESS n. 533/2008.

Identificamos também que o contato, acompanhamento do estagiário é contínuo, realizado pela supervisão de campo e acadêmica. Na supervisão acadêmica acontecem os processos reflexivos sobre o trabalho profissional, suas demandas e respostas, bem como a análise das manifestações da questão social.

Ao mesmo tempo, o estagiário é o único elo de convergência entre os supervisores, mas, que pode recair num aprendizado fragmentado, superficial e de cumprimento obrigatório de carga horária de estágio.

Se as atividades dos estagiários não são planejadas conjuntamente, as supervisões também não são programadas, se a UFA não conhece empiricamente o campo de estágio, se o supervisor de campo não conhece o conteúdo programático do curso, como garantir o processo de ensino-aprendizagem do estagiário condizente ao perfil proposto pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS?

Essas tensões pendem para um dos polos desta supervisão: a supervisão acadêmica. Ela não vai resolver os nós e dificuldades desta problemática, porém, “[...]ao curso de Serviço Social compete a primazia da responsabilidade do processo educacional, entendida em sua totalidade [...]” (BURIOLLA, 2006, p. 85).

Algumas situações expressas nas falas dos participantes de nossa pesquisa merecem atenção diz respeito à relação campo de estágio e UFA e a outra as condições objetivas para efetivação da supervisão direta de estágio, ambas intrinsecamente relacionadas.

Esses desafios são históricos. Podemos identificar essas contradições já nos estudos de Buriolla (1992), e demais estudos pertinentes a essa temática como vimos no capítulo anterior dessa tese. A autora traz que:

[...] a Unidade de Ensino efetua convênio com a Instituição Campo de Estágio, com o objetivo de assegurar o estágio como tal, reconhecido pela lei em vigor [...] há desinformação e de integração entre Unidade de Ensino e Campo de Estágio; existem Unidades de Ensino que não assumem “realmente” o estágio em todas as suas implicações, tornando-se um apêndice do curso [...]. (BURIOLLA, 2006, p. 17-18).

A relação entre essas duas instituições são formais, demonstrando apenas o compromisso e responsabilidade da supervisão de estágio e/ou aproximação como se fosse apenas da UFA. O processo de ensino-aprendizagem do estagiário não pode acontecer de forma isolada, por isso, na supervisão exige-se conhecimento das legislações e normativas que regem essa atribuição - ressaltamos que essa situação não aparece nos depoimentos acima, pelo contrário, há o reconhecimento inclusive da construção conjunta do plano de estágio pelos supervisores de campo, acadêmico e estagiário conforme expressa a PNE.

É necessário que o vínculo entre UFA e campo de estágio se estreitem, criar uma parceria efetiva do supervisor de campo, esta participação é imprescindível, não só pelo requisito legal, mas, pela exigência ético-política no alcance dos objetivos da formação profissional.

Portanto, o supervisor de campo não tem como atribuição apenas orientar e acompanhar ações dos estagiários numa dimensão técnica, como vinha sendo realizado, mas, deve também refletir e sistematizar as atividades

realizadas pelos alunos, articulando as dimensões técnicas, políticas e teóricas, em consonância com o que a profissão hoje se propõe. (LEWGOY, 2009, p. 106).

Por outro lado, é preciso considerar as condições objetivas para concretização da supervisão direta de estágio, que, como explícito nas falas das participantes da pesquisa, as UFAs, que são privadas, não oferecem recursos materiais para que as visitas aos campos de estágio se realizem, bem como decorre das próprias condições do trabalho docente que também são precarizadas, conforme podemos visualizar na fala de uma das coordenadoras de estágio:

[...] a questão é o seguinte, é ...hoje eu acumulo as duas funções, então eu sou coordenadora de estágio e supervisora acadêmica, e... então, e aí tem a parte toda administrativa e burocrática que tem a característica da coordenação de estágio e que a principal entendo que é inserir os alunos nos campos de estágio, olha que nós temos só duas turmas[...] quando eu não era coordenadora de estágio na verdade a gente tinha, e também a equipe era maior de professores também, isso é uma coisa que eu tenho que falar, porque o que acontece? A gente tinha reuniões entre o coordenador de estágio, e a equipe de supervisores acadêmicos, e nessas reuniões a gente discutia toda a dimensão pedagógica do exercício profissional mesmo de como a gente melhorar a disciplina, que conteúdos trabalhar, enfim, a gente tinha esse momento, a partir do momento que foi diminuindo a equipe, que hoje está reduzida[...]a nossa condição de trabalho está muito precária enquanto professor nessa universidade, e assim, nem reuniões nossa pra pensar o curso, pra pensar a relação dos alunos, enfim, a gente está assim, num momento que se a gente conseguir dar conta das atividades que tem que são atividades, aquelas atividades extras do curso mais o conseguir dar aula, já tá bom, infelizmente é isso[...]. (CE 2, 2017).

E completa a supervisora acadêmica:

[...] porque a forma com que a instituição vem fazendo pra esse momento na verdade, ela não está privilegiando a qualidade não é? Pelo contrário, a gente vive um momento de intensificação do nosso trabalho o que acaba tendo sim um impacto na qualidade, tem professor que dá aula de segunda à sexta-feira, e que ainda tem que pegar aulas aí em cursos de pós, final de semana né? Porque são as condições de trabalho e as formas de sobrevivência que a gente vai encontrando [...] teve um corte agora diminuiu inclusive no número de professores, aumenta o número de alunos, então isso eu acho que, eu avalio como um problema[...]. (SA 2, 2017).

Dadas essas condições impostas por uma lógica neoliberal, dificilmente se conseguirá efetivar a supervisão direta de estágio, contexto esse que assola a qualidade da formação profissional como um todo.

No âmbito da supervisão acadêmica, as condições objetivas englobam preparação das supervisões, visitas aos campos de estágio, reuniões com supervisores de campo e coordenação de estágio e de curso, leituras e orientações pedagógicas para construção das documentações pelos estagiários e avaliação do processo de ensino-aprendizagem, remuneração para a sistematização do todo da supervisão acadêmica.

No âmbito da supervisão de campo também é necessário considerar as condições para sua realização, como disponibilidade de tempo para preparação e realização da supervisão, leitura e orientações pedagógicas para construção das documentações pelos estagiários e avaliação do processo de ensino-aprendizagem, acompanhamento contínuo do estagiário no campo de estágio, participação nas reuniões de supervisão promovidas pela UFA, bem como conciliar a supervisão de estágio com as demandas cotidianas de trabalho.

A garantia da supervisão direta também é determinada pelas condições objetivas para sua realização/efetividade. Por isso, consideramos pertinente apresentar a realidade das UFAs pesquisadas no que tange à relação supervisor de campo, supervisor acadêmico e estagiário que se encontra no cerne da supervisão direta de estágio. Em tempos de precarização do trabalho profissional imposto por um processo de contrarreformas neoliberais, é pertinente que não se ignore tal realidade, mesmo reconhecendo que a Resolução CFESS n. 533/2008 é subsídio para a garantia da formação profissional com qualidade.

De todo modo, tanto UFA como campo de estágio precisam superar essas lacunas e propiciar ao estagiário um processo de ensino-aprendizagem que considere a análise crítica da realidade social e do trabalho profissional do assistente social nas instituições, tanto de ensino quanto nos espaços institucionais, bem como dos meandros que envolvem a atividade de estágio e supervisão.

Além disso, como vimos nos depoimentos dos participantes da pesquisa, a supervisão de estágio tem efetividade no âmbito da supervisão de campo e da supervisão acadêmica, entretanto, não existe uma relação entre elas, as atividades de estágio realizadas pelos estudantes não são planejadas em conjunto, “ferindo” o que preconiza a Resolução CFESS n. 533/2008 sobre a supervisão direta de estágio em Serviço Social.

Não concebemos que isso ocorra devido a uma infração ética ou pelo simples descumprimento de uma normativa, tal dificuldade de efetivar um acompanhamento direto, sistemático dos estagiários pelas UFAs pesquisadas está no cerne dos desafios impostos às condições objetivas para operacionalização da atividade de estágio, das quais não são disponibilizados recursos financeiros para tal, como transporte para realização de visitas aos

campos de estágio, remuneração de hora/aula para esse fim, responsabilidades essas dos supervisores acadêmicos de estágio.

No ano de 2010 tem a publicação da Política Nacional de Estágio da ABEPSS - PNE, caracterizada numa construção coletiva de sistematização do estágio supervisionado na luta pela formação profissional de qualidade.

A PNE articulada com demais discussões da categoria para enfrentamento do sucateamento da formação profissional, ampliação do ensino a distância, mercantilização da educação, o estágio visto como trabalho onde se tem a contratação de estagiários pelas instituições como mão-de-obra barata, a precarização do trabalho docente; ressaltando que na modalidade à distância, os estágios não tem acompanhamento conjunto dos supervisores de campo e acadêmicos,

[...] o que fragiliza a direção social do trabalho profissional pelos diversos referenciais teóricos dos assistentes sociais do campo; função acadêmica transferida para o tutor eletrônico e para o supervisor de campo, gerando confusão de atribuições [...]. (LEWGOY, 2009, p. 55).

Nesse sentido, a PNE preconiza uma formação profissional que caminha:

[...] na contra-corrente da colagem da formação profissional às leis do mercado, a formação deve dirigir-se para a construção de alternativas e estratégias profissionais que contribuam para a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Tal direção opõe-se à redução da formação ao mero desenvolvimento da racionalidade técnico-instrumental, o que exige do estágio supervisionado curricular, possibilitar experiências que ultrapassem o entendimento exclusivo das novas demandas do mercado de trabalho, ampliando os horizontes da formação do profissional com o desenvolvimento de competências técnico-operativas, compromisso ético-político e sustentação teórico-metodológica [...]. (ABEPSS, 2010, p. 10).

A PNE tem por objetivo oferecer parâmetros para a operacionalização da atividade de estágio nas UFAs de todo o país que deve estar em consonância com o projeto ético político profissional, uma vez que, para apreender o processo de formação profissional nos tempos atuais é preciso recorrer às transformações societárias tendo como pano de fundo o capitalismo imperante fazendo uma leitura crítica dessa realidade.

Traz a concepção de estágio obrigatório e não-obrigatório e que estes devem estar previstos nos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos; sinaliza os princípios norteadores do estágio: consonância com os princípios do Código de Ética Profissional; indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas; articulação

entre formação e exercício profissional; indissociabilidade entre estágio, supervisão de campo e supervisão acadêmica; articulação entre universidade e sociedade; unidade teoria-prática; interdisciplinaridade; articulação entre ensino-pesquisa-extensão.

Há orientações também quanto ao início do estágio: o estudante deve ter frequentado e/ou frequentar as disciplinas de ética e fundamentos históricos, teóricos, metodológicos I e II do Serviço Social para que consiga se posicionar diante das contradições postas nos espaços em que estará inserido, bem como compreender os fundamentos do trabalho profissional; o estágio deve ser ofertado a partir do 5º semestre do curso; assegurar disciplinas com a temática do estágio supervisionado, além de apontar que o estágio não seja realizado no mesmo local de trabalho do aluno e reforçar a necessidade de criação do Fórum de Supervisão em articulação com o CRESS e ABEPSS.

Uma questão relevante apontada na PNE é a necessária articulação do estágio com a pesquisa e extensão, mas, chama a atenção para que não se confunda o estágio supervisionado em si com tais situações, ou seja, estágio em extensão e estágio em atividades de pesquisa.

Segundo consta na PNE, os cursos de Serviço Social historicamente desenvolvem estágio em atividades de extensão como estratégia de aproximação com a realidade social. As atividades de extensão podem ser constituir como campo de estágio para os estudantes desde que conste devidamente no projeto pedagógico do curso de Serviço Social e respeitada a carga horária docente. Para que os projetos de extensão se constituam como campo de estágio é necessário:

- Explicitar objetivos e funções desempenhadas pelo Serviço Social em conformidade com artigo 4º e 5º da Lei que regulamenta a profissão;
- Indicar que os projetos e os planos de intervenção do estágio estejam articulados ao exercício profissional do serviço social, considerando a análise e apropriação crítica do contexto socioinstitucional;
- Que o docente envolvido na atividade de extensão assuma o processo de supervisão de campo, quando não houver outro assistente social devidamente registrado no conselho;
- Que não haja acúmulo nas funções de supervisor(a) de campo e supervisor(a) acadêmico(a). O(a) docente, ao assumir a função de supervisor(a) acadêmico(a) de um grupo de estudantes, não poderá acumular a função do supervisor de campo junto aos mesmos. (ABEPSS, 2010, p. 40).

É propício que as UFAs se atentem ao convalidarem o estágio supervisionado em Serviço Social nos projetos de extensão à comunidade a partir de convênios ou parcerias firmadas com as instituições públicas, privadas e principalmente com o terceiro setor, que comumente não constam em seus quadros de funcionários o profissional de Serviço Social,

considerando que as atividades desenvolvidas pelos projetos de extensão podem sucumbir à necessidade de contratação de assistente social, “[...] fragilizando ainda mais a os sistemas de concurso público para contratação e as relações de trabalho [...]” (ABEPSS, 2010, p. 39).

Por outro lado, as UFAs têm utilizado os projetos de extensão à comunidade como estratégia de garantia de campo de estágio para os estudantes, principalmente em tempos atuais com o excessivo número de estudantes advindos do ensino à distância que disputam vagas de estágio com os estudantes do ensino presencial.

Consideramos que os projetos de extensão à comunidade que se configuram como campo de estágio estiverem condizentes com as orientações político-pedagógicas da profissão, podem contribuir com o processo de ensino-aprendizagem do estagiário.

Em relação ao estágio em pesquisa, a PNE traz que esta não pode configurar como campo de estágio porque “a pesquisa se apresenta como eixo estruturante e transversal do processo de formação, devendo perpassar o trabalho profissional [...]” (ABEPSS, 2010, p. 40). O estágio precisa contemplar não só a dimensão investigativa, mas, também as dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa do trabalho profissional.

A PNE elenca as atribuições de cada sujeito envolvido na atividade de estágio como o estudante, supervisor de campo e acadêmico em consonância às legislações: Lei n. 11.788 de 25 de setembro de 2008, Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8.662/1993) e a Resolução CFESS n. 533 de 29 de setembro de 2008.

No que diz respeito à supervisão de campo, esta envolve “[...] o acompanhamento direto das atividades prático-institucionais do estudante pelo assistente social, nos campos de estágio.” (ABEPSS, 2010, p. 17).

O estagiário é um sujeito investigativo, cabe a ele “[...] conhecer e compreender a realidade social, identificando as relações de forças, contradições, construindo conhecimentos e experiências.” (ABEPSS, 2010, p. 23).

Em relação ao supervisor acadêmico, este é responsável pela busca de articulação dos conhecimentos teóricos ao trabalho profissional vivenciado no estágio, sendo realizada por um professor assistente social do curso (ABEPSS, 2010).

O supervisor acadêmico deve cumprir o papel de avaliador e orientador do estágio, direcionando os rumos teórico-metodológicos, ético-políticos, técnico-operativos do Serviço Social, relacionando-os à compreensão da realidade social.

É ele quem avalia as atividades desenvolvidas pelo estudante, porque é um procedimento didático-pedagógico de competência da Unidade de Formação Acadêmica.

O supervisor acadêmico e o supervisor de campo necessitam ter uma ação integrada, onde possam discutir as diretrizes e o percurso metodológico que orientam o processo de ensino, objetivando a qualificação/capacitação profissional do aluno-estagiário. (OLIVEIRA, 2003, p. 55).

Além desses sujeitos, a PNE reconhece a importância da Coordenação de Estágio em todas as UFAs, assim é indicada a necessidade de possuírem essa instância, pois é necessária uma esfera para gestar a política de estágio para que haja um direcionamento dessa atividade com qualidade, devendo essa instância trabalhar articulada à coordenação de curso ou departamentos das UFAs.

Outro aspecto relevante diz respeito à supervisão acadêmica que deve acontecer em grupos com no máximo 15 estudantes e ser dividido por áreas de atuação profissional, com a realização de no mínimo 3 horas/aula semanais.

O Serviço Social atua numa correlação particular de forças, sob a forma institucionalizada e, reiterando, isso não é diferente no âmbito das UFAs, por isso, a materialização dos objetivos da PNE está permeada por imensos desafios que embora prevejam a qualidade no processo de formação profissional do assistente social, pode-se indagar: a PNE possuirá legitimidade nas UFAs, principalmente as privadas?

Essa indagação surge a partir dos enunciados, das estratégias de operacionalização cotidiana da atividade de estágio supervisionado, os quais são apresentados como orientações e isso não corrobora para que se tenha força política e possibilidades de mudanças.

Sabe-se que na lógica do ensino superior há uma conformação de gestão vinculada aos interesses dos empresários e de um novo mercado objetivando o lucro através da “mercadoria educação”, o que desvincula da preocupação de uma formação profissional com qualidade.

Esses constituem desafios que recaem sobre as UFAs, porém faz-se necessário a articulação com o CRESS, ABEPSS, visando “[...] a construção coletiva de enfrentamento dos desafios presentes na implementação com qualidade dos estágios supervisionados e no desempenho da Supervisão Direta de Estágio [...]” (GUERRA; BRAGA, 2009, p. 550).

Refletimos que os desafios enfrentados cotidianamente pelos assistentes sociais docentes, especialmente de âmbito privado, que se apropriem do projeto ético-político da profissão e das Diretrizes Curriculares para o enfrentamento e defesa da “perversa” lógica empresarial consubstanciada do ensino superior.

Considera-se viável o encaminhamento de ordem jurídica e legal envolvendo o conjunto CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO para garantir a efetividade da PNE conforme debatido, construído e legitimado pela categoria.

Ao discorrer acerca das legislações que normatizam o estágio, tanto as gerais quanto as específicas do Serviço Social, percebe-se que as mesmas procuram qualificar os procedimentos efetivos à atividade de estágio supervisionado no tocante aos sujeitos envolvidos no processo de sistematização dessa atividade: UFAs, campo de estágio, supervisores (acadêmico e campo) e estudante.

4.3 Particularidades da Supervisão Acadêmica de Estágio em Serviço Social

Com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, a supervisão de estágio passa a ser legitimada e tratada de forma indissociável da atividade de estágio supervisionado em Serviço Social.

Aquilo que era uma das reivindicações da categoria profissional na década de 1990 presente nos estudos de Buriolla (1992) sobre estágio e supervisão em Serviço Social, no que diz respeito à supervisão também ser exercida por um docente do curso e não somente pelo assistente social no espaço institucional, passa ser orgânica com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Nesse sentido, há a recomendação que a “[...] supervisão de estágio seja feita por um professor supervisor e pelo profissional do campo através da reflexão, acompanhamento e sistematização [...]” (ABESS, 1997, p. 71).

Nesse sentido, a nomenclatura supervisão acadêmica aparece pela primeira vez no âmbito do Serviço Social nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Entretanto, ela tem ganhado destaque a partir da Política Nacional de Estágio também elaborada pela ABEPSS, com indicativos e orientações à categoria profissional, precisamente às UFAs para sua operacionalização, como vimos no item anterior.

A supervisão acadêmica revela sua particularidade frente à supervisão de campo, conforme já explicitado na introdução desta tese, o supervisor acadêmico busca articular os fundamentos históricos, éticos, teóricos, metodológicos e políticos da ação profissional, uma vez que há de se considerar o movimento do cotidiano institucional, em que se encontra o assistente social no campo. Dada essa particularidade, compreende-se a supervisão acadêmica

[...] como componente curricular, deve ser prevista na matriz curricular do curso, mas a operacionalização desta deve ser diferenciada das demais disciplinas do curso, sua dinâmica deve articular conteúdos teórico-

metodológicos e permitir espaços para o relato das atividades desenvolvidas pelos alunos, refletindo com os mesmos o fundamento das suas ações como futuros assistentes sociais. (TEIXEIRA, 2013, p. 6).

É um espaço de ensino-aprendizagem, de reflexão e enfrentamento das situações que permeiam o trabalho profissional, na construção de saberes, conhecimentos da profissão, visando à qualificação no processo de formação profissional do Assistente Social, bem como a efetivação do projeto ético-político da profissão (AMICUCCI; OLIVEIRA, 2014).

Através da análise do trabalho profissional nos espaços institucionais, o supervisor acadêmico quando percebe que o estagiário encontra dificuldade de fazê-lo, pode conduzi-lo ao exercício da passagem do abstrato ao concreto pensado da realidade do trabalho profissional.

Se a intervenção profissional não ultrapassou o campo da imediatividade também precisa ser refletido e criar novas possibilidades, que a partir da tríade singularidade-universalidade-particularidade permite a reconstrução do objeto de intervenção profissional. A categoria mediação pode instrumentalizar o supervisor acadêmico e estagiários para (re) pensarem o trabalho profissional.

Considerar a realidade enquanto totalidade implica compreendê-la como um complexo formado pelos níveis do singular, do particular e do universal.

Presencia-se neste ínterim, a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social como ato educativo que propicia a problematização, reflexão do trabalho profissional, assim como mediação, momentos que o supervisor acadêmico faz o caminho do singular ao universal, possibilitando a leitura crítica e modos de interpretar o real.

A supervisão acadêmica estabelece a mediação entre a formação e o trabalho profissional, mediação esta que está intrinsecamente relacionada a totalidade social, como possibilidade de respostas concretas para demandas sociais e institucionais que se encontram nas potencialidades e/ou limitações do trabalho profissional dos assistentes nos diversos campos de atuação profissional, e vivenciadas pelos estudantes através da atividade de estágio supervisionado.

Sob essa ótica pode-se considerar que a mediação é uma categoria teórico-prática dialética, e a partir da tríade singularidade-universalidade-particularidade permite a reconstrução do objeto de intervenção profissional, assim, a reconstrução das experiências profissionais já acumuladas.

Este movimento vai permitir a ultrapassagem da faticidade, com a recuperação das categorias históricas (concretas), conduzindo o agente profissional a uma compreensão relativamente próxima do movimento e constituição do objeto. (PONTES, 2010, p. 175).

A categoria mediação permite desvelar em que consiste a supervisão acadêmica na formação profissional dos estudantes de Serviço Social e por aproximações sucessivas desvelar sua contribuição, que num contexto adverso, permeado por contradições advindas de um sistema capitalista impõe limites e determinações no fazer pedagógico do supervisor acadêmico.

Ao mesmo tempo, é possível, no espaço da supervisão acadêmica, propiciar aos estagiários a compreensão da realidade da qual fazem parte, considerando a mediação numa dimensão reflexiva, permitindo "[...] conhecer o objeto e orientar a intervenção no mesmo [...]." (PONTES, 2010, p. 177).

É esta categoria dialética que irá instrumentalizar a ação profissional nos espaços profissionais mediatizados pelos complexos sociais. Considera-se que através do processo de supervisão acadêmica este caminho facilitado pelo supervisor conduzirá o estudante ao exercício da a passagem do abstrato ao concreto pensado da realidade do trabalho profissional.

Vale ainda mencionar, que esse movimento da realidade precisa ter sempre o método crítico dialético como "pano de fundo" teórico-metodológico para a leitura e interpretação desse processo.

4.3.1 Supervisão Acadêmica de Estágio em Serviço Social e o Debate sobre a Unidade Teoria-Prática

As considerações tecidas neste subitem dizem respeito ao debate da unidade teoria-prática a partir da atividade de estágio supervisionado em Serviço Social, trazendo o espaço da supervisão acadêmica para realização dessa problematização.

Assim como, a categoria teórico-metodológica da mediação fornece subsídios para análise e compreensão do trabalho profissional do assistente social, é na compreensão da importância da unidade-teoria prática que poderá efetivar as ações/intervenções na perspectiva do projeto ético-político profissional e na perspectiva da práxis.

O estágio permite aprofundar os saberes obtidos sobre a profissão e suas dimensões a partir da inserção dos estudantes nos campos de estágio, é possível ao estudante identificar

os conteúdos curriculares apreendidos em sala de aula e demais espaços da formação profissional com a realidade institucional, profissional, social e cotidiana do usuário do Serviço Social. Entretanto, essa afirmação tem se tornado um desafio na formação profissional e precisamente no processo de supervisão de estágio quando os estudantes dizem que na realidade teoria e prática não caminham juntas, reproduzem o usual jargão "na prática a teoria é outra".

Nos dizeres de Guerra (2010, p. 5), "[...] é preciso romper com as práticas sociais e profissionais conservadoras que buscam a reprodução do existente", problematizar o senso comum que faz parte de ações/intervenções profissionais ainda conservadoras e que "impedem" de vislumbrar que a teoria dirige o pensamento a mudança do real e a prática supera o existente. Desta forma: "[...] a teoria e a prática constituem aspectos inseparáveis do conhecimento e devem ser consideradas na sua unidade." (KEMEYAMA, 1995, p. 101 apud BATINI, 2009, p. 56).

O debate em torno da unidade teoria - prática perpassa à adoção de um referencial teórico crítico (marxista) e um método de análise sobre a realidade, o método dialético, que permita ir além do aparente, da imediaticidade das respostas profissionais cotidianas, bem como compreender que está na base dos fundamentos históricos, teóricos, metodológicos do Serviço Social os percalços de intervenções e posturas conservadoras, que lhe servem de explicação e orientação teórico-prática e ainda as bases históricas que fundam a sociedade burguesa e da dinâmica que esta influencia diretamente a origem, significado da profissão e como ela é hoje.

Na formação profissional esse debate é um entrave, por isso, consideramos que na supervisão acadêmica, por ser o espaço de ensino-aprendizagem do trabalho profissional a partir da atividade de estágio supervisionado, pode-se discutir justamente conteúdos atrelados à unidade teoria-prática com o que se vivencia nos campos de estágio.

Neste processo de supervisão encontra-se o objetivo de acompanhar o estudante no desenvolvimento e análise crítica da unidade teoria-prática no desenvolvimento de suas atividades nos campos de estágio.

Para este supervisor acadêmico precisa estar claro que o Serviço Social, historicamente, atua nas múltiplas refrações da questão social, conformadas na ordem social contemporânea e seus procedimentos técnicos são instrumentais vinculados a uma intencionalidade, que extrapola a requisição institucional, cuja demanda nos é colocada sem lapidação teórica e ético-política. Só a competência do profissional, pelo conhecimento teórico-metodológico é capaz de decifrar seu significado (GUERRA, 2010).

Ao longo do desenvolvimento de sua história e legitimação, os assistentes sociais têm enfrentado diferentes dilemas na profissão. Alguns, aos quais se podem chamar de “falsos dilemas”, estão atrelados às características próprias da profissão e decorrem de sua situação na divisão sócio-técnica do trabalho na sociedade contemporânea. São essas atividades, as de caráter burocrático, assistencial, pragmático, que conformam a profissão como uma prática eminentemente interventiva.

A ênfase nessas atividades tem traduzido em respostas profissionais fragmentadas, trabalhadas nos limites instituídos socialmente. Nessa perspectiva, o assistente social dificilmente tem uma visão totalizadora da problemática que enfrenta, não acionando, portanto, o seu potencial para modificar o seu modo de intervir e daí se discursa que teoria e prática não se relacionam.

Outros dilemas têm por base a perspectiva de que a teoria dá conta de explicar a realidade, mas não instrumentaliza a prática cotidiana do assistente social. Nessa ótica, é facilmente embutida a contradição de um discurso crítico e uma prática baseada no senso comum e ainda, a efetivação da relação dicotômica entre profissionais que “pensam” e profissionais que “fazem”.

A superação desta tensão vai demandar dos assistentes sociais a não mais pensarem no trabalho profissional em si, independentemente de seus fundamentos e de suas determinações.

Possibilita assimilar, ao nível da racionalidade, a necessária unidade da teoria - prática como determinantes complementares que incidem na ação particular dos profissionais, o que lhes vai possibilitar a garantia do movimento dialético pensamento/ação.

O desafio está em apreender e desvelar os limites e as possibilidades potenciais presentes na dinâmica da vida cotidiana profissional. Assim, para desencadear um processo de desvelamento do que se oculta nas práticas cotidianas dos assistentes sociais e, concomitantemente, apreender as possibilidades do “novo”, faz-se necessário a incorporação de um método de análise dos processos sociais, do objeto de intervenção profissional.

É o método dialético que possibilita o resgate e a reconstrução da ação cotidiana dos assistentes sociais, capturando suas determinações e seus nexos através de estudo reiterado e crítico da realidade social, além disso, permite ao profissional, extrair de seu objeto as suas múltiplas determinações (CRUZ NETO, 1994).

O trabalho profissional do assistente social acontece num contexto social complexo que abarca dificuldades, limites e o fato de que certas situações, circunstâncias, realidades não

são confortáveis, conformáveis, domáveis, o que implica em enfrentar desafios que não são simples, cuja ação vai requerer escolhas, diferentes conhecimentos.

Este trabalho profissional está imerso na complexidade da realidade, que é mutável e se caracteriza por um conjunto de ações. Segundo, (GUERRA, 2010) é necessário que se tenha uma visão dos processos sociais como totalidades que se compõem de vários aspectos e âmbitos e que possuem níveis diferentes de complexidade.

Uma leitura do real com essa amplitude necessita de teorias macroscópicas sobre a sociedade, as quais permitam que se apreendam tanto os elementos estruturais quanto conjunturais e as relações entre os vários elementos que compõem a realidade na qual estamos inseridos. Mais ainda, faz-se necessária uma teoria que permita perceber como os principais dilemas contemporâneos se traduzem nas particularidades do Serviço Social e se expressam nas requisições, competências e na cultura profissional (GUERRA 2010).

É nessa realidade complexa que o assistente Social vai desenvolver suas investigações e posteriores intervenções. Consideramos a intervenção profissional a expressão da prática social do assistente social que se materializa nos modos de realizar uma interposição consciente na realidade social; expõe as formas de conhecer, interferir, pensar, agir.

Intervenção, nesse sentido significa ser ou estar presente; implica um movimento de ações concretas, orientadas para alguma transformação social. Como dimensão privilegiada da prática profissional, objetiva-se em uma proposta de ação que articula pensamento e discurso. O constructo "pensamento e ação" não é unidade, mas relação.

Pensar acerca da realidade permite compreender que o exercício profissional do assistente social não se realiza isolado do real, que está imbricado na sua complexidade e contradição, pois está inserido numa sociedade capitalista, bem como o homem é sujeito histórico do real, e assim sendo, o profissional necessita, “[...] além de conhecer a realidade na sua complexidade, criar meios para transformá-la na direção de determinado projeto socioprofissional.” (PONTES, 2000, p. 43).

O grande desafio posto ao profissional de Serviço Social é desenvolver a capacidade de decifrar a realidade na perspectiva da práxis.

O conhecimento da realidade para Lukács é ontológica, porque tem sua própria existência, tem seu próprio sentido de constituir-se, esta, se apresenta como desafio ao Serviço Social.

Por isso, consideramos necessário discorrer sobre, porque é essencial no processo de supervisão acadêmica a sua reflexão, é na realidade que o assistente social intervém e constrói possibilidades de intervenção junto à população usuária.

Essa prerrogativa é vivenciada pelo estudante nos campos de estágio e precisa ser conhecida e problematizada para que se (re) construa os caminhos para uma intervenção pautada na práxis.

É desafiante fazer a leitura da realidade porque é preciso apreender a totalidade para compreendê-la e desvendá-la, uma vez que pode ser “[...] feito de interações reais e concretas entre os elementos, dentro do contexto da atuação ativa ou passiva da totalidade complexa.” (LUKÁCS, 1979, p. 38), o que significa pensar além da imediaticidade, ou seja, compreender as mediações, os determinantes de dado fenômeno, compreender a essência do fenômeno, que esse não se evidencia de forma imediata.

[...] em todas as verificações de fatos singulares, em toda reprodução ideal de uma conexão concreta, tem sempre em vista a totalidade do ser social e utiliza essa como metro para avaliar a realidade e o significado de cada fenômeno singular; uma consideração ontológico-filosófica da realidade em – si que não se põe acima dos fenômenos considerados, coagulando-os em abstrações, mas se coloca, ao contrário – crítica e autocriticamente -, no máximo nível de consciência, como o único objetivo de poder captar todo ente na plena concreticidade da forma de ser que lhe é própria [...]. (LUKÁCS, 1979, p. 27).

A história é importante para o conhecimento da realidade, que pode ser compreendida através da perspectiva da totalidade e sua relação com a complexidade social, considerando que “[...] a totalidade não é um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução mental do realmente existente.” (LUKÁCS, 1979, p. 28).

Realizar uma análise a partir da perspectiva da totalidade significa procurar compreender que o real é formado por inúmeros fatores que se entrelaçam, se autodeterminam e influenciam para que a realidade se apresente como é hoje.

Fatores, por exemplo, como o fato da sociedade estar fundada no sistema de produção capitalista, que não é apenas um sistema econômico, ele, na verdade, tem todo um aparato social, ideológico e político necessário a sua manutenção.

É no cotidiano, este espaço considerado restrito, que o homem pode se afirmar todos os dias, em cada atitude, enquanto tal. O cotidiano vivenciado é vinculado ao contexto histórico, político, econômico e social da época que se presencia.

Conceber ou não o real enquanto totalidade, não altera o fato dele se constituir de tal forma, ou seja, não determina a sua existência. Para Kosík (1997) a realidade é unidade do fenômeno e da essência, sendo que o fenômeno se apresenta imediatamente primeiro e com maior frequência. A essência não se manifesta diretamente, o fundamento oculto das coisas e deve ser descoberta através da ciência e da filosofia. Porém, tanto o fenômeno quanto a essência são realidade.

O mundo fenomênico não é simplesmente determinado pelo sujeito cognoscente, ele não é independente e absoluto, ao contrário, o fenômeno se constitui enquanto tal em relação com a essência; ela aparece mediada através dele, o fenômeno a indica e, ao mesmo tempo, a oculta, pois “[...] quando se trata do ser social, assume um papel ontológico da diferença, da oposição e da conexão entre fenômeno e essência.” (LUKÁCS, 1979, p. 25).

Na realidade social, do ponto de vista da totalidade, cada fenômeno deve ser compreendido como um momento do todo, tomá-lo separadamente do complexo é torná-lo uma abstração. Tal como afirma Lukacs (1979, p. 46):

Com efeito, o caminho que Marx pretende percorrer – do abstrato até a totalidade concreta e finalmente tornada completamente visível – não pode partir de uma abstração qualquer. [...] E isso porque, considerado isoladamente, qualquer fenômeno pode – uma vez transformado em elemento por meio da abstração – ser tomado como ponto de partida; só que em tal caminho não levaria jamais à compreensão da totalidade.

O mesmo ocorre ao falar do real sem se remeter aos fatos, consciências, relações que os constituem. Considerar realidade enquanto totalidade implica compreendê-la como um complexo formado pelos níveis do singular, do particular e do universal, níveis nos quais o real se movimenta: o que é singular pode se tornar particular, este pode se tornar universal e assim sucessivamente. É exatamente esse movimento dialético da realidade social entre os níveis que se denomina totalidade.

Evidencia-se que neste íterim, a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social como ato educativo deve propiciar a problematização, reflexão do trabalho profissional, fazendo o caminho do singular ao universal, dando ênfase à intervenção que particulariza o Serviço Social no âmbito das relações sociais.

No processo de supervisão acadêmica os estudantes apresentam dificuldades de perceber o movimento da realidade, das determinações do trabalho profissional, do objeto de intervenção profissional e reproduzem que presenciam a dicotomia entre teoria - prática, bem como dissocia as dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas,

privilegiando somente da dimensão técnico-operativa com a preocupação de como fazer e se distancia dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão.

Nessa dimensão a ação profissional não se realiza na perspectiva da práxis. Compartilha-se da seguinte afirmação presente (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007) que só há oposição entre teoria e prática quando há a presença do senso comum, onde se realiza o praticismo, isto é, a prática realizada sem a teoria.

Nessa perspectiva, deve-se necessariamente falar de unidade teoria-prática porque elas se relacionam onde “[...] a prática é fundamento da teoria, já que determina o horizonte de desenvolvimento e progresso do conhecimento” bem como a “[...] teoria determina a prática real e efetiva.” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007, p. 257).

Teoria e prática dependem uma da outra e são importantes para o direcionamento da ação profissional cotidiana do assistente social e para que num processo reflexivo possa buscar o desvelamento do real.

A dicotomia entre teoria-prática é um dos desafios enfrentados na efetivação da atividade de estágio, como afirma (BURIOLLA, 2006, p. 42) nas universidades se “[...] prioriza a transmissão do saber teórico em detrimento da formação do aprendizado técnico-prático”.

Subordina-se a prática à teoria”, bem como é de responsabilidade da unidade campo de estágio dirigir “[...] a formação profissional atrelada unilateralmente para o agir, descartando a formação para o pensar, o refletir, o inovar e o recriar.” (BURIOLLA, 2006, p. 42).

Nesse sentido, consideramos que a supervisão acadêmica é a síntese da atividade de estágio e mediação para a formação do conjunto de competências e habilidades teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas dos estudantes de Serviço Social.

Busca-se dessa maneira, através da supervisão acadêmica formar profissionais dotados de competência, com perfil crítico, capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o conhecimento e transformação da realidade social, embasados teórico-metodologicamente numa teoria social crítica com adoção do método dialético, tal perfil está parametrado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

A partir dos elementos presentes no projeto de formação profissional, evidenciamos que os seus princípios, pressupostos perpassam a sistematização da supervisão acadêmica e direciona mais uma vez para o processo reflexivo do trabalho profissional com criticidade, além disso, para que o estudante consiga na perspectiva da práxis (re) pensar, (re) reconstruir

a profissão na concretude do real, no concreto pensado, a partir de suas múltiplas determinações.

Dada a complexidade da realidade, exigem-se profissionais que não apenas respondam as suas demandas, mas que as compreendam os seus significados sociais e que pela sua intervenção lhes atribua novos e mais críticos significados.

Uma das tarefas do supervisor acadêmico é formar profissionais, críticos, reflexivos, que consigam trabalhar cotidianamente articulando as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão e que consigam estabelecer uma relação de unidade teoria-prática em seu cotidiano profissional.

É preciso analisar, mesmo que brevemente, o que se entende por tais dimensões, já que estas devem ser trabalhadas de forma articulada no processo de supervisão acadêmica para que o estagiário apreenda o complexo da totalidade do trabalho profissional.

Importante mencionar que a dimensão investigativa da profissão é transversal à formação e trabalho profissional. Ela também se faz presente na atividade de estágio supervisionado e na supervisão acadêmica através dos processos reflexivos sobre o trabalho profissional.

Entretanto, compreendemos que é necessário refletir sobre a indissociabilidade das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e supere a informação de que no estágio se aprende o "fazer profissional", restringindo o aprendizado somente a dimensão técnica do Serviço Social.

Pensar o exercício profissional a partir destas dimensões leva a compreensão do significado social da ação profissional, através da teoria e realidade, teoria - prática para que a intervenção profissional se constitua como finalidade objetiva.

Para isso deve-se ultrapassar e/ou considerar que a intervenção vai além de manuseios de instrumentos e técnicas, precisa ser considerado a qualificação dessa intervenção e ter direcionamento do projeto ético-político profissional.

A dimensão teórico-metodológica da profissão refere-se ao processo de investigação e análise da realidade social e suas demandas à luz de uma teoria social; a dimensão ético-política permite avaliar as prioridades, alternativas da ação profissional, guia-se pelos valores e finalidades e avalia as conseqüências dessa ação, além das condições objetivas e subjetivas do trabalho profissional.

Ressalve-se que a dimensão técnico-operativa precisa ser dotada de intencionalidades e perpassada pela dimensão ético-política e encontra-se respaldada na dimensão teórico-metodológica que norteia a compreensão dos limites e possibilidades da intervenção

profissional, pois é no movimento contraditório da realidade social que o exercício profissional faz parte.

Reduzir a dimensão técnico-operativa do Serviço Social ao manuseio de instrumentos e técnicas conduz somente ao alcance dos interesses institucionais. Para que a intervenção profissional ocorra e o assistente social consiga responder as demandas institucionais e sociais, já que está inserido na divisão social e técnica do trabalho e faz parte da especialização do trabalho coletivo, ele necessita, segundo (GUERRA, 2013) de fundamentos teóricos-metodológicos, conhecimentos e saberes interventivos, habilidades técnico-profissionais, procedimentos teóricos-metodológicos, uma perspectiva ética. Assim, a sua intervenção é atribuída um caráter político.

Quando a ação profissional é realizada de forma imediata, a dimensão técnico-operativa é mobilizada porque responde instrumentalmente às demandas apresentadas, o que pode obscurecer a legitimidade da profissão (GUERRA, 2013).

A dimensão técnico-operativa possibilita ao assistente social legitimar o ethos profissional, bem como uma cultura que envolve objeto, objetivos, valores, racionalidade, técnicas, instrumentos, conhecimentos, teorias (GUERRA, 2013).

Esta dimensão também é constituída por elementos como estratégias, táticas, conhecimento da realidade e dos procedimentos para operacionalização dos recursos técnico-organizacionais, como os instrumentos.

Os instrumentos e técnicas efetivam as finalidades profissionais como direção social de suas ações, que quando usadas com criticidade e de forma competente oferecem respostas, mas precisam estar articulados às demais dimensões da profissão.

Por isso, a necessidade no exercício profissional de articular a dimensão técnico-operativa com os questionamentos: sobre o que, como fazer, por que, para que e quando fazer.

Evidencia-se também que as demandas que chegam até o Serviço Social são de forma imediatas, sendo necessário o profissional ultrapassar essa visão imediatista, caso contrário operacionalizará os instrumentos de forma conservadora.

No cotidiano infere-se respostas imediatistas, ações pragmáticas que atendem às necessidades de mera reprodução individual, o que pode levar a adesão ao jargão que na "prática a teoria é outra, pois o cotidiano não permite a reflexão dessa prática e essa não reflexão estabelece uma "[...] distância entre a elaboração teórica e a intervenção profissional." (GUERRA, 2013, p. 54). É importante mencionar que toda ação é guiada teleologicamente por uma teoria, seja ela conservadora ou crítica.

No cotidiano profissional também se operacionaliza as políticas sociais que podem potencializar ou limitar sua ação profissional, dada as suas características de ser fragmentadas, seletivas, moldando a intervenção profissional com ações pontuais, pragmáticas, instrumentais.

Nesse âmbito, a dimensão técnico-operativa fica relegada ao cumprimento de normas, regulamentos, ou seja, para atender os objetivos institucionais. Ao mesmo tempo em que o cotidiano condiciona a ação profissional, pode-se superá-lo através da análise e reflexão da situação concreta dessas demandas.

Atrelada a essa afirmação, a dimensão teórico-metodológica capacita e guia aos profissionais para interpretação desse cotidiano à luz de uma teoria social, aqui reporta-se a teoria social crítica, uma vez que ela permite visualizar esse cotidiano alienado, instrumental, direcionando aos profissionais para a sua superação, bem como na construção de estratégias profissionais frente às demandas sociais e institucionais.

Na outra posição, há a dimensão ético-política que embora perpassa a subjetividade do profissional, vai permitir trabalhar na direção dos interesses das demandas sociais, na luta pela garantia dos direitos da população, bem como na orientação, no diálogo, na construção conjunta entre profissional e população de possibilidades para resultados positivos nas intervenções, além disso, existem os princípios éticos que proporcionam a lembrança de qual direção precisa ser seguida nesse cotidiano profissional.

Com essas reflexões pode-se afirmar que o supervisor acadêmico precisa estabelecer a relação entre essas dimensões a partir dos conteúdos trabalhados na supervisão acadêmica, embora o trabalho profissional aconteça numa dada realidade que é dinâmica e mutável.

Se num certo momento discute com o estagiário determinada intervenção profissional, é preciso que se reflita que esta teve uma fundamentação teórica, um modo de ler e interpretar o real(dimensão teórico-metodológica); para essa intervenção foram utilizados instrumentos e técnicas, seja uma entrevista, visita domiciliar, orientações, a escuta, encaminhamentos, estratégias, táticas porque houve um objetivo a ser alcançado (dimensão técnico-operativa) e que essa intervenção teleologicamente realizada tinha um público-alvo, uma direção social, uma demanda específica, ou seja, a luta pela garantia de direitos de uma população que chega até o Serviço Social e que são esclarecidas, orientadas, estabelece um diálogo na perspectiva da emancipação humana e social (dimensão ético-política).

Reitera-se, portanto, que não se pode trabalhar tais dimensões de forma dissociadas e no processo de supervisão acadêmica isso precisa ficar evidente.

A Política Nacional de Estágio da ABEPSS-PNE de 2010 traz como um dos princípios para nortear a realização do estágio no Serviço Social, na perspectiva de preservar importantes dimensões do processo formativo a:

[...] indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que deve ser garantida na experiência de estágio, evitando a tendência de autonomização da dimensão operativa em detrimento das demais, especialmente quando se trata da vivência no campo ou da supervisão de campo. (ABEPSS, 2010, p. 13).

A supervisão acadêmica de estágio é intrínseca ao trabalho profissional e exige dos supervisores habilidades e competências para decifrar a realidade social e todo o seu movimento e a “[...] a forma de conhecer o modo de ser dos fenômenos sociais que compõem o real processa-se mediante aproximações sucessivas ao movimento do objeto (real).” (PONTES, 2000, p. 39).

A falácia de que na prática a teoria é outra e/ou que há dicotomia entre teoria-prática precisa ser superada, uma vez que essas afirmações estão permeadas por um discurso conservador.

Pela aproximação com o marxismo, o Serviço Social brasileiro a partir das Diretrizes Curriculares da ABPESS, preconiza um perfil profissional crítico, capaz de interpretar, apreender a realidade social na sua contraditoriedade e complexidade. Com isso, esse perfil profissional precisa acompanhar as mudanças estruturais, societárias engendradas por um sistema capitalista que condiciona a vida em diversas dimensões.

É notório que no processo de formação profissional e a partir da supervisão acadêmica isso se constitui num desafio, mas, o supervisor acadêmico deve propiciar o olhar investigativo desse estudante para a (re)construção do objeto de intervenção profissional e o estudante precisa (re) construir conhecimento a partir da totalidade que envolve o trabalho profissional.

4.3.2 Dimensão Pedagógica da Supervisão Acadêmica de Estágio em Serviço Social

A supervisão acadêmica é uma atividade educativa que possui intencionalidades, embasada numa perspectiva de educação para que se possa vislumbrar a formação de sujeitos pensantes, críticos na busca por outra sociabilidade.

O ato de educar é complexo. O êxito do ensino não depende tanto do conhecimento do professor, mas da sua capacidade de criar espaços de aprendizagem, vale dizer, “fazer aprender” e de seu projeto de vida de continuar aprendendo (GADOTTI, 2003, p. 41).

Nesta concepção supervisores acadêmicos não podem atuar de forma técnica, mas através de uma pedagogia dialética que leve ao estagiário a experiência da reflexão, da criticidade; devem ser construtores do saber, valorizem o saber adquirido pelo estagiário no processo da formação profissional proporcionando a autonomia deste. Que a supervisão seja um espaço de criação, que compartilhem experiências significativas e tenha direção para processos emancipatórios.

Compreendemos que o pedagógico diz respeito à problemática que envolve a educação na sua totalidade e historicidade, e ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa.

O pedagógico refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos socio-políticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas de cunho sistematizador dessa ação (LIBÂNEO, 1998).

Partimos da concepção de educação respaldada na perspectiva gramsciana, que deve elevar do senso comum ao bom senso, é uma elevação da consciência humana para que não se forme profissionais com práticas mecanicistas.

Concordamos com essa perspectiva na medida em que no âmbito da formação profissional e no processo de supervisão acadêmica, os educadores (docentes supervisores acadêmicos) possam contribuir na elevação do senso comum dos estudantes, que a partir do conhecimento científico adquirido tem condições de refletir e criticar a realidade vivenciada por eles nos campos de estágio, articulando as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, bem como a unidade teoria-prática.

A função pedagógica do trabalho profissional dos assistentes sociais visa processos formadores de cultura, uma nova cultura no sentido da busca da criticidade, consciência política dos projetos societários em disputa (ABREU; CARDOSO, 2009).

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer, transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral (GRAMSCI, 1982).

Sabemos que todo ser humano tem uma cultura e forma-se uma visão de mundo, mas, a partir de um processo reflexivo porque é nesse âmbito que o processo de ensino-

aprendizagem acontece, é possível construir conhecimentos acerca da realidade social e suas contradições.

As ideias de Gramsci (1982) contribuem para compreendermos acerca dos intelectuais orgânicos que estão intimamente imbricados nas relações sociais, tal como os assistentes sociais (SEMERARO, 2006).

Gramsci (1982) afirma que esse intelectual deve ser um construtor, organizador, educador permanente. O intelectual orgânico é aquele que:

[...] além de especialistas na sua profissão que os vincula profundamente ao modo de produção de seu tempo, elaboram uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam[...]. (SEMERARO, 2006, p. 135).

Nesta relação pedagógica desenvolve-se o processo de significação da existência humana. São nas relações pedagógicas entre supervisores de campo, acadêmicos, intelectuais orgânicos por excelência, que acontece a problematização do trabalho profissional, mas na direção de processos emancipatórios que elevem a consciência crítica do estudante de Serviço Social sobre o processo desta totalidade social.

A supervisão acadêmica se direciona para processos emancipatórios, sendo o norte na ação profissional, assim como já estabelecido no projeto ético-político profissional. Fazer a crítica da realidade social, pois a emancipação é condição humana e política para outra sociabilidade.

Viana (on-line) menciona que a emancipação não se refere apenas ao indivíduo como entidade isolada, mas, fundamentalmente como um ser social. Ela é pressuposto da democracia e se funda na formação da vontade particular de cada um, tal como ocorre nas instituições representativas.

A emancipação é a formação para a autonomia, entretanto, ela só pode ser bem sucedida se for um processo coletivo, considerando que na nossa sociedade a mudança individual não provoca necessariamente a mudança social, mas, esta é pré-condição daquela. As atividades educativas devem contribuir, portanto, para o processo de formação e emancipação, contribuindo para criar condições em que os indivíduos, socialmente, conquistem a autonomia. (VIANA, 2005, [p. 10]).

Os valores autonomia, liberdade, conhecimento crítico são constitutivos do processo de emancipação humano-social e política, o que implica a visão da totalidade social das relações de opressão e das lutas de resistência por sua transformação (CIAVATTA, 2014).

A emancipação no sentido de alguma forma de libertação daquilo que oprime, somente se realiza no campo da história da vida humana. A "[...] emancipação, nesse sentido, supõe que o ser humano seja o sujeito artífice de seu próprio agir e que ele se liberte em todos os aspectos de sua vida." (CIAVATA, 2014, p. 13).

A classe trabalhadora precisa ter suporte que possibilite pensar sua condição, que seja fortalecida e reconhecida como sujeito político e coletivo na possibilidade de construir uma nova sociabilidade.

Essa necessidade precisa ser apreendida também pelo estagiário para que futuramente possa proporcionar enquanto profissional a consciência crítica da população que irá atender.

Aludimos a importância do supervisor acadêmico, enquanto educador, para viabilizar esse processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, a supervisão acadêmica deve ser estruturada numa perspectiva de trabalho participativo e sócio-educativo entre supervisores de campo/acadêmicos, estudantes, coordenadores de estágio e coordenadores de curso, abarcando as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas das atividades desenvolvidas nas mais diversas experiências do trabalho profissional. Nesta acepção, identificamos nas UFAs participantes da nossa pesquisa que o trabalho coletivo pode ser efetivado, conforme podemos visualizar nas falas seguintes:

Nesta UFA, acredito que este é um ponto bastante positivo. Há uma relação contínua, a coordenação de curso acompanha e integra todas as ações relacionadas ao estágio. Desta forma, estamos sempre articulados, pois, todos os planejamentos e avaliações das ações do semestre, acontecem por meio de uma construção coletiva, entre supervisores acadêmicos, coordenação de estágio e coordenação de curso (SA 1, 2017)

O planejamento e avaliação da supervisão acadêmica nesta UFA acontece entre as instâncias da coordenação de curso, coordenação de estágio e supervisor acadêmico, bem como, complementa a coordenadora de estágio 01 que dessa forma

[...] garante uma boa relação entre os mesmos. (CE 1, 2017).

Na visão da estagiária 01 a relação entre esses sujeitos acontece:

Por estarem próximos, a relação entre esses profissionais ocorre diariamente, acontece diálogo entre eles, são discutidos assuntos pertinentes ao estágio,

seus respectivos campos, buscando sempre melhorias para a supervisão acadêmica e dificuldades encontradas nos campos de estágio. (ES 1, 2017).

Percebemos que o fato de dividirem o mesmo espaço de trabalho cotidianamente facilita o contato direto entre esses sujeitos e através do diálogo é possível (re) pensar a supervisão acadêmica, inclusive a atividade de estágio supervisionado.

Instaura-se dessa maneira, um momento de interação, privilegiando as dúvidas, as contradições, questionamentos presentes no trabalho profissional baseado num processo participativo que envolve o planejamento, compromisso e avaliação das atividades desenvolvidas no campo de estágio.

Essa ponte para mim é muito fácil, eu tenho uma abertura muito grande com a universidade pra isso [...] Então pra mim até o contato com os alunos até eu recebo de braços abertos [...] mas é uma abertura muito grande até dentro da universidade, então pro que eu preciso, estão sempre disponíveis pra fomentar aquilo, fazer um trabalho em conjunto, ter a atualização de alguma coisa, tanto quanto eles também me procuram e sempre também estou aqui de braços abertos. (SC 2, 2017).

No depoimento de SC 2 percebemos que há o compromisso com a formação profissional e reconhece a importância de sua participação nesse processo, inclusive para realização de trabalhos em conjunto com a UFA, vislumbra-se uma parceria entre esse campo de estágio e a faculdade, o que tende a qualificar o processo de ensino-aprendizagem do estagiário, além disso, traz a perspectiva da educação permanente e a troca de conhecimentos.

Por outro lado, a relação entre supervisor acadêmico, coordenador de estágio e coordenador de curso também é permeada por desafios:

Geralmente a gente faz uma reunião pra supervisão de estágio no início do semestre, e aí é onde se pensa, os instrumentos de avaliação é a gente pensa qual é a direção que a gente vai dar. A partir também da conjuntura do curso, de como está nesse momento, por exemplo, a gente está com um problema que a turma não foi dividida esse semestre, então ficou só com uma professora, sobrecarregou bastante, então eu acho que é o momento da coordenação estar, ajudar com a dimensão pedagógica[...] é fundamental que tenha essa unidade desde o supervisor direto acadêmico, coordenador, e com a coordenadora do curso pra tentar qualificar a supervisão acadêmica[...]a reunião que a gente faz acaba sendo uma reunião inicial e depois a gente faz uma avaliação, também de como é que foi às vezes a gente tem algumas diferenças aí do ponto de vista de qual instrumento usar: caderno de campo, relatório de campo, como é que a gente vai fazer isso? Quantidade de exercícios que cada um vai dar, às vezes a gente tem algumas diferenças nesse sentido. Mas, o que a gente tenta a partir das nossas conversas da própria realidade, que às vezes até se combina de fazer numa direção, mas aí a realidade vai se impondo e vai impossibilitando e acaba

criando as nossas estratégias no campo da nossa autonomia, ali da supervisão acadêmica mais direta, que é a minha experiência, então é dessa forma. (SA 2, 2017).

É perceptível nesse depoimento que a conjuntura incide diretamente na forma de conduzir a supervisão acadêmica e a realidade por ser dinâmica também influencia, mas, que esta é considerada para esta processualidade. As reuniões de planejamento e avaliação acontecem, mas, pela realidade operante das próprias condições de trabalho docente não se enfatiza o caráter pedagógico.

Importante destacar também que na fala da supervisora acadêmica às vezes a relação entre os sujeitos é permeada por desafios e divergências quanto aos instrumentos a serem utilizados na supervisão acadêmica, atividades a serem realizadas, a discussão inclusive do conteúdo programático dessa supervisão, daí nessa dimensão, o diálogo devido às ações cotidianas se perde e aquilo que era no âmbito do trabalho coletivo se torna individualizado, sendo realizada de acordo com a experiência de cada supervisor acadêmico.

Tal situação também é relatada pela coordenadora de estágio 2:

[...] as reuniões pedagógicas se tornaram reuniões informativas, que é o chefe do departamento que puxa que faz e... então assim, essa relação, a relação ficou muito reduzida ao compromisso individual de cada um com a tua turma, de tocar a sua disciplina [...]. (CE 2, 2017).

Evidenciamos neste depoimento que as reuniões deixaram de ter caráter pedagógico e são informativas, o processo dialógico não acontece, os momentos de discussão, reflexão, planejamento sobre a supervisão acadêmica se reduz ao compromisso individual de cada docente.

A coordenação de curso nesse processo também é importante, principalmente para que as orientações político-pedagógicas para operacionalização da supervisão acadêmica sejam coerentes com o que está previsto no Projeto Pedagógico do Curso, entretanto, a ES 2 menciona que:

Então nessa... por exemplo, nessa área do estágio, eu vejo que a coordenadora do curso não tem muito... assim muita aproximação[...] claro que eu acredito que deve haver entre elas: a coordenadora do curso e a supervisão acadêmica. (ES 2, 2017).

O relato do coordenador de curso traz outros apontamentos:

Não consigo estabelecer uma relação muito próxima e sistemática com os supervisores de estágio, pois o trabalho é assumido pela coordenadora de supervisão acadêmica e de estágio. Eu tento participar das atividades propostas, mas devido à intensificação das minhas atividades docentes, nem

sempre consigo. Já com os estudantes/estagiários e supervisores acadêmicos é mais tranqüila e estou mais presente. (CC 1, 2017).

Pelo exposto, a intensificação do trabalho docente no cotidiano profissional é um agravante para realização de um trabalho coletivo para se pensar e planejar a supervisão acadêmica.

Vislumbramos que nesta UFA há o compromisso individual no sentido de qualificar a formação profissional, mas, o trabalho na perspectiva da coletividade precisa ser fortalecido.

Nesse sentido, o diálogo entre os sujeitos supervisor acadêmico, coordenador de estágio, coordenador de curso e também o estagiário, precisa ser iniciado para a sistematização da supervisão acadêmica e não em sua processualidade, se acreditamos numa concepção de educação libertadora:

[...] a sua dialogicidade, comece, não quando educador-educando se encontra com os educandos-educadores em uma situação pedagógica, mas, antes, quando aquele se pergunta em torno do que vai dialogar com eles. Esta inquietação em torno do conteúdo do diálogo é a inquietação em torno do conteúdo programático da educação. (FREIRE, 1987, p. 47).

As condições objetivas que envolvem o trabalho docente nem sempre viabiliza o contato direto entre UFA e campo de estágio e também os próprios docentes. Compreendemos que o ensino-aprendizagem deve acontecer numa relação direta entre os sujeitos envolvidos nesse processo numa perspectiva de troca de conhecimentos, de complementaridade, pois, “[...] ao processar-se envolve um tempo, envolve momentos, envolve o somatório de um conjunto de vivências, em um processo de sucessões cumulativas que nem sempre são previsíveis.” (BURIOLLA, 2006, p. 45).

A categoria diálogo presente nas obras de (FREIRE, 1987) traz sentido na relação entre supervisores de campo, acadêmicos, coordenador de curso, coordenador de estágio e estagiários, por considerarmos que ela propicia a transformação da realidade porque fortalece a dimensão política da profissão, uma vez que se pode trazer para discussão os embates e enfrentamento da categoria profissional frente às manifestações da questão social, construindo conhecimentos a partir da coletividade.

Segundo Pacheco Júnior e Pacheco (2009) o diálogo é o primeiro passo na construção deste processo, os saberes são construídos mutuamente numa relação de cumplicidade, respeito, alteridade, ética e descobertas. Identificamos essa situação na relação entre supervisor acadêmico e estagiário:

[...] é uma relação de acolhimento[...] Então ele vai além da sala de aula, então assim, a relação deve ser uma relação onde você construa esse vínculo, construa esse vínculo de afetividade com o aluno para que ele possa se sentir confiante de abrir, porque qual que é o receio também de trazer a demanda, então por isso que eu trabalho as relações de grupo aí com a turma, porque se não tiver uma relação de confiança, eles não abrem questões porque como aqui, deve ser em qualquer lugar, mas assim, quando ele abre, muitas vezes o grupo vai saber quem é o profissional, o grupo vai saber qual é a instituição porque eles né? Estão no estágio, então precisa ter uma relação muito de confiança entre: supervisor de campo, supervisor acadêmico, e aluno para que isso aconteça. (CE 2, 2017).

É pertinente o que uma das participantes da nossa pesquisa traz sobre a supervisão acadêmica enquanto espaço de acolhimento, da ética profissional e também da afetividade com o estagiário, importantes elementos para a construção de vínculo e confiança.

A supervisão acadêmica quando realizada em pequenos grupos contribui para pensar no coletivo sobre as situações que permeiam o trabalho profissional, além do caráter politizante, reflexivo e crítico que possuem os trabalhos com grupos.

É preciso estar articulada a uma prática pedagógica, uma prática de ensino que por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática desencadeie a formação profissional de sujeitos críticos. Este processo pode ser viabilizado através da supervisão acadêmica que ocorre no contato direto com a com a subjetividade do sujeito, ou seja, o estagiário, sendo esse o campo privilegiado em que se situa a “função pedagógica” do Serviço Social.

Nesse sentido, acreditamos que a finalidade da supervisão acadêmica, considerando sua dimensão pedagógica, envolve uma práxis educativa e política visando à formação profissional, mas, principalmente a formação de sujeitos conscientes e críticos sobre a realidade social, porque visa a passagem do empírico, das experiências do estudante no campo de estágio para o concreto pensado, é a passagem do senso comum para a consciência crítica.

Pode-se dizer, assim, que uma ação educativa leva o sujeito o qual interage a pensar sobre si em seu processo da formação profissional. Além disso, o supervisor acadêmico assume uma ação educativa ao intercambiar seus saberes e competências na relação com o outro.

No entanto, para que os supervisores acadêmicos possam materializar essa proposta é necessário que estejam instrumentalizados teoricamente, técnica e politicamente para que sejam capazes de desvendar as contradições presentes no real. A supervisão de estágio, nesse sentido, pode contribuir para a problematização da intervenção profissional (suas ações e propostas).

É um processo educativo que requer conhecimento especializado e constante preparo profissional para que seja possível desenvolver uma postura investigativa e reflexiva do estudante.

Essa observação perpassa às ações dos supervisores, cuja responsabilidade está relacionada com as conseqüências dessas ações, é o que nos afirma Sánchez Vázquez (2007, p. 91):

Atos [...] são somente aqueles nos quais podemos atribuir ao agente uma responsabilidade não pelo que propôs realizar, mas também pelos resultados ou conseqüência de sua ação. Mas o problema da responsabilidade [...] está estreitamente relacionado, por sua vez, com o da necessidade e liberdade humanas, pois somente admitindo que o agente tem certa liberdade de opção e decisão é que se pode responsabilizá-lo pelos seus atos.

A condição de liberdade é articulada com os limites e possibilidades de nossa ação. A liberdade simboliza autonomia, independência, responsabilidade, mostrando assim, que se age em consciência.

O ato de aprender e ensinar implica escolhas, uma prática educativa, ético-política que envolve a emancipação do sujeito, aqui representado pelo estudante, bem como decisão e responsabilidade de todos os envolvidos, por isso a supervisão exige intencionalidade, planejamento e rigorosidade metodológica.

O supervisor acadêmico precisa estar preparado para exercer a ação supervisora o que pressupõe o conhecimento dos procedimentos/operacionalização da atividade de estágio: sistematização, acompanhamento, avaliação, bem como sua atribuição enquanto supervisor para que seja assegurado o processo de ensino-aprendizagem.

Por considerar a supervisão como processo educativo, busca-se articular o querer consciente do supervisor articulado com “[...] seu saber consistente e com as possibilidades e os limites das circunstâncias.” (RIOS, 2008, p. 63).

Circunstâncias estas permeadas por determinações históricas, por uma realidade complexa que permeia o trabalho do assistente social, por meio de aproximações desta realidade, percebe-se que a conjuntura neoliberal precariza as condições e relações de trabalho nos espaços acadêmicos, assim, os supervisores acadêmicos “[...] vivenciam as tendências de intensificação da exploração e da precarização do trabalho.” (VASCONCELOS, 2009, p. 71).

Uma das atribuições do supervisor acadêmico também consiste no acompanhamento e orientação da construção do plano de estágio do estagiário, instrumento este imprescindível para se planejar as atividades de estágio a partir das orientações também do supervisor de

campo. Este instrumento permite que ele identifique o significado do Serviço Social na instituição campo de estágio, bem como os recursos, programas, projetos, objetivos institucionais, objetivos profissionais, público-alvo, objeto de intervenção profissional, instrumentos e técnicas utilizados, políticas sociais existentes, bem como o significado do estágio supervisionado na formação profissional e da supervisão (acadêmica e de campo).

É no plano de estágio também que o estagiário apresenta suas atribuições e os objetivos que pretende alcançar. Durante sua execução (isso exige acompanhamento) e ao término do estágio, este instrumento precisa ser debatido entre supervisor de campo, acadêmico e estagiário para fins de avaliação do processo de ensino-aprendizagem acerca da atividade de estágio e principalmente se os objetivos elencados pelo estagiário foram alcançados ou não.

Outro instrumento que pode ser citado como aporte para o estagiário para a sistematização da atividade de estágio é o relatório, instrumento esse que é elaborado ao término do estágio e consiste em apresentar as atividades realizadas e toda vivência do estagiário no campo de estágio, também sua construção é guiada pelo supervisor acadêmico, outra atribuição deste.

A orientação do supervisor acadêmico para sua construção perpassa pela ética profissional, porque este relatório consiste num documento, e algumas informações do campo de estágio, principalmente da população atendida precisam ficar sobre sigilo, salvaguardando sua identidade, por isso, o relato precisa circunscrever o processo de aprendizagem do trabalho profissional, analisando criticamente os desafios e possibilidades do assistente social para o enfrentamento das manifestações da questão social em seu cotidiano.

O diário de campo necessita ser incentivado para que os estagiários o utilize tanto para o registro das atividades diárias, como instrumento para propiciar a reflexão sobre o trabalho profissional e as atividades desenvolvidas, bem como suas facilidades, dificuldades, desafios encontrados no campo de estágio, este também o subsidia para a construção do relatório.

O supervisor acadêmico dessa maneira, instiga o estagiário a utilizar o arcabouço teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político apreendido em sala de aula para desvendar a realidade, para compreender as manifestações da questão social e também para ser propositivo no sentido de refletir sobre possibilidades de intervenções frente a situação vivenciada. Além do relato da sua atividade de estágio, ele é capaz de exercitar sobre a relação teoria e prática e a pensar sobre estratégias de intervenção.

O conteúdo a ser discutido na supervisão acadêmica é o próprio processo de ensino-aprendizagem atrelado à unidade teoria-prática, permitindo supervisor e estudante refletir, planejarem, avaliarem o trabalho profissional, vivenciando uma práxis na qual ambos refletem sobre a ação desenvolvida, no contexto amplo das relações sociais.

A supervisão acadêmica como um processo didático-pedagógico, ressaltando que a supervisão de campo também é pedagógica, evidencia o ensino teórico-prático articulado aos objetivos e conteúdo programático do curso de Serviço Social.

Além disso, para a construção do conteúdo programático é preciso construir conteúdos que versam sobre as dúvidas e inquietações, para que se possa dialogar com os estagiários sobre suas percepções, análises, compreensão do que se vivencia no campo de estágio.

A princípio, o supervisor acadêmico, num processo investigativo necessita conhecer os campos de estágio nos quais estão inseridos os estagiários, suas características, particularidades; por isso ela difere de qualquer outra disciplina, sua dinamicidade, metodologia, procedimentos devem ser discutidos com os estagiários, planejada conjuntamente.

A supervisão acadêmica por constituir uma atividade educativa, também precisa ser composta por conteúdos que possibilitem a consciência crítica acerca dos processos sociais contraditórios existentes nesta sociabilidade.

É possível elencar na supervisão acadêmica temas geradores assim como dizia (FREIRE,1987), problematizando-os e refletindo, assim, é possível perceber como os estagiários leem a realidade, qual a visão de mundo sobre esses temas, que podem ser coerentes com as vivências no campo de estágio.

O processo investigativo dos temas geradores é o ponto de partida para dialogicidade entre supervisores acadêmicos e estagiários.

Sobretudo, no processo de supervisão, leva-se a um repensar da postura profissional, refletindo constantemente sua prática que necessita estar vinculada a um projeto profissional crítico, tendo em vista a elaboração de novos conhecimentos.

[...] as análises sobre o exercício profissional, na ótica do projeto ético-político, estejam saturadas das múltiplas determinações que nos possibilitam enxergar, enquanto coletivo profissional, as estratégias adequadas para o enfrentamento do quadro atual do capitalismo [...]. (SANTOS, 2006, p. 48).

Em todas as “[...] ações éticas é preciso fazer escolhas e pôr em movimento algum nível de consciência, o que envolve outros indivíduos e responsabilidades.” (BARROCO, 2008, p. 78).

Desse modo, pode-se refletir acerca da busca da autonomia e conscientização do homem, mas principalmente daquele que é usuário do Serviço Social, uma vez que, através de uma atuação democrática, oferta-se a participação, emancipação desses indivíduos, estabelecendo o compromisso com a classe subalterna.

A ética põe exigências à sociabilidade no sentido de exigir que o sujeito ético-moral assuma responsabilidades por suas escolhas, não apenas pelas implicações e conseqüências para si mesmo, mas também para os outros que devem ser respeitados e tratados como seres iguais, quer dizer, como seres que possam ter escolhas diferentes, mas que tem direitos iguais [...] na medida em que consegue se objetivar através de mediações éticas como liberdade, sociabilidade, alteridade e compromisso, não esquecendo que as ações éticas envolvem riscos, por isso a responsabilidade é um componente fundamental. (BARROCO, 2008, p. 78).

Tais considerações oferecem subsídios para o desenvolvimento das atividades pelo estudante nas instituições, em que a postura ética é imprescindível para que os objetivos profissionais sejam alcançados e principalmente os interesses e direitos do indivíduo sejam atendidos, considerando-o como ser dotado de capacidade para modificar sua própria história, o que “[...] implica autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais usuários dos serviços dessa profissão.” (LEWGOY, 2009, p. 52).

Nesta instância, assume a supervisão acadêmica um papel relevante entre a reflexão sobre a conscientização dos sujeitos implicados na ação cotidiana do assistente social e o projeto ético-político profissional, sendo estes os que se beneficiam com tal compromisso ético-profissional, passando a encontrar no atendimento qualificado nas instituições o acesso aos direitos sociais.

Dessa maneira, buscaremos no capítulo seguinte, dialogar com os participantes de nossa pesquisa acerca da dimensão pedagógica da supervisão acadêmica a partir da realidade vivenciada no cotidiano pelos diversos sujeitos envolvidos no processo da atividade de estágio.

Partimos da premissa que a supervisão acadêmica está no âmbito da educação, sua dimensão pedagógica contribui para a formação com princípios e valores ético-políticos pautados na perspectiva de uma educação voltada à formação humana.

CAPÍTULO 5 SUPERVISÃO ACADÊMICA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários
(Marilda V. Yamamoto)

A atividade humana para se constituir enquanto práxis precisa ser guiada por uma intencionalidade e por um fim, produzir algo, resultado e efetividade, tem que causar mudança, trata-se de uma atividade consciente, esta é a perspectiva de uma práxis educativa que subsidia a formação humana, como já informamos no capítulo 2 desta tese.

É nessa perspectiva que buscamos refletir sobre a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social, considerando-a como uma atividade educativa desenvolvida na perspectiva da práxis; sem negar e desconsiderar o contexto educacional caracterizado pela lógica mercantil que reflete na condição do trabalho docente, bem como as condições das relações de trabalho de todos aqueles envolvidos na atividade de estágio: estagiário (enquanto estudante trabalhador); supervisor de campo, coordenador de estágio e coordenador de curso (este último embora não faça parte diretamente do processo da atividade de estágio, é responsável por coordenar, gestar o curso de Serviço Social o que implica sua participação na discussão, reflexão, planejamento em conjunto com supervisor acadêmico e coordenador de estágio dessa atividade).

A supervisão acadêmica é uma atividade educativa que possui intencionalidade, logo, se constitui de uma dimensão pedagógica por excelência, fazendo a mediação entre conhecimento e realidade, estabelecendo ou pelo menos deveria estabelecer o diálogo entre os sujeitos envolvidos no processo da atividade de estágio supervisionado, vislumbrando a formação profissional, bem como com princípios e valores ético-políticos pautados na perspectiva de uma educação voltada à formação humana.

Neste capítulo dialogamos com os participantes de nossa pesquisa sobre a dimensão pedagógica da supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social.

Apresentamos os depoimentos dos participantes como um todo, sem separar por cada sujeito envolvido na atividade de estágio, porque a intenção não é fazer a análise

comparativa entre as percepções, reconhecendo que todos têm a mesma importância nesse processo educativo.

Privilegiamos também expor na íntegra ou quase na íntegra os seus depoimentos, por isso, na maioria das apresentações, as falas estão extensas, entretanto, compreendemos que dessa forma, podemos identificar e considerar principalmente como desenvolvem e/ou compreendem pedagogicamente a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social.

Nesse sentido, os roteiros⁴⁸ construídos para problematizar o nosso objeto de estudo: a dimensão pedagógica da supervisão acadêmica de estágio nos cursos presenciais de Serviço Social no estado de São Paulo permitiram a construção de categorias a priori e complementadas principalmente daquelas que emergiram da própria realidade pesquisada, estas estão aqui elencadas e serão apresentadas nos itens a seguir.

5.1 Concepção de Supervisão Acadêmica: espaço de reflexão teórico-prática

Como vimos no processo histórico sobre supervisão de estágio e na produção do conhecimento sobre essa temática, foi a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 que a supervisão acadêmica aparece como intrínseca à atividade de estágio supervisionado, no intuito do acompanhamento direto e sistemático do estagiário.

Porém, é com a implantação da Política Nacional da ABEPSS em 2010 que o debate em torno da supervisão acadêmica começa a ficar latente, pois essa política traz orientações político-pedagógicas para sua operacionalização que pode ser individual e/ou em grupo conforme realidade de cada Unidade de Formação Acadêmica (UFA).

A PNE destaca que a supervisão acadêmica realizada em pequenos grupos serve para que os estagiários e supervisores acadêmicos possam dialogar sobre as experiências vivenciadas nos campos de estágios a partir do contato com a realidade do trabalho profissional.

A implantação da supervisão acadêmica conforme orientações da PNE ainda se constitui num dos desafios devido à lógica mercantilizada da educação que impera, pois ela é considerada como uma disciplina e precisa estar contemplada na matriz curricular do curso. As duas UFAs que compuseram nossa pesquisa têm a supervisão acadêmica prevista na matriz curricular e é realizada em grupos.

Vejamos como os participantes da pesquisa concebem a supervisão acadêmica:

⁴⁸ Encontram-se em apêndice.

Acredito que o fato de não contar com uma ementa pronta é um diferencial, pois dá abertura para que os encontros possam ser planejados de acordo com as principais demandas de cada grupo. O processo de supervisão acadêmica é algo leve, que proporciona reflexões e a construção coletiva do conhecimento, tendo sempre como ponto de partida, as vivências dos alunos-estagiários. É a partir de suas experiências, vivências e observações, que os encontros acontecem, por meio de rodas de conversa, onde o supervisor acadêmico apenas direciona e sugere elementos para a reflexão teórica e ético-política da realidade apresentada, que será construída coletivamente, com todo o grupo. (SA 1,2017).

Nesta fala, a supervisora acadêmica traz a supervisão como espaço de reflexão e troca de conhecimentos entre o supervisor e os estagiários a partir da realidade vivenciada. A supervisão acadêmica é operacionalizada de forma dinâmica e permeada pelo processo dialógico, sendo os encontros construídos coletivamente, considerando as necessidades do grupo, bem como menciona que sua atribuição no grupo é facilitar o processo reflexivo numa direção ético-política e respaldo teórico sobre a atividade de estágio.

A supervisão acadêmica mesmo constituindo como componente curricular, não está pronta, com conteúdo programático estabelecido, assim, permite operacionalizá-la metodologicamente de acordo com a realidade apresentada pelos estagiários.

Essa dinâmica é apreciada pela ES 2, onde a supervisão acadêmica operacionalizada em pequenos grupos permite ao estagiário tirar dúvidas, relatar as particularidades do estágio e capacitá-lo para o futuro exercício profissional.

[...] como era um grupo menor, possibilitava que a gente ficasse mais próximo que o professor tirasse mais dúvidas então assim, que a gente falasse exatamente dos nossos campos de estágio, coisas que durante a aula, às vezes a gente faz isso? Faz! A gente tenta relacionar? Relaciona, mas é diferente porque o foco é o estágio visando à prática profissional no futuro, coisa que nas outras disciplinas não é assim, esse foco exatamente né? Então é essa diferença que eu percebo, desse objetivo mesmo. (ES 2, 2017).

Para a SC 1, a supervisão acadêmica é de

[...] de grande relevância, pois, é o espaço onde se realiza a análise crítica do cotidiano da prática profissional, isto diferencia a supervisão acadêmica das demais disciplinas. (SC 1, 2017).

O cotidiano é o espaço onde se realiza ações rotineiras e até mesmo alienadas e alienantes, nesse sentido é importante que a reflexão do cotidiano profissional seja realizado numa perspectiva crítica.

Na visão da CC 1 a supervisão acadêmica também se constitui como espaço de reflexão teórico-prática:

A disciplina possibilita discutir e vivenciar concretamente a realidade de trabalho do assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, uma vez que está atrelada ao estágio supervisionado. Ademais, possibilita ao estudante a conhecer, analisar e apreender as diversas expressões da questão social nesses espaços. Embora eu considere que todas as disciplinas permitem estabelecer a relação teoria-prática, pelas particularidades dessa disciplina, o professor e o estudante têm maiores condições de fazer essa mediação. Também avalio que a supervisão acadêmica é um espaço rico para os estudantes desenvolverem habilidades inerentes ao exercício profissional do assistente social. São espaços que fomentam a leitura crítica dos aspectos relativos à estrutura societária, a conjuntura do país, as políticas públicas e sua relação direta com a organização. (CC 1, 2017).

A supervisão acadêmica na sua visão se diferencia das demais disciplinas porque possibilita analisar concretamente o trabalho profissional. Considera que a particularidade da supervisão acadêmica permite o debate sobre a unidade teoria-prática; apreensão das manifestações da questão social e os elementos conjunturais que incidem diretamente no trabalho profissional, além do estagiário adquirir habilidade para o futuro exercício profissional.

Na visão deste participante da pesquisa:

Eu acho que é a aproximação do teu fazer profissional, da tua práxis, com aquilo que de fato acontece nas instituições, existe sempre um debate, quando eu tava na faculdade existia muito esse debate de alguns companheiros em que estágios e que os supervisores diziam que a teoria não tinha nada a ver com a prática, e no meu caso eu acho que é cem por cento tudo tem a ver com a teoria[...] o que eu procuro passar para os novos alunos é essa questão de que está sempre ligado intrinsecamente com a teoria. (SC 2, 2017).

Observamos neste depoimento que a supervisão acadêmica pode proporcionar o conhecimento e análise do trabalho profissional do assistente social, supervisor de campo através da práxis desenvolvida por este, considerando a realidade institucional, mas, que essa práxis é imbuída de teoria, o que lhe permite dizer que o fazer profissional é permeado pela unidade teoria - prática, que a teoria é intrínseca à prática.

A supervisão acadêmica está prevista na matriz curricular do curso como as outras disciplinas, porém sua execução é diferenciada das demais, pois esta tem como objetivo associar os conteúdos teórico-metodológicos e permitir aos alunos que relatem experiências das atividades desenvolvidas no campo de estágio, promovendo um espaço de reflexão com os mesmos, para

analisarem o fundamento de suas ações como futuros profissionais. (ES 1, 2017).

Nessa mesma perspectiva, complementa SA 2 (2017):

[...] eu vejo como um desafio da supervisão acadêmica é fazer a relação teoria-prática, a partir da experiência que o aluno trás no caso a experiência de estágio com o acumulo que ele já tem da formação dos três primeiros anos, então assim, isso pra mim é o maior desafio, porque assim, a gente ter que trabalhar com aquela realidade que muitas vezes não expressa nosso projeto profissional, e aí é quando o aluno vem com aquela dicotomia que eles trazem que fala assim: “mas a teoria não tem a ver com a prática” é... o que na verdade, o que eu vejo ali é um choque de projetos, que a gente tem uma direção na universidade, a gente segue as diretrizes da ABEPSS e ao mesmo tempo no exercício profissional nem sempre há profissional que vai nessa direção, considerando inclusive todo o processo que se vive hoje nas políticas sociais, descentralização, toda ofensiva neoliberal, todo desmonte das políticas que ela vem caminhando naquela linha da assistencialização. Eu vejo um pouco por aí, então isso na verdade é o desafio que se coloca e para mim é o principal.

Embora seja um desafio ao supervisor acadêmico fazer com o estagiário reflita sobre as experiências vivenciadas no campo de estágio é tarefa do supervisor acadêmico facilitar esse processo, mas, que as vivências sejam refletidas atreladas aos conteúdos programáticos do curso. É nessa direção que a estagiária 1 traz seu entendimento sobre a supervisão acadêmica. Essa articulação do que se vivencia na realidade com os conteúdos programáticos precisam ser realizados a partir dos três núcleos de fundamentação expressos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Toda ação/intervenção é subsidiada por uma teoria, ela pode ser conservadora ou crítica; é perceptível no depoimento acima que há conflitos de adoção de um referencial teórico crítico para dar conta da leitura da realidade social, e que no exercício profissional internaliza os objetivos das políticas sociais em detrimento dos objetivos profissionais, entretanto, essas contradições, problematizações também precisam ser feitas com os estagiários.

Como bem explicita esta supervisora acadêmica, as características atuais das políticas sociais e a lógica neoliberal tem influenciado o trabalho do assistente social, entretanto, como vimos no capítulo anterior, é preciso romper com essas visões e posturas conservadoras que impedem de vislumbrar que teoria-prática não podem ser dissociadas.

Na concepção da CE 1 (2017):

A supervisão acadêmica se diferencia de outras disciplinas pois traz um proposta de acompanhar o estudante no desenvolvimento e análise crítica da relação teoria-prática de acordo com cada campo de estágio especificamente.

A supervisão acadêmica no curso [...] estrutura-se numa perspectiva de trabalho participativo e sócio-educativo entre supervisores de campo/acadêmicos e estudantes abarcando as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico - operativas das atividades desenvolvidas nas mais diversas experiências da prática profissional.

A supervisão acadêmica se configura como momento de propiciar a reflexão das atividades desenvolvidas pelos estagiários através da unidade teoria – prática abarcando as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico – operativas.

Nessa dimensão, se essas reflexões têm acontecido pautadas numa discussão com embasamento teórico crítico como temos percebido nestes depoimentos, buscando descortinar as aparências, superando a imediatividade das situações/vivências identificadas pelos estagiários, fazendo o exercício junto com o estudante do caminho entre o singular e o universal, identificando as particularidades dessas situações/vivências, podemos considerar que a supervisão acadêmica é o espaço de síntese da realidade vivenciada na atividade de estágio supervisionado.

Para a CE 2 (2017), a supervisão acadêmica:

[...]diferencia das outras disciplinas realmente é o momento que o aluno tem pra trazer as demandas de estágio, e coisa que nas outras disciplinas não que eles não tenham a oportunidade, mas o foco das demais disciplinas é refletir mais a dimensão teórico-metodológica, ético-política né? [...] mas na disciplina de supervisão acadêmica a gente tenta e procura fazer a relação com essas três dimensões, mas com certeza é na dimensão técnico-operativa que mais a gente discute, reflete, explora com o aluno, então eu acho que esse é o diferencial maior, onde a gente trabalha a partir das demandas, das demandas de estágio? Mas também os impactos que trás também para o aluno quando ele se depara com essa realidade né? Da pobreza, da injustiça, da desigualdade, da violência, do alcoolismo, em fim, todas essas demandas sociais que são próprias da nossa profissão de intervir e atender.

Identificamos que nessa perspectiva prioriza-se a análise do fazer profissional nos espaços institucionais, se preocupando com a dimensão técnica da profissão, o que precisa de certo cuidado, pois as competências e habilidades profissionais são construídas associando as demais dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e também a dimensão investigativa da profissão.

Por isso, as reflexões sobre as demandas do estágio trazidas pelos estagiários na supervisão acadêmica precisam estar direcionadas para a reflexão do por que, para que, quando e como fazer, bem como, quando enfatiza a dimensão técnico-operativa dissociando das demais dimensões se corre o risco de formar profissionais com prioridade instrumental

voltada ao mercado de trabalho, o que caminha na contramão da educação/formação profissional defendida pela categoria profissional.

Esta preocupação é real na medida em que numa sociedade onde se prioriza uma educação que vislumbra a formação do capital humano, preparação qualificada da força de trabalho para atender aos interesses do capital, pode-se atender a essa necessidade em detrimento de uma formação profissional que possibilite a reflexão do agir profissional.

Diante da complexidade da realidade e atual conjuntura desfavorável á classe trabalhadora, é importante a formação de profissionais que não apenas respondam as demandas institucionais, mas que compreendam os seus significados e que pela sua intervenção proporcione o atendimento qualificado, imbuído de efetividade, de compromisso, articulado aos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão, principalmente, realizada na perspectiva da práxis.

Além disso, é um dos princípios para operacionalização da atividade de estágio supervisionado previsto na PNE da ABEPSS de 2010, a indissociabilidade das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, devendo ser garantida nos campos de estágio e nos espaços da supervisão acadêmica.

É na supervisão acadêmica também que as manifestações da questão social são identificadas, analisadas e a supervisora acadêmica procura trabalhar com os estagiários a percepção, como elas estão postas no campo de estágio, dessa maneira, é possível descobrir conjuntamente as formas e estratégias para a intervenção profissional.

Nesse ínterim, a supervisão acadêmica se diferencia das demais disciplinas porque pode ser operacionalizada de forma dinâmica considerando as particularidades de cada grupo de estagiários.

E um espaço de problematização, reflexões teórico-prática da realidade vivenciada pelos estagiários, constituindo como espaço de síntese dessa atividade. O supervisor acadêmico nesse processo “[...] é responsável pelo encaminhamento metodológico do estágio supervisionado, orientando as situações que emergem da realidade social e seus desdobramentos.” (OLIVEIRA, 2003, p. 83).

5.2 Dimensão Educativa da Supervisão Acadêmica de Estágio em Serviço Social

A supervisão acadêmica de estágio é por excelência um espaço educativo porque permite através da reflexão propiciada pelos supervisor acadêmico o conhecimento da realidade social, institucional e profissional, buscando desenvolver no estagiário a criticidade,

o olhar investigativo em torno das situações, da dinâmica das relações sociais, desenvolvendo futuramente seu trabalho na perspectiva da práxis.

Compreendemos que a supervisão acadêmica está no âmbito da educação, mas, na perspectiva de uma educação com vieses transformadores, na construção de outra sociabilidade, logo, o objetivo é formar profissionais dotados de consciência crítica que possam trocar conhecimentos e o debate sobre os processos sociais em curso com a população atendida proporcionando também o processo de conscientização.

Partimos da concepção de uma educação libertadora trazida por Freire (2013) que reconhece o homem enquanto ser inconcluso, inacabado, que possui um caráter histórico, assim, compreende-se que no processo dialógico é possível (re) pensar sobre o trabalho e formação profissional.

Com o diálogo é possível gerar a consciência crítica do educando, na perspectiva de troca de saberes, “[...] o educador enquanto educa é educado, em diálogo com o educando, que ao ser educado também educa.” (FREIRE, 1987, p. 39).

Essa perspectiva é trazida pela SA 1 (2017):

O processo de supervisão proporciona possibilidades de conhecimento ao aluno, que durante a troca com o seu supervisor, tem a oportunidade de refletir, aprender e até mesmo de discordar e buscar novas possibilidades, construindo assim o conhecimento. A dimensão educativa faz parte da essência da profissão de Serviço Social, logo, ela também se faz presente no processo de supervisão. Penso que a supervisão acadêmica é um espaço privilegiado para o desenvolvimento da prática educativa, pois, dá ao supervisor acadêmico possibilidades concretas para discutir e refletir teoricamente com os alunos sobre os elementos da prática. E é de fato uma construção coletiva, que parte de uma proposta de educação horizontal e dialógica, onde os conhecimentos e as vivências dos alunos é que vão valorizar e direcionar todo o processo de ensino x aprendizagem. A partir da dimensão educativa, temos condições de instiga-los a refletirem sobre a realidade encontrada no cotidiano de estágio; a buscarem o conhecimento do real, para além das demandas aparentes; a questionarem a ordem societária vigente; a se indignarem diante da desigualdade social, da negação dos direitos e das diversas outras manifestações da questão social, com que se deparam cotidianamente, em cada novo atendimento e; a pensarem em estratégias de intervenção condizentes com os princípios éticos-políticos da profissão, sem perder de vista, a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

E complementa a CC 1 (2017):

A educação emancipatória propõe a formação de sujeitos críticos, portanto, a formação integral de homens e de mulheres em condições de ler o mundo e de nele intervir. Avalio que essa é a tarefa da supervisão acadêmica de estágio, contribuir para a formação de profissionais competentes, críticos e comprometidos com a construção de outra sociabilidade. Profissionais

comprometidos com os direitos sociais e com os trabalhadores. Esse processo requer qualificação nas dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas, de forma a propiciar condições para a construção do saber, por meio da investigação científica, relacionando pesquisa, ensino e extensão.

Nessa mesma direção, contribui a CE 1 (2017):

A supervisão acadêmica para atender a sua função deve ser produzida com a proposta de uma concepção crítica da educação abarcando alguns pontos entre eles, o de atingir uma consciência crítica dos fatos e sua inserção na realidade visando transformá-la. Também através da supervisão acadêmica o educando desenvolve-se reflexivamente, descobre-se como sujeito de sua própria história.

A partir destes depoimentos, evidenciamos que a dimensão educativa da supervisão acadêmica pode proporcionar a formação integral do estagiário, baseada em princípios e valores baseada numa educação voltada à formação humana.

Nesta perspectiva, o supervisor acadêmico é um educador que desenvolve sua práxis política através de processos reflexivos com os estudantes sobre a realidade social, instigando que sejam construtores de sua própria história e conscientes desse processo.

Pauta-se numa concepção de educação como construção coletiva do conhecimento e consciência crítica da complexa realidade social buscando o diálogo e interação entre os sujeitos. Assim, vislumbra-se uma educação para além do capital, conforme aponta (MÈSZAROS, 2008), visando a construção de uma nova sociabilidade.

Nessa direção de dialogicidade e processos emancipatórios, continua a CE 2 (2017):

Primeiro tem a ver com o perfil do supervisor acadêmico, que perfil é esse? Ele... essencialmente tem que ter um perfil de educador[...]o foco, não é só a gente trabalhar só as demandas que o aluno trás, mas a gente entende que, se o aluno também não vivenciar, não perceber ele enquanto membro de um grupo, então muito mais do que: “há é uma turma que vai estar trabalhando a disciplina de supervisão acadêmica” [...]a gente procura trabalhar as relações dentro da turma, porque a gente entende o seguinte: eles se deparam com demandas é bem difíceis dentro do estágio, no campo de estágio, e quando chega dentro da sala de aula [...] eles pensam, de quais valores permeiam e passa por eles quando eles estão intervindo, então é a hora que eles se dão conta do preconceito que eles tem, de ideias assim já pré-concebidas sobre o usuário, de situações que eles não dão conta, por exemplo, com a questão do luto, ou com a questão de abuso com crianças, ou outras situações[...]No caso o professor de supervisão acadêmica, ele conduz o grupo, é como também este profissional vai ver e perceber a própria profissão, em que sentido eu estou falando? Não é que a gente enquanto professor vai moldar ou vai influenciar o aluno, mas é o animo, o entusiasmo, o comprometimento com a profissão, é o acreditar de que é possível a gente fazer alguma coisa

né? Contribuir com a igualdade, com a busca da igualdade na sociedade né?
Mais justa né? [...].

O espaço coletivo de ensino-aprendizagem propiciado pela supervisão acadêmica permite trabalhar as relações de grupo, fortalecendo o trabalho em equipe, que por outro lado, proporciona o conhecimento e análise das manifestações da questão social presentes nos espaços institucionais.

Assim como traz a coordenadora de estágio 2, o supervisor acadêmico possui um perfil de educador e reconhece que os estagiários possuem visão de homem e de mundo baseado em valores culturais quando chegam até a faculdade, entretanto, estes são desconstruídos processualmente, sendo o supervisor acadêmico o facilitador da superação do senso comum, da superação de valores permeados por preconceitos, de visão fatalista do mundo ou também messiânica, elevando a consciência comum à consciência crítica.

Essa concepção vai ao encontro da práxis revolucionária trazida por Sánchez Vázquez (2007), pois propicia a visão científica a respeito das atividades e situações vivenciadas pelos estagiários, superando o senso comum, permitindo ultrapassar a imediatividade da realidade vivenciada.

Esta concepção de educação permite ir para além da sala de aula, contribuindo com a (re) construção de valores que permeiam as relações sociais, reconhecendo o ser social enquanto sujeito histórico, bem como dos processos alienantes impostos pela lógica do capital.

Além disso, a participante da pesquisa traz a perspectiva freireana da educação para a vida e que na perspectiva de horizontalidade e compromisso, respeito com o estagiário, o supervisor acadêmico o motiva, anima, instiga a buscar possibilidades para transformação social.

Com essa mesma compreensão:

[...] eu falo que se a gente conseguir formar mais e mais profissionais com um pensamento ético-político, nosso norte a gente está fazendo um bem pra profissão, está contribuindo de alguma forma para essa profissão, que ela tem essa característica, então eu digo que a gente tem que ser unido. E a partir disso, tem que disseminar essa ideia para os outros profissionais que estão se formando e tal. (SC 2, 2017).

A supervisão acadêmica perpassa pela dimensão ético-política porque se trata de disseminar a ideia do compromisso com as lutas emancipatórias arraigadas na coletividade, na visão desse participante da pesquisa também é uma forma de contribuir com a profissão.

A supervisão acadêmica como temos identificado nestes depoimentos, é um espaço de conhecimento e problematização sobre as demandas trazidas pelos estagiários e sobre o trabalho profissional realizado nos mais diversos espaços institucionais.

Nesse sentido, embora o objetivo da atividade de estágio supervisionado seja capacitar o estudante para o exercício profissional, é preciso desvelar os processos em curso e na atual conjuntura discutir as problemáticas em torno da educação superior e que rebata diretamente na formação profissional como um todo do assistente social, seja no campo de estágio, como nos espaços de supervisão acadêmica, assim, podemos identificar na fala abaixo que essas discussões foram realizadas:

Eu vejo assim, que a educação a meu ver, primeiro que mudou muito meu olhar com relação à antes de entrar na faculdade, hoje eu percebo que a educação assim é aos moldes do capitalismo. A gente aprende desde pequeno na escola que a gente tem que ser, tem que aprender tais coisas que são direcionadas, pra que você seja um bom profissional no futuro, um bom profissional pro capital não é? Pra atender a esses interesses, então assim, primeiro que eu não tinha essa visão, aí quando eu entrei na faculdade eu mudei, mudou o meu olhar sobre isso, eu consegui desvendar algumas coisas, principalmente da educação, e com relação a que virou mercadoria mesmo que foi o que eu falei e tal. Na supervisão, eu vejo, se for assim considerar ela isoladamente a questão da educação, eu não sei, mas eu sinto que a sistematização da prática de estágio ela tem normalmente mais focada na questão da atuação profissional mesmo [...] .(ES 2, 2017).

Identificamos que a partir do conhecimento acerca das contradições envoltas pela égide do capital na vida cotidiana que produz processos alienantes sobre a realidade e a condição de trabalhador, é possível a superação do senso comum e aquisição da consciência crítica.

Evidencia-se que nessa sociedade se propaga o discurso de que através da educação há a transformação social e/ou propicia melhores condições de sobrevivência através da qualificação profissional. Entretanto, esse é a prerrogativa do capital, imprimir a lógica que lhe convém para que obtenha lucros através da exploração da força de trabalho, tal como sinalizado por Marx (2011), a força de trabalho do homem tem apenas valor de uso, assim, como a educação que tem se tornado mercadoria.

Ao mesmo tempo em que houve um processo reflexivo sobre os objetivos da educação na sociedade do capital, a ES 2 menciona que na supervisão acadêmica tem se enfatizado a atuação profissional do assistente social.

Com este depoimento percebemos que a dimensão educativa da supervisão acadêmica tem ficado restrita ao fazer profissional, aos processos interventivos, reduzindo a atuação profissional à dimensão técnica.

O trabalho profissional precisa ser analisado na perspectiva de totalidade para que esteja seja problematizado junto com o estudante e acompanhe das indagações de como, porque, quando se processa esse trabalho profissional, sob quais condições.

É preciso construir mediações através das aproximações sucessivas, o supervisor acadêmico precisa instigar esse processo de conhecimento do trabalho profissional para além de suas aparências.

Um profissional competente é necessário, mas, que seja dotado de competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, senão, teremos profissionais aptos a atender ao mercado de trabalho, mero executor das políticas sociais.

A educação mantém uma relação direta com o mundo do trabalho e na sua complexidade reproduz a vida social nesse modo de produção capitalista, assim, “impede” a capacidade criadora do homem

A função social da educação é marcada pelas contradições, pelos projetos e lutas societárias, o processo reflexivo é necessário para sua problematização e principalmente, busca incessante superação da educação imposta pelo capital.

A relação e significado de educação na supervisão é que a supervisão acadêmica é uma disciplina de instrução, pois ela possibilita a reflexão e garante o aprofundamento da prática vivenciada no campo de estágio, relacionando-a com as teorias trabalhadas no curso, contribuindo para uma formação de qualidade, através dos ensinamentos que ela possibilita. (ES 1, 2017).

Nesta visão, existe um aprofundamento sobre a atividade de estágio supervisionado, permitindo a ultrapassagem da aparência para essência, das atividades desenvolvidas e experiências vivenciadas; há o reconhecimento que as ações/intervenções do supervisor acadêmico são realizadas no âmbito da unidade teoria-prática, nesse sentido, a dimensão educativa da supervisão acadêmica possibilita a reflexão da realidade vivenciada no campo de estágio.

Noutra direção e de forma equivocada há a concepção:

A educação na supervisão acadêmica de estágio significa o ensino da prática, o que complementa a formação profissional e a aplicabilidade da teoria. (SC 1, 2017).

Presenciamos neste depoimento a dicotomia entre teoria-prática, na nossa percepção, temos que o trabalho profissional não acontece deslocado do real e muito menos de qualquer teoria, além disso, o trabalho profissional precisa ser pensado, refletido, problematizado, não é possível ser ensinado, não existem modelos para o exercício profissional.

Quando menciona aplicar a teoria na prática incorre no equívoco. Numa dada situação vivencial, por mais ampla que seja não abrange todos os conteúdos conceituais trabalhados durante o curso, e mais, elimina-se a possibilidade de que, no trato das matérias básicas, haja a correlação com a dinâmica da realidade social.

A estruturação e organização dos cursos de graduação em Serviço Social são centradas nos elementos ditos teóricos, atribuindo ao estágio à dimensão do ensino da prática, evidenciando-se, assim, uma dicotomia no nível do ensino, em que o saber e o fazer, o pensar e o agir são considerados elementos paralelos, autônomos e independentes – polos distintos de um mesmo processo, o que pode recair na supervisão acadêmica de estágio, assim como trouxe Guerra(2000), sendo abordada no capítulo anterior..

Na visão de SA 2 (2017):

[...]eu acho que é mesmo pensar a partir de um projeto político-pedagógico, porque não tem como a gente dissociar, pensar a educação, eu acho que ela precisa alcançar o tripé, pensar no estágio eu acho que ele é um braço aí da extensão, porque ele coloca o aluno muitas vezes com a comunidade. Nesse sentido, ele fortalece a educação .A partir desse contato mais direto com a comunidade e com o exercício profissional, agora também é necessário pensar em pesquisas[...]Essa articulação, não um isolado do outro, e o estágio tem um papel fundamental, nesse sentido, porque ele trás essa experiência mais concreta do aluno com a comunidade.

Esta participante da pesquisa trouxe a importância do tripé da educação superior: ensino-pesquisa e extensão e coloca o estágio como possibilidade aproximação e contato com a comunidade. O estágio em projetos de extensão à comunidade é convalidado quando previsto no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, conforme orientações da PNE previsto na Lei Federal dos Estágios.

Embora a dimensão educativa presente na relação entre supervisores, estagiários e comunidade permita um espaço de conhecimento, troca de saberes, a concepção de educação ficou velada nesse relato, assim como no relato anterior.

A educação se situa num campo minado de disputas e reproduz discursos ideológicos, é importante sabermos qual concepção de educação permeia o trabalho profissional do docente supervisor acadêmico e a relação intrínseca entre educação e supervisão acadêmica.

Essa concepção velada apresenta dificuldades de compreender o significado da dimensão educativa na formação profissional e na supervisão acadêmica.

A dimensão educativa da supervisão acadêmica é concebida na perspectiva da práxis, possui intencionalidades e finalidades, proporciona a construção de conhecimentos a partir da realidade social, bem como consciência crítica do trabalho profissional e da vida social.

Permite conhecer e analisar as manifestações da questão social, reconhecer e atrelar as demandas do assistente social à classe trabalhadora, da qual faz parte, bem como analisar criticamente o trabalho profissional em sua totalidade: significado social; análise dos espaços institucionais, as correlações de força existentes, demandas institucionais, demandas profissionais; a relação dialógica e horizontal entre os sujeitos no processo de ensino-aprendizagem promovendo a politização dos envolvidos, demanda conceber uma educação libertadora, pautada noutra sociabilidade e não nesta imposta pelos ditames do capital.

5.3 A Unidade Teoria-Prática: análise da realidade vivenciada nos campos de estágio

Como é preciso articular exercício e formação profissional, é propício o debate da indissociabilidade de unidade teoria-prática no trabalho profissional, disseminado também na supervisão acadêmica.

O supervisor deve correlacionar a vivência dos estudantes nos campos de estágio com as disciplinas, conteúdos, embasados nos três núcleos de fundamentação presentes nas Diretrizes Curriculares privilegiando a análise conjuntural dos processos sociais em curso na sociedade geradora das múltiplas expressões da questão social, para possibilitar a criação de estratégias a partir das particularidades institucionais, se atendo com o compromisso ético-político com a população atendida.

Pela dinamicidade da operacionalização da supervisão acadêmica, a metodologia adotada pelo supervisor acadêmico precisa considerar as necessidades do grupo, suas demandas, entretanto, como a realidade também é dinâmica o supervisor acadêmico precisa estar instrumentalizado, preparado teórico-metodologicamente para orientar e refletir com o estagiário a realidade apresentada através de um referencial teórico crítico.

Como a supervisão acadêmica é uma atividade educativa e sua realização pode acontecer na perspectiva da práxis, seus conteúdos precisam ser compostos pela análise crítica da realidade, das contradições que permeiam as relações sociais na ordem da sociabilidade do capital, bem como se apoiando na perspectiva de educação libertadora. Nesta relação

pedagógica constroem-se conhecimentos para além do trabalho profissional do assistente social, como também para a vida em sociedade.

Veremos a seguir como os participantes da pesquisa pensam sobre essa questão, como na supervisão acadêmica são abordados os elementos da realidade do estágio e as referências teóricas presentes nos componentes curriculares:

Sobre as estratégias adotadas para a realização da supervisão acadêmica, no primeiro encontro, em conjunto com os alunos, elaboramos uma proposta de trabalho, onde elencamos temas centrais para cada encontro que será realizado ao longo do semestre. O conteúdo do Código de Ética Comentado e os próprios 11 princípios éticos fundamentais, geralmente são norteadores de todas as discussões. Tentamos, a partir dos pressupostos ético-políticos, discutir sobre elementos da prática. Isso pode acontecer de diversas formas, mas, o objetivo central, sempre estará no direcionamento do aluno a refletir sobre a relação teoria x prática e também à instrumentalizá-lo a utilizar todo o aporte teórico de sua formação profissional para realizar a leitura da realidade e então ter subsídios para uma intervenção profissional crítica, condizente os pressupostos do projeto ético-político da profissão. (SA 1,207).

Neste depoimento, identificamos que há a preocupação de elaborar o conteúdo da supervisão acadêmica junto aos estagiários; vivenciam um processo dialógico e através de temas geradores como trouxe (FREIRE, 1987) e aqui expressos pela ética profissional é possível refletir supervisor acadêmico e estagiário, articulando aos demais conteúdos apreendidos durante a formação profissional acerca do trabalho profissional.

Na supervisão acadêmica, através de um diálogo, os estagiários relatam suas experiências vividas no cotidiano do campo de estágio, e de acordo com essas, são discutidos os referenciais teóricos que pautam o curso de Serviço Social, relacionando então a prática vivida, com as teorias abordadas pela profissão. (ES 1, 2017).

As discussões na supervisão acadêmica se pautam nas demandas da realidade do estágio com efetivo acompanhamento do estagiário, um processo de ensino-aprendizagem que através do diálogo e a luz de um referencial teórico, bem como os demais conteúdos que compõem a matriz curricular do curso permitem à compreensão das experiências teórico-práticas trazidas pelos estagiários.

Por isso, que a supervisão requer uma metodologia diferenciada das demais disciplinas, assim, os elementos da realidade do estágio e a relação com os conteúdos programáticos do curso de Serviço Social pode acontecer:

Por meio de aulas expositivas, debates, oficinas, vivências, entre outras estratégias. (CC 1, 2017).

A supervisão acadêmica se diferencia das demais disciplinas conforme já vimos, justamente por não conter um conteúdo programático enrijecido, embora precise correlacionar de forma mais próxima, mas, não exclusivamente ao período do estágio curricular do estagiário, bem como, segundo orientações da PNE da qual compartilhamos realizá-la em pequenos grupos porque fortalece a dimensão coletiva e garante maior politização do grupo.

Porém, cabem as UFAs, de acordo com sua realidade, particularidade, limitações operacionalizá-las, mas, com direcionamento dos princípios do projeto ético-político profissional.

A supervisão acadêmica é realizada por um docente assistente social que recebe remuneração pela atribuição, onde individualmente ou em grupos separados por áreas de atuação tais como saúde, terceiro setor, assistência social, judiciário entre outros são discutidos a utilização de referencial teórico-metodológico para a instrumentalização da intervenção profissional, além de capacitar o supervisionado a uma síntese integradora entre teoria e prática. (CE 1, 2017).

Neste depoimento, a supervisão acadêmica é realizada em grupos e por áreas de atuação profissional, conforme orientações contidas na PNE visando capacitar o estagiário proporcionando a unidade teoria-prática do referencial teórico-metodológico que constitui tais áreas de atuação profissional, exemplificadas na realidade desta UFA como a saúde, assistência social, terceiro setor.

Por mais que compreendemos que procuram direcionar a supervisão acadêmica ancoradas nas orientações político-pedagógicas da PNE, entendemos que dividindo os grupos por área de atuação profissional fragmenta-se a análise do trabalho profissional, que nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, o trabalho profissional tem sua centralidade e não se pode limitar às políticas sociais, dar ênfase nas políticas sociais, assim como, corrobora para a redução do significado social da profissão e a análise da questão social como eixo fundante da profissão na sociedade capitalista.

Esta mesma situação encontramos em outros depoimentos:

Na supervisão de estágio sempre que a gente, assim, parte muito do concreto, então, por exemplo, sempre a gente abarca a palavra políticas sociais que cada aluno está inserido e aí a gente divide os grupos e aí cada semana o grupo trás uma demanda que tenta envolver todas as áreas de cada um no estágio, e então assim, e na sistematização da prática de estágio,

envolve tudo, desde não só a realidade, mas a realidade tem tudo a ver com a teoria, que é o que a gente aprende aqui, então assim, a todo o momento, faz esse link a todo o momento, nunca é só prática e só teoria. Porque a teoria é que ilumina a prática. Então é sempre em conjunto, e a gente sempre é motivado a buscar as informações, a teoria né? O referencial teórico do curso e tudo mais. (ES 2, 2017).

E complementa:

A gente formou grupos a partir das demandas semelhantes, então assim, quem são os alunos que estão em estágio na área da saúde, na área da educação, na área da assistência, ou na área jurídica [...] Entre eles, eles se reúnem, pensam uma demanda, escolhem uma demanda deles de estágio e eles apresentam pro restante da turma, e a partir dali, eles trazem uma pergunta provocativa para a turma inteira[...]E aí a partir daí a gente, aí vai pra esse viés que eu te falei que é trabalhar as três dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo[...] eu escolhi um texto[...] então é bem focado no que é a situação que eles trazem[...]a gente procura fazer com que a discussão em sala de aula também vá pra supervisão de campo, porque a gente sabe né? Então assim, os elementos da realidade vêm a partir do que eles trazem. (CE 2,2017).

Os procedimentos elencados pela coordenadora de estágio e estagiária evidenciam que existe a unidade teoria-prática considerando a realidade concreta do que se vivencia nos campos de estágio, inclusive há trocas de experiências que possibilitam a construção do conhecimento nas mais diversas áreas de atuação profissional, entretanto, como apontamos acima, precisa ater ao cuidado de não fragmentar o trabalho profissional, para que as reflexões não recaiam apenas nos fundamentos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos das políticas sociais.

A partir da postura questionadora do supervisor acadêmico permitem aos estagiários acionarem a dimensão investigativa da profissão para (re) pensarem os caminhos para a intervenção profissional e são instigados a socializarem o conhecimento com supervisor de campo.

Por outro lado, é possível, por aproximações sucessivas à realidade vivenciada pelos estagiários, construir mediações e contribuir para a compreensão dos elementos dessa realidade articulando aos conteúdos programáticos previstos na formação profissional.

A gente começa com algum texto. Até pra compreensão do que é a supervisão acadêmica de estágio, mas principalmente com aquilo, com as angústias que eles trazem, então é traz duvidas, traz inseguranças, ele traz situações que são muitas vezes confusas, exatamente por não conseguir alcançar essa relação teoria-prática, então é tentar desvendar quais são esses elementos que estão ali na realidade e fazer essa relação teórica. Acho que o

momento deles, por exemplo, do relato e o momento dele escreverem também o chamado caderno de campo, que eu acabo pedindo relatórios de campo, é o momento que eles conseguem sintetizar, aquela experiência do que foi significativo no momento do estágio, é... pra esse momento da supervisão, e aí a partir dali fazer uma reflexão a partir de uma temática que se relacione com a intervenção que ele faz, então vão buscar autores que tratam daquela área que ele está inserido, isso também ajuda bastante né? Para além do que é a supervisão, para além do que é o Serviço Social, mas também compreender a área que ele tá, se está na saúde, se está na educação, então tem que compreender saber o que é a política de educação, como ela está se expressando ali naquele local de estágio, qual é a finalidade do profissional, pensar no nosso projeto profissional, conseguir diferenciar o projeto institucional do nosso, do Serviço Social, então é ir trabalhando criticamente esses elementos que eles trazem é... da realidade que está sendo vivida ali no campo de estágio e tentar fazer essa aproximação com a totalidade, a partir de mediações obviamente. (SA 2, 2017).

Nesse depoimento, a supervisão acadêmica também é o espaço de dúvidas, angústias vivenciadas pelos estagiários, considerando que isso acontece porque têm dificuldades de relacionar a teoria com a prática, nessa dimensão é papel do supervisor acadêmico fazer as orientações devidas. Para isso, esta supervisora acadêmica traz as estratégias utilizadas para a condução dessa percepção, reconhecendo sua atribuição enquanto supervisora acadêmica como facilitadora da articulação entre teoria e realidade.

Ela menciona que uma das estratégias é a utilização de texto como subsídio para a compreensão do trabalho profissional nas diferentes áreas de atuação do assistente social, bem como a utilização de instrumentos que compõem o cotidiano do estagiário para registro das atividades desenvolvidas no campo de estágio e as análises dessas experiências, instigando-os a buscarem referenciais teóricos que tratam do tema.

Importante assinalar que o supervisor acadêmico quando reflete com os estagiários partindo da realidade trazida por estes a partir de uma bibliografia com referencial teórico crítico, torna-se possível construir mediações, possibilitando o debate da unidade teoria-prática

Nesse sentido, a partir dos elementos da realidade que de imediato se apresentam no campo da singularidade, o supervisor acadêmico conduz as reflexões para que ultrapassem essa imediaticidade, identificando as particularidades que compõem o trabalho profissional: as manifestações da questão social, o espaço institucional mediatizado pelos complexos sociais, as correlações de forças presentes, políticas sociais expressas naquele espaço institucional, até chegarem ao campo da universalidade onde podem identificar as determinações históricas do campo de intervenção profissional a partir da legalidade social, analisando as relações

contraditórias entre capital e trabalho, estado e sociedade, leis do mercado, políticas sociais existentes.

Este exercício, “[...] pode propiciar a reconstrução do campo de intervenção profissional, com suas respectivas mediações e determinações históricas.” (PONTES, 2000, p. 9).

Nessa direção, as estratégias utilizadas pelo supervisor acadêmico podem favorecer ao estagiário o entendimento e compreensão que a unidade teoria-prática é indissociável ao exercício profissional, mas, que perpassa pela adoção do referencial teórico marxista que permite a leitura crítica dos complexos sociais que envolvem o trabalho profissional nos diversos espaços institucionais e nas diversas áreas de atuação profissional.

Para este participante da pesquisa:

Eu acho que tudo bate na questão da bibliografia que você traz junto no dia-a-dia, a indicação de textos, a indicação de artigos[...] e o arcabouço teórico do Serviço Social ele é muito grande, e fornece essa operatividade [...]e aí também é legal que o aluno sempre trás alguma coisa nova da academia pra gente é sempre uma reciclagem isso, então eu também aprendo muito com os alunos, eu abro muito o espaço pra esse tipo de debate, até pra qualquer questão do dia-a-dia mesmo, a gente tem que fazer esse movimento. (SC 2, 2017).

Compreendemos que há a importância do arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do Serviço Social, além de conteúdos bibliográficos para compreender a realidade social e o que o estagiário vivencia nos campos de estágio, assim como, reconhece a necessidade da troca de conhecimentos entre estagiários e supervisor de campo daquilo que se apreende no espaço da supervisão acadêmica.

Percebemos que há uma lacuna que perpassa a relação entre campo de estágio e UFA, o supervisor de campo não consegue perceber o movimento que pode ser realizado na supervisão acadêmica para se vislumbrar os conteúdos programáticos do curso de Serviço Social com o que o estagiário vivencia no campo de estágio, sendo necessário à UFA esclarecer todos os procedimentos da atividade de estágio, que perpassa desde a dimensão administrativa dessa atividade como a dimensão pedagógica, incluindo aqui, a supervisão acadêmica: objetivos, operacionalização, significado, conteúdos.

Este hiato também é perceptível neste outro depoimento:

Em um espaço privilegiado de debates e exposições das vivências no cotidiano de estágio e comparação com a teoria. (SC 1, 2017).

A supervisão acadêmica é um espaço de debates e relatos do que se vivencia no campo de estágio, mas, não reconhece que os elementos presentes no projeto de formação profissional como seus princípios, pressupostos perpassam a sistematização da supervisão acadêmica e direciona para o processo reflexivo do trabalho profissional com criticidade. Além disso, há um equívoco ao mencionar que existe uma comparação entre a teoria e prática; devemos falar de unidade teoria-prática porque ambas são indissociáveis ao processo de conhecimento da realidade social.

5.4 Matéria-Prima da Supervisão Acadêmica: o processo de ensino-aprendizagem sobre o trabalho profissional do assistente social

No atual contexto da sociedade brasileira sobressaltada com as transformações societárias no campo social, político, econômico e cultural prevalece propostas neoliberais no âmbito das políticas sociais, que tem se tornado mercadoria, subsumindo o direito a serviço.

Esse contexto repercute negativamente na vida das classes subalternas, bem como as transformações do mundo do trabalho que atinge diretamente a classe trabalhadora e nesta se inclui a categoria de assistentes sociais; o conservadorismo presente nos espaços institucionais torna-se desafios cotidianos aos assistentes sociais que precisam permanentemente redefinir suas estratégias e táticas para o enfrentamento dessas problemáticas.

Tais desafios também se tornam prementes no âmbito da formação profissional, é também na atividade de estágio supervisionado que os estagiários de Serviço Social irão se deparar com tal realidade, nesse sentido, como a supervisão acadêmica é um espaço de reflexão teórico-prática, cabe ao supervisor acadêmico propiciar o debate e análise crítica do trabalho profissional do assistente social neste contexto social complexo.

Para fazer essa mediação há que considerar fundamentalmente o Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. Assim, fica evidente de que o trabalho profissional do assistente social sofre determinações das relações sociais mais amplas e ao mesmo tempo é uma construção social dinâmica. Logo, o que o estudante vivencia no campo de estágio revela os próprios desafios do cotidiano profissional, as demandas emergentes e as requisições postas pelos empregadores. (CC 01, 2017).

Compreende-se que o trabalho do assistente social realiza-se de forma institucionalizada e que é desafiado a atender as demandas profissionais e institucionais, bem como sofre determinações das relações sociais. O lugar do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho precisa ser problematizado com os estagiários de modo que compreendam

que é na esfera da reprodução social e no enfrentamento das manifestações da questão social através das políticas sociais que o assistente social é requisitado a atender essas necessidades.

Acredito que o caminho para proporcionar reflexões sobre o trabalho profissional perpassa pela discussão das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. A supervisão acadêmica oferece possibilidades para que o aluno possa refletir teoricamente sobre suas vivências de estágio, sobre o fazer profissional do supervisor de campo e sobre as demandas de trabalho do Serviço Social. Para tanto, a discussão destes núcleos que estruturam a formação profissional é essencial. A partir de uma vivência de estágio, podemos, por meio da supervisão acadêmica, levar não só o aluno-estagiário que apresentou a situação, mas, o grupo como um todo, a refletir sobre todas estas dimensões, o que pode ser concretizado ao direcioná-los à realizar uma análise de conjuntura sobre a situação apresentada, orientando-os sobre como toda a fundamentação teórica apreendida ao longo de sua formação profissional pode direcionar a compreensão daquela realidade e a identificar as manifestações da questão social, enquanto objeto de intervenção do Serviço Social. A dimensão ético-política torna-se importante ao discutirmos sobre os princípios éticos da profissão e sobre o como eles direcionam esta leitura da realidade, fortalecendo o profissional em relação aos seus posicionamentos e possibilidades de intervenções, para que estejam em consonância com os princípios do projeto ético político do Serviço Social e de encontro com os interesses da classe trabalhadora. Sempre refletimos sobre o como estes elementos serão determinantes para a dimensão técnico-operativa da intervenção profissional, que não será neutra, mas sim, dotada de intencionalidades, totalmente relacionadas às dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas [...].(SA 1,2017).

Nesta mesma linha de pensamento, discorre SA 2:

Bom, a gente faz alguns exercícios. Em sala de aula, mas bastante digamos assim, esse dialogo coletivo no grupo, eu gosto muito da gente...de uma experiência que foi vivida por um aluno, inclusive ser compartilhada e aprofundada pelos demais, então tem um momento em que todos vão falar da situação que eles estão vivendo, e a partir dali a gente vai puxar pra uma reflexão teórica, mas aí a gente vai fazendo, digamos, em doses homeopáticas porque a gente cada... cada semana a gente vai trabalhar a situação de um aluno, de um estudante daquilo que ele viveu e aprofundar. E aí vai aprofundar teoricamente do ponto de vista da política, fazer a relação também conjuntural, do que está acontecendo no país, então é tentar trabalhar desde a dimensão técnico-operativa, teórico-metodológica, e a ética-política. A partir desses instrumentos aí seja de um exercício mais individualizado, é...ou até mesmo de uma reflexão conjunta que eu... eu acabo privilegiando esse espaço coletivo, porque eu acho que é rico, tanto pros alunos que estão ali podendo ouvir o outro, é... falar, tanto pra aquele que trás a situação, e também porque eles trazem elementos que são importantes para a universidade[...] (SA 2, 2017).

E complementa a CE1:

Através da troca de experiências vivenciadas pelos estudantes nos diferentes campos apresentados, dentro de um processo dinâmico e dialogado com o supervisor acadêmico que mediatiza a realidade apresentada com princípio pedagógico de abarcar todo o processo reflexivo inerente ao processo ensino-aprendizagem do estudante e o que é preconizado no Projeto ético-político da profissão. (CE 1, 2017).

Foi dito anteriormente que a supervisão acadêmica realizada em grupo fortalece a dimensão coletiva do trabalho profissional e subsidiam estagiários e supervisor acadêmico a (re) pensarem o trabalho profissional através das respostas e propostas coletivas trazidas pelo grupo. Isto é perceptível nas falas das duas supervisoras acadêmicas.

Os supervisores acadêmicos cumprem sua tarefa quando trabalham as mediações que conectam as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão com as experiências vivenciadas no campo de estágio, permitindo aos estagiários a análise crítica dos processos sociais, dos espaços institucionais, das respostas técnicas e éticas direcionando ao comprometimento com a classe trabalhadora, nas ações pautadas no projeto ético-político profissional.

Para tanto exige-se a compreensão da categoria teórico-metodológica da mediação, sendo essencial entender os conceitos de essência e aparência. Aquilo que vimos e identificamos no contato imediato com a realidade é aparência, constitui-se numa representação do objeto (CIAVATTA, 2014).

A essência é oculta à realidade, não se dá imediatamente a nossa percepção; só é possível desvelar a realidade a partir do uso da mediação, com aproximações sucessivas àquilo que se pretende conhecer, mas este conhecer implica desmistificar sua aparência, analisar a totalidade para se chegar a sua essência, considerando a especificidade histórica do objeto.

É no exercício de identificar as categorias do singular, universal e particular que as mediações são realizadas. Segundo Luckács (1979) é no campo da particularidade que se situam as mediações, permitindo fazer o caminho do singular ao universal a partir do concreto pensado, de suas múltiplas relações, a particularidade acontecem as ações/intervenções humanas.

Este é o exercício premente que precisa ser realizado no âmbito da supervisão acadêmica para desvelar a realidade que permeia o trabalho do assistente social nos diversos espaços institucionais.

Na visão da Estagiária 1:

A análise do trabalho do assistente social no campo de estágio é realizada através da discussão das funções praticadas pelos mesmos, em que os estagiários relatam na supervisão acadêmica o que presenciam no estágio, e pautados nas Leis, como Código de Ética, Lei de Regulamentação da Profissão, entre outras, analisam se as funções observadas são condizentes com as atribuições do assistente social. (ES 1, 2017).

Pelo caráter investigativo/interventivo da profissão esperam-se respostas às demandas postas ao Serviço Social, a dimensão técnico-operativa é extremamente necessária para o alcance de tais respostas, mas, estas precisam vir acompanhadas do porque, como, quando, para que e para quem está direcionado a intervenção profissional, nesse sentido, importante conhecer as atribuições profissionais do assistente social previstas na lei de regulamentação profissional.

No espaço da supervisão acadêmica precisa ter o cuidado para que a análise do trabalho profissional não recaia somente na análise do fazer profissional em si, principalmente numa concepção meramente instrumental dissociada das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.

A supervisão acadêmica faz com que o estudante reflita sua ação e volte à ação instrumentalizado com entendimentos avançados para novas reflexões e ações, gerando um processo de compreensão e análise do campo de estágio. (SC 1,2017).

Num processo dialético de análise da realidade vivenciada no campo de estágio, a partir da ação-reflexão-ação é possível compreender o trabalho profissional no espaço da supervisão acadêmica.

Então, a estratégia que a gente busca, que eu busco, é... são perguntas, eu trabalho muito com perguntas[...] e aí quer que eu diga o que, então, a estratégia que eu utilizo é “vamos pensar, quais são as situações aqui apresentadas? Que questões que trazem, é..que perguntas vocês fariam, por exemplo, ou que informações vocês levantariam? A respeito dessa situação ou desse membro da família?” Ou seja, eu trabalho com perguntas para que eles pensem de que maneira que seria o encaminhamento e a intervenção, e aí no final, e aí a partir do que eles colocam, e muitas vezes colocam de uma maneira até rasa, não tão profunda, é a hora que eu devolvo com perguntas: “mas e isso? Vocês não pensaram nisso? Mas e aquilo como é que fica isso?” Não dando a resposta, mas perguntando né? [...]. (CE 2, 2017).

E completa a ES2 (2017):

[...]o grupo escolhe uma demanda e essa demanda é levada pra sala inteira, e aí ela é discutida com todo mundo, onde todo mundo baseado no nosso conhecimento, a gente pensa em possibilidades de atuação, o que dá pra fazer, o que não dá pra ser feito, e ela sempre estimula a gente a responder[...].

Nessa perspectiva prioriza-se a dialogicidade no processo de ensino-aprendizagem, onde há o estímulo para pensar, refletir, questionar, problematizar o trabalho profissional, assim, “[...] é preciso estimular a pergunta, a reflexão crítica sobre a própria pergunta [...] em face das explicações discursivas do professor [...] o que importa é que professor e alunos se assumam epistemologicamente curiosos.” (FREIRE, 2013, p. 83).

Dentro da supervisão acadêmica? É engraçado né? A gente tenta se colocando muito como modelo para os alunos e eles também acabam observando as nossas imperfeições, eu sou um profissional que tento ser o mais aberto possível, eu não tenho vaidade nenhuma [...] não passar aquilo pro aluno, a sua práxis como que é, o aluno trabalha do meu lado o tempo todo, vêem o que eu to fazendo, acompanha tudo que eu to fazendo, e eu vou passando aquela vivência pro aluno, então até os defeitos eles vão ver, mas, eu não tenho esse problema, até porque quando eu fazia estágio era uma coisa que eu colocava: “tudo é aprendizado” até pra aquilo que você vê de errado, você pode dizer: “eu não quero ser esse tipo de profissional.” Então não é que seu estágio não presta, é que você tem que saber o que você tem que aproveitar dele. (SC 2, 2017).

Na visão deste supervisor, o estagiário leva para a supervisão acadêmica a forma de atuar do supervisor de campo, mas, que numa perspectiva de troca de conhecimentos, é possível apreender a práxis profissional.

A supervisão como espaço de troca de saberes, construção de conhecimentos acerca do trabalho profissional tem condições de contribuir com a formação de “[...] intelectual que problematiza teoricamente suas respostas [...], quanto é capaz de mobilizar sujeitos políticos individuais e coletivos e contribuir na sua organização em torno de pautas e lutas em prol do atendimento as suas necessidades e as da sociedade.” (GUERRA, 2016, p. 113).

5.5 Supervisão Acadêmica: articulação entre formação e trabalho profissional

A supervisão acadêmica num processo dinâmico de articular a formação e exercício profissional visa à formação de profissionais dotados de competências e habilidades teórico-metodológicas, ético- políticas e técnico-operativas, buscando desenvolver a criticidade,

reflexão, postura investigativa em torno da dinâmica das relações sociais, bem como promover o conhecimento e consciência política do complexo da realidade social permeada pela lógica do capital, de modo que haja a busca de superação dessa realidade, na perspectiva da práxis.

O estágio favorece a interação teoria- prática, compreendendo um espaço de vivência da práxis, e requer do estudante a disponibilidade do aprender a ser profissional mas também a oportunidade de produzir conhecimentos. Neste sentido a supervisão acadêmica tem sua importância desenvolvendo no estudante o senso crítico, o pensar, o saber indagar e problematizar, o olhar investigativo; planejando e executando ações na busca de situações e demandas que são postas à profissão e vivenciadas nos campos de estágio e acompanhando o estudante no desenvolvimento e análise crítica da relação teoria-prática. (CE 1, 2017).

Na mesma perspectiva:

A supervisão é algo fundamental na formação profissional, na perspectiva do surgimento de profissionais pensantes, críticos e operantes, por isso ela ajuda no processo de ensino-aprendizagem. (SC 1, 2017).

Para a Estagiária 1:

A supervisão acadêmica é de suma importância, pois possibilita um espaço em que se possa discutir e refletir sobre o que acontece no campo de estágio, é o momento em que dúvidas são sanadas, e através da relação que se faz entre a prática vivenciada no campo de estágio com as teorias que servem como embasamentos da profissão, que acontece a contribuição da supervisão, de forma positiva, agindo no amadurecimento de concepções que regem a profissão e melhor identificação do nosso objeto de atuação, contribuindo para o futuro exercício profissional. (ES 1, 2017).

A supervisão acadêmica consiste num espaço de debate e reflexão teórico-prática sobre as vivências no campo de estágio, contribuindo para a compreensão da profissão e na identificação das manifestações da questão social.

Nessa perspectiva a supervisão acadêmica permite também a conscientização e reconhecimento da questão social como determinante no processo de desenvolvimento da profissão, bem como, no contexto atual, há o seu acirramento devido aos interesses incessantes de acumulação do capital, incidindo diretamente na vida da classe trabalhadora.

Nesta mesma direção, aponta a ES 2 (2017):

Por mais que a todo o momento faça link, faça relação, dê exemplo, é diferente, é um momento que é pra isso especificamente, então tudo, tudo é organizado, tudo é pautado pra de alguma forma ajudar a gente a não ficar

assim sem saber o que fazer e já iluminar a nossa ação no futuro quando a gente for profissional. Então é assim, é muito, muito importante porque é na supervisão que, tem vez que eu chego muito assim angustiada, que eu falo: “nossa, mas o que dá pra fazer, que intervenção que pode ser feita?” E aí é na supervisão com todos os alunos juntos e com a professora que parece que faz assim sabe? Abre o seu olhar sobre as coisas e tudo mais [...].

Neste depoimento, evidencia-se que é na supervisão acadêmica pela proximidade entre estagiário e supervisor acadêmico, numa relação horizontal, que há a busca de construção de respostas conjuntamente às demandas postas à profissão, (re) afirmando que a supervisão grupal colabora para a problematização e construção de conhecimento frente a realidade apresentada.

Nesse sentido, contribui CC 1(2017):

Viabiliza o processo de ensino-aprendizagem do estudante por meio de aulas expositivas, debates, oficinas, vivências, entre outras estratégias. Contribui para exercício profissional na medida em que permite ao estudante a compreensão acerca do objeto, dos meios e dos instrumentos de trabalho do Serviço Social. Também corrobora para o exercício profissional ao instigar o conhecimento das organizações e de suas particularidades, identificando as funções e os papéis do assistente social no desenvolvimento do seu exercício profissional, suas atribuições e competências. Esse processo também é fomentado ao possibilitar ao estudante analisar criticamente a política social estruturada no interior das organizações, promovendo a conexão existente entre a estrutura social, a política, a organização e o trabalho do assistente social.

A supervisão acadêmica contribui para o futuro exercício profissional na medida em que proporciona o conhecimento e análise do Serviço Social numa perspectiva de totalidade, estabelecendo mediações entre os processos estruturais e conjunturais que envolvem a profissão.

[...] eu entendo que a contribuição da supervisão acadêmica está nessa possibilidade de integrar todas as disciplinas do curso porque de uma maneira ou de outra perpassa pelos conteúdos ministrados nas outras disciplinas quando a gente vai fazer a reflexão da prática [...] “a gente lá no estágio aprende o que não deve ser.” Aí isso trás um certo desanimo, um certo é...desanimo mesmo né? Com relação a profissão, e aí nesse momento é que eu trago elementos para falar “olha, isso é o que você tem de referencia, ok, mas vamos investir em você, quer dizer vamos partir do principio de que é possível” e aí é a hora que eu escuto as possibilidades, dentro daquelas demandas que eles trazem, dentro desse desanimo que eles trazem, quais são as possibilidades se fosse você? No lugar aquele profissional, “há poderia ter feito isso, isso, isso, há ela não fez isso, não fez aquilo” Mas você poderia fazer? Sim eu vou fazer, eu posso fazer, então eu acho que a supervisão trás aquilo que eu falei antes, o entusiasmo e as possibilidades para que possa enxergar que a profissão trás alguns

resultados, a profissão permite que você avance nas intervenções, e a gente tem investido muito na questão coletiva, na dimensão coletiva. (CE 2,2017).

Neste depoimento presenciamos que a contribuição da supervisão para o futuro exercício profissional está intimamente relacionada na articulação entre teoria e realidade, perpassa pela análise das atividades desenvolvidas no campo de estágio relacionando-as aos elementos teóricos pertencentes aos conteúdos programáticos do curso de Serviço Social.

Traz que no processo de supervisão acadêmica, leva-se a um repensar da postura profissional, refletindo constantemente o trabalho profissional que necessita estar vinculado a um projeto profissional crítico, propiciando ao estagiário os ditames do fazer e saber profissional num processo dinâmico e criativo, tendo em vista possibilitar a elaboração de novos conhecimentos.

Busca através do incentivo mobilizar o estagiário para a construção de novas propostas de ação, concebendo as relações entre supervisor acadêmico e estagiário como forma de colaboração, numa perspectiva horizontal e de vislumbramento de superação da ordem vigente.

É preciso esclarecer que a atribuição do supervisor acadêmico é direcionar o estagiário para a análise da totalidade do trabalho profissional (demandas, recursos institucionais disponíveis ou não, políticas sociais, trabalho em rede, etc), alicerçada nos conhecimentos teórico-metodológicos do Serviço Social conectada ao projeto ético-político que é intrínseco à formação profissional.

E complementa SC 2 (2017):

Como eu te falei, eu acho que a gente tem que ser unidos aí, e disseminar isso cada vez mais, eu acho que isso é uma responsabilidade, está no nosso código de ética de fazer esse trabalho com os novos profissionais, até porque isso cada vez mais melhora a qualidade da nossa profissão, quanto mais esse profissional estiver mais capacitado, mais ele vai ser um profissional a exercer uma função melhor no futuro, e melhorar nossa qualidade de profissão mesmo. Então minha luta insistente nisso, num viés mesmo de educação.

Nessa perspectiva, a supervisão acadêmica como atividade educativa, como práxis política, é dotada de intencionalidades e visa a formação profissional com princípios e valores pautados na perspectiva da educação voltada à formação humana, formando sujeitos/assistentes sociais capazes de trabalhar com a classe subalterna também na perspectiva da emancipação humana.

5.6 Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem

O supervisor acadêmico conforme a PNE cumpre o papel de avaliador e orientador do estágio, direcionando os rumos teórico-metodológicos, ético-políticos, técnico-operativos do Serviço Social, relacionando-os à compreensão da realidade social.

É ele também quem avalia as atividades desenvolvidas pelo estudante, porque é um procedimento didático-pedagógico de competência da Unidade de Formação Acadêmica, embora o supervisor de campo também avalia o processo de ensino-aprendizagem do estagiário de acordo com as particularidades do campo de estágio.

Considerando a autonomia do supervisor acadêmico e de acordo com as orientações também expressas na política de estágio da UFA, o supervisor acadêmico tem a liberdade de avaliar o processo de ensino-aprendizagem do estagiário, criando critérios e outras formas didático-pedagógicas para esse fim.

Nesse sentido, como é atribuição do supervisor acadêmico avaliar o processo de ensino-aprendizagem do estudante e o estagiário que passa por esse processo, consideramos pertinente apenas esses dois sujeitos envolvidos na atividade de estágio opinarem a respeito.

A seguir, os relatos das participantes da pesquisa:

O processo avaliativo acontece durante todo o semestre, ao longo de todos os encontros, a partir da observação da participação do aluno às atividades propostas. Os principais aspectos considerados ao longo do processo avaliativo são: elaboração e execução do plano de estágio; desenvolvimento das atividades propostas; frequência e participação dos encontros de supervisão; atividade individual com base no diário de campo, onde é avaliada a atenção destinada à reflexão, ao longo dos registros das atividades de estágio. (SA 1, 2017).

E complementa a ES 1 (2017):

Na supervisão acadêmica a avaliação ocorre através de um instrumental de avaliação do estágio supervisionado, em que a supervisora acadêmica e supervisora de campo avaliam separadamente o desempenho do estagiário, analisando aspectos como: Percepção e análise crítica da realidade; habilidade de registrar e relatar atividades; relacionamento com a equipe; responsabilidade com a população usuária; interesse pelos aprofundamentos teóricos; ética profissional; criatividade, iniciativa e motivação; pontualidade; interesse pelas atividades do estágio; competência para a execução das atividades do Plano de Estágio. A supervisora acadêmica também analisa e avalia o caderno de anotações do estagiário.

Identificamos que o processo avaliativo do processo de ensino-aprendizagem do estagiário está em consonância às orientações político-pedagógicas da PNE, e o uso de demais instrumentos como o diário de campo que compõe esse processo.

O diário de campo que aqui a estagiária denomina como caderno de anotações, é importante instrumento que permite ao estagiário construir conhecimentos, fazendo com que reflita teoricamente a realidade vivenciada no campo de estágio, podendo, posteriormente, através dos registros elaborar uma auto-avaliação do seu fazer profissional, pois permite registrar os limites, desafios, processos investigativos/interventivos encontrados no cotidiano profissional, bem como permite a sistematização do trabalho profissional à luz de um referencial teórico crítico.

A ES 2 (2017), traz vários elementos sobre o processo de ensino-aprendizagem:

Então o supervisor acadêmico avalia de várias formas, primeiro com a avaliação do supervisor de campo, é uma forma de avaliar[...], outra forma é a gente sempre tem que fazer o diário de campo[...] aí a gente tem que fazer, por exemplo, um relato... é um relato de estágio, e você vai relatar e vai analisar, fazendo o link com o teórico e a prática e aí a gente entrega também que é uma forma dela avaliar[...] e ela também avalia a gente em sala de aula, e o que a gente mesmo leva. E o que ela, por exemplo, assim, às vezes numa discussão lá de uma demanda, é...a forma que a gente às vezes analisa, alguma situação, algum comentário que faz, é uma forma também que ela avalia; fora, toda a documentação que a gente tem que entregar de coisa de frequência, de atestado de horas e mais um monte de coisa, mas assim, basicamente o que ela usa pra avaliar a gente são essas coisas.

A avaliação perpassa pela participação dos estagiários nos processos reflexivos sobre as vivências no campo de estágio e a construção do conhecimento a partir dessa realidade referendada pela unidade-teoria prática através dos conteúdos programáticos do curso, sendo as percepções também registradas no diário de campo.

A dimensão administrativa da atividade de estágio recai também na supervisão acadêmica, onde a frequência do estagiário no campo de estágio é realizada pelo supervisor acadêmico.

Apontamos que o processo de ensino-aprendizagem realizado pelo supervisor acadêmico está coerente com as atribuições deste sujeito previstas na PNE, tanto no que diz respeito à forma de avaliar, como no processo didático-pedagógico de acompanhamento do estagiário nas sínteses realizadas acerca das experiências obtidas através da atividade de estágio.

Para a SA 2 (2017), a avaliação do estagiário é realizada:

[...] a elaboração que ele faz no sentido, de que ele consegue primeiro fazer essa relação teoria-prática acho que é importante, mas principalmente, a forma com que ele vai construindo as mediações ele vai levantando aquelas mediações que estão postas desde aquela situação mais específica, que ele consegue ali apreender, no momento do campo de estágio, e aí ele consegue com todo nosso arcabouço teórico, metodológico, e também alcançar uma visão aí é mais de totalidade pensando na dimensão ético-política, então pra mim é central que o aluno consiga, ainda que ele não consiga fazer isso de maneira profunda, ainda que ele não consiga constituir, levantar as mediações de maneira com que a gente pense: “nossa essa é uma análise que está se aproximando aí pelo menos né?” É... do que a gente entende como uma análise mais de totalidade, então o aluno que não consegue fazer essa relação, eu acho que fica bastante debilitado, porque ele vai ter uma visão unilateral, e também aquele que consegue a partir desses elementos, é... ter uma visão e até conseguir depois né? Após a sua formação uma intervenção que seja capaz de... não ser aquela coisa que a gente vê nos estudantes assim né: ou messiânica né? Aquele romantismo, de que: “vamos mudar o mundo pela profissão somente” e também aquele outro lado: “há, mas é tudo desse jeito mesmo, não dá, não muda” que é o chamado fatalismo né? [...] Então o aluno que consegue eu acho que compreender, fazer as relações das dimensões da profissão, e achar medida de uma análise mais real, esse eu acho que é o critério fundamental.

O critério utilizado por esta supervisora acadêmica para avaliar o processo de ensino-aprendizagem está na capacidade do estagiário construir mediações a partir do que vivencia no campo de estágio, numa perspectiva crítico-dialética o estagiário precisa apreender o movimento da realidade social, analisar o trabalho profissional, utilizando da tríade singularidade-particularidade-universalidade para alcançar a compreensão da profissão de Serviço Social na perspectiva da totalidade.

Para a supervisora acadêmica, tais procedimentos contribuirão com uma formação profissional crítica com competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas plausíveis ao projeto ético-político profissional.

5.7 Dimensão Político-Pedagógica da Supervisão Acadêmica de Estágio em Serviço Social: potencialidades do constructo da formação humana

A supervisão acadêmica de estágio por ser uma atividade educativa está no âmbito da educação. Defendemos a tese que sua dimensão político-pedagógica contribui para a formação profissional com princípios e valores ético-políticos pautados na perspectiva de uma educação voltada à formação humana.

Na ordem do capital não é tarefa da educação conduzir o homem a processos emancipatórios; pelo contrário, a educação com viés mercantilizado, se preocupa em formar profissionais somente para o mercado de trabalho, sem condições de pensar, analisar, problematizar os processos que estão inseridos, o que seria inviável nestas condições mencionar sobre formação integral do homem.

Entretanto, há possibilidades, segundo Tonet (2016) de desenvolver atividades educativas com direcionamento ético-político e com viés emancipatório, pois a formação humana implica a emancipação humana.

As atividades educativas ocorrem em todos os contextos e âmbitos da existência humana, de modo institucionalizado ou não. A supervisão acadêmica é uma atividade educativa, possui intencionalidade e sua operacionalidade permite formar profissionais com consciência crítica e comprometidos com a emancipação humana, por isso, compreendemos que a supervisão acadêmica é realizada na perspectiva da práxis.

O supervisor acadêmico enquanto educador precisa instigar a curiosidade do estagiário para que seja estimulada a criatividade; a curiosidade move a necessidade de descobertas, caminha para superar a imediatividade dos fenômenos. Segundo Freire (2013) precisa ser uma curiosidade crítica para que se busque a essência da realidade e esta seja desvelada.

A conscientização é exigência humana e leva o ser social ao conhecimento do mundo e o reconhecimento como um ser inacabado, inconcluso. O saber fundante da prática educativa é este reconhecimento, é um aprendizado constante, por isso a formação profissional não se encerra na graduação, trata-se de educação permanente.

A prática educativa é política, o educador (leia-se supervisor acadêmico), é o facilitador no processo de formação profissional via supervisão, mas, o educando (leia-se estagiário) é o sujeito principal desse processo.

O papel do educador é refletir criticamente junto com o estudante as mazelas das manifestações da questão social que são identificadas na realidade do campo de estágio. Assim como a problematização da gênese que gera esse conjunto de desigualdades sociais e o posicionamento contrário à lógica do capital, dessa maneira, a supervisão acadêmica faz o encontro com o singular e o universal e a realidade aparece particularizada nesse momento.

Essa realidade permeada por contradições, negação e violação de direitos que circunscrevem a vida das pessoas que chegam até o Serviço Social, precisa ser debatida no processo de supervisão acadêmica. A condição ética de refletir o mundo, seus desígnios,

condicionantes e formas de resistência, de luta, necessidade de mudanças, só é possível a partir da reflexão, consciência crítica desta realidade.

Se o papel do supervisor acadêmico é ser facilitador desse processo o seu compromisso é formar o estudante para trabalhar nesta realidade contraditória com a classe trabalhadora a qual também pertence.

Ainda se configura inerente ao seu exercício profissional o desenvolvimento de atividades educativas, é possível e necessário que este estudante se constitua enquanto sujeito histórico.

Para isso, é importante o movimento da consciência de formação de classe em si e posteriormente como classe para si. A formação da consciência crítica está na luta política que pode converter na transformação social.

Para propiciar essa consciência crítica é preciso romper com o senso comum e com os valores, princípios, normas, preconceitos adquiridos à priori (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007).

A elevação do senso comum na educação superior, a elevação cultural como trouxe Gramsci (1982) pensando na emancipação social, a partir da dimensão ético-política é que poderá ser desenvolvida a capacidade intelectual e moral para superação da realidade contraditória, propiciada principalmente pela reflexão desta realidade, elevando o nível de conhecimento e consciência crítica desta.

Esse caminho viabiliza-se pela supervisão acadêmica através de processos dialógicos e reflexivos, principalmente porque os estagiários se deparam com diferentes situações que permeiam a vida cotidiana da população usuária do Serviço Social e que à priori podem ser concebidas e julgadas com preconceitos, julgamentos.

Adquirir saber para provocar mudanças é uma das atribuições do educador. Aqui está nossa ação político-pedagógica, é através do diálogo que as pessoas ou grupo pensam sua história e revela a necessidade de superar certos saberes (FREIRE, 2013).

A prática educativa exige responsabilidade do educador e respeito ao educando. Perpassa pela condição ética de ser e estar no mundo, pelos posicionamentos, análises, escolhas, decisões frente à realidade apresentada.

Por isso, é na supervisão acadêmica que as mediações precisam ser construídas, considerando as experiências vivenciadas pelos estagiários e refletidas à luz de um referencial teórico crítico, pautado na perspectiva marxista.

A supervisão acadêmica precisa ser compreendida vinculada aos componentes ético-filosóficos e políticos para vislumbrar outra sociabilidade, bem como a formação humana, uma formação para a vida, que questione, reflita, lute frente às injustiças sociais.

É uma construção coletiva, estabelecida entre supervisor acadêmico, estagiário, supervisor de campo, coordenador de estágio e coordenador de curso para que o futuro assistente social busque sempre o posicionamento ético e crítico frente às situações do cotidiano do trabalho profissional e da vida; este pode ser um dos caminhos para uma intervenção profissional que supere o pragmatismo, conformismo.

Na supervisão acadêmica a consciência crítica se constrói processualmente, contribuindo para a formação profissional do estudante em consonância ao perfil profissional previsto nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

É preciso contrapor às contradições da realidade social, considerando que com a população espoliada, desvalida dos seus direitos, de condições mínimas de sobrevivência que este estudante irá trabalhar; como propiciar a criticidade também para essa população? Como fazê-la superar os discursos das naturalidades da vida, da banalização do cotidiano?

Entretanto, é necessário reafirmar que a classe trabalhadora adquirindo consciência de classe é capaz de buscar alternativas para lutar contra essa sociabilidade imposta, na radicalidade da exploração do homem pelo homem, visando à emancipação humana.

A supervisão acadêmica, devido sua natureza educativa, possui uma dimensão eminentemente pedagógica e também política, e constitui-se numa atividade que contribui para a construção de possibilidades de mudanças, mediante os conteúdos disseminados na sua efetivação. Tais conteúdos possibilitam o conhecimento, a reflexão e a análise das contradições impostas pela dinâmica da realidade social, sob a égide do sistema capitalista, oportunizando uma formação profissional atrelada aos princípios e valores de uma educação voltada à formação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, paciente, permanente, que os homens fazem do mundo, com o mundo e com os outros.
(Paulo Freire)

A pesquisa evidenciou que a realidade da Educação Superior brasileira, com base no projeto neoliberal, tem o intuito de responder à crise do capital na lógica de mercantilização, sendo conveniente majoritariamente aos grupos hegemônicos do poder econômico.

Torna-se cada vez mais desafiante desenvolver pesquisas nos espaços em que prevalecem os interesses mercantis, tal como evidenciamos no desenvolvimento da nossa investigação, principalmente nas UFAs que são gerenciadas pelos conglomerados educacionais, uma das estratégias para menor visibilidade dos interesses econômicos.

Identificamos que no campo empírico de nossa pesquisa, no estado de São Paulo, onde havia 88 cursos de Serviço Social na modalidade presencial no ano de 2016, inicialmente 5 se propuseram a participar da pesquisa, mas, somente 2 efetivaram sua participação.

É um dado quantitativo que possui um expressivo significado: concebemos que o mundo do trabalho infere no cotidiano profissional e na vida social, demonstrando que as tarefas rotineiras têm influenciado sobremaneira os modos de pensar e agir do homem, embora se reconheça a importância do desenvolvimento de pesquisas para a construção do conhecimento no Serviço Social, isso fica a revelia; o cotidiano alienante a alienador se sobrepõe aos desejos humanos e profissionais.

Nesta pesquisa ficou latente que a lógica de reprodução do capital a partir da expansão dos cursos de graduação na modalidade presencial na esfera privada, bem como na modalidade à distância, inclusive de Serviço Social, rebate diretamente na formação profissional do assistente social e reveste o trabalho docente da mais intensa precarização, insegurança e sobrecarga de trabalho.

O perfil dos participantes da pesquisa: supervisores acadêmicos, coordenador de curso e coordenadores de estágio exemplificam essa situação. São docentes horistas, o que significa não possuírem em definitivo determinadas horas de trabalho, pois a cada semestre isso se modifica, porém, a demanda de trabalho é a mesma. São professores que ministram várias disciplinas, conciliam outras atividades com a docência e acumulam diversas atribuições: docência, supervisão acadêmica, supervisão de campo, orientações de Trabalho de Conclusão de Curso.

A condição do perfil das estagiárias é característica de estudante trabalhador, o que torna mais desafiante consolidar a formação profissional lograda nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS; uma das estagiárias apresenta as estratégias para que possa cumprir seu estágio e trabalhar: negociação com a patroa, redução de horas do almoço; aumento da carga horária de trabalho aos fins de semana, isso explica sua permanência no mesmo campo de estágio durante todo o processo de desenvolvimento do estágio: a possibilidade de negociação com o campo de trabalho.

De todo modo, os participantes da pesquisa demonstram interesse na educação permanente participando de eventos da categoria profissional, qualificando os serviços prestados à população e contribuindo com a formação profissional dos estudantes.

Apresentam também que estão sintonizados quanto às legislações vigentes que envolvem o estágio e supervisão em Serviço Social.

Identificamos na busca do conhecimento do perfil dos participantes que nem todos os supervisores acadêmicos participaram de capacitação específica para exercerem essa atribuição.

Nesse sentido, se torna necessário que a UFA propicie essa condição, é na esfera da coordenação de estágio que isso deve acontecer, ou seja, é preciso oferecer cursos, oficinas, para esses supervisores.

Necessita-se trabalhar as Diretrizes Curriculares da ABEPSS para que considerem o trabalho profissional como a centralidade da formação profissional, bem como a questão social como eixo estruturante para que se possam compreender os fundamentos da profissão de Serviço Social. Isso corrobora para não enfatizar somente as políticas sociais no processo de ensino-aprendizagem do estagiário durante a supervisão acadêmica.

O supervisor acadêmico também precisa conhecer o Projeto Pedagógico do Curso em sua totalidade, afinal, a reflexão teórico-prática sobre o trabalho profissional também perpassa a articulação dos conteúdos trabalhados nas diversas disciplinas que compõem o currículo.

Ao mesmo tempo em que há rebatimentos desse contexto mercantil, não se pode negar a existência desses dois cursos de Serviço Social que mesmo inseridos em UFAs privadas buscam formar profissionais comprometidos com os interesses da classe trabalhadora.

Entretanto, esses profissionais têm travado a luta na direção de uma formação atrelada ao projeto ético-político profissional no sentido dessa formação profissional não ser utilitarista, voltada aos interesses do mercado, assim como, afirma que é no coletivo que essa luta ganha consistência.

Embora, possuam clareza de suas atribuições, é necessário articular a instância da coordenação de estágio, supervisor de campo e supervisor acadêmico, mesmo sabendo que as condições objetivas não permitem em sua totalidade esse contato direto entre UFA e campo de estágio.

É premente a aproximação dos campos de estágio e a UFA numa perspectiva dialógica, que permita a troca de experiências, possibilitando o processo de ensino-aprendizagem, pois até o momento o que indica, é que essa relação é caracterizada por uma relação meramente burocrática, mas, essa condição é reconhecida pelos participantes da pesquisa.

Destacamos que os participantes se preocuparam em relatar a realidade concreta da supervisão acadêmica, tanto no plano da objetividade como na subjetividade, assim, o real concreto foi amplamente sendo desvelado por aproximações sucessivas, apresentando suas concepções e vivências; partiram do real e não do devir a ser sobre a dimensão pedagógica da supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social.

Por outro lado, é necessário que todos envolvidos no processo de formação profissional do assistente social tomem para si a responsabilidade, o compromisso, autoconsciência e autocrítica no tocante à atividade de estágio, para que não a encare somente como atividade curricular obrigatória.

Esses sujeitos devem ter clareza que a formação profissional compreende o conjunto de fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico operacionais que envolvem a profissão.

Fica evidente que no processo de ensino-aprendizagem, “[...] são construídos no cotidiano de cada um, exigindo-se de seus protagonistas ações concretas e comprometidas, imbuídas de paixão, mas, seguramente, pautadas pela ética e competência.” (ALBIERO, 2000, p. 174).

Valendo-se também da própria necessidade e vontade individual de cada um num esforço coletivo e compreendendo suas atribuições, buscando a superação dos desafios e limites que o desenvolvimento da atividade de estágio supervisionado apresenta no interior dos campos de estágio e nas UFAS nos espaços da supervisão acadêmica.

No que tange a dimensão pedagógica da supervisão acadêmica de estágio, identificamos que:

❖ A supervisão acadêmica é o espaço das dúvidas, angústias, situações conflitantes vivenciadas pelos estagiários;

- ❖ É realizada de forma grupal, fortalecendo a dimensão coletiva e trabalho em equipe, bem como a troca de experiências vividas nos diferentes campos de estágio, possibilitando a criação de novas respostas profissionais frente à realidade apresentada;

- ❖ É uma disciplina, mas, se diferencia de outras porque sua metodologia é diferenciada, é mais dinâmica, permite maior aproximação do estagiário, criando vínculos e confiabilidade, a partir do diálogo; o processo de ensino-aprendizagem é mútuo e articulado às reflexões teórico-práticas;

- ❖ Há a visão dialógica dos participantes da pesquisa sobre a supervisão acadêmica, mas, acontece formalmente entre supervisor acadêmico e estagiário, e entre supervisor acadêmico, coordenador de estágio e coordenador de curso dadas às condições objetivas inexistentes para garantir uma relação mais próxima com os supervisores de campo;

- ❖ É o espaço de síntese da atividade de estágio supervisionado, onde os estagiários relatam e refletem suas vivências no campo de estágio;

- ❖ É lócus da reflexão ética, constitutiva da formação ético-política (postura e posicionamento ético frente às situações cotidianas existentes nos espaços institucionais);

- ❖ A matéria-prima da supervisão acadêmica é o processo de ensino-aprendizagem sobre o trabalho profissional;

- ❖ Possibilita a articulação entre formação e exercício profissional, onde há apreensão do significado social da profissão, compromisso com a população atendida;

A pesquisa de campo também evidenciou algumas fragilidades no trato da compreensão sobre a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social:

- ❖ Embora os participantes da pesquisa afirmem que a supervisão acadêmica possibilita a reflexão da realidade profissional articulados aos conteúdos programáticos do curso, não informam quais conteúdos são esses, apenas informam sobre as políticas sociais. Nesse sentido, há a preocupação de formar profissionais técnicos, meramente executores das políticas sociais;

- ❖ Outro dado que incide reflexão é a divisão dos grupos de supervisão acadêmica por área de atuação profissional, geralmente dividida de acordo com as políticas sociais. É preciso atentar para que não haja a fragmentação do trabalho profissional, embora as políticas sociais são ferramenta de trabalho do assistente social, mas, não se reduz às políticas sociais, bem como, fragmenta o que está disposto nas Diretrizes Curriculares sobre a centralidade da categoria trabalho na formação profissional;

- ❖ Não se constitui em sua totalidade, mas, identificamos que há uma prioridade em discutir a dimensão técnica da profissão na supervisão acadêmica, não que essa não seja

importante, mesmo porque é ela quem produz a intervenção, mas, ela precisa estar articulada às demais dimensões: teórico-metodológica, ético-política e também investigativa para que se tenha efetividade, ou seja, para que seja realizada na perspectiva da práxis.

❖ Observamos a necessidade de aprofundar a discussão sobre a supervisão acadêmica com os supervisores de campo, em alguns momentos as falas expressaram que na supervisão acadêmica se avalia o trabalho profissional, esse não é o objetivo dessa modalidade de supervisão de estágio;

❖ Os participantes - ressalve-se que não em sua maioria-, apresentaram dificuldade de compreender a dimensão educativa da supervisão acadêmica, o que perpassa pela compreensão de educação pautada na direção dos princípios do projeto ético-político, uma educação libertadora, crítica.

Com os estudos realizados e através dos relatos dos participantes da pesquisa, podemos elencar que o supervisor acadêmico desempenha um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem do estagiário porque:

❖ Realiza a mediação entre o conhecimento científico e a realidade do trabalho profissional, proporcionando o encontro com o singular e o universal e a realidade aparece particularizada;

❖ É responsável pela articulação dos conteúdos trabalhados no curso para apreensão da realidade vivenciada pelo estagiário; estabelecendo o debate da unidade teoria-prática e sua indissociabilidade;

❖ Estabelece a mediação entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas para a compreensão do trabalho profissional e a formação do conjunto de competências e habilidades profissionais;

❖ É o avaliador do processo de ensino-aprendizagem do estagiário, a partir de sua capacidade de construir mediações através das aproximações sucessivas sobre o trabalho profissional abarcando a análise do cotidiano institucional;

❖ É aquele que motiva, incentiva a curiosidade e impulsiona ao uso da dimensão investigativa da profissão para desvelar a realidade que envolve o trabalho profissional, bem como incentiva a superar o conservadorismo presente em situações vivenciadas nos campos de estágio;

❖ É formador da consciência crítica das contradições presentes na realidade social expressas pela relação entre capital e trabalho que conformam as manifestações da questão social.

A pesquisa também nos proporcionou a construção de reflexões teóricas, filosóficas e político-pedagógicas fundamentadas na direção teórico-metodológica e ético-política trazida pela profissão e por intelectuais que transitam nessa direção, os quais coadunamos com seus debates teóricos e filosóficos.

A realidade concreta trazida pelos participantes da pesquisa foi imprescindível para desvelar a dimensão pedagógica da supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social.

A pergunta norteadora do objeto de estudo desta pesquisa foi analisada no todo da tese e trazida à tona, desvelada também na pesquisa de campo, permitindo tecer considerações que abarcam a práxis profissional e conectada aos princípios do projeto de formação e do projeto ético-político profissional, o que nos permite afirmar que:

- ❖ A implantação da supervisão acadêmica nos cursos de Serviço Social das UFAs pesquisadas tem acontecido seguindo às prerrogativas das legislações específicas sobre estágio e supervisão, principalmente as orientações político-pedagógicas da PNE da ABEPSS;

- ❖ A supervisão acadêmica é uma atividade educativa que possui intencionalidades, embasada na perspectiva emancipatória vislumbra a formação de sujeitos pensantes, com consciência crítica, capazes de se mobilizarem coletivamente na busca por outra sociabilidade;

- ❖ A supervisão acadêmica possui também uma dimensão político-pedagógica contribui para a formação com princípios e valores ético-políticos numa concepção de educação voltada à formação humana quando realizada na perspectiva da práxis;

- ❖ Os desafios postos à supervisão acadêmica são constituídos pelos determinantes oriundos da precarização do mundo do trabalho e do contexto mercadológico da educação que rebate diretamente na formação profissional, impulsionando a criação de estratégias pelos sujeitos coletivos na luta pela garantia da formação em consonância ao projeto ético-político profissional.

Nesse sentido a pesquisa permitiu a confirmação das hipóteses elencadas à priori: a supervisão acadêmica estabelece a mediação entre a formação e o trabalho profissional; não tem sido implantada nas UFAs conforme orientações político-pedagógicas da categoria profissional devido ao contexto neoliberal, mercantilista, de precarização do trabalho docente e que a supervisão acadêmica quando operacionalizada na perspectiva da práxis possibilita a construção da consciência crítica do estudante e viabiliza além da formação profissional também à formação humana.

Vimos no processo de estudo por aproximações sucessivas ao nosso objeto, que a produção científica acerca da temática estágio e supervisão tem se elevado significativamente

principalmente a partir da aprovação da Resolução do CFESS n. 533/2008 e a PNE da ABEPSS de 2010.

Isso expressa a preocupação da categoria profissional pelo contexto que reveste a formação profissional em tempos de mercantilização da educação, porém, a produção do conhecimento sobre supervisão acadêmica especificamente, ressaltando que não a contemplamos de forma dissociada do processo de supervisão de estágio, ainda precisa se expandir, o cenário que a reveste está pleno de desafios.

Aludimos a necessidade de maior discussão sobre a supervisão acadêmica pela categoria profissional, no sentido de avançarmos na sua compreensão, significado e contribuição para a construção de um perfil profissional condizente às Diretrizes Curriculares da ABEPSS, quer seja nos fóruns de supervisão de estágio, oficinas, encontros, seminários e congressos.

Compreendemos que os sujeitos envolvidos no processo de supervisão de estágio, principalmente os supervisores acadêmicos precisam ser fortalecidos, haja vista a condição precarizada do trabalho docente; esta também é uma situação que precisa compor a agenda de debates da categoria profissional.

A supervisão de estágio em Serviço Social possui desafios históricos, ainda não superados, mas, reiteramos que somente mediante o conhecimento da totalidade histórica é possível almejar e construir novas possibilidades em conformidade aos processos de luta e resistência da categoria profissional.

É preciso esperança para construção de uma formação profissional também via supervisão acadêmica de estágio com qualidade, condições objetivas para sua operacionalização e materialização conforme os embates hegemônicos do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS; CEDEPSS. Diretrizes para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro e 1996). **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, p. 58-76, 1997.
- _____. **Relatório de Reunião Ampliada: Região SUL II**. São Paulo, 2016.
- _____. **Política Nacional de Estágio em Serviço Social**. Brasília, DF, 2010.
- _____. **Sobre o processo de avaliação do ensino superior no Brasil**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/ok-sobre-o-processo-de-avaliacao-do-ensino-superior-no-brasil-201609010310280544930.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.
- ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009
- AGUIAR, V. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 24. n. 57, p. 113-126, mar. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v24n57/0104-4478-rsocp-24-57-0113.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- ALBIERO, C. M. G. **Ensinar e aprender: desafios constantes na formação profissional em Serviço Social**. 2000. 227f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.
- ALMEIDA, N.L.T. Magistério, Direção e Supervisão Acadêmica. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, DF, 2009.
- _____. Educação. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: política social. Mod. 3. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS: UNB, 1999.
- _____. Descentralização e intersetorialidade: desafios para a consolidação da política pública de educação. In: MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T.; SOUZA, R. G. (Org.). **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas: Papel Social, 2014.
- ALMEIDA, N. L. T.; ALENCAR, M. M. T. **Serviço Social: trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- AMARAL, A. S; CESAR, M. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: 2009.
- AMICUCCI, E. M. M.; CAPUTI, L.; OLIVEIRA, C. A. H. S. Estágio supervisionado em Serviço Social: novos tempos, velhos desafios? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais....** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.

AMICUCCI, E. M. M.; OLIVEIRA, C.A. P.H.S. Elementos para reflexão sobre supervisão acadêmica de estágio. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO: Lutas Sociais e Produção do Conhecimento: desafios para o Serviço Social no contexto da crise do capital, 14., 2014, Natal. **Anais....** Natal: ABEPSS, 2014.

_____. **Supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social e o debate sobre a unidade teoria-prática.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO: Formação e Trabalho Profissional: reafirmando as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, 15., 2016, Ribeirão Preto. **Anais....** Ribeirão Preto: ABEPSS, 2016.

_____. **Estágio Supervisionado em Serviço Social: novos tempos, velhos desafios?** 2011. 210 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

ANDRADE, S. A. P. L. A Supervisão Acadêmica como uma Estratégia da Docência na Formação Profissional em Serviço Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO: Formação e Trabalho Profissional: Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão, 13., 2012, Juiz de Fora. **Anais....** Juiz de Fora: ABEPSS, 2012.

ANTUNES, R. Em que mundo do trabalho estamos inseridos? **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, n. 111, 23 mar. 2017. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/a-devastacao-do-trabalho-na-contrarrevolucao-de-temer/>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

ASSIS, R. L. M; ROSADO, I. V. M. A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 203-211, out./dez. 2012.

BARROCO, M. L. S. **Ética: fundamentos sócio-históricos.** São Paulo: Cortez, 2008.

BATTINI, O. Atitude investigativa e prática profissional. In: BAPTISTA, M. V.; BATTINI, O. **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento.** São Paulo: Veras, 2009.

BEZERRA, P. 10 grupos de educação que movimentam as aquisições do setor. **Exame**, São Paulo, 13 set. 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/10-grupos-de-educacao-que-movimentam-as-aquisicoes-do-setor/>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

BOSCHETTI, I. **Subsídios ao debate sobre estágio supervisionado com vistas à regulamentação pelo CFESS, da supervisão direta.** [Brasília, DF: CFESS, 2007].

BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1 de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm>. Acesso em: 14 abr. 2008.

BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 jun. 1993. Anexo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: dez. 2015.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 25 abr. 2017.

BURIOLLA, M. A. F. **Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O estágio supervisionado**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CAPUTI, L. Supervisão de Estágio em Serviço Social: significâncias e significados. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 389-394, out./dez. 2016.

_____. Supervisão de estágio em Serviço Social: tempos de mundialização do capital - desafios cotidianos e (re)significados. 2014. 225 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

CARIAGA, M. H.; ANTUNES, M. J. Caminhos da formação: os desafios da supervisão de estágio no curso de Serviço Social de Miracema do Tocantins. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 125, p. 85-100, 2016.

CFESS. **Meia formação não garante um direito: o que você precisa saber sobre a supervisão direta de estágio em Serviço Social**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIOSUPERVISIONADO.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2017.

_____. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2017.

_____. Resolução CFESS n. 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 out. 2008. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=107&data=01/10/2008>>. Acesso em: 3 dez. 2017.

CHAUÍ, M. A universidade operacional. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 maio 1999. Caderno Mais!

CIAVATA, M. Emancipação: a historicidade do conceito e a polêmica no processo real da existência humana. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, ano 12, n.18, p. 1-24, 2014. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN18%20-%20artigo%20do%20dossie%20-%20Maria%20Ciavatta.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2014.

CIAVATA, M. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Org.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014

COSTA, O. M. J. **Estágio em Serviço Social: uma reflexão crítica**. 1ª. Educação. Goiânia: Vieira, 2013.

CRESS-SP 9ª Região. **Legislação brasileira para o Serviço Social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para a instrumentação do(a) assistente social**. 2. ed. São Paulo, 2006

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DALLAGO, C. S. T. Relações de trabalho modo de produção capitalista. Trabalho, Saúde e Serviço Social. In: SEMINÁRIO SAÚDE DO TRABALHADOR DE FRANCA, 7.; SEMINÁRIO O TRABALHO EM DEBATE, 5., 2010, Curitiba. **Anais...** Curitiba: CRV, 2010

DUARTE, J. L. N. ONGs e políticas sociais públicas: o enfrentamento da “questão social” face a reforma do Estado brasileiro. **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 3, p. 45-67, dez. 2005.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Saber profissional e poder institucional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FERREIRA, S. Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). **Linhas Críticas**, Brasília, DF, n. 36, p. 455-472, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/6794>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 235-254, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a13.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____.; CIAVATTA, M. (Org.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDÓPOLIS. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Fernandópolis, 2013-2014.

GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho**: ensinar e aprender com sentido. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GOMES, R. A análise de dados na pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRANEMANN, S. O processo de trabalho e Serviço Social I. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social. mod. 2. Brasília, DF: CFESS : ABEPSS : CEAD : Ed. UnB, 1999.

GUERRA, Y.; BRAGA, M. E. Supervisão em Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.

_____. Dimensão Investigativa no exercício profissional. In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.

_____. O potencial do ensino teórico-prático no novo currículo: elementos para debate. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 147-154, jul./dez. 2005.

_____. O estágio Supervisionado como Espaço de Síntese da Unidade Dialética entre Teoria e Prática: o perfil do profissional em disputa. In: SANTOS, C. M.; LEWGOY, A. M. B.; ABREU, M. H. E. (Org.). **A Supervisão de estágio em Serviço Social**: aprendizados, processos e desafios: coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

_____. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. 2. ed. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013.

GUIMARÃES, G. T. D; MARTINS, P. R. Supervisão em Serviço Social diante da precarização no mundo do trabalho: uma perspectiva helleriana. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v.19, n. 3, p. 370-379, out./dez. 2016.

GUIRALDELLI, R.; ALMEIDA, J. L. A construção dos fóruns de supervisão de estágio em Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 395-402, out./dez. 2016.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INFORMANDES. Brasília, DF: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, n. 42, jan. 2015. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-inf-1498459037.pdf>>. Acessado em: 24 ago. 2017.

JOAZEIRO, E. M. G. Supervisão acadêmica e de campo em Serviço Social: sinergia entre conceito, experiência e vida. ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO: Formação e Trabalho Profissional: Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão, 13., 2012, Juiz de Fora. **Anais....** Juiz de Fora: ABEPSS, 2012.

_____. Supervisão de Estágio: **formação, saberes, temporalidades**. Santo André, SP: ESETec, 2008.

_____. **Experiência e conhecimento**. Santo André: ESETec, 2002.

KOIKE, M. M. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

LESSA, S. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Luckács, 2012.

LEWGOY, A. M. B.; SCAVONI, M. L. A. Supervisão em Serviço Social: a formação do olhar ampliado. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, n. 1, p. 1-9, nov. 2002. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/925/705>>. Acesso em: 4 maio 2008.

_____. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Estágio supervisionado, formação e exercício profissional em serviço social: desafios e estratégias para a defesa e consolidação do projeto ético-político. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 9, n.17, p. 21-38, jan./jul. 2009.

_____. A supervisão de estágio na formação em Serviço Social: novas configurações e desafios. In: SILVA, J. F. S.; SANT'ANA, R. S.; LOURENÇO, E. A. S. (Org.). **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social: coletânea nova de Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

_____. Os instrumentos legais e políticos do estágio supervisionado em Serviço Social na defesa da qualidade profissional. . In: SANTOS, C. M.; LEWGOY, A. M. B; ABREU, M. H. E. (Org.). **A Supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios: coletânea nova de Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 153-176, 2001. Disponível em: <http://www.educaremvista.ufpr.br/arquivos_17/libaneo.pdf> Acesso em: 10 dez. 2017.

LIMA, K. S. Organismos internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES, L. M. V. (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002.

LIMA, L. C. G; OLIVEIRA, C. A. P. H. S.; SILVA, H. M. G. Supervisão Acadêmica em Serviço Social: a experiência de sua implementação a partir da nova lógica curricular. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO: Lutas Sociais e Produção do Conhecimento: desafios para o Serviço Social no contexto da crise do capital, 14., 2014, Natal. **Anais....** Natal: ABEPSS, 2014.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

LUIZ, D. E. C. **Emancipação e Serviço Social**: a potencialidade da prática profissional. 2. ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2013.

MACIEL, A. L. S. A formação em Serviço Social no contexto da universidade brasileira: a realidade da região sul do Brasil. **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 6, p. 10-18, abr. 2007.

MANCEBO, D. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 141, p. 875-892, out./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/2017nahead/1678-4626-es-es0101-73302017176927.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 2012.

MARTINIANO, L. A. Repensando a formação profissional a partir da supervisão acadêmica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO: Formação e trabalho profissional: Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão, 13., 2012, Juiz de Fora. **Anais....** Juiz de Fora: ABEPSS, 2012.

_____. Algumas considerações sobre a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15., 2013, Águas de Lindóia. **Anais....** Águas de Lindóia: ABEPSS, 2013.

MARX, K. **Os 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010. (Marx-Engels).

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. (Marx-Engels).

_____.;ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010. (Marx-Engels).

MEC. INEP. **Sinopse estatística da educação superior 2015**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

MEDEIROS, M. G.; PERUZZO, J. F. Reflexões sobre a expansão e a interiorização dos cursos de Serviço Social. In: MOTA, A.E; AMARAL, A. (Org.). **Cenários, contradições e pelegas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

MEDEIROS, M. S. S. Os fundamentos da relação teoria e prática no estágio em Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 351-360, out./dez. 2016.

MENEZES, M. T; LUSTOSA, M. G. Reflexões sobre o ensino da prática no Serviço Social e os impasses para a consolidação do projeto ético-político profissional. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (Org.). **Serviço Social: temas, textos e contextos – coletânea nova de Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho).

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Prouni: como funciona**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/prouni-sp-1364717183/como-funciona>>. Acesso em: 6 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES, n. 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 abr. 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES152002.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

MORAES, C. A. S. Os desafios do novo século à formação em Serviço Social. **Revista Temporalis**, Brasília-DF, ano 16,n.31, p.105-131, jan./jun. 2016.

NEVES, L. M. W.; FERNANDES, R. R. Política neoliberal e educação superior. In: NEVES, L. M. V. (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002.

NICOLAU, M.C.C.; SANTOS, T.R.M. O estágio no processo da formação profissional em Serviço Social: dimensão socioeducativa e os desafios à contracorrente. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v.19, n. 3, p. 380-388, out./dez. 2016.

NUNES, C. A. S; SANTOS, T. R. F. R; LISOA, L. O. Avanços e Impasses da Formação Profissional: supervisão acadêmica de estágio em serviço social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO: Formação e Trabalho Profissional: Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão, 13., 2012, Juiz de Fora. **Anais....** Juiz de Fora: ABEPSS, 2012.

OLIVEIRA, C. A. H. S. **A centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social**. 2003. 178 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2003.

ORTIZ, F.G. Desafios Contemporâneos para o Processo de Estágio e Supervisão em Serviço Social. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (Org.). **Serviço Social: temas, textos e contextos** – coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

PACHECO JUNIOR, I.; PACHECO, S. Dialogicidade em Paulo Freire. In: ASSUMPTÃO, R. (Org.). **Educação Popular na perspectiva freiriana**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

PAULO NETTO, J. Razão, ontologia e práxis. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 15, n. 44, p. 26-42, 1994.

PEREIRA, L. D. **Política educacional brasileira e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. 2007. 378 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade EAD: direto á educação ou discriminação educacional? **Ser Social**, Brasília, DF, v. 14, n. 30, p. 30-49, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/7077>. Acesso em: 5 dez. 2017.

PEREIRA, M. E. R. O estágio supervisionado frente à conjuntura atual de formação em Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 361-369, out./dez. 2016.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social**. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: trabalho do assistente social e as políticas sociais. Mod. 4. Brasília, DF: CEAD : UNB, 2000.

RAMOS, S. R. As diretrizes curriculares e a política nacional de estágio: fundamentos, polêmicas e desafios. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 9, n.17, p.13-20, jan./jul. 2009.

RIOS, T. A. **Ética e competência**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Questões da nossa época; v. 16).

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Filosofia da práxis**. Trad. Maria Encarnación Moyá. Buenos Aires: CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.

SANTOS, C. M.; ABREU, M. H. E. Desafios do estágio supervisionado na atualidade. In: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L.(Org.). **Serviço Social e educação: coletânea nova de Serviço Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SANTOS, J. S. Projeto ético-político e o enfrentamento do conservadorismo como componente ontológico da profissionalidade do Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 6, n.11, p. 39-50, jan./jun. 2006.

SEMERARO, G. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

SGUISSARDI, V. Educação Superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, out./dez. 2015.

SILVA, J. F.S. Cinco observações sobre a supervisão acadêmica em Serviço Social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11.,2004, Fortaleza. **Anais....** Fortaleza: CFESS, 2004.

SILVA, M. M.; RIBEIRO, E. B. Reflexões sobre o estágio na educação superior e sua particularidade no Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 342-350, out./dez. 2016.

SILVA, M. O. S. (Coord.). **O Serviço Social e o popular**: resgate teóricometodológico do projeto profissional de ruptura. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TEIXEIRA, R. J. **A supervisão direta de estágio em Serviço Social**: os desafios da supervisão acadêmica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15., 2013, Águas de Lindóia. **Anais....** Águas de Lindóia: ABEPSS, 2013.

TOLEDO, L. F. Só 8 grupos concentram 27,8% das matrículas do ensino superior. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 8 jun. 2016. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,apenas-8-grupos-privados-concentram-27-8-das-matriculas-do-ensino-superior,10000055857>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

TONET, I. **Educação contra o capital**. 3. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2006.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Taubaté, 2015.

VASCONCELOS, I. Dilemas e desafios do estágio curricular em serviço social: expressão dos (des) encontros entre a formação profissional e o mercado de trabalho. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 9, n.17, p. 61-82, jan./jul. 2009.

VIANA, N. Adorno: educação e emancipação. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, Brasília, DF, n. 4, [p. 1-10], maio/out. 2005. Disponível em <<http://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/viewFile/5478/4585>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

YAZBECK, M. C. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social**: reprodução social, trabalho e Serviço Social. mod. 2. Brasília, DF: CFESS : ABEPSS : CEAD : Ed. UnB, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE:

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____,

declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **Supervisão de estágio em Serviço Social: particularidades da supervisão acadêmica.** O projeto de pesquisa será conduzido por Eliane Marques de Menezes Amicucci, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, orientado pelo Prof (a). Dr(a) **Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Tese de Doutorado observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. A pesquisa tem como objetivo analisar a dimensão pedagógica no processo de supervisão acadêmica de estágio nos cursos presenciais de Serviço Social no estado de São Paulo. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de de

Assinatura do participante

(assinatura)

Pesquisador Responsável

Nome: Eliane Marques de Menezes Amicucci

Endereço: Rua São Judas Tadeu nº120, bairro Eldorado- Fernandópolis/SP

Tel:(17)99746-0304

E-mail: elianeamicucci@yahoo.com.br

(assinatura)

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

Endereço: Av. Eufrásia Monteiro Petrágliã, 900; bairro: Jd. Dr. Antonio Petrágliã

Tel: (16) 3706-8700

E-mail: cirleneoliveira@terra.com.br

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA - COORDENADOR DE CURSO

Tese de doutorado: Supervisão de estágio em Serviço Social: as particularidades da supervisão acadêmica

Objetivo da pesquisa: Analisar a dimensão pedagógica no processo de supervisão acadêmica de estágio nos cursos presenciais de Serviço Social no estado de São Paulo.

I – IDENTIFICAÇÃO:

01) Nome: _____

02) UFA que está vinculado: _____

03) Ano que se graduou: _____

04) Titulação: _____

06) Tempo de exercício na docência: _____

07) Há quanto tempo coordena o curso de Serviço Social nesta UFA?: _____

08) Quantas horas possui para o exercício da coordenação de curso? _____

09) Coordenou algum outro curso de Serviço Social anteriormente? _____

10) Trabalha como assistente social fora do exercício da docência? _____

11) Se sim, quantas horas de trabalho exerce nessa instituição? _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Como ocorreu a implantação da supervisão acadêmica no curso de Serviço Social desta UFA e como ela está materializada no Projeto Pedagógico do curso?
- O que identifica e diferencia o processo de supervisão acadêmica de outras disciplinas?
- Qual a relação e significado da educação na supervisão acadêmica de estágio?
- Como são abordados na supervisão acadêmica os elementos da realidade do estágio do estudante e as referências teóricas presentes nos componentes curriculares?
- Na supervisão acadêmica, de que forma é propiciado a compreensão e análise do trabalho profissional a partir do que o estudante vivencia no campo de estágio?
- Como a supervisão acadêmica viabiliza o processo de ensino-aprendizagem do estudante e corrobora para o exercício profissional?
- No contexto da supervisão acadêmica como ocorre:
 - a relação entre supervisor acadêmico, supervisor de campo e estagiário
 - a relação entre supervisor acadêmico, coordenador de estágio, coordenador de curso, supervisor de campo e estagiário

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA – COORDENADOR DE ESTÁGIO

PARTICIPANTE: coordenador de estágio

Tese de doutorado: Supervisão de estágio em Serviço Social: as particularidades da supervisão acadêmica

Objetivo da pesquisa: Analisar a dimensão pedagógica no processo de supervisão acadêmica de estágio nos cursos presenciais de Serviço Social no estado de São Paulo.

I – IDENTIFICAÇÃO:

- 01) Nome: _____
- 02) UFA que está vinculado: _____
- 03) Ano que se graduou: _____
- 04) Titulação: _____
- 06) Tempo de exercício na docência: _____
- 07) Há quanto tempo coordena o estágio no curso de Serviço Social desta UFA?: _____
- 08) Quantas horas possui para o exercício da coordenação de estágio? _____
- 09) Coordenou algum outro setor de estágio em Serviço Social noutra UFA anteriormente? _____
- 10) Trabalha como assistente social fora do exercício da docência? _____
- 11) Se sim, quantas horas de trabalho exerce nessa instituição? _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- O que identifica e diferencia o processo de supervisão acadêmica de outras disciplinas?
- Qual a relação e significado da educação na supervisão acadêmica de estágio?
- Como são abordados na supervisão acadêmica os elementos da realidade do estágio do estudante e as referências teóricas presentes nos componentes curriculares?
- Na supervisão acadêmica, de que forma é propiciado a compreensão e análise do trabalho profissional a partir do que o estudante vivencia no campo de estágio?
- Como a supervisão acadêmica viabiliza o processo de ensino-aprendizagem do estudante e corrobora para o exercício profissional?
- No contexto da supervisão acadêmica como ocorre:
 - a relação entre supervisor acadêmico, supervisor de campo e estagiário
 - a relação entre supervisor acadêmico, coordenador de estágio, coordenador de curso e estagiário

Muito obrigada pela sua participação!

APÊNDICE D- ROTEIRO DE ENTREVISTA - SUPERVISOR ACADÊMICO QUESTIONÁRIO

Tese de doutorado: Supervisão de estágio em Serviço Social: as particularidades da supervisão acadêmica

Objetivo da pesquisa: Analisar a dimensão pedagógica no processo de supervisão acadêmica de estágio nos cursos presenciais de Serviço Social no estado de São Paulo.

PARTICIPANTES: supervisores acadêmicos

1- PERFIL DOS SUPERVISORES ACADÊMICOS

I – IDENTIFICAÇÃO:

01) Nome:

02) Idade:

03) Sexo: () Feminino () Masculino

04) Orientação sexual: () heterossexual () homossexual () bissexual

() outra: _____

II – FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL

05) Ano que se graduou: _____

06) Titulação () especialização () mestrado: () doutorado () pós-doutorado

07) Qual a carga horária semanal de trabalho no exercício docência? _____

08) Qual a carga horária semanal de trabalho para o exercício da supervisão acadêmica?

09) Quais disciplinas você ministra no curso de Serviço Social?

10) Exerce outras atribuições além de supervisor acadêmico no curso de Serviço Social? Se sim, quais?

11) Tempo de exercício da atribuição de supervisor acadêmico nesta UFA: _____

12) Trabalha como assistente social fora do exercício da docência? _____

13) Se sim, quantas horas de trabalho exerce nessa instituição? _____

14) Assinale as legislações e normativa que você conhece:

() Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social

() Política Nacional de Estágio da ABEPSS

() Lei Nacional de Estágio nº 11.788/2008

() Resolução CFESS nº 533/2008

() Código de Ética de 1993

() Lei de Regulamentação da Profissão- Lei n.8662/1993

15) Tem participação ou acompanha os debates/agendas das entidades representativas da categoria profissional? () Sim () Não.

Se sim, quais? () Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais-CBAS () Seminários () Oficinas da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS () Encontros Nacional de Pesquisadores em Serviço Social-ENPESS () outros_____

III SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO

16) A UFA oferece capacitação, curso ou outra atividade específica para o exercício da supervisão acadêmica?

() Sim () Não

17) Você considera satisfatória a relação 15 estagiários para um docente, na unidade Curricular de Supervisão Acadêmica no processo ensino/aprendizagem?

() Sim () Não

18) Qual o número de estudantes que você tem para supervisão acadêmica?_____

19) Você faz visita ao campo de estágio? () Sim () Não

20) Se sim, com qual periodicidade? _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA:

- O que identifica e diferencia o processo de supervisão acadêmica de outras disciplinas?
- Qual a relação e significado da educação na supervisão acadêmica de estágio?
- Como você aborda na supervisão acadêmica os elementos da realidade do estágio do estudante e as referências teóricas presentes nos componentes curriculares?
- Na supervisão acadêmica, de que forma você propicia a compreensão e análise do trabalho profissional a partir do que se vivencia no campo de estágio?
- No contexto da supervisão acadêmica como ocorre:
 - a relação entre supervisor acadêmico, supervisor de campo e estagiário
 - a relação entre supervisor acadêmico, coordenador de estágio e coordenador de curso

- Como você avalia o processo de ensino-aprendizagem do estudante? Quais aspectos são considerados?

Muito obrigada pela sua participação!

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA SUPERVISOR DE CAMPO

PARTICIPANTES: SUPERVISORES DE CAMPO

Tese de doutorado: Supervisão de estágio em Serviço Social: as particularidades da supervisão acadêmica

Objetivo da pesquisa: Analisar a dimensão pedagógica no processo de supervisão acadêmica de estágio nos cursos presenciais de Serviço Social no estado de São Paulo.

I – IDENTIFICAÇÃO:

- 01) Nome: _____
- 02) Supervisor de campo da UFA: _____
- 03) Ano que se formou: _____
- 04) Titulação: _____
- 05) Área de atuação profissional: _____
- 06) Tempo de exercício como supervisor de campo _____
- 07) Possui quantas horas de trabalho nessa instituição? _____
- 08) Possui outro vínculo empregatício como assistente social? _____
- 09) Se sim, em qual área? _____ Quantas horas? _____
- 10) Exerce a supervisão de campo também nesse outro local de trabalho? _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- O que identifica e diferencia o processo de supervisão acadêmica de outras disciplinas?
- Qual a relação e significado da educação na supervisão acadêmica de estágio?
- Como são abordados na supervisão acadêmica os elementos da realidade do estágio do estudante e as referências teóricas presentes nos componentes curriculares?
- Na supervisão acadêmica, de que forma é propiciado a compreensão e análise do trabalho profissional a partir do que o estudante vivencia no campo de estágio?
- Como a supervisão acadêmica viabiliza o processo de ensino-aprendizagem do estudante e corrobora para o exercício profissional?
- No contexto da supervisão acadêmica como ocorre:
 - a relação entre supervisor acadêmico, supervisor de campo e estagiário

- a relação entre supervisor acadêmico, coordenador de estágio, supervisor de campo, coordenador de curso e estagiário

Muito obrigada pela sua participação!

APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA ESTAGIÁRIAS

PARTICIPANTES: ESTAGIÁRIOS

Tese de doutorado: Supervisão de estágio em Serviço Social: as particularidades da supervisão acadêmica

Objetivo da pesquisa: Analisar a dimensão pedagógica no processo de supervisão acadêmica de estágio nos cursos presenciais de Serviço Social no estado de São Paulo.

I – IDENTIFICAÇÃO:

01) Nome: _____

02) UFA que está vinculado: _____

03) Semestre que está cursando:

04) Área de atuação profissional que realiza estágio: _____

05) Há quanto está nesse campo de estágio? _____

06) Fez estágio em outras áreas? Quais?: _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- O que identifica e diferencia o processo de supervisão acadêmica de outras disciplinas?
- Qual a relação e significado da educação na supervisão acadêmica de estágio?
- Como são abordados na supervisão acadêmica os elementos da realidade do estágio que você vivencia e as referências teóricas presentes nos componentes curriculares do seu curso?
- Na supervisão acadêmica, de que forma é propiciada a compreensão e análise do trabalho profissional do assistente social a partir do que você presencia no campo de estágio?
- Como a supervisão acadêmica viabiliza o seu processo de ensino-aprendizagem e contribui para o futuro exercício profissional?
- No contexto da supervisão acadêmica como ocorre:
 - a relação entre supervisor acadêmico, supervisor de campo e estagiário
 - a relação entre supervisor acadêmico, coordenador de estágio, coordenador de curso e estagiário
- Na supervisão acadêmica, como é realizada a avaliação do seu processo de ensino-aprendizagem ? Quais aspectos são considerados?

APÊNDICE G – PERFIL DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Questionário

PERFIL DOS CURSOS PRESENCIAIS DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

PARTICIPANTES: coordenadores de curso

Orientação geral para o preenchimento deste questionário:

- há perguntas com mais de uma resposta, caso julgue necessário poderá assinalar mais de uma e/ou todas;
- aquelas que contém uma linha na frente deverão ser respondidas dissertativamente
- caso você é coordenador em mais de uma UFA, por favor, respondam dois e/ou mais questionários, ou seja, um questionário para cada UFA que coordena

I – IDENTIFICAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL:

- 01) Unidade de Formação Acadêmica
(UFA): _____
- 02) Endereço: _____
- 03) Telefone: _____
- 04) Natureza jurídica da UFA: _____
- 05) Qual o ano de início do curso nessa UFA?: _____
- 07) O curso é reconhecido pelo MEC? () Sim () Não
- 08) A UFA é filiada à ABEPSS? () Sim () Não
- 09) Período do curso: () matutino () vespertino () noturno () integral
() madrugada
- 10) Tempo de duração do Curso? _____
- 11) Quantidade de alunos no curso: _____

II - QUANTO AO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA UFA

- 12) Há coordenação de estágio?() sim () não () outro: _____
- 13) Como está estruturada/materializada a política de estágio?
() no Código de Ética de 1993
() na Lei de Regulamentação da Profissão- lei 8662/93

- na Política Nacional de Estágio da ABEPSS de 2010
 na Resolução CFESS n.533/2008
 na Lei Federal de Estágio n.11788/2008
 no Regulamento interno da UFA
 não há política de estágio
- 14) Qual a duração do estágio obrigatório em semestres?: _____
- 15) Qual o período de início do estágio? _____
- 16) Há estágio não-obrigatório? Sim Não
- 17) O Estágio não obrigatório esta previsto no Projeto Pedagógico do curso? Sim Não
- 18) Tem estágio de observação? Sim Carga horária: _____ Não
- 19) Quais as áreas de estágio supervisionado? _____
- 20) Quantos estudantes estão em campos de estágio? _____
- 21) Qual a carga horária total obrigatória para a atividade de estágio?: _____
- 22)- A UFA desenvolve estágio em:
- pesquisa
 projeto de extensão
 atividades de ensino
 em campos de estágio credenciados á UFA
- 23) Além de uma atividade obrigatória, o estágio supervisionado é garantido como um componente curricular? Sim. Nas seguintes disciplinas: _____ Não, somente são cumpridas a carga horária obrigatória nos campos de estágio
- 24) O Curso nesta UFA tem implantado a supervisão acadêmica? Sim. Ano de implantação: _____ Não
- 25) A implantação da supervisão acadêmica teve **como subsídio central**:
- Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996;
 código de Ética de 1993;
 Lei de Regulamentação da Profissão-8662/1993
 Política Nacional de Estágio da ABEPSS de 2010
 Resolução CFESS 533/2008
 Lei Federal de Estágio - 11788/2008
- 26) Quais as condições objetivas do trabalho docente para realização da supervisão acadêmica? É garantido e remunerado horas de trabalho para:
- Trabalho em sala de aula
 Encontros com os estagiários
 Visitas aos campos de estágio

- Organização de documentação
 - Preparo de aula
 - Não temos tais condições garantidas
- 27) Quantas horas semanais para a realização da supervisão acadêmica: _____
- 28) Quantos supervisores acadêmicos estão envolvidos na supervisão direta?

- 29) Qual o número de supervisores(as) de campo envolvidos(as) na supervisão direta?
- 30) Quantos campos de estágio estão credenciados? _____
- 31) Como é realizada a supervisão acadêmica? por campos de estágio por área temática por turma, em pequenos grupos em sala de aula outros, especifique.

- não é realizada a supervisão acadêmica no curso
- 32) Existem atividades de interlocução entre supervisão de campo e acadêmica? Sim Não
- 33) O curso realiza fórum de supervisão de estágio? Sim Não
- 34) Se sim, com qual periodicidade?
- semestralmente
 - anualmente
 - a cada dois anos
 - outros: quais _____
- 35) Para a organização do fórum de supervisão de estágio há participação de:
- estagiários
 - supervisores de campo
 - supervisores acadêmicos
 - coordenador de estágio
 - coordenador de curso
 - membros da ABEPSS
 - membros do CRESS
- 36) Qual o formato do fórum de supervisão de estágio?
- com palestras
 - discussão em grupos
 - apresentação de propostas em plenária
 - apresentação de trabalhos científicos e/ou relatos de experiências